UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

O auxílio-creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil

ANA MARIA DE ARAÚJO MELLO

Ribeirão Preto
2010

ANA MARIA DE ARAÚJO MELLO

O auxílio-creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia e Educação
Orientador: Prof. Dr. José Marcelino Rezende Pinto

Ribeirão Preto

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Mello, Ana Maria de Araújo. O auxílio–creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil. São Paulo: 2010. 194p.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia e Educação
Orientador: José Marcelino Rezende Pinto

1. educação infantil, 2. creche, 3. auxílio-creche, 4. reembolso-creche, 5. bolsa creche, 6. benefício.

Nome: MELLO, Ana Maria de Araújo

Título: O auxílio-creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À menina Mariana Amparo Ribeiro

[filha de funcionária classe Básico, matriculada na Creche Carochinha – 2006 a 2010]

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma tese de doutoramento, quando faço uma retrospectiva, concluo que devo muito a alguns setores da Universidade de São Paulo e a muitas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos colegas da Creche Carochinha por terem me acolhido durante 20 anos e me estimulado ao registro continuado. Lembro-me que, durante a execução do pré-projeto desta tese (2006), ao me despedir da direção desta unidade, recebi dos colegas uma *Caixa de lembranças* (feita na Carochinha) com um grande caderno, provocando-me a registrar algumas das histórias das creches universitárias. Naquela cerimônia, senti-me mais comprometida com essa tarefa. Considerando, ainda, esse percurso profissional, devo muitas reflexões explicitadas neste trabalho à oportunidade que tive de conviver com as pesquisadoras Mara Campos de Carvalho, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, Telma Vitoria e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Sou grata à influência delas, como também por ter tido a oportunidade de colaborar na construção do Centro de Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (Cindedi-FFCLRP).

Em segundo lugar, valem agradecimentos a essa creche, ao Serviço Social do *campus* de Ribeirão Preto e aos serviços de pessoal das unidades EERP, FORP, FMRP, FFCLRP, FCFRP, FEARP e PCARP, por terem cedido os dados iniciais desta pesquisa. Gostaria de destacar, ainda, a persistência do sr. Mauro Marchesi, técnico do Departamento de Recursos Humanos da Reitoria, respondendo às minhas demandas desde o pré-projeto (2006/2007) para a execução deste trabalho. Também valem agradecimentos aos colegas Bia, Fernanda, Isa, José Carlos, Mazé, Regina e Rosângela pela disposição em colaborar, ora dando sugestões no uso do programa Excel, ora com conversas, lembranças e resgate de alguns ofícios sobre o tema tratado neste trabalho.

Em terceiro lugar, devo agradecer a disposição das diretoras Maria Clotilde Magaldi e Regina Teles, pelas entrevistas concedidas e também pela revisão das mesmas. Devo também agradecimentos ao dr. Elias Rocha Barros, que se dispôs a me dar informações sobre os tempos vividos na USP da década de 1970, e ao funcionário sindicalista Magno de Carvalho Costa, que acompanhou essa e tantas outras histórias de negociações e acordos trabalhistas e se dispôs a me ajudar com informações e

disponibilizando atas, boletins e jornais do Sintusp. Também agradeço a prontidão da técnica Débora Checchinato, da Ceduc, centro que assessora creches de empresas, e do técnico Rafhael Serrão, que trabalha com pesquisas sindicais no “Sistema de Acompanhamento de Salários” no Dieese.

Em quarto lugar, quero agradecer aos cinco funcionários ligados à carreira classe Básico do *campus* da USP de Ribeirão Preto e a um cônjuge que, além de concederem seus depoimentos, ficaram comigo em muitas horas (solitárias) de análise deste estudo de caso, fazendo-me **boa** companhia.

Finalmente, quero agradecer aos amigos e companheiros Adriano Gosuen, Ana Paula Soares da Silva, José Marcelino de Rezende Pinto, Marcelo Goulart, Marlene Felomena Amaral, Rita Coelho, e também aos companheiros da **Ciranda em defesa à educação infantil pública e de qualidade** e da **Campanha Nacional pelo direito à educação pública e de qualidade para todos**, pelo debate continuado que alimenta este e tantos outros trabalhos, por acreditarem que a educação infantil pública e com qualidade se constrói na luta pela conquista de direitos para meninas e meninos; negros, pardos, brancos...

Tive a sorte de contar com bons leitores: Rodrigo Flauzino, que me ajudou particularmente com a leitura das descrições dos questionários, como também a Erika Natacha que também colaborou com palpites. A Telma Vitoria, amiga de sempre, que contribuiu com suas críticas aos textos finais. Agradeço ainda à amiga Marisa Vasconcelos por ler os textos ainda preliminares, e às professoras Theresa Adrião e Katia Amorim, que compuseram minha banca para o exame de qualificação e enriqueceram este trabalho com discussão detalhada em cada capítulo, chamando-me a atenção para questões fundamentais. Finalmente, devo agradecer a Cris Vale pela revisão final, e a Valnei Andrade pela produção da capa desse trabalho.

Agradecimento especial é direcionado ao meu orientador José Marcelino. Conseguimos estabelecer uma relação objetiva e produtiva. Apesar de nossos inúmeros afazeres, ele teve disposição durante quatro anos para me incentivar e, principalmente, me acolher em diferentes momentos de grande ansiedade.

Para que eu pudesse desenvolver essa tarefa, algumas pessoas queridas contribuíram de outras formas. Agradeço especialmente a minhas filhas, Mariana e Lídia por, há exatamente 34 anos, me colocarem na *luta por creches*, e encararem bravamente todas as mudanças impostas por mais esse projeto de trabalho. Finalmente, agradeço ao Boris, que, durante os quatro anos em que desenvolvi esta tese de

doutorado, me deu seu apoio emocional indispensável. Ele foi ainda um excelente debatedor de algumas ideias elaboradas aqui. Bem-humorado, muitas vezes divergente, e por isso tão instigante; obrigou-me a um rigor maior. Aos três, muito obrigada pela paciência.

RESUMO

Mello, A. M. A. **O auxílio-creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil.** 2010. 194 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Ao longo da história, a escola da elite não é a mesma que a do trabalhador. Nos últimos anos, desenvolveram-se inúmeros arranjos familiares e formas de organizar o dia a dia da criança pequena. Diferentes formas e arranjos educacionais retratam e exprimem essa diferença, que reproduz a desigualdade entre as classes. Assim, apesar da grande ampliação do atendimento a partir dos anos 1980, persistiu a oferta de padrões distintos conforme o perfil social dos usuários. O auxílio-creche é um *benefício pecuniário* conquistado pelos servidores com filhos de menos de sete anos e que não frequentam as creches da USP. Essa pesquisa objetiva investigar o impacto desse auxílio sobre o tipo de atendimento educacional e de cuidado recebido pelas crianças das famílias beneficiárias. Optou-se por uma metodologia qualitativa, na modalidade estudo de caso. Coletou-se e se analisou um conjunto documental que regulamenta o auxílio-creche, bem como os documentos que detalham a relação candidato/vaga/matrícula da Creche Carochinha de Ribeirão Preto, por categoria de usuários, para analisar eventual mudança no perfil da demanda e dos usuários. Aplicou-se um questionário junto a 64 servidores da classe Básico, beneficiários do auxílio, no *campus* da USP de Ribeirão Preto. Foram entrevistados um dirigente sindical que havia acompanhado as negociações que resultaram na implantação e ampliação do auxílio, a diretora da Divisão de Creches Coseas e a diretora da Creche Carochinha. Foram também entrevistados cinco funcionários beneficiados com o auxílio-creche e um cônjuge. Reconhecendo-se a relevância histórica das conquistas para a educação infantil, procurou-se compreender as negociações de acordos trabalhistas sobre o auxílio-creche da USP. Os resultados apontam para o risco de que o auxílio-creche determine que sejam oferecidas diferentes qualidades de cuidado infantil. A conseqüência é a ampliação de *modelos alternativos* de educação e de cuidado infantil, que, nesta pesquisa, foram considerados *modelos incompletos* para a infância. Afirmou-se a ideia de que programas como o auxílio-creche para a infância desresponsabilizam o Estado e acentuam as diferenças sociais, pois promovem a expansão do atendimento das crianças de camadas pobres sem a qualidade preconizada pela legislação, pelas pesquisas referentes à infância pequena e pelos princípios e critérios de qualidade defendidos pelos movimentos sociais.

Palavras-chave: educação infantil, creche, auxílio-creche, reembolso-creche, bolsa creche, benefícios.

ABSTRACT

Mello, A. M. A. **The day-care funding in the University of São Paulo and its implications in infant educare.** 2010. 194 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Throughout history, the school of the elite differs from that of the worker. In recent times, different forms of family organization and of the day-by-day services for small child have appeared. The various educational formats and schemes of organization in use reflect this difference, which reproduces the general class inequality. Accordingly, despite the marked development of the day care since the 80ies, distinct patterns of quality have persisted, according to the social status, a situation which is highlighted in the present study of the day-care family funding provided by the University of S. Paulo (USP). This is a financial supplement obtained by the public servants with children below seven years of age which do not attend the university day-care unit. The purpose of the present research is to investigate the impact of this funding upon the type of educational and health care provided to the children involved. A qualitative approach was used, in the case study variant. Specific documents on the day-care funding as well as others which analyze the relationship between postulants/vacancies/enrollments at the so-called Creche Carochinha of the campus of the USP at the city of Ribeirão Preto were collected and analyzed, to determine the possible changes in the profile of the postulants and users. A questionnaire was applied to 64 servants of the Basic class, which receive the day-care funding in the campus of Ribeirão Preto. An union leader which had been involved in the negociations concerning the funding, as well as the Director of the Day-care Division of the Coseas (Coordenaria de Assistência) and the Director of the Day-care unit Carochinha have been interviewed. Five servants which received the funding and a spouse were also interviewed. The negociations which led to the implantation of the day-care funding system at the USP were analyzed, with the recognition of the historical importance of the institutional advance for early child education. The results point out the risk that the day-care funding should induce an increased number of *alternative* models of education and care, with large variations in its quality, which were considered in this study as an incomplete model for childhood. The hypothesis was confirmed that programs such as the day-care funding reduce the responsability of the State and accentuate class differences, by promoting the expansion of the care for children from low income families, without the quality required by the Law, by the researches on infancy and by the quality determinants put forward by the social and labor movements.

Key words: childhood education, day-care center, day-care funding, education / infancy / child, agreements.

LISTA DE FIGURAS (QUADROS E GRÁFICOS)

Quadro 3.1 – Panorama Metodológico..... 62

Gráfico 4.1 – Evolução do valor do auxílio-creche..... 82

Gráfico 4.2 – Índice da evolução do servidor por classe funcional e docentes (2001=100)..... 84

Gráfico 4.3 – Índice de participação de beneficiários por classe funcional e docentes (2001=100)..... 85

Gráfico 5.1 – Evolução do quadro de servidores por classe funcional e docente / *campus* RP (2001=100)..... 97

Gráfico 5.2 – Evolução do total de servidores beneficiários por categoria / *campus* RP (2001=100)..... 99

Gráfico 5.3 – Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000 = 100)..... 104

Gráfico 5.4 – Evolução de matrículas Creche Carochinha (2000-2010)..... 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 –	Matrículas na educação infantil no município de Ribeirão Preto (Censo Escolar 2008).....	37
Tabela 2.2 –	Número de alunos na educação infantil na creche / pré-escola por faixa etária e taxa de frequência na EI segundo a região geográfica (2010).....	39
Tabela 4.1 –	Cronologia – Creches da USP.....	76
Tabela 4.2 –	Evolução da participação de cada categoria na distribuição das vagas nas creches da USP (1985-2010).....	77
Tabela 4.3 –	Evolução do valor do auxílio-creche.....	81
Tabela 4.4 –	Evolução do total de servidores por classe funcional e docente (2001= 100).....	84
Tabela 4.5 –	Evolução de participação de beneficiários por classe funcional e docentes (2001=100).....	86
Tabela 5.1 –	Cursos e faculdades no c*ampus* USP Ribeirão Preto.....	95
Tabela 5.2 –	Evolução do quadro de servidores por classe funcional e docente / *campus* RP (2001=100).....	97
Tabela 5.3 –	Evolução do total de servidores beneficiários por categoria / *campus* RP (2001=100).....	98
Tabela 5.4 –	Evolução do total de servidores classe Básico e respectivos dependentes beneficiados pelo auxílio-creche no *campus* Ribeirão Preto e os totais da categoria (2000-2010).....	100
Tabela 5.5 –	Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000-2009).....	103
Tabela 5.6. –	Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000 = 100).....	104
Tabela 5.7 –	Vínculo da criança matriculada / gênero / etnia na Creche Carochinha (2010).....	107
Tabela 5.8 –	Evolução de matrículas Creche Carochinha – servidores e estudantes (2000-2010).....	108
Tabela 5.9 –	Demonstrativo do número de crianças matriculadas na Creche Carochinha e a participação do filho de servidores da classe Básico (2000-2010).....	110
Tabelas 5.10 –	Local onde a criança fica x quantidade de dependentes dos responsáveis que recebem o auxílio-creche.....	118
Tabela 5.11 –	Renda familiar em relação à *opção* de instituição para os dependentes (2008).....	119
Tabela 5.12 –	Valor do auxílio em relação ao salário do servidor classe Básico (2008).....	120
Tabela 5.13 –	Gênero de servidor beneficiado x local que o filho abaixo de 7 anos frequenta (2008).....	122
Tabela 5.14 –	Nome, idade, escolaridade, número de casamentos, número de filhos / netos, cotas auxílio-creche, renda familiar, opção de educação dos entrevistados (2008-2009).....	125
Tabela 1 (Considerações finais) –	Exemplo de aplicação do CAQI para atender a 100 crianças abaixo de três anos, comparado com o valor do auxílio-creche USP (2009).....	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIS	Ações Integradas de Saúde
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Apecc	Associação de Pais e Educadores da Creche Carochinha
APM	Associação de Pais e Mestres
Afrusp	Associação de funcionários da Reitoria da USP
Arfusp	Associação Ribeirão-Pretana dos Funcionários da USP
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Caasp	Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo
CAQI	Custo Aluno Qualidade Inicial
CCI	Centro de Convivência Infantil de São Carlos
CCRP- USP	Coordenadoria do Campus Administrativo da USP em Ribeirão Preto
CDB	Conselho Diretor de Base
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Cecei	Centro de Cultura e Educação Infantil
Ceduc	Centro de Formação Profissional e Educacional
Cemel-FMRP	Departamento de Patologia e Medicina Legal da FMRP-USP
CGT	Confederación General del Trabajo
Cirp	Centro de Informática de Ribeirão Preto – USP
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB	Resolução do Conselho Nacional de Educação
COC	COC Sistema de Ensino (antigo “Curso Oswaldo Cruz”)
Codage-USP	Coordenadoria de Administração Geral da USP
Coedi	Coordenação Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica – MEC
Conat	Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas
Contee	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
Coseas-USP	Coordenadoria de Saúde e Assistência Social da USP
Cruesp	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas
Cuaso-USP	Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” – USP
Desap	Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPE	Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – MEC
DRH-USP	Departamento de Recursos Humanos da USP
DRU	Desvinculação de Recursos da União
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA-USP	Escola de Comunicação e Artes – USP

Edusp	Editora da USP
EERP-USP	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP
EE-USP	Escola de Enfermagem da USP
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
Esalq	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – USP
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FB	Funcionário classe Básico
FCFRP-USP	Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – USP
FCF-USP	Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP
FDE/SP	Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo
FDRP-USP	Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP
FEARP-USP	Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto – USP
FEA-USP	Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP
FFCLRP-USP	Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto – USP
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMRP-USP	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP
FMUSP	Faculdade de Medicina da USP
FORP-USP	Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – USP
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundusp	Fundo de Construção da USP
Fuvest	Fundação Universitária para o Vestibular da USP
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IF-USP	Instituto de Física da USP
Inep-MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" – MEC
INPC/IBGE	Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE
IP-USP	Instituto de Psicologia da USP
IRFED	Institut International de Recherché et Formation en Vue du Développement (France)
Issu	Serviço de Inspeção e Saúde da USP
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Mare	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Mieib	Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil
MP	Ministério Público
MP-SP	Ministério Público do Estado de São Paulo
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental

PCARP-USP	Prefeitura do Campus Administrativo da USP em Ribeirão Preto
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PGJ/SP	Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAD-IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE
PNE	Plano Nacional de Educação
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDIDP	Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa da USP
RH	Recursos Humanos
RP	Ribeirão Preto
RTC	Regime de Turno Completo – Regime de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas adotado pela USP
RTP	Regime de Turno Parcial – Regime de trabalho de 12 (doze) horas adotado pela USP
Sebes/PMSP	Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo
SEB-MEC	Secretaria de Educação Básica do MEC
Sintusp	Sindicato dos Trabalhadores da USP
Sisusp	Sistema Integrado de Saúde da USP em Ribeirão Preto
SUS	Sistema Único de Saúde
SVOI-FMRP	Serviço de Verificação de Óbitos do Interior da FMRP – USP
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo
USP-RP	Universidade de São Paulo – Unidade de Ribeirão Preto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 17
1. AS POLÍTICAS SOCIAIS EM UM CONTEXTO DE CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL..... 22
1.1 Da relação entre o Estado de Bem-estar Social no Brasil e a realidade da educação à pequena infância..... 26
2. AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA..... 32
2.1 Auxílio-creche: Um direito da mulher trabalhadora?..... 42
2.2 O auxílio-creche nos órgãos públicos e nas universidades..... 46
3. METODOLOGIA..... 51
3.1 Os participantes do estudo..... 53
3.2 Procedimentos..... 54
3.2.1 Documentos..... 54
3.2.2 Dos questionários..... 57
3.2.3 Das entrevistas..... 59
3.3 Procedimentos de análise..... 61
3.4 Considerações éticas..... 63
4. A IMPLANTAÇÃO DO AUXÍLIO-CRECHE NA USP..... 64
4.1 História da luta por creches na USP..... 64
4.1.1 O primeiro período de luta por creches (1965-1973)..... 66
4.1.2 O segundo período de luta por creches (1975- 1985)..... 67
4.2 O auxílio-creche na USP..... 77
4.3. Evolução de pessoal da USP e dos beneficiários do auxílio-creche... 82
4.3.1 Sobre a adesão e a ampliação do auxílio-creche..... 87
4.3.2 O modelo flexível implantado na USP..... 92
5. O AUXÍLIO-CRECHE NO *campus* DE RIBEIRÃO PRETO 94
5.1. Evolução de pessoal – *campus* Ribeirão Preto..... 96
5.2. A Creche Carochinha..... 101
5.2.1. Análise da demanda da Creche Carochinha..... 102
5.2.2. As vagas e as matrículas na Creche Carochinha..... 106
5.3. Análise por unidade..... 111
5. 3.1. Diário de observações / reflexões..... 112
5.3.2 Questionários..... 112
5.3.2.1 Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCFRP)..... 113
5.3.2.2 Escola de Enfermagem (EERP)..... 113
5.3.2.3 Faculdade de Economia e Administração (FEA-RP)..... 114
5.3.2.4 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-RP)..... 114
5.3.2.5 Faculdade de Medicina (FM-RP)..... 115
5.3.2.6 Faculdade de Odontologia (FO-RP)..... 116
5.3.2.7 Prefeitura do Campus (PCARP)..... 116
5.3.3 Análise do conjunto dos dados..... 117
5.4. O tipo de cuidado e educação: Análise das entrevistas com cinco servidores e um cônjuge..... 124
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 133
REFERÊNCIAS..... 145
ANEXOS..... 168

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema deste trabalho, intitulado *"O auxílio-creche da USP e suas implicações para a educação e o cuidado infantil"*, surgiu da necessidade de compreender os mecanismos de exclusão, da Creche Carochinha, de crianças abaixo de sete anos, filhos de servidores classe Básico, que são os que recebem menor remuneração. Ainda como diretora dessa unidade, eu observara uma queda acentuada nos registros de inscrições e matrículas desses servidores no Serviço Social deste *campus*, entre 2000 e 2005, mesmo levando em conta a ampliação dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação no *campus* de Ribeirão Preto. As ideias dominantes eram que essa mão de obra havia envelhecido e / ou que essas funções haviam sido substituídas pelas empresas terceirizadas e que, portanto, não haveria mais dependentes dessa categoria na lista de inscritos. Esses argumentos não conferiam com a lista de auxílios-creche, constituída de 1.018 beneficiados na mesma categoria em toda a USP em 2000.

Também se observaram, no mesmo período, alterações no número de matrículas na Carochinha devido às mudanças ocorridas na educação infantil no país. As creches universitárias se apoiaram incialmente no Decreto-Lei nº 5.452/1943, 389, § 1º da CLT, que dispunha que os estabelecimentos em que trabalhassem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos deveriam oferecer local apropriado *onde as empregadas pudessem guardar, sob vigilância e assistência,* os seus filhos durante o período de amamentação. Somente em 1986, com a Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.296/1986, abriu-se a possibilidade de cumprir o princípio legal através do reembolso-creche. Após 53 anos, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) desvinculou o direito à creche da questão profissional, transformando-o em direito universal da criança à formação integral.

Alguns anos mais tarde, essa transformação da legislação, passando do direito da mulher ao direito universal da criança, refletiu-se nas mudanças do perfil das crianças que frequentavam as creches universitárias. Nessas oportunidades, algumas questões a respeito dessas crianças e suas famílias começaram a me interessar, já que vivia o cotidiano dessas creches e pré-escolas. Questões referentes ao modo de vida das crianças cujas famílias abriam mão do direito a creche universitária para receber o auxílio pecuniário – Quem são elas? Em que locais estão sendo educadas e cuidadas? Os recursos do auxílio-creche são suficientes para essa infância se desenvolver de maneira saudável? Que percentagem do auxílio-creche é destinada para a educação e o

cuidado delas? Ou, ainda, questões diretamente ligadas ao cotidiano da Creche Carochinha: por que esses dependentes foram excluídos do convívio desta creche? Quem frequentará futuramente esta unidade pública? Também acreditávamos que, no Brasil, os recursos destinados à população excluída haviam sempre sido insuficientes. Modelos de auxílio-creche foram se multiplicando após a década de 1990, responsabilizando cada vez mais a família na administração do dinheiro público e, assim, focalizando na renda familiar as decisões a respeito dessas políticas. Programas com poucos investimentos para as políticas sociais foram, além disso, marcados pela descontinuidade e, em geral, pelo fracasso.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é investigar o impacto no tipo de atendimento educacional e de cuidado recebido pelas crianças das famílias beneficiárias que optam por esse tipo de auxílio. Os objetivos específicos consistem em analisar as características do auxílio-creche e a evolução dos valores repassados às famílias; verificar se a mudança de valores do auxílio-creche produziu mudanças no perfil socioeconômico das famílias atendidas pela Creche Carochinha da USP; identificar o perfil das famílias beneficiadas pelo auxílio-creche e levantar o tipo de atendimento educacional e de cuidado que essas famílias propiciam a seus filhos.

No primeiro capítulo – **As políticas sociais em um contexto de crise do Estado de Bem-estar Social** –, buscou-se analisar os limites de organização do Estado enquanto promotor das políticas sociais no âmbito de uma sociedade capitalista. Considerou-se, a partir de publicações anteriores, que crises estruturais determinam as reformas (da previdência, sindical, trabalhista, tributária, do judiciário, da educação e outras) do Estado, retiram direitos e obrigam à reestruturação produtiva do mundo do trabalho. Definiu-se e apresentou-se a origem do chamado *Wellfare State*, ou *Estado de Bem-estar Social*, assim como seus mecanismos atuais de funcionamento, que impõem ao Estado limitar seus gastos sociais. Apontou-se que, no Brasil, a política de Estado de Bem-estar Social foi mais a exceção do que a regra, e que muitos modelos "alternativos" foram absorvidos amplamente, sendo retraduzidos para o plano prático pelas recomendações econômicas do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

No segundo capítulo **– As políticas de atendimento à infância –** abordou-se o impacto das políticas neoliberais no atendimento à infância. Nessa oportunidade, descreveu-se o início dos acordos e convenções coletivas entre sindicatos dos trabalhadores e empresas no Brasil e refletiu-se sobre as possíveis consequências da

destinação de verbas públicas para modalidades *alternativas*, o que se convencionou denominar atendimento à infância *incompleto*. Reconheceu-se que houve expansão de vagas para creche e pré-escola, mas buscou-se analisar de que forma ocorreu (e ocorre) essa ampliação. Cabe lembrar que, no Brasil, a educação infantil passou a ser primeira etapa da Educaçao Básica, a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o que deveria fazer com que essa etapa da educação deixasse de ser considerada como "modalidade". Nessa oportunidade, apresentou-se, ainda, a legislação brasileira que rege o *reembolso-creche*, bem como as diferentes configurações dos dois modelos desse beneficio, o flexível e o vinculado.

O terceiro capítulo **– Metodologia –** apresentou o percurso metodológico da pesquisa. Descreveu-se a opção pela abordagem qualitativa na modalidade estudo de caso. Foram apresentados os caminhos para a definição do estudo de caso investigado por meio de diferentes pontos de vista até se decidir pelo campo de investigação e formas de abordá-lo. Apresentaram-se os instrumentos de construção de dados utilizados, desde as consultas *on-line* até a análise de ofícios e documentos encontrados na própria USP. Na primeira fase dessa pesquisa, organizou-se o material, classificado para as duas etapas planejadas: na primeira, foram organizados a documentação e os instrumentos como consulta, questionários e entrevistas, destinados à sua pré-análise. Na segunda etapa, foi analisado o material coletado. Em seguida (fase 2), analisou-se o material, buscando-se dialogar (fase 3) com os autores escolhidos.

Descreveu-se, ainda, como foi construído um diálogo entre a análise documental, os questionários e entrevistas e a bibliografia estudada. Finalmente, explicitaram-se os critérios de escolha dos participantes, bem como as orientações éticas necessárias.

Já no quarto capítulo **– A implantação do auxílio-creche na USP –,** descreveu-se a história da luta por creche na universidade para, em seguida, apresentar a história e os dados sobre o auxílio-creche, destacando-se o modelo flexível da USP, segundo o qual os servidores, homens e mulheres, têm direito a uma cota mensal, depositada em sua folha de pagamento sem registros e / ou travas, possibilitando autonomia e gastos não destinados à educação ou ao cuidado direto dos dependentes. Apresentaram-se os dados que foram analisados durante o período 2000-2010, como: a ampliação do quadro funcional da universidade, a evolução da mão de obra dos servidores nas diferentes categorias e a evolução dos beneficiários do auxílio-creche. Foram também discutidas as alterações da legislação relativa à educação infantil e ao ensino fundamental

ocorridas no período. Como resultado, foram considerados os impactos gerados, tais como o aumento do número de inscrições das categorias de docentes e estudantes na demanda realizada pelo Serviço Social do *campus* para matrículas na Creche Carochinha. Analisaram-se, ainda, as consequências da ampliação de vagas para estudantes e docentes e sua redução correspondente para os funcionários.

No quinto capítulo **– O auxílio-creche no *campus* de Ribeirão Preto –,** foi apresentada a situação do *campus* de Ribeirão Preto, seus cursos e programas e o número de alunos e servidores. Analisou-se também, para o mesmo período de dez anos: a ampliação de cursos desse *campus*, a evolução do número de servidores nas diferentes categorias e a evolução dos beneficiários do auxílio-creche, relacionando-as às consequências do aumento na demanda das categorias docentes e estudantes inscritos no Serviço Social, como também das matrículas de dependentes de estudantes e docentes na Creche Carochinha e a consequente redução na participação dos servidores classe Básico. Os dados da demanda da creche do *campus* de Ribeirão Preto foram relacionados com os das matrículas e (re)matrículas nessa unidade, analisando-se, ainda, as vagas ociosas apontadas no período. Como resultado dos questionários aplicados posteriormente a 64 servidores classe Básico, distribuídos entre as diferentes unidades do *campus*, foram analisadas as condições concretas de vida, bem como o que representava para essas famílias o acréscimo financeiro resultante do auxílio-creche. Foram analisadas cinco entrevistas com servidores e uma com o cônjuge de um deles, e estudadas as condições de atendimento às crianças daquelas famílias que *optaram* pelo auxílio-creche, e o que representava para eles educação de qualidade**.** Finalmente, apresentou-se o tipo de educação e cuidado que as famílias oferecem aos seus dependentes, analisando-se sua relação com as matrículas na Creche Carochinha. Constatou-se que ocorreu homogeneização na oferta das vagas na creche, favorecendo os docentes e alunos, com um evidente desencorajamento para que os filhos de trabalhadores de menor renda frequentassem unidades educativas públicas com melhores condições e dificultando o convívio de crianças com diferentes perfis de renda hábitos, etnias e credos. Verificou-se que esses efeitos de adesão ao auxílio-creche por parte dos servidores classe Básico e de opção daqueles que têm maior renda e escolaridade por matricular seus filhos na Creche da USP provêm de diferentes posicionamentos de classes, em função de seus valores e possibilidades de acesso à informação e instrução.

Por último, já nas **Considerações finais,** traçou-se uma discussão sobre o caráter de transitoriedade das políticas públicas para a educação e o cuidado da criança pequena. Destacou-se a impossibilidade de reverter em curto ou médio prazo essas políticas, admitindo a fragilidade dos aspectos que envolvem a qualidade para o cuidado e a educação na primeira etapa da educação básica brasileira. Não sendo prioridade do Estado brasileiro, constatou-se que programas como o auxílio-creche vieram para ficar. Para essa análise final, foram consideradas as possíveis contradições sociais determinadas pelas crises estruturais do capitalismo, que resultam em reformas restritivas de direitos para as crianças abaixo de cinco anos.

1. AS POLÍTICAS SOCIAIS EM UM CONTEXTO DE CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

> A maneira como a sociedade atual trata os pobres é realmente revoltante [...]. Expõem-nos às mais vivas emoções, às mais violentas alternativas de medo e de esperança [...].
>
> **Engels** – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, 1844

Diferentes autores como Hobsbawn (1995), Gentili (1995), Fiori (1997), Antunes (1999) e Mészáros (2002) percorreram caminhos distintos para analisar a lógica das políticas neoliberais e, notadamente, sua relação com o chamado *Welfare State*, Estado de Bem-estar Social. Este consiste em uma orientação política e econômica que pretende que o Estado[1] seja o organizador da economia, defensor e protetor social, contudo dentro do quadro de propriedade privada dos meios de produção. Essa política foi muitas vezes apresentada como uma novidade, apta a conceder melhorias e, assim, desarmar em seu próprio terreno os movimentos que lutam pela transformação social.

O Estado de Bem-estar Social tem uma de suas origens, no fim do século XIX, em Bismarck, mentor do capitalismo alemão, que procurou neutralizar o socialismo emergente, associando forte repressão e choque frontal com os sindicatos e com os trabalhadores, notadamente socialistas, com modestas medidas de proteção social às quais se opunham muitos capitalistas (EUDE, 2008).

Em nosso conceito, identificamos dois aspectos distintos no Estado de Bem-estar Social: o explícito, que consiste em desenvolver a sociedade da forma mais igualitária "possível" nos marcos do capitalismo; e o implícito, que consiste em se opor a quaisquer tendências favoráveis a uma transformação estrutural da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, caberia ao Estado de Bem-estar Social assegurar a saúde, a educação e a assistência, por meio da oferta de serviços públicos para a população. Esse programa está associado, principalmente, a uma política de intervenção do Estado na economia em crise após a 2ª guerra mundial, em especial na França, na Inglaterra e na Bélgica.

No imediato pós-guerra, outra base da política de Bem-estar Social, ainda mais frágil do que aquela desenvolvida na América do Norte e na Europa Ocidental, ocorreu na Argentina e, em condições bem mais modestas, no Brasil. No caso da Argentina, sua política eclética de exportações durante a guerra na Europa permitiu acumular capitais que

[1] O Estado aqui é apresentado como histórico, concreto, de classe, e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia (PERONI; ADRIÃO, 2008).

financiaram as medidas sociais. Essas medidas trouxeram apoio considerável das massas operárias ao *peronismo*[2], por meio do sindicato único *Confederación General del Trabajo* (CGT). O atraso industrial do Brasil, pouco modificado pelo *getulismo*[3], permitiu avanços limitados, mas que mesmo assim resultaram em grande apoio popular ao presidente Getulio Vargas e ao seu partido "progressista", o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (AYERBE, 2008; VIGEVANI et all, 2008; ARAUJO, 2002; OLIVEIRA, 2009).

Múltiplas crises do capitalismo se sucederam e, mais recentemente, em 2008, uma inédita injeção de capitais públicos ocorreu para, literalmente, salvá-lo. Mészáros (2009), ao analisar a crise estrutural do capital, destaca um discurso do ex-presidente dos EUA: "[...] G. W. Bush disse na televisão que normalmente e instintivamente é devoto e crente apaixonado do livre-mercado, mas nas atuais e excepcionais circunstâncias precisa pensar em outros caminhos" (MÉSZÁROS, 2009, p. 20-21).

Como consequência, o governo dos EUA socorreu empresas e bancos com somas astronômicas. Recorremos novamente a Mészáros quando afirma: "a história ensina uma lição importante: que as grandes crises bancárias são essencialmente resolvidas pela injeção de grandes somas de dinheiro público" (MÉSZÁROS, 2009, p. 20-21).

Assim, a passagem de políticas ortodoxas a políticas intervencionistas, sempre para apoiar ou salvar o capitalismo, é constante na atitude das direções das classes dominantes. A apologia do livre-mercado é provisoriamente substituída pela apologia do intervencionismo salvador.

Conforme afirma Fiori (1997), "o tema da igualdade social apareceu no discurso dos liberais assim como no dos neoliberais, apenas enquanto igualdade de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos".

Ele continua:

> [...] os liberais nunca se preocuparam em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos (FIORI, 1997, p. 202-203).

Fiori ainda lembra que em Adam Smith, assim como nas mais atuais formulações e documentos neoliberais, aparece sempre a defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados, ou

[2] Presidente Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974).
[3] Presidente Getulio Vargas (1930-1945 e 1951-1954).

mesmo em que se manifestem situações de extraordinária carência social. Concluindo, para Fiori,

> [...] a simples defesa de políticas sociais compensatórias não chega a caracterizar a inexistência da posição neoliberal [...]. Generalizando, a posição neoliberal exata consiste em privatizar quando há lucro potencial e estatizar quando há perda, para que a sociedade absorva o déficit e os proprietários, banqueiros e acionistas, se apropriem do lucro (FIORI, 1997, p. 203).

Na realidade, o chamado *Welfare State* foi uma resposta burguesa no imediato após-2ª guerra mundial e nos 30 a 40 anos que se seguiram às crises e às necessidades de crescimento. Esse programa foi aplicado diretamente pelos governos social-democratas onde o movimento sindical era controlado por gigantescas centrais sindicais, especialmente na Europa Ocidental, como forma de conter a propagação dos processos revolucionários em curso.

Assim, do imediato após-guerra até os anos 1970-1980, predominaram políticas de melhoras sociais, amplamente financiadas pelo governo. Os sistemas de saúde e de ensino / cultura / educação dos países da Europa Ocidental prosperaram e possibilitaram avanços sociais inegáveis. Como destaca Fiori, "tinha ares igualitários e o novo liberalismo aparece como uma vitória ideológica que abre portas e legitima uma espécie de selvagem vingança do capital contra a política e contra os trabalhadores" (FIORI, 1997, p. 207).

Por último, vale considerar essa orientação política e econômica no que diz respeito aos acordos e convenções coletivas entre sindicatos e patrões. Não é foco dos nossos estudos a atuação sindical; não se trata de considerar o percurso do sindicalismo brasileiro, mas apenas as negociações sociais que, como afirma Oliveira-Véras, "foram criadas para produzir consensos sobre reformas trabalhista e sindical" (OLIVEIRA-VÉRAS, 2007, p. 67).

Autores como Fiori (1997), Oliveira-Véras (2007), Rizek (2007) e Paoli (2007) acreditam que, com o *Welfare State*, vieram também as estruturas sindicais de cooptação, de negociação permanente, que conduzem à formação de burocracias sindicais. Maria Celia Paoli discute a apropriação da linguagem crítica pelo Estado para neutralizar e cooptar os movimentos sociais e diz: "Desarmados e preocupados com as questões de gestão, planejamento, projetos, os movimentos organizados acabam tornando técnico-administrativas questões que eram políticas" (PAOLI, 2007, p. 226). Acredita a autora que um dos mecanismos que influencia diretamente o trabalhador, no plano das ideias, da subjetividade, é a introjeção de valores individualistas, que têm por objetivo fragmentar, dividir os

trabalhadores, perdendo, cada dia mais, sua capacidade de organização e de luta (PAOLI, 2007).

Tudo isso, entretanto, é feito dentro de horizontes bem limitados, de tal forma que o nível de vida da maioria da população continua distante daquele das classes dominantes. A política de Bem-estar Social foi mais a exceção do que a regra, e tem correspondido, com frequência, à necessidade de associar esforços desenvolvimentistas capitalistas a concessões às lutas sociais. A globalização não é global como fazem crer, conforme argumenta, por exemplo, Fiori:

> [...] a globalização tem sido parceira inseparável de um aumento gigantesco da polarização entre países e classes do ponto de vista da distribuição de riqueza, de renda e do emprego. Polarização visível, igualmente, dentro dos próprios países situados no epicentro da globalização e cujos efeitos sobre países de tipo continental têm sido na direção de aumentar as distancias e os conflitos internos nas formas de lutas cada vez mais frágeis ou, ainda pior, na forma de lutas separatistas, regionalistas ou nacionalistas (FIORI, 1996, p. 235 e 236).

Discutindo o Estado de Direito, Ricardo Antunes aponta como um dos traços críticos do capitalismo a crise do "[...] *Welfare State* ou do Estado do Bem-estar Social e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do capitalismo. Através da qual o Estado deve limitar seus gastos eliminando o déficit público [...]" (ANTUNES, 1999, p. 30). Neste artigo, o autor descreve o Encontro ocorrido no ano de 1988, em Washington, entre economistas de diversos países, de perfil liberal, com funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial e do governo norte-americano. Nessa oportunidade, foram acordadas algumas regras, configurando o que ficou conhecido como Consenso de Washington.

É Esping-Anderson (1995)[4] quem, comentando a respeito das *tipologias* do *Welfare State*, apresenta um quadro de tendências para as políticas públicas assim classificadas: **modelo escandinavo –** manutenção do pleno emprego por meio do emprego público; **modelo neoliberal** dos países anglo-saxões **–** redução do protecionismo, flexibilização de trabalho e salário, centralização dos mecanismos de seletividade social; e, por último, **modelo europeu-continental –** centrado na preservação da renda familiar (auxílios família, creche etc.).

Esses modelos de assistência e educação descritos, e particularmente os centrados na preservação da renda familiar, tornaram-se populares e estão assimilados e naturalizados,

[4] O autor acredita que o modelo social-democrata se assemelha ao modelo institucional redistributivo. Para ele é um modelo inclusivo, caracterizado pela integralidade e universalidade das políticas sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991).

vistos como uma nova orientação política para o cuidado e a educação das crianças. A globalização é um fato econômico, mas as orientações que daí resultam não são, *a priori*, universais. Como nada é eterno, as correntes social-democratas cuja sobrevivência política dependia das concessões do *Welfare State* foram, num certo momento, varridas pelas vitórias eleitorais e políticas conservadoras de Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1982), perdendo então, ao menos temporariamente, sua influência na classe trabalhadora. Essa perda de influência tem um caráter aleatório e cíclico, como no caso da eleição do trabalhista Tony Blair na Inglaterra, ou mesmo do Partido Democrata do governo de Bill Clinton nos EUA. Eles venceram as eleicões pois foram considerados uma altenativa à política neoliberal dos seus antecessores[5].

Isso é visível de forma quase caricatural na política, ou no esquecimento da política, conforme anuncia Novaes (2007). As concessões permitidas pelo *Welfare State*, quando viáveis, são sempre úteis para os trabalhadores e, na realidade, podem tanto reforçar quanto adormecer o ímpeto da luta de classes, dependendo das circunstâncias, da política e da autoridade moral das direções políticas, o que nao é objeto desta reflexão.

1.1 Da relação entre o Estado de Bem-estar Social no Brasil e a realidade da educação à pequena infância

No Brasil, a desigualdade social ainda apresenta grandes proporções. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

> [...] os determinantes da pobreza e da desigualdade são muitas vezes diferenciados dependendo das características do ambiente onde ocorrem. A produção econômica, o nível educacional da população que a prepara para as oportunidades do mercado de trabalho, as condições de saúde e educação são alguns dos indicadores que afetam o bem-estar. (IBGE, 2003)[6]

Assim, os recursos brasileiros destinados à população excluída foram sempre insuficientes. Programas com poucos investimentos para as políticas sociais foram marcados pela descontinuidade e, em geral, pelo fracasso. Jamais o Brasil considerou os gastos com

[5] Tony Blair utilizou a ideologia da "terceira via", juntamente com seu pseudo-trabalhismo, para vencer as eleições depois de 18 anos de um governo conservador. Políticos de diferentes tendências social-democráticas, como Tony Blair (Inglaterra), Lionel Jospin (França), Romano Prodi (Itália) e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, buscavam esse modelo como orientação para seus governos.

[6] O conceito de bem-estar apresentado aqui está ligado à metodologia de análise da pobreza e da desigualdade (IBGE, 2003).

políticas sociais como "investimento"; as políticas adotadas no Brasil são na sua estrutura semelhantes às antigas políticas "assistencialistas", destinadas mais a "remediar a pobreza" do que a efetivamente criar uma maior eficiência econômico-produtiva e, assim, gerarem novas e maiores riquezas (ROSEMBERG, 2002).

A criação das Ações Integradas de Saúde (AIS), do Sistema Único de Saúde (SUS), dos mecanismos de seguro-desemprego, são exemplos claros dessa tentativa rumo à frustrada universalização dos direitos sociais. A política social brasileira ainda não cobre as necessidades básicas da população de mais baixa renda de maneira a evitar a perpetuação da miséria e gerar novas riquezas; pensar em universalizá-la sem mudar os padrões de financiamento soa meramente retórico. Vale lembrar que, mesmo após a Constituição brasileira de 1988, que consagrou o ideário da universalização das políticas sociais, estamos em uma fase na qual as condições econômicas eventualmente necessárias para se chegar a um universalismo de fato se tornaram cada vez mais precárias. O Brasil passou toda a década de 1990 dependendo de empréstimos do Fundo Monetário Internacional e sujeito às regras do Consenso de Washington, que privilegiavam (e privilegiam) os interesses dos capitais financeiros internacionais e são avessas a quaisquer políticas sociais. Sendo assim, crise econômica, crise nas finanças públicas e direitos constitucionais adquiridos passam a ser, desde meados dos anos 1990, alguns dos desafios a serem enfrentados numa eventual reforma do Estado.

A crise do Estado de Bem-estar Social no Brasil chegou antes que ele pudesse ser, de fato, implantado. Mais recentemente, o governo Lula "herdou" alguns programas de governos anteriores. É Luiz Carlos Bresser Pereira, principal representante do governo Fernando Henrique Cardoso, quem afirma:

> [...] a contribuição deste governo [FHC] para o terceiro setor e para os organismos de controle social da administração pública é inestimável. Mas seu governo não ficará na história como o grande governo que poderia ter sido porque deixou a desejar no plano gerencial [...]. Não apenas porque não logrou retomar o desenvolvimento: na verdade não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixa uma herança pesada para o futuro governo em termos de altas dívidas – internas, ou do Estado, e externa, ou do país – e de altos déficits – públicos ou do Estado, e externo, ou da nação (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 7).

As autoras Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) analisaram o Plano de Reformas (PDRAE-BRESSER-PEREIRA), destacando os modelos defendidos ali. Orientam as autoras que a sociedade civil é representada nesse Plano pelo setor público não estatal, ou seja:

organizações não governamentais, filantrópicas e comunitárias, como também outras associações similares. Afirmam as autoras: "Esses organismos, criados com o objetivo de prover serviços sociais na área de saúde, educação, proteção contra o crime [abrigos para crianças, velhos e indigentes], enfim, de alívio à pobreza, têm em comum o fato de serem não-lucrativos e fazem parte da sociedade civil" (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 4-5).

Vale destacar que Luiz Carlos Bresser Pereira foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare); foi ele quem anunciou naquela oportunidade um Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE, 1995) que previa uma reforma do Estado dividida em três planos: no enfrentamento da crise fiscal, na mudança do foco de sua intervenção econômica e social e na mudança da estrutura administrativa. Para estudos de políticas públicas como são os benefícios[7], é interessante analisar os propósitos dessas intervenções.[8]

O governo Lula (2003-2010) deu continuidade à ampliação das políticas públicas ligadas ao setor público não estatal. Com o Programa Bolsa Família, por exemplo, em 2006, foram atendidos 11 milhões de pessoas, e com o projeto Renda Básica de Cidadania, redistribuiu-se menos de 1% do PIB brasileiro (SUPLICY, 2002). Assim, modelos de auxílios e bolsas foram se multiplicando após a década de 1990, responsabilizando cada vez mais a família na administração do dinheiro público, centrando as decisões dessas políticas na renda familiar (PAOLI, 2007).

Conforme comentamos anteriormente, temos uma Constituição que preconiza vários direitos sociais. Recentemente, advogados trabalhistas discutiram em Belo Horizonte, Minas Gerais, no XXXI Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, alguns desafios do direito de trabalho em contextos das crises capitalistas. Esses defensores dos direitos afirmaram nessa oportunidade:

> Importante ressaltar que, embora o Brasil não tenha vivido a real experiência do Estado de Bem-estar Social, esses valores ora conquistados, incorporaram-se na nossa cultura jurídica, a ponto de estarem inseridos nos princípios e regras da Carta Magna de 1988. Todavia, a partir da década de

[7] *Benefício* aqui é entendido como direito conferido por força de alguma legislação social. O pressuposto segundo a Organização Internacional do Trabalho é que os benefícios devam ser distribuídos possibilitando mais inclusão social para dar continuidade ao processo de globalização (DONZELE, 2004). Foram adotadas nesse trabalho as palavras *benefícios* e *beneficiários*, conforme grafado no *site* da USP. A pesquisadora tem consciência das contradições contidas nessa denominação que tem sido utilizada pelos ideólogos das políticas neoliberais.

[8] As transformações no escopo estatal, entre 1995 e 2002, têm como documento norteador o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, em novembro de 1995, sob a coordenação do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 5 set. 2010.

> 1970, diante dos acontecimentos das crises fiscal do Estado e do petróleo, do recrudescimento do desemprego, da terceira revolução tecnológica, da acentuação da concorrência internacional, da reestruturação empresarial, entre outros, bem como diante da incapacidade de reação imediata dos keynesianos[9] na superação destes fatos, verifica-se, no sistema capitalista, um processo de desconstrução cultural em torno da essencialidade do valor-trabalho, por meio da "internalização acrítica do pensamento ultraliberal", pressuposto do globalismo (MELLO et al., 2010).[10]

Analisam durante esse debate a crise capitalista de 2008 / 2009 dos países com políticas de Bem-estar Social implantadas, como a França e a Suécia, e afirmam:

> [...] a corrente neoliberal propagou a insustentabilidade, a crise, o esgotamento, o declínio e até o fim do modelo do Estado de Bem-estar Social para difundir a ideia de um novo paradigma na vida socioeconômica, não mais atrelado às noções e realidades do emprego e do trabalho (MELLO et al., 2010).

Nesse contexto, sem garantias sociais, alguns programas compensatórios como auxílio-creche ou bolsa escola, orientados segundo a lógica do Estado do Bem-estar Social, sugerem, como princípio, a **inclusão social**. Exclusão e inclusão são, conforme aponta Pablo Gentili (1995), um binômio cujo conteúdo só é revelado se a abordagem for feita em conjunto, e não isoladamente por um dos pólos – incluir *versus* excluir. Para o autor, essa é uma contradição fundamental entre trabalho e capital. Nesse sentido, quando imaginamos poder incluir, criamos uma ilusão de equidade. Como ressalta Gentili, "existem novas e não tão novas formas de exclusão sociais e educativas vividas hoje na América Latina. Essas formas de exclusão são supressões completa de comunidades de serviços públicos de qualidade [...]" (GENTILI, 1995, p. 28).

---

[9] As teorias que pretendem explicar certas posições do Estado em relação a seus direitos e obrigações, sobretudo no que se refere às questões econômicas, correspondem ao **liberalismo**, e uma de suas variantes é o **keynesianismo**. Tais teorias tentam explicar quais as funções do Estado, sua melhor forma de organização e até onde o mesmo deve interferir ou se omitir nas diversas situações. O **liberalismo** baseia-se na ideia defendida por **Adam Smith**, e seguidores, segundo a qual o próprio capitalismo contém mecanismos racionais e eficientes de autorregulação das condições socioeconômicas de uma sociedade. Dessa forma, o papel do seu Estado deveria se limitar a duas funções: cumprir os contratos e garantir a propriedade privada. Essa "mão invisível" do capitalismo começou a ser criticada no final do século XIX. Assim, pretendendo oferecer uma saída para a crise vivenciada, **John Maynard Keynes**, em 1926, formulou uma teoria que rompia totalmente com a ideia liberalista "*laissez-faire*", afirmando que o Estado deveria, sim, interferir na sociedade, na economia e nas áreas que achasse necessário. O modelo do Estado intervencionista *(Welfare State*) foi adotado por muitos países após o fim da 2ª guerra mundial, já que a interferência estatal parecia essencial para a recuperação do mundo no pós-guerra. A partir dos anos 1960, com a crise dos países centrais, ocasionada pela acumulação intensiva e por uma regulação monopolista, o **keynesianismo** também foi questionado, pois problemas como inflação e instabilidade econômica tornaram-se reais. Surge assim um novo modelo de liberalismo: o **neoliberalismo,** que estabelecia certo limite ao Estado e afirmava que as garantias da liberdade econômica e política estavam ameaçadas pelo intervencionismo (SANDRONI, 2005).

[10] O artigo ora citado foi elaborado a partir da apresentação do painel de José Dari Krein, "Direito do Trabalho, Globalização e Desregulamentação", no XXXI Conat, em Belo Horizonte, 2009.

As crianças excluídas da creche, da pré-escola e da escola, e das atividades culturais em geral, em decorrência de guerras, de conflitos armados, da exploração do trabalho infantil, da exploração sexual, do desemprego dos pais, são em número ainda alarmante. Quanto mais pobres as nações, mais distantes estarão do acesso aos bens culturais que garantem vida digna.

É somente com este "olhar" que conseguiremos, talvez, apreender e compreender as contradições próprias da acumulação capitalista e a tradução da lógica das políticas neoliberais. Assim, neste trabalho buscaremos analisar a categoria *benefícios* para trabalhadores considerando, como apresentou Coutinho (2008), as reformas em curso. Segundo o autor: "Estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra 'reforma': o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação de mercado etc., significam agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle" (COUTINHO, 2008, p. 100). Pode-se ler como uma operação de apropriação do conceito de "reforma", que, ligada às ideias progressistas, foi absorvida pelos programas de políticas públicas e, segundo Coutinho, tem sido em grande medida bem sucedida.

Portanto, não basta discutir a inclusão no cuidado e na educação infantil num país como o Brasil, no qual, ainda hoje, 45% das famílias que possuem crianças de até seis anos de idade vivem com menos de meio salário mínimo. Peroni, durante a década de 1990, realizou um estudo sobre as reformas educacionais em municípios brasileiros, mostrando como diminuiu o espaço para as políticas e direitos sociais. Lembra que, na redefinição do papel do Estado, houve "uma incorporação da lógica empresarial da produtividade no interior do próprio aparelho do Estado. Portanto, o Estado está privatizando ou repassando parte de suas responsabilidades para a sociedade civil [...]" (PERONI, 2003, p. 90 e 91).

Outros autores (ANDERSON, 1995; MÉSZÁROS, 2009) também orientam suas análises à crise estrutural do capitalismo e afirmam que crises determinam as reformas do Estado (da previdência, sindical, trabalhista, tributária, do judiciário, da educação e outras), retiram direitos constitucionais, obrigam à reestruturação produtiva do mundo do trabalho que gera mentalidades conformadas, reforçando a submissão do trabalho ao capital. Pertencer ou não, estar incluído ou não em uma sociedade dividida em classes, são conceitos que requerem cuidado especial de análise. Quaisquer que sejam os processos de trabalho – taylorismo / fordismo, toyotismo, neofordismo etc. – é necessário compreendê-los como subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, TRAGTENBERG, 1992).

Algumas formas de educação e cuidado à infância, conforme já salientamos, resultam de crises estruturais, que delineiam, por sua vez, as reformas do Estado, que retiram direitos e tornam precárias as relações de trabalho. Trata-se do caminho inverso àquele das reformas chamadas "progressistas", mas por isso mesmo valorizado pela população, apesar de seu valor limitado e de sua instabilidade constante (MÉSZÁROS, 1993).

Novamente recorre-se a Fiori (1995) quando debate a respeito da restrição progressiva que vêm sofrendo as políticas públicas, em especial as de natureza social, como consequência do avanço das políticas e reformas liberais. Já em 1997, em um seminário sobre "Controle social e política social: tendência e perspectivas" o autor alertou para o fato de que um dos impactos das políticas públicas de caráter neoliberal na América Latina é que elas são absorvidas amplamente, sendo retraduzidas para o plano prático pelas recomendações econômicas do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Será analisado, neste trabalho, o Auxílio-creche USP, buscando verificar se este é um exemplo de absorção desse modelo.

2. AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL

No Brasil, a questão da guarda e da educação das crianças tornou-se assunto principal no debate político, na legislação social e nas reformas da educação infantil. Nesse sentido, esse não é um debate novo, pois está presente nas diferentes pautas desde o começo do século XX até os tempos atuais (KRAMER, 1984; KISHOMOTO, 1988, OLIVEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 1989; GOMES, 1996; FRANCO,1984; ROSEMBERG, 1989; KUHLMANN, 1998, FREITAS e KUHLMANN, 2002; MELLO, 2002). O debate sobre qualidade na educação infantil também foi ampliado na década de 1990. Há relatos de experiências em diferentes países como Chile (ROSSETTI-FERREIRA et al, 2002), Itália (GALARDINI, 1996) e Brasil (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995e ARCE, 2008) que discutem instrumentos e apresentam o contexto da época, além da concepção de criança, de família e de educação, presentes em cada modelo.

Isso porque, nas sociedades contemporâneas, mulheres, homens ou casais que acabaram de ter ou assumir novos filhos se interrogam sobre como organizar suas novas rotinas. São diferentes constelações familiares que cuidam da criança pequena e a educam. Mulheres ou homens sozinhos, casamentos agregados que “herdam” enteados das duas famílias, crianças que ficam em casa com empregadas, enfermeiras ou vizinhas. Ainda vemos avós e avôs, tios e amigos que dividem o cuidado de algumas crianças durante a semana. Por fim, e com crescente importância, há as instituições como creches, berçários e pré-escolas privados e públicos. Uma importante publicação foi editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009) sobre o perfil das famílias que têm filhos matriculados na educação infantil.

Esses arranjos familiares de educação e cuidado de crianças nem sempre foram organizados dessa forma. Relatos históricos mostram que a família nuclear e, particularmente, o cuidado exclusivo da criança pequena pela mãe constituem um fenômeno do século XX e não generalizado no mundo. Na própria sociedade contemporânea têm-se multiplicado diversas formas de estruturação e reestruturação familiar, com crianças frequentemente convivendo com pais separados, com seus novos companheiros e com irmãos de outras uniões. Ademais, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado significativamente o número de mães que trabalham por longos períodos diários fora de casa. Em estudo recente, Rosemberg (2010) analisa dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE, 2008) referentes ao trabalho da mulher, e observa que:

> [...] 46,7% das mulheres brasileiras trabalham fora de casa. Para as famílias brasileiras, de todo o tipo de organização, o trabalho da mãe se tornou imprescindível para a manutenção da qualidade e do padrão de vida, especialmente após o aumento para 16 anos da idade legal para ingresso no mercado de trabalho. Além disso, vem ocorrendo um aumento das famílias "chefiadas" por mulheres: 25,4% em 2005[...] (ROSEMBERG, 2010, p. 4).

Esse longo período da mulher fora de casa faz com que haja um cuidado compartilhado das crianças, mesmo das bem pequenas. No começo do século XX, no Brasil, eram poucas as histórias, pesquisas e bibliografias sobre crianças pequenas educadas e cuidadas em espaços coletivos. A partir da criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, as creches assistenciais se expandiram[1]. Essa expansão ocorreu fundamentada em algumas premissas que articulavam um rígido controle sobre os hábitos da criança e de sua família a uma concepção ligada à guarda das crianças, condicionada ao trabalho da mulher fora do lar (ROSEMBERG, 1992; ARCE, 1997 e 2002).

As iniciativas envolviam a parceria entre o Estado e organizações não governamentais (ONGs) encabeçadas, à época, pela própria LBA, por meio de programas como creches-casulos, mães crecheiras[2] e similares. Os estudos mostram que a LBA expandiu o atendimento à custa de um trabalho de péssima qualidade, em espaços mal adaptados, desenvolvido por leigos e utilizando a mão de obra local, das comunidades pobres, a maioria das vezes para filhos de trabalhadoras sem vínculos trabalhistas, que trabalhavam como voluntárias (ROSEMBERG, 1986).

Conhecemos, ainda, o legado da Legião Brasileira de Assistência: corrupção, desvios de verbas públicas, reinado das primeiras damas, clientelismos e crianças pobres sem uma educação de qualidade. No início da década de 1980, as mulheres de prefeitos e dos militares também utilizavam o Órgão para distribuir presentes e / ou esmolas a entidades filantrópicas, incidindo até o início da década seguinte com as denúncias de desvio de verbas da LBA na

---

[1] Darcy Vargas, primeira dama em 1942, inaugurou esse órgão com o objetivo de ajudar às famílias dos soldados enviados à 2ª guerra mundial. Em 1979, o então presidente general Ernesto Geisel assina um novo Estatuto para a LBA (Decreto nº 83.148; 8/2/1979). O novo Estatuto trata de apresentar a nova finalidade que é, primordialmente, "promover, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a implantação e execução da política nacional de assistência social, bem como orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executoras dessa política. [...] [para as crianças] na faixa de 0 a 6 anos de idade, assistência aos excepcionais e amparo à velhice" (Arts. nº 2 e nº 8).

[2] Definimos como mães-crecheiras ou creches domiciliares aquela modalidade de atendimento em que mulheres cuidam de crianças em sua própria casa.

administração Roseane Collor de Mello (governo Collor – 1991). O trabalho de Mestriner (2008) descreve as políticas filantrópicas no Brasil apresentando a fase de 1930 a 2000 subdividida em cinco períodos. Segundo a pesquisadora, a LBA nasceu com a *filantropia disciplinadora* (1930-45), fez parceria com uma *filantropia partilhada* sob o âmbito educacional entre 1946-64, durante 21 anos foi organizada por uma *filantropia de clientela e apadrinhamento* (1964-85) e, no quarto período, por uma *filantropia vigiada* entre benemerência e assistência social. A partir de então, viria o último período, que a autora analisa como sendo da *filantropia democratizada* (1994 a 2000), do governo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. A LBA foi extinta no início desse período, em 1º de janeiro de 1995 (MESTRINER, 2008, p. 217).

Entre as entidades filantrópicas e conveniadas, sem fins lucrativos, e o atendimento progressivo, embora tímido, em redes municipais próprias, foi no século XX, fruto da ação de vários movimentos sociais organizados, que o acesso à educação infantil se formalizou enquanto direito. Legalmente, o direito da criança ao atendimento em creches e pré-escolas passou a ser garantido, no Brasil, apenas a partir da promulgação da Constituição de 1988, enquanto *direito da criança, opção da família e dever do Estado* (artigo 208, inciso IV).

A educação infantil passa a ser, portanto, um direito de toda criança e uma obrigação do Estado. Assim, a criança não é obrigada a frequentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o poder público tem o dever de atendê-la. Os anos seguintes foram anos de debates e de esforço de implementação de direitos para a infância brasileira. O debate sobre a quantidade e a qualidade de atendimento para a educação infantil consolidou-se (CAMPOS, 1997; CAMPOS et al, 1993 e 2004; MEC, 2004). Dezenas de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) diziam respeito à educação infantil, tratando de temas como diretrizes curriculares e formação de docentes da educação infantil (por exemplo, as Resoluções CNE/CEB nº 2/2001, nº 1/2002 e nº 1/2003). Outros pareceres também publicados pelo CNE trataram de assuntos como o currículo, a formação prévia e continuada, e também a supervisão de creches e pré-escola privadas ou sem fins lucrativos (por exemplo, o Parecer CNE/CEB nº 34/2001).

As vantagens de se frequentar a educação infantil foram destacadas também em 2001 pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172/2001), que assume que

> os efeitos positivos da educação infantil sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, é uma das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, de formação da inteligência e da personalidade,

> com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior (PNE, 2001, p. 9).

Mesmo considerados esses efeitos, o Plano foi organizado mais como uma "carta de intenções"; apesar das recomendações de uma educação infantil de qualidade e *prioritariamente para as crianças sujeitas à exclusão ou vítimas delas.* Naquela oportunidade não houve destinação de verbas adicionais para a superação desse panorama e não se aprovou uma legislação que garantisse recursos para alcançar as metas do Plano (VALENTE; ROMANO, 2002).

Em consonância com essas intenções, em 2006, o MEC, por meio da Coordenadoria Geral de Educação Infantil (Coedi) do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (DPE), apresentou um documento denominado "Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação". Esse documento sintetizou a história desse nível de educação nos últimos 30 anos e apontou diretrizes, metas, objetivos e estratégias.

Em 2007, um novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb, Lei nº 11.494/2007) incluiu a educação infantil nos repasses de recursos da União para os municípios, o que faz supor um crescimento das matrículas nessa etapa inicial da Educação Básica. O Decreto nº 6.253/2007 regulamentou o Fundeb, operacionalizando o processo de conveniamento para a educação infantil. Em 2009, o Ministério de Educação e Cultura publicou as "Orientações sobre convênios entre secretaria municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta da educação infantil" (BRASIL, 2009). Esse documento foi organizado por um grupo de trabalho (nº 4 – 4/4/2008, SEB/MEC) instituído e organizado pela Secretaria de Educação Básica. Entre os colaboradores estavam militantes, especialistas e dirigentes[3] que organizaram, nos meses de agosto e setembro de 2008, seminários em seis regiões brasileiras sobre o processo de conveniamento.

Os dados do Censo Escolar de 2008 (MEC) já mostram um crescimento de 3,2% do total de matrículas nessa etapa da educação em relação a 2006, sendo que no segmento de creches o acréscimo foi de 10,9%.[4] Entretanto, esses números ainda estão longe de responder ao Plano Nacional de Educação (PNE), que previa que em 2006 deveriam estar matriculadas 30% das crianças de zero a três anos e, até 2011, 50% nessa mesma faixa etária. A oferta de

---

[3] Entidades representadas: Anped, Contee, Mieib, UNCME, Undime e Unesco. Fonte: Portal MEC. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman>. Acesso em: 17 set. 2010.

[4] Fonte: Portal do Inep. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 17 set. 2010.

vagas na educação infantil ainda apresenta duas situações distintas. Enquanto na pré-escola faltam apenas 2,4 pontos percentuais para atingir a meta proposta, na creche somente 17,1% das crianças são atendidas. São 33 pontos percentuais abaixo do esperado (Censo Escolar, MEC, 2009).

Por outro lado, foi possível cumprir a meta de cobertura do PNE para crianças de quatro a seis anos, que era de 60% até 2006. Espera-se, em 2011, 80% de cobertura, já que 77,6% de crianças são atendidas na pré-escola. Isso significa que é preciso colocar mais de 22,4% das crianças dessa faixa etária na educação infantil. Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicilar (Pnad), do mesmo período, revelaram que a taxa de escolarização de crianças com quatro a cinco anos era de 72,8%.

Outro ato governamental que poderá ter impactos é a aprovação, no Senado, de uma Emenda Constitucional (EC nº 59/2009) que determina que as crianças entrem obrigatoriamente na pré-escola a partir dos quatro anos. Os municípios terão até 2016 para cumprir a nova Lei. *Obrigatoriedade* significa que a família é obrigada a matricular, e o poder público, a providenciar a vaga. Os pais e / ou o Estado podem ser penalizados pelo Ministério Público se não cumprirem essa determinação.

Rosemberg, Campos (1985) afirmam que, historicamente, as redes privadas sem fins lucrativos (filantrópicas ou confessionais) de creches são as que oferecem maior número de vagas. Outros autores (ARELARO, 2008; BORGHIA; ADRIÃO; ARELARO, 2009) consideram que esse crescimento deve-se aos convênios realizados entre o poder público municipal e as instituições privadas para a oferta de educação infantil. Outro aspecto que parece ser importante considerar é que dezenas de unidades privadas com e sem fins lucrativos ainda funcionam em municípios brasileiros sem regulamentação e sem convênios ligados a órgãos públicos, denominadas *creches / pré-escolas clandestinas* (ARAÚJO, 2009).

A tabela a seguir (**Tabela 2.1**) apresenta um exemplo de um município paulista, Ribeirão Preto, localizado na região Sudeste do Brasil. Os dados de matrículas da educação infantil já estão organizados segundo o Censo Escolar de 2008. As matrículas são de crianças que frequentam apenas a rede regulamentada, das quais 55,5% (3.439) referem-se a unidades públicas (estadual e municipal) e 44,5% (2.751) a unidades privadas com e sem fins lucrativos. Comparado ao Censo de 2006, houve um aumento das vagas para as creches públicas de 30% (2.403) e uma pequena oscilação nas matrículas para as creches privadas com menos de 12 vagas (2.763).

Tabela 2.1 – Matrículas na educação infantil no município de Ribeirão Preto (Censo Escolar 2008)[5]

	Total	Creche	Pré-escola
BRASIL	6. 608.098 100%	1.334.836 20,2%	5.273.262 79,8
Estadual	311	247	64
Municipal	13505	3192	10313
Privada Particular	5137	1982	3175
Privada Particular Conveniada Municipal	39	15	27
Privada Comunitária	122	68	54
Privada Comunitária Municipal	0	0	0
Privada Filantrópica com Alimentação	2099	593	1506
Privada Filantrópica com Alimentação Conveniada ao Estadual	0	0	0
Privada Filantrópica com Alimentação Conveniada Municipal	201	63	138
Privada Filantrópica sem Alimentação	154	30	124
Ribeirão Preto	21.591 0,32%	6190 0,46%	15401 0,29%

Sabe-se que, a partir de 2004, esse município ampliou vagas na rede de creches própria sem ampliar unidades. A Secretaria Municipal de Educação ofereceu vagas em período parcial para a população que frequentava período integral. Nessa oportunidade, muitas famílias aderiram, com receio de os filhos não frequentarem período algum.[6] Assim, com a inclusão da educação infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)[7], um dos aspectos polêmicos foi incluir nesse Fundo as matrículas das instituições de educação infantil privadas sem fins lucrativos. Isso porque, mesmo considerando a expansão das décadas anteriores ao Fundo, manteve-se o princípio de distintos padrões de educação para atender a situações sociais diferenciadas (PINTO, 2008; ARELARO, 2008).

[5] Fonte: MEC / Inep / Censo Escolar – 2008.
[6] Fonte: Ciranda em Defesa da Educação Infantil pública e de qualidade para todos, 2007). Disponível em: <http://ciranda-educacao.blogspot.com>. Acesso em: 17 set. 2010.
[7] "Lei nº 11.494/2007 (Lei do Fundeb) Art.8º § 3º - Admitir-se-á, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2o deste artigo, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei."

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relacionam a renda familiar e a frequência à escola; entre a população que vive com até meio salário mínimo per capita, apenas 18,5% das crianças com idade entre zero e três anos frequentam a escola. Quando a faixa salarial sobe para mais de três salários mínimos, o percentual sobe para 46,2%. No grupo de quatro a seis anos, a taxa é de 77,1% para as crianças pobres, e de 98% para as de família com renda mais alta. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 foram apresentados e discutidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) e também revelam o perfil das famílias das crianças de zero a cinco anos que frequentam creches e pré-escolas no Brasil. Os Institutos confirmam: as crianças cujas famílias dispõem de faixa salarial mais elevada têm direito garantido também à educação infantil. Dessa forma, a probabilidade de a criança frequentar creche e / ou pré-escola está correlacionada à renda familiar. Em especial na faixa etária de zero a três anos, é grande a participação das famílias com renda acima de três salários mínimos.

Em dezembro de 2009, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) publicou um boletim no qual apresenta o perfil das famílias com crianças de zero a cinco anos que frequentam unidades educacionais. Os pesquisadores apontam que há diferença de 20 pontos “ao considerar as famílias com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo comparada com aquelas com renda entre três a cinco salários” (Inep, 2009, p. 8).

A tabela a seguir (**Tabela 2.2**) apresenta números de alunos na educação infantil, por faixa etária, considerando as diferenças também das regiões brasileiras.

Tabela 2.2 – Número de alunos na educação infantil na creche / pré-escola por faixa etária e taxa de frequência na EI segundo a região geográfica, 2010[8]

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Até 3 anos População			4 a 5 anos População		
	Total	Frequenta Escola	Taxa que frequenta escola	Total	Frequenta Escola	Taxa que frequenta escola
Brasil	**10.726.657**	**1.942.361**	**18,1%**	**5.765.405**	**4.196.976**	**72,8%**
Norte	1.130.993	94.448	8,4%	631.735	407.289	64,5%
Nordeste	3.466.329	516.758	14,9%	1.823.225	1.447.498	79,4%
Sudeste	3.912.324	861.323	22,0%	2.112.598	1.619.705	76,7%
Sul	1.397.670	343.312	24,6%	765.337	454.956	59,4%
Centro-Oeste	819.341	126.520	15,4%	432.510	267.528	61,9%

Esses dados, no Brasil, foram (e são) usados para justificar a frequente ampliação das políticas como o auxílio-creche, reduzindo as políticas de direitos, como vagas em creches e pré-escolas. O novo sistema ampliará o atendimento das famílias que recebem menos de dois salários mínimos; resta saber se dessa forma, serão respeitadas as metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que, entre outras, sugere padrões mínimos de qualidade para toda a educação infantil brasileira. Teme-se que a expansão no setor se dê exatamente pelo crescimento no setor privado não lucrativo que, em geral, apresenta os piores padrões de qualidade (COSTA; ARELARO, 2008; DOMICIANO, 2009).

Entretanto, já se reconhece nos movimentos e nas redes da sociedade civil brasileira a urgência de organizar a destinação das verbas para o atendimento da educação básica com referenciais de qualidade. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, definiu referenciais de Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQI (CARREIRA; PINTO, 2007 e 2008)[9]. Apesar dos avanços significativos, continuam a existir diferentes infâncias para diferentes classes sociais. A infância bem cuidada, protegida, educada, que jamais foi uma realidade brasileira, enfraqueceu-se também enquanto ideal. Essa ideologia foi criada em contraste com a dura realidade e a breve infância das crianças da classe trabalhadora. Inicialmente, foi um dos alicerces da construção do desenvolvimento, um elemento da ambição liberal e conservadora para, por meio das iniciativas estatais e de voluntários, melhorar o cotidiano das pessoas. Sandin (1999) estudou a infância na Suécia e considerou ser

[8] Fonte: Pnad/IBGE. Tabela elaborada pela DTDIE/Inep em 27/1/2010.

[9] Custo Aluno Qualidade Inicial é um conceito construído junto ao movimento social organizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Um Parecer (CNE nº 8/2010) sobre o custo / aluno / ano descrito pelo CAQI foi apresentado na Câmara de Educação Básica e, no momento em que esta tese era escrita, esperava homologação do Ministro da Educação Fernando Haddad.

essa a engenharia social que, posteriormente, tornou-se o ideal da social-democracia e de seu Estado de Bem-estar Social. Como não foi universalizado o acesso à educação infantil, bem como os critérios de qualidade, os princípios, as regulamentações e as normas para a educação e o cuidado coletivo da criança abaixo de seis anos, cada criança acaba tendo direito a uma determinada infância segundo a classe social em que estiver inserida. É nesse sentido que defendemos a existência de diferentes infâncias.

Peroni (2003), em seu trabalho sobre as políticas educacionais dos anos 1990, analisou a redefinição do papel do Estado brasileiro naquele período e afirmou que

> somente a partir da Reforma do Estado de 1994/96, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o setor privado não lucrativo (filantrópico, confessional ou comunitário) aparece legalmente como forma institucional do serviço **público não estatal**. O principal sustento teórico encontra-se nas concepções políticas da 3ª via que nesse caso foram apresentadas pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira" (PERONI, 2003, p. 61).

Um projeto de educação infantil para as camadas de baixos salários impõe a discussão e o enfrentamento de aspectos estruturais, os quais se envolvem necessária e diretamente com a própria dinâmica da mundialização do capital.

Dados os custos envolvidos, um projeto de educação infantil de qualidade para todos entra em choque direto com as reformas implantadas em boa parte dos países do mundo. Vale lembrar que países como França e Inglaterra, com tradição de assistência social, de política de emprego e de salário, estão abandonando os trilhos do Bem-estar Social. Assim, é difícil vislumbrar, mantidas as atuais circunstâncias, a possibilidade objetiva de os Estados capitalistas periféricos conseguirem investir em políticas sociais duradouras (GENTILI; SADER, 1995).

É nesse contexto que nos interessa estudar o auxílio-creche, visto que esse benefício gera diferentes formas de atendimento à infância, muitas vezes de baixa qualidade. São formas de assistência que resultam, conforme já salientamos, de crises estruturais, que delineiam, por sua vez, as reformas do Estado, que retiram direitos e tornam precárias as relações de trabalho. Trata-se do caminho inverso àquele das reformas chamadas "progressistas", mas por isso mesmo valorizado pela população, apesar de seu valor limitado e de sua instabilidade constante (MÉZAROS, 1993).

Gil (2000), ao medir o impacto do sistema de *voucher* (vale-educação) nas escolas chilenas em seu trabalho de mestrado, mostrou como algumas práticas de terceirização, tão em voga, são usadas também como um subterfúgio para a implementação de políticas de

desresponsabilização dos governos centrais e locais. A esse respeito, afirma: “a onda de privatização atinge de modo cada vez mais forte as atividades educacionais, até então tidas como fundamentais e preservadas do mercado capitalista, com espaços delimitados para os empresários de ensino” (GIL, 2000, p. 123).

Diferentes modelos aparecem também em municípios brasileiros, que planejam parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e mesmo com empresas particulares de educação para realizarem convênios ou compras de vagas ou investir em “pacotes pedagógicos” (métodos, apostilas, consultorias etc.). Um novo exemplo de auxílio, vale ou repasse de verbas para educação infantil que está sendo discutido é constituído por um Projeto de Lei (PL) da Câmara de Vereadores de São Paulo. O PL instituiu a bolsa-creche para todas as crianças registradas na demanda. O valor, segundo o autor da proposta, é de 50% do salário mínimo e se for aprovado atenderá 67 mil crianças de até três anos de idade (FERRAZ; TORREZAN, 2009).

Exemplo didático, e já implantado, é o programa bolsa-creche em Piracicaba – Lei nº 5.081/2001, que autoriza compras de vagas nas creches particulares, e os 129 municípios do estado de São Paulo que passaram a usar os recursos públicos destinados ao setor para pagar convênios com sistemas privados de ensino, como o Objetivo, o COC e o Anglo Nos casos de Piracicaba e Hortolândia, o repasse é feito diretamente aos estabelecimentos conveniados, e não às famílias; as “bolsas” são administradas através de contratos e as escolas particulares em questão não recebem supervisão ou orientação constante da Prefeitura (DOMICIANO; ADRIÃO, 2005)

Pode-se prever que a tendência das famílias beneficiadas nos casos onde o repasse lhes é feito diretamente, como no exemplo do PL Auxílio-creche de São Paulo, será ou de contratar outras mulheres, ou de colocar a criança em creches de baixa qualidade. No caso da primeira opção, serão as novas creches domiciliares ou mães-crecheiras, modalidades de atendimento em que mulheres da vizinhança se organizam para atender as crianças de mulheres que trabalham fora de casa (VIEIRA, 1986).

Pode-se imaginar que, se isso ocorrer, a cidade de São Paulo terá um grande sistema público de creches domiciliares, já que o projeto se propõe a atender mais de 60 mil crianças. Outras modalidades de atendimento que podem se expandir são as creches particulares, a exemplo de Piracicaba e Hortolândia, administradas por pequenos proprietários, ou organizadas por entidades filantrópicas e / ou religiosas.

2.1 Auxílio-creche: Um direito da mulher trabalhadora?

No Brasil, a primeira creche de que se tem notícia foi inaugurada em 1899, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de atender filhos de funcionárias da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado. Com um viés assistencialista, visava ao suprimento das necessidades básicas: abrigo, roupa e comida. Após 87 anos, a Portaria nº 3.296/1986, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), autorizou as empresas e empregadores em geral a adotar o sistema de reembolso-creche, também denominado auxílio-creche, repasse-creche, auxílio-infância, entre outros. (MELLO e ROSSETTI-FERREIRA, 2006).

Essa portaria veio em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 da CLT. Desde 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em seu artigo 389, parágrafo 1º, determinava que toda empresa que possuísse estabelecimento em que trabalhassem, pelo menos, 30 mulheres com mais de 16 anos de idade deveria ter local apropriado onde fosse permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período da amamentação (Seção IV, Art. 389, § 1º, CLT, 1943).

Carmem Ritter, professora de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), afirmou em entrevista que "a febre por redução de custos e o foco no produto são fatores que aceleram o sumiço dos berçários em empresas" (*Folha de S. Paulo*, 11 jul. 2004). Para o Ministério do Trabalho, as razões de se substituir o atendimento no local de trabalho pelo auxílio-creche ou (re)embolso-creche dizem respeito unicamente ao espaço, já que não havia local apropriado para se construir creches, ou eram poucos os estabelecimentos que dispunham de local apropriado para a guarda do bebê durante o período de trabalho.

Essas foram as razões apresentadas também pelas empresas[10]. Em 2004, a empresa de consultoria Hewitt pesquisou 80 firmas (empresas nacionais, estatais e multinacionais no Brasil) indagando sobre a existência de creches no local de trabalho ou sobre a utilização do auxílio-creche. Apenas 3% das empresas consultadas ofereciam creches, 43% forneciam auxílio-creche e mais de 50% não cumpriam a legislação (SOLLER, 2004).

Uma saída encontrada pelas empresas foi a de terceirizar o atendimento através da contratação de organizações não governamentais (ONGs), ou de pequenas empresas especializadas em assessorias e consultorias (AvisaLá, Ceduc, Hewitt, *Great Place to Work*

[10] Fonte: Portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <www.trabalho.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2010.

etc.). Um exemplo conhecido no estado de São Paulo são as creches de empresas de produtos cosméticos. As informações abaixo revelam algumas características dessas creches, assim como a reduzida quantidade de crianças atendidas:

> A Natura desde a década de [19]80 trabalha para constituir uma creche empresarial de qualidade. Atualmente as creches da Natura e mais três creches empresariais, são geridas por um centro de desenvolvimento – Ceduc – serviço de psicologia[11]. Esse Centro foi "incubado" pela Natura em 1999, e presentemente é ele quem administra as duas unidades de fábricas em Itapecerica da Serra e no Centro de distribuição em Santo Amaro. Atualmente a Ceduc trabalha com três clientes: Natura, Avon e Unilever, mas atende cinco creches. Atendemos em torno de 300 crianças... (informação verbal).[12]

Muitos trabalhadores não conhecem a existência da legislação e dos direitos garantidos na CLT, não só para permitir que a mulher trabalhadora amamente seu filho nos primeiros seis meses de vida, como também para assegurar os direitos das crianças abaixo de seis anos.

A Portaria editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 3.296/1986 – MTE), denominada reembolso-creche, tem por base os seguintes considerandos:

> [...] no uso das atribuições que lhe confere o art. 913 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e
>
> CONSIDERANDO o disposto no art. 444 da CLT, que permite às partes estipularem condições de trabalho que não contrariem as normas de proteção;
>
> CONSIDERANDO as negociações coletivas, que têm preconizado a concessão de benefício Reembolso-Creche, objetivando assegurar o direito contido no art. 389, § 1º, da CLT, a toda empregada-mãe, independentemente da idade e do número de mulheres empregadas no estabelecimento...

Estabelece em seu Art. 1º as seguintes exigências:

> I - O reembolso-creche deverá cobrir, integralmente, despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada-mãe, ou outra modalidade de prestação de serviço desta natureza, pelo menos até os seis meses de idade da criança, nas condições, prazos e valor estipulados em acordo ou convenção coletiva, sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade;

---

[11] Empresa que terceiriza serviços de formação continuada e gerencia creches e escolas de educação infantil.
[12] Informação fornecida por Débora Checchinato – Técnica da Ceduc.

> II - O benefício deverá ser concedido a toda empregada-mãe, independente do número de mulheres do estabelecimento, e sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.
> III - As empresas e empregadores deverão dar ciência às empregadas da existência do sistema e dos procedimentos necessários para a utilização do benefício, com a afixação de avisos em locais visíveis e de fácil acesso para os empregados.
> IV - O reembolso-creche deverá ser efetuado até o 3º (terceiro) dia útil da entrega do comprovante das despesas efetuadas, pela empregada-mãe, com a mensalidade da creche.

Por último, a Portaria determina que empregadores e empregados respeitem o que for estipulado em acordo e ou convenções coletivas. O Artigo 2º preconiza: "A implantação do sistema de reembolso-creche dependerá de prévia estipulação em acordo ou convenção coletiva". Ainda no Artigo 1º (item I), é interessante observar que é determinado um mínimo-etário, quando se sugere "pelo menos até os seis meses de idade da criança"; vale lembrar que, no Brasil, há cobertura de quatro ou seis meses de licença-maternidade para as funcionárias.

Durante as últimas décadas, fruto da luta dos trabalhadores, algumas empresas incluíram em seus acordos ou convenções coletiva de trabalho diferentes tipos de reembolso-creche: (i) a empresa destina o auxílio mesmo tendo número inferior a 30 mulheres, podendo ampliar sua oferta para além dos seis meses previsto pela lei de proteção à maternidade; (ii) a empresa considera os 70 funcionários e funcionárias oferecendo esse benefício para todos os filhos abaixo de seis anos, (iii) outras pagam auxílio-creche para as funcionárias que retornam da licença-maternidade como se fosse uma "alternativa-creche". Essas mulheres recebem um adicional de 40% de seu salário apenas nos primeiros seis meses de amamentação (Ato normativo nº 567/2009 da PGJ/SP).

Também a referida Portaria (nº 3.296/1986 – MTE) determina:

> A proteção à maternidade é um direito constitucionalmente garantido às trabalhadoras e a existência de uma creche custeada pela empresa ou o pagamento do auxílio-creche é um dever do empregador. Em caso de descumprimento da lei, a empresa pode ser multada no valor de R$ 80,51 a R$ 805,09 por situação irregular.

Para cumprir essa Portaria, que confere o auxílio-creche aos funcionários de empresas publicas e privadas regidos pela Consolidação de Leis do Trabalho (CLT), ao longo desses anos (1986-2009), as empresas negociaram dois tipos de auxílio-creche. O primeiro, em que o valor do benefício é acrescentado diretamente ao salário e o trabalhador não precisa prestar contas da destinação do benefício, denomina-se de Modelo Flexível. No outro Modelo,

denominado Vinculado, o valor do auxílio é destinado a custear integralmente as despesas efetuadas com o pagamento da creche, que será de livre escolha do empregado, nas condições, prazos e valor estipulados em acordos ou convenções coletivas. Ainda considerando os diferentes formatos do Modelo Vinculado, alternativamente, algumas empresas fazem convênios com creches privadas, lucrativas ou não, com valores destinados diretamente à instituição conveniada (FARIA, 1998).

Como podemos observar, a história, no Brasil, do sistema reembolso-creche se amplia e se regulamenta com a Portaria nº 3.296/1986. Já antes de 1986, contudo, algumas empresas usavam esse formato de *benefício* para substituir a creche, e permitir à mulher trabalhadora "guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação" (Seção IV, art. 389, § 1º, CLT, 1943). Nesse sentido, consideramos que a história recente do auxílio, bolsa ou reembolso-creche nasce com a história da proteção à maternidade da mulher trabalhadora e não com a história dos direitos à infância. É interessante notar como os dirigentes das empresas brasileiras apoiam seus argumentos funcionais aos direitos da mulher trabalhadora e não reconhecem as leis de proteção à infância. Muitas vezes, dão o mesmo tratamento: salão de beleza, relaxamento, SPA,... E creches. Um bom exemplo é da Empresa EuroFarma, que anuncia em seu *site*: "Metade da Diretoria da EuroFarma é composta por Executivas – temos crença na diversidade e benefícios, como salão de beleza, e creche para filhos. Isso faz da EuroFarma uma das melhores empresas para as mulheres trabalharem no Brasil"(2008).[13] Outro exemplo emblemático é o da Caixa dos Advogados de São Paulo (Caasp), associação ligada à Ordem dos Advogados (OAB), que fechou sua creche. Esse Centro de Cultura e Educação Infantil (Cecei) foi uma unidade modelo, localizada no centro da cidade de São Paulo, planejada com muita qualidade. Em 2007, os dirigentes anunciaram seu fechamento para organizarem uma academia de ginástica destinada aos seus associados.[14]

Assim, o auxílio-creche é um valor que a empresa tem preferido repassar diretamente às empregadas, de forma a não se obrigar a manter uma creche. As orientações dadas pelos guias trabalhistas[15] às empresas sobre a implantação e a manutenção das creches até hoje permanecem: "[...] a creche pode estar localizada na própria empresa ou em outros locais próximos das empresas, essas são contratadas mediante convênio entre a empresa e entidades

---

[13] Fonte: Portal da EuroFarma. Disponível em: <http://www.eurofarma.com.br/ras/noticia/anexo/release_20080305.pdf>. Acesso em: 18 set. 2010.
[14] Fonte: Manifesto pelo Cecei. Disponível em: <http://pribezarias.sites.uol.com.br/ManifestoCECEI.index.html>. Acesso em: 18 set. 2010.
[15] Fonte: Portal Guia Trabalhista. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/faq.htm>. Acesso em: 25 set. 2010.

públicas ou privadas, sendo as despesas custeadas direta e integralmente pela empresa" (ROMANO, 2008).

Ainda hoje, muitos trabalhadores deixam seu bebê com uma outra pessoa, embora não haja, na legislação, previsão legal quanto à destinação desse benefício para o cuidado doméstico. Como apontamos anteriormente, a legislação deixa em aberto que os acordos ou convenções coletivas estabeleçam, para além do direito à amamentação, o valor e o modelo de auxílio-creche a ser adotado. Como se sabe, nesse tipo de convenção, o poder dos trabalhadores de fixar suas prioridades e, entre eles, o das mulheres trabalhadoras, é muito limitado, em especial em momentos de crise e de elevados índices de desemprego.

2.2 O auxílio-creche nos órgãos públicos e nas universidades

Há pouco registro de auxílio-creche em órgãos públicos. É possível encontrar decretos e portarias, mas não há nenhuma carta de princípios, bem como definição sobre quais são os benefícios para os órgãos públicos brasileiros. Em 1993, o presidente da república Itamar Franco disciplina a assistência pré-escolar (Decreto nº 977/1993) prestada aos dependentes (zero a seis anos) dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (RAUPP, 2004).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da União repassa esse benefício por meio do seu Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor (Desap). Técnicos desse departamento estabeleceram políticas para promoção e vigilância à saúde, perícia e assistência dos servidores públicos. Deixou-se a critério do servidor o período de frequência da criança (integral ou parcial) na instituição de educação infantil. Quanto a quem serão os dependentes, o Art. 4 apresenta as seguintes considerações:

> 1° Consideram-se como dependentes para efeito da assistência pré-escolar o filho e o menor sob tutela do servidor, que se encontrem na faixa etária estabelecida no caput deste artigo [do nascimento aos seis anos].
>
> 2° Tratando-se de dependentes excepcionais, será considerada como limite para atendimento **a idade mental [grifo nosso]**[16] correspondente à fixada no caput deste artigo, comprovada mediante laudo médico (Art. 4, Decreto nº 977/1993).

Nesse caso, essa assistência pré-escolar orientou a prestação nas modalidades de

[16] O Decreto considera que os cidadãos que tiverem idade mental até seis anos podem receber o benefício, não considerando a possibilidade de desenvolvimento continuado das pessoas portadoras de qualquer necessidade especial. Não localizamos como os órgãos públicos avaliam e acompanham esse "laudo médico".

assistência direta, por meio de creches e pré-escolas próprias ou conveniadas ao órgão. Esse benefício consiste, ainda hoje, "em valor expresso em moeda referente ao mês em curso, que o servidor receberá do órgão ou entidade" (Art. 7)[17]. A partir desse decreto, o mesmo artigo veda a criação de novas creches, maternais e jardins de infância integrados à estrutura organizacional do órgão responsável.

Já o Ministério Público do Estado de São Paulo destina, por meio de regulamentações, o auxílio-creche ao custeio de

> despesas escolares com filhos ou dependentes legais matriculados na pré-escola em escolas particulares, a ele fazendo jus todos os servidores em exercício no Ministério Público do Estado de São Paulo que recebam remuneração até o valor inicial do cargo de Oficial de Promotoria, ainda que acrescida de dois adicionais por tempo de serviço (MP, 2009).

Nas universidades públicas, identificamos portarias que regulamentam auxílios-creche de diferentes configurações. Na Universidade de São Paulo (USP) há auxílio-creche desde 1991. Dados de 2009 revelam que a USP tem 21.561 servidores; destes, 2.824 recebiam auxílio-creche destinado para 3.373 crianças. São funcionários e docentes cujos filhos não frequentam as creches da USP, mesmo em caso de existência de vaga. Esses servidores recebem 98% de um salário mínimo mensal sem destinação direta ao cuidado e à educação de seus filhos, enquadrando-se, portanto, no chamado Modelo Flexível.[18]

Na Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (Unesp), o valor do auxílio até maio de 2009 era de R$ 152,85. Influenciada pela USP, a Unesp concedeu um aumento de 100% e o auxílio passou, nesse mesmo ano, a R$ 300,00, independentemente da faixa etária, sendo concedido a partir do mês subsequente ao da apresentação dos documentos exigidos. O auxílio estava vinculado à existência de vagas nas creches universitárias e, assim, em 2009, apenas 27 servidores (técnicos administrativos e docentes) receberam o auxílio-criança que corresponde a 39,4% do salário mínimo por criança[19]. No mesmo período, a Unesp atendia a cerca de 500 crianças em creches nas 20 unidades organizadas nos diferentes *campi*.

Já na Universidade de Campinas (Unicamp), esse benefício existe desde 1986 e é destinado às funcionárias[20]. Estas recebem o benefício se estiverem dentro dos critérios de

---

[17] Os valores desses benefícios nos diferentes órgãos públicos variam entre R$ 60,00 a R$ 800,00. Não estão divulgados os órgãos com os respectivos valores.

[18] Dados de 2007 informados pelo DRH – Reitoria e Portal USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh>. Acesso em: 26 set. 2010.

[19] Dados de 2007 informados pelo DRH – Reitoria e Portal Unesp. Disponível em: <http://www.unesp.br/crh/index_portal.php>. Acesso em: 26 set. 2010.

[20] O debate a respeito de quem teria direito às creches universitárias data do inicio dos anos 1980. Algumas universidades públicas não ampliaram esse direito aos seus servidores (homens), ou aos alunos. Fonte: Portal da Diretoria Geral de

seleção e se não houver vagas nas creches em horário compatível com sua jornada de trabalho. Quem faz o encaminhamento é o Serviço Social da própria creche. Quarenta servidoras recebem o auxílio-criança. Em 1986, foi publicada a Portaria GR nº 89/1986, que descreve os critérios de concessão desse auxílio. As creches da Unicamp atendem a 440 crianças entre quatro meses e quatro anos de vida. Os valores estão descritos como se segue:

> 1. O valor do auxílio será de ¾ do salário mínimo vigente, por mês, para crianças com até um ano de idade (último pagamento no mês do primeiro aniversário).
> 2. O valor do auxílio será de ½ salário mínimo, por mês, para crianças com até um ano de idade a partir do mês seguinte ao seu primeiro aniversário e até o mês em que completarem 4 anos de idade.
> 3. No caso de servidores com mais de um filho maior de um ano, vigora o item 2. para um dos filhos, sendo que para cada um dos outros a mãe receberá ¼ do salário mínimo por mês, até o mês em que eles completarem 4 anos de idade. (Portaria GR nº 89/1986 - Reitor: José Aristodemo Pinotti - Unicamp, 12/4/1986, p. 15)

Nas duas universidades paulistas, ao contrário da USP, só é possível receber o auxílio-criança se não houver vagas nas creches das respectivas instituições. Também há travas para a destinação da verba desses benefícios, configurando o Modelo Vinculado.

As universidades federais, embora consideradas um dos órgãos ligados ao Decreto nº 977/1993, descrito acima, não seguem as orientações prescritas por ele, já que o modelo de auxílio é do tipo flexível. É certo que esse modelo existe nas universidades federais desde 1986, ou seja, antes do decreto em questão, que data 1993, sendo que o seu valor corresponde a 16% do salário mínimo e é destinado aos servidores com filhos abaixo de seis anos. As crianças podem, inclusive, frequentar as creches e pré-escolas existentes nas universidades, sem que os pais percam o direito ao auxílio-creche[21] (Anuufei, Brasília, 2009). Assim, supõe-se que nesse aspecto as universidades federais não aderiram às orientações de vinculação descritas pelo decreto.

Além das universidades públicas, existem outros exemplos de auxílio-creche vinculados a empresas públicas. Exemplo recente é o adotado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que orienta o benefício para todos os servidores com filhos abaixo de seis anos, destinando 16% do salário mínimo. Se o filho do servidor frequentar a Creche Fiocruz, a Fundação descontará 30% do valor do auxílio e o repassará para a creche.[22]

Recursos Humanos da Unicamp. Disponível em: <http://www.dgrh.unicamp.br/ppp/regimento_ppp_04112008.pdf>. Acesso em: 26 set. 2010.

[21] Há um acordo interno na maioria das creches universitárias federais, para que as famílias repassem para creches, mensalmente, 50 a 100% do valor recebido do auxílio (Anuufei, Brasília, 2009).

[22] Fonte: Portal da Fiocruz. Disponível em: <www.fiocruz.br>. Acesso em: 26 set. 2010.

Após esse relato do auxílio-creche no Brasil e nas creches de empresas públicas paulistas, podemos considerar, então, a predominância de dois modelos de auxílio-creche. No chamado Modelo Flexível, os funcionários têm direito a uma verba que eles próprios destinam para o que preferirem. À primeira vista, parece ser correto o próprio servidor poder "escolher" a educação e o cuidado que deseja para seu filho pequeno. Entretanto, esse modelo, usado predominantemente nos EUA, na Grã-Bretanha, na Nova Zelândia, na Austrália e no Canadá, desresponsabiliza a empresa de acompanhar o oferecimento e a eventual qualidade de atendimento das crianças que recebem o auxílio-creche. Podemos incluir as características apresentadas no Modelo Flexível nos chamados *mecanismos de seletividade social*, que nada mais oferecem do que uma proteção social mínima, em níveis básicos de renda, que desresponsabiliza o empregador.

Já no Modelo Vinculado, a empresa (ou o órgão público) controla a destinação do auxílio através de seus acordos e convenções coletivas de trabalho, como ocorre na Unicamp e no Ministério Público do Estado de São Paulo. São modelos que organizam travas e normatizam as destinações do benefício, garantindo que a verba seja usada apenas para a infância; daí alguns autores denominarem esse modelo de auxílio-criança, infância ou auxílio-educação. No entanto, como os modelos vinculados definem a destinação de verbas, as travas reduzem a ampliação dos beneficiários. Vale destacar o exemplo das três universidades paulistas: enquanto, em 2009, a USP repassava auxílio no Modelo Flexível para 13% dos seus servidores, a Unesp[23] e a Unicamp[24] repassavam, respectivamente, auxílios vinculados para apenas 0,25% e 0,33% dos seus servidores.

Muitos países utilizam a forma de vinculação. A França, por exemplo, atribui ao Modelo Vinculado a responsabilidade por 75% das mulheres com filhos pequenos que permanecem no mercado de trabalho. Há outros exemplos no continente europeu em que esse formato de "proteção" à infância é escolhido. Novamente, Esping-Anderson (1995) considerava ser essa mais uma das tendências para uma nova ordem mundial, desenhando as perfectivas futuras dos países que conseguiram se organizar com o *Welfare State.*

Cabe comentar que, nos dois modelos (Flexível e Vinculado) encontrados nos países apontados, ocorre desconto no imposto de renda a ser pago pela empresa, o qual pode chegar a mais de 50% das despesas comprovadas com a criança sob um teto estabelecido. Na França,

---

[23] Fonte: Portal da Unesp. Disponível em: <http://www.unesp.br/apresentacao/perfil.php>. Acesso em: 26 set. 2010.
[24] Fontes: Portal Unicamp / Portal Diretoria Geral de Recursos Humanos da Unicamp. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/administracao> e <www.dgrh.unicamp.br>. Acesso em: 26 set. 2010.

por exemplo, a empresa tem a possibilidade de descontar 50% de seus gastos com o auxílio até o valor de 2.300,00 euros por criança (SOLLER, 2004).

No Brasil, na declaração anual de rendimentos, o contribuinte (empresário) pode *optar* pela destinação denominada *lucro real.* No caso de declaração de pessoa jurídica, existem três modalidades principais de destinação tributária: *lucro real, simples e presumido.* Quando o contribuinte destina seus tributos para a opção denominada *lucro real,* o desconto é efetuado na apuração da base de cálculo do imposto de renda; nesse caso, deve-se considerar o auxílio e outros benefícios como despesas da empresa (Receita Federal, 2009)[25]. Não fica explícito nas informações disponibilizadas pela Receita Federal qual a percentagem das despesas sobre a qual é descontado o imposto devido pelo empresário, impossibilitando a análise das vantagens tributárias para o empresário em adotar esse modelo de benefício.

Finalmente, deve-se destacar a interpretação de Marilena Raupp, quando, analisando a legislação federal, diz que, não importando o modelo de auxílio, trata-se de "um dispositivo legal que surge na contramão da expansão das unidades de educação infantil nesses órgãos federais" (RAUPP, 2004, p. 205). Ainda segundo a pesquisadora, esse auxílio foi negociado em acordos e convenções coletivas

> [...] como assistência indireta aos servidores para proporcionar atendimento aos dependentes, na faixa de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas [...] [O benefício] mantém as unidades integrantes da estrutura do órgão ou da entidade federal existentes, proíbe a criação de novas unidades a partir da data desse dispositivo e mantém os contratos ou convênios até o prazo final com instituições particulares ou com entidades públicas, vedando a prorrogação desses contratos / convênios... (RAUPP, 2004, p. 205).

A situação apontada por Raupp para os órgãos federais sinaliza para a progressiva (des)responsabilização, por parte do poder público, de oferta direta de creches e pré-escolas para os filhos de seus servidores. Pode-se supor que essa situação está em consonância com as diretrizes de reforma do Estado consubstanciadas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, em novembro de 1995, sob a coordenação do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, conforme apresentado no **capítulo 1** deste trabalho.

---

[25] Fonte: Portal da Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo1/empresa.htm#Legisla>. Acesso em: 26 set. 2010.

3. METODOLOGIA

Considerando-se os objetivos deste estudo, utilizou-se uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa na modalidade estudo de caso. O estudo de caso é definido aqui como uma unidade delimitada (grupo, pessoa, programa etc.), investigada com profundidade, através de múltiplos pontos de vista e metodologias de construção de dados. A pesquisadora se posicionou frente à sua investigação, buscando entender as múltiplas percepções dos segmentos envolvidos. Além disso, o trabalho de campo foi fundamental para a investigação qualitativa, pois a pesquisadora manteve um contato direto com a realidade estudada.

Quanto à participação do investigador, Triviños (2006) observa que "[...] infelizmente não se pode dar orientações precisas sobre modos de atuar e proceder. Cada situação tem suas próprias características. E o investigador deve avaliar as circunstâncias e buscar o melhor caminho" (TRIVIÑOS, 2006, p. 142).

O estudo não se baseou, portanto, apenas em critérios numéricos para garantir sua representatividade. Nessa pesquisa, para a seleção dos participantes, considerou-se a questão feita por Minayo (2002, p. 42): "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?".

A mesma autora responde: "a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões" (MINAYO, 2000, p. 43). Outras reflexões de Minayo (1993) indicam que o dilema da escolha entre as metodologias qualitativa ou quantitativa é um falso problema. Mostram que ambas são de natureza diferente, sendo que a primeira trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, enquanto a segunda, ao contrário, atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados indicativos e tendências observáveis. Acreditam as autoras que é importante poder contar com elementos das duas abordagens, pois garantem validez externa e interna. Os métodos qualitativos têm muita validade interna, pois focalizam as particularidades, e são frágeis na validade externa, dificultando generalizações. Os métodos quantitativos procedem de forma contrária: "são débeis em termos de validade interna, pois nem sempre sabemos se medem o que pretendem medir; mas são resistentes em termos de validade externa, pois os resultados adquiridos são generalizados" (MINAYO, 1993, p. 242).

Aceitando o desafio de incorporar as duas abordagens e a forma de propor a integração, reconheceu-se o valor de cada uma e admitiram-se os dados qualitativos e

quantitativos, obtidos com os questionários, com a análise de demandas da Creche Carochinha, e também aqueles obtidos nas entrevistas dos funcionários vinculados à classe Básico Níveis I, II e III[1].

Cabe destacar que a escolha exclusiva por uma categoria (funcionários da classe Básico) resultou da constatação de que sua matrícula em creche universitária havia-se reduzido consideravelmente. Interessa analisar quais as *opções* dessas famílias, supondo-se que um projeto de educação infantil para as camadas de mais baixos salários impõe a discussão e o enfrentamento de aspectos que envolvem a organização do trabalho desses servidores enquanto carreira e benefícios.

Portanto, para o presente estudo de caso, optou-se por uma análise dos impactos do auxílio-creche levando-se em conta os dados do *campus* administrativo de Ribeirão Preto da USP, bem como uma análise dos eventuais efeitos sobre o perfil de atendimento da creche existente nesse mesmo *campus* (Creche Carochinha).

Deve-se ressaltar que a pesquisadora tem uma longa vivência com esse *campus* e com a Creche Carochinha. Seu contato com essa unidade iniciou-se em agosto de 1986, quando foi convidada a dirigir a Creche Carochinha, sendo apenas transferida, pois era funcionária da USP ligada ao Centro Saúde Escola da Faculdade de Medicina, em Ribeirão Preto. Entre 1996-1999, cursou mestrado em Psicologia na FFCLRP-USP, investigando o cuidado e a educação da criança abaixo de três anos. Naquele trabalho foi descrita toda a história de luta da Creche Carochinha, e analisadas algumas didáticas de planejamentos elaboradas pelo seu coletivo de funcionários (MELLO, 1999). A pesquisadora ainda dirigiu a unidade até 2004, quando começou a supervisionar também a unidade de São Carlos, ligada à Divisão de Creches da Coseas. Assim, para construir os dados para essa pesquisa, tem-se como um dos desafios assumir as implicações que resultam do envolvimento da pesquisadora neste estudo de caso, avaliando as circunstâncias de cada momento e as explicitando ao leitor, conforme sugere Triviños (2006).

Os sujeitos que participaram dessa pesquisa serão apresentados com mais detalhes nos procedimentos listados a seguir. Para verificar a implantação e as alterações do auxílio-creche, foram analisados documentos públicos da Universidade e também do Sindicato dos

[1] A Carreira – USP é organizada com um conjunto de funções, de natureza e trabalho assemelhados hierarquicamente segundo diferentes níveis de complexidade, responsabilidade, competência e escolaridade para funções da Carreira, no nível "A" da faixa inicial do grupo a que pertence a função. Na universidade, os funcionários são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O ingresso de pessoal celetista na Universidade de São Paulo ocorre por meio de aprovação em processo seletivo, cujo edital é publicado em Diário Oficial do Estado. Fonte: Portal USP. Disponível em: <www.usp.br/drh>. Acesso em: 26 set. 2010.

Funcionários (Sintusp). Em seu conjunto, esses documentos estão datados e assinados por gestores ou lideranças sindicais. Todo material organizado até aqui foi devolvido às divisões e seções, em particular ao Serviço Social do *campus* de Ribeirão Preto e à Creche Carochinha.

Após a conclusão desse trabalho, terão devolutivas os seguintes órgãos e entidades: o Sintusp, a Coordenadoria de Administração Geral (Codage), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), a Divisão de Creches e a Creche Carochinha, os quais gentilmente colaboraram para a sua realização.

3.1 Os participantes do estudo

Os segmentos que participaram dessa pesquisa estão listados a seguir.

Primeira etapa

1. **Os funcionários (classe Básico) – *beneficiários* (FB)** – foram consultados e convidados a participar da pesquisa 92 funcionários da Universidade de São Paulo – *campus* Ribeirão Preto – sendo que, destes, 81 recebiam benefícios correspondendo a um total de 95 crianças com menos de sete anos. Responderam ao questionário 64 funcionários.
2. **Os diretores (D)** – foram entrevistados os dirigentes que administram e coordenam a Divisão de Creches da USP e a Creche Carochinha.
3. **Um funcionário-sindicalista (FS)** – foi entrevistado um sindicalista que participou das negociações que envolveram a criação e ampliação de valor do auxílio-creche.
4. **Um ex-funcionário – Coseas (EXF)** – foi entrevistado um ex-funcionário da Coseas que participou das negociações iniciais para a implantação das creches na USP.

Consultas

1. **Uma técnica de empresa de consultoria** – foi consultada uma técnica do Centro de Formação Profissional e Educacional **(Ceduc)**.
2. **Um técnico do Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômico (Dieese) –** foi consultado um responsável por pesquisas sindicais sobre Cláusulas dos Contratos Coletivos.

Segunda etapa – entrevistas

1. **Cinco funcionários que recebem auxílio-creche (FAxC)** – o filho de um deles permanece em casa com a mãe; o do segundo, em unidade pública; o do terceiro, em instituição filantrópica e o do quarto, em uma unidade privada. Os três filhos da quinta funcionária frequentaram a Creche Carochinha, sendo que os dois últimos não concluíram a pré-escola na instituição. A funcionária *optou* por colocá-los em pré-escola pública fora da USP.
2. **Um cônjuge (Cj)** – esposa de um funcionário que não trabalha e que fica em casa com sua filha.

3.2 Procedimentos

O item 3.2.1. trata da forma de organização dos documentos. Foram separados os documentos localizados nas seções da Universidade daqueles localizados virtualmente. Documentos externos foram localizados através de pesquisas *on-line*, por telefone e / ou e-mails.

O item 3.2.2. trata da forma de organização dos questionários. Escolheram-se cinco funcionários que tinham *optado* por diferentes formas de cuidado e educação infantil para seus filhos. Posteriormente, completaram-se dados com um cônjuge.

3.2.1 Documentos

Inicialmente, foi efetuada a análise dos seguintes documentos:

1. Dossiê (Afrusp) – 1965 a 1980. Associação dos funcionários da Reitoria da USP – memorandos que tratam da criação da creche-berçário no *campus* da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso).
2. Documentos da Universidade que criam e regulamentam o “auxílio-creche” – acesso à internet no endereço <www.usp.br/drh>. Consulta à Seção Administrativa da Coordenadoria de Administração Geral (Codage).
3. Tabelas com os valores *per capita* dos auxílios repassados de 2000 a 2010 – construção a partir do *site* <www.usp.br/drh> e dos Boletins do Sindicato dos Funcionários (Sintusp).

4. Relação candidatos/vaga (Fluxo da Demanda) da Creche Carochinha por categorias de usuários de 2000 a 2009 – construção a partir das informações fornecidas pela assistente social e pela diretora da Creche Carochinha, tabelas de demanda e verificações de pastas de registros do Serviço Social.
5. Tabelas de funcionários ativos e funcionários que recebem auxílio-creche, como também tabela de vencimentos dos funcionários entre 2000 e 2010.
6. Documentos sobre creches em empresas e auxílios-creche foram levantados *on-line*, utilizando-se as seguintes palavras-chave: educação infantil, auxílio-creche, auxílio-infância, auxílio-criança, acordos e convenções trabalhistas.

O Dossiê da Afrusp (1980) contem 336 páginas[2]; são comunicações feitas entre memorandos, ofícios, plantas e planilhas de custo, trocados entre a Reitoria e a Associação, com o então diretor e o então coordenador da Coseas. A primeira página desse Dossiê é datada de 26 de abril de 1965 e a última, de 25 de setembro de 1980. Alguns ofícios originais que constam desse Dossiê foram localizados na Divisão de Creches da Coseas.

O levantamento *on-line* inicial foi efetuado por meio do cruzamento de uma série de palavras-chave previamente estabelecidas. Outras foram acrescentadas mais tarde pelo contato com novos termos nas referências bibliográficas das primeiras obras localizadas. As palavras-chave utilizadas foram: “infância”, “criança”, “auxílio”, “creche”, “auxílio-educação”, “auxílio-criança”, “acordos e convenções coletivas trabalhistas” e “educação infantil”, associadas a “auxílio-creche”, “benefícios” e “Brasil”.

A partir dessas referências em teses, livros e artigos encontrados na primeira etapa, ampliou-se a lista de títulos. Esta, contudo, não deixa de refletir a compreensão que a pesquisadora possui da história da infância / criança / creche / auxílios no Brasil e na USP.

Por meio da pesquisa *on-line* foram localizadas as legislações sobre auxílio-creche, bem como os dados nacionais sobre o tema. Finalmente, foram analisados os estudos e as pesquisas sobre os programas de benefícios em empresas públicas e privadas.

Para obter informações sobre as questões relativas a convenções coletivas de trabalho, e nelas a garantia do auxílio-creche, entrou-se em contato, através de e-mail, com técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

---

[2] Tudo indica que esse Dossiê foi organizado após 1980 pela Afrusp, mas não há referências, como também faltam as folhas de 132 a 186. Optou-se, nessa pesquisa, por considerar como última folha do Dossiê o ano de 1980.

Sobre os dados da demanda da Creche Carochinha, constatou-se que o Serviço Social do *campus* de Ribeirão Preto não tinha todos os dados organizados entre 1996 a 2009. Foi então necessário identificar documentos e reorganizá-los a partir das informações localizadas na Seção. Posteriormente, organizaram-se os quadros a partir de 2000, restringindo-se a análise ao período de implantação do auxílio-creche, com especial enfoque a partir de 2004, quando foram registrados aumentos significativos do auxílio-creche.

O número de crianças matriculadas e de vagas anuais é divulgado no documento "Apresentando a Creche Carochinha." Além desses dados, nesta publicação constam: o histórico da creche, as concepções de criança, instituição e família que norteiam seu trabalho, seus critérios de qualidade, alguns princípios, eixos de situações educativas; também são apresentados o Regimento Interno, as normas de funcionamento, a normatização do processo seletivo de crianças, as normas de aceitação para estagiários e pesquisas e o Estatuto da Associação de Pais e Educadores da Creche Carochinha (Apecc).

Em seguida, analisaram-se as inscrições no Serviço Social (PCARP-USP), buscando caracterizar as famílias que frequentam a Creche Carochinha e a relação candidato/vaga (fluxo de atendimento da demanda), dado que não se encontrava disponibilizado.

Nessa mesma etapa, foram entrevistados a diretora da Creche Carochinha, a diretora da Divisão de Creches e um dirigente do sindicato dos funcionários da USP. Naquela oportunidade, analisou-se a eventual ocorrência e os eventuais efeitos de uma mudança no perfil socioeconômico das famílias que procuram a instituição em virtude da ampliação dos valores do auxílio-creche.

Com os documentos analisados, identificaram-se outros dois informantes-chave para novas entrevistas: um ex-servidor da Coseas, responsável pelo início das negociações para a implantação da primeira creche da USP, e uma técnica de empresa de consultoria, especialista em organizar e supervisionar creches em empresas, do Centro de Formação Profissional e Educacional (Ceduc). Esse Centro trabalha com implantação de creches e formação continuada em empresas privadas.

Assim, em 2007-2008, foram efetuadas dezenas de chamadas por telefone e redigidos inúmeros e-mails, tanto dentro como fora da USP. Cabe destacar que essas solicitações foram plenamente respondidas tanto no caso das universidades públicas consultadas – funcionários que trabalham em seções de Recursos Humanos no *campus* de Ribeirão Preto e na Reitoria em São Paulo –, quanto dos sindicatos e do Dieese. Todos os

contatos por e-mail foram arquivados e classificados por tema durante as duas etapas da pesquisa.

De outubro de 2008 a janeiro de 2010 foram alteradas as regras que permitem disponibilizar dados da Reitoria em relação ao tema benefícios e terceirização. Tentou-se confirmar dados e pedir novas informações sobre terceirização, no *campus* de Ribeirão Preto, na Reitoria e no DRH da Reitoria, mas a solicitação foi recusada ou não mereceu resposta. Com a indicação de um novo reitor, reiniciaram-se novos contatos, em fevereiro de 2010, quando foi indicado um coordenador interino para a Codage. Semanas mais tarde o pedido foi respondido positivamente e entre julho / agosto de 2010 obtiveram-se as informações sobre quantidade de servidores em cada *campus* e quantos recebem o auxílio-creche.

3.2.2 Dos questionários

A pesquisadora entrou em contato com as seções de Recursos Humanos (RH) das seguintes unidades: Faculdade de Economia e Administração (FEARP), Escola de Enfermagem (EERP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCFRP), Faculdade de Ciências e Letras (FFCLRP), Faculdade de Odontologia (FORP), Faculdade de Medicina (FMRP) e Prefeitura do *campus* de Ribeirão Preto (PCARP). As sete seções de RH das respectivas unidades forneceram lista de nomes dos funcionários que recebiam uma ou mais bolsas auxílio-creche, e de seus contatos (e-mail e / ou ramais na USP). Apenas uma seção RH de uma unidade sugeriu que o pedido fosse enviado ao seu diretor, solicitando autorização, o que foi feito e a mesma concedida. Os funcionários da Creche Carochinha ligados à Coseas não foram incluídos, visto que naquela oportunidade os dois funcionários básicos gozavam licenças (gestante e saúde).

Paralelamente aos contatos e agendamentos, foi sendo aplicado o questionário (**Anexo A**) aos beneficiários do auxílio no *campus* de Ribeirão Preto. Com esse instrumento, pretendeu-se identificar o perfil dos beneficiários do auxílio-creche analisando as *opções* de cuidado e educação feitas para seus filhos. Esses beneficiários estavam na carreira USP, ligados à classe Básico faixas I, II e III; portanto, com renda salarial entre os níveis salariais D

a K – R$ 856,13 / mês e R$ 2.060,35 / mês (maio, 2007)[3]. Eles recebiam uma ou mais cotas de auxílio-creche, oferecidas para um ou mais de seus filhos.

No *campus* de Ribeirão Preto havia, em 2007, 577 servidores ligados à carreira – classe Básico, sendo que 81 deles recebiam cotas para 95 crianças (cotas / crianças)[4]. Para essa população, foi enviada uma carta-convite apresentando o projeto de pesquisa. Também foram consultados por telefone aqueles que não responderam aos e-mails. Posteriormente, ocorreram reuniões setoriais em seis unidades, quando foram explicados cada item e os objetivos correlatos. Apenas para a PCARP (maior número de servidores respondentes), organizaram-se pequenas reuniões para responder aos questionários. Com os funcionários (vigias) da Prefeitura do *campus* (PCARP), os encontros foram efetuados durante a noite ou às 6 horas da manhã, no momento de troca de turno, sendo as respostas coletadas individualmente. Dos 81 servidores que recebiam esse benefício, um não aceitou participar, dez estavam em licença saúde e seis gozavam do seu último mês de auxílio e, portanto, não foram consultados. Esses servidores já estavam com seus filhos matriculados no ensino fundamental, mesmo ganhando auxílio-creche há mais de 10 meses.[5]

Posteriormente, desenhou-se um quadro sintético dos participantes: de 64 funcionários, 54 eram homens e dez eram mulheres, todos ligados à classe Básico, faixas I, II e III. Todos os servidores leram e assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (**Anexo B**).

De modo geral, todos foram solícitos e se mostraram dispostos a participar dessa primeira etapa de levantamento dos dados, sem muitos comentários e observações. Faz-se necessário explicitar que a consulta do questionário foi estruturada com dados primários, tratando de quatro itens (**Anexo A**). Para acompanhamento dessa etapa, organizou-se um diário de observações e reflexões da pesquisadora para registrar contatos, cronogramas e os comentários feitos pelos funcionários durante a aplicação do questionário.

---

[3] Fonte: Portal USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/carreiras/tabsalfunc05_2007.html>. Acesso em: 25 set. 2010.

[4] Esses contatos ocorreram entre novembro de 2007 e março de 2008. A aplicação dos questionários foi concluída em maio de 2008.

[5] Até 2010, os servidores recebiam auxílio-creche até seus filhos completarem sete anos. Com a Portaria GR Nº 4706 de 12/02/2010, esse beneficio está sendo pago aos servidores que tenham filhos "até o mês de competência de dezembro do ano em que a criança completar 6 (seis) anos de idade", de acordo com as alterações implementadas pela EC nº 53/06 e pela Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nºs 11.114/05 e 11.274/06. Fonte: Portal USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/>. Acesso em: 25 set. 2010.

3.2.3 Das entrevistas

Funcionário Sindicalista (FS)

Foi escolhido um funcionário que participou ativamente das negociações do benefício auxílio-creche no período de 1996 a 2006. O roteiro de entrevista (**Anexo D**) foi efetuado com questões semiabertas, em que foram investigados dados históricos a respeito das negociações efetuadas nesse período. Foram analisados boletins e jornais com datas a partir de 2004. Não foi possível o acesso às atas e boletins mais antigos.

Diretores (D)

Foram escolhidas duas diretoras, uma da Divisão de Creches da USP e outra da Creche Carochinha. As entrevistas foram elaboradas (**Anexo E**) prevendo duas abordagens: uma primeira, por meio de questão abertas, em que se procurou captar as concepções existentes sobre a qualidade na educação infantil e uma análise dos dados do fluxo da demanda da Divisão de Creches, refletindo sobre o perfil atual de funcionários que frequentam a Creche Carochinha para análise dos entrevistados.

Ex-funcionário da Coseas (EXF)

Foi entrevistado um ex-funcionário da Coseas que participou das negociações iniciais, para complementar as informações localizadas nos documentos sobre o segundo período de luta por creches (após 1975) e a implantação da primeira creche.

Consultas:

Técnica de empresa de consultoria – entrou-se em contato com o Centro de Consultoria para empresas (Ceduc) para obter informações sobre como o auxílio-creche estava sendo utilizado em creches de empresas privadas. A Ceduc é uma empresa de consultoria para empresas que oferecem creches a seus funcionários. A vocação desse centro, portanto, é a implantação dos equipamentos e a formação continuada dos funcionários em exercício. Seus técnicos também organizam cursos temáticos destinados às redes privadas e públicas nas diferentes áreas da educação infantil, abertos para qualquer educador ligado ao

cuidado e à educação das crianças pequenas. A Técnica da Ceduc não dispunha de informações sobre o auxílio-creche.

Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese) – foi consultado sobre um levantamento das cláusulas dos contratos coletivos sobre os benefícios predominantes que aparecem nas negociações coletivas como: auxílio-creche, infância, educação e / ou educação especial. Para obter essas informações sobre contrato coletivo nacional com destaque para a garantia do auxílio-creche, foi estabelecido contato por e-mail com técnico do Dieese, que nos respondeu: "A pedido da OIT [Organização Internacional do Trabalho], o Dieese fez um estudo sobre cláusulas que trazem garantias específicas para as mulheres, dentre elas o auxílio-creche. [...] A publicação deste trabalho está prevista para janeiro de 2010". Em janeiro de 2010 buscou-se novo contato e foi fornecida a publicação intitulada "Negociação coletiva de trabalho e equidade de gênero e raça no Brasil". Organização Internacional do Trabalho: Escritório da OIT no BRASIL. Brasília: OIT, 2010.

Funcionários Beneficiários (FAxC)

Foram escolhidos para essas entrevistas cinco funcionários. As entrevistas exploratórias foram organizadas com questões abertas. Um roteiro foi elaborado para orientar a pesquisadora (**Anexo F**). Foi previsto um item para identificação ligado a questões de escolaridade, trabalho, quantidade de filhos e opções de cuidado e educação para os filhos dos entrevistados. Algumas questões estão relacionadas diretamente ao auxílio-creche; outras envolvem questões de qualidade, de formação crítica dos entrevistados sobre a educação que desejam para os filhos, e qual a visão que os entrevistados têm dos diferentes modelos de creches e pré-escolas apresentados. Todos os entrevistados leram e assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (**Anexo C**).

Cônjuge (Cj)

Com o objetivo de complementar informações dadas por um funcionário (A) entrevistado, escolheu-se um cônjuge, que optou por deixar a filha em casa nos primeiros quatro anos de vida. Foi elaborado um roteiro para essa entrevista (**Anexo F**). Previram-se questões abertas em que se procurou captar as concepções existentes sobre a qualidade no

cuidado e na educação infantil e quais os critérios de escolha para matricular a filha em uma pré-escola privada.

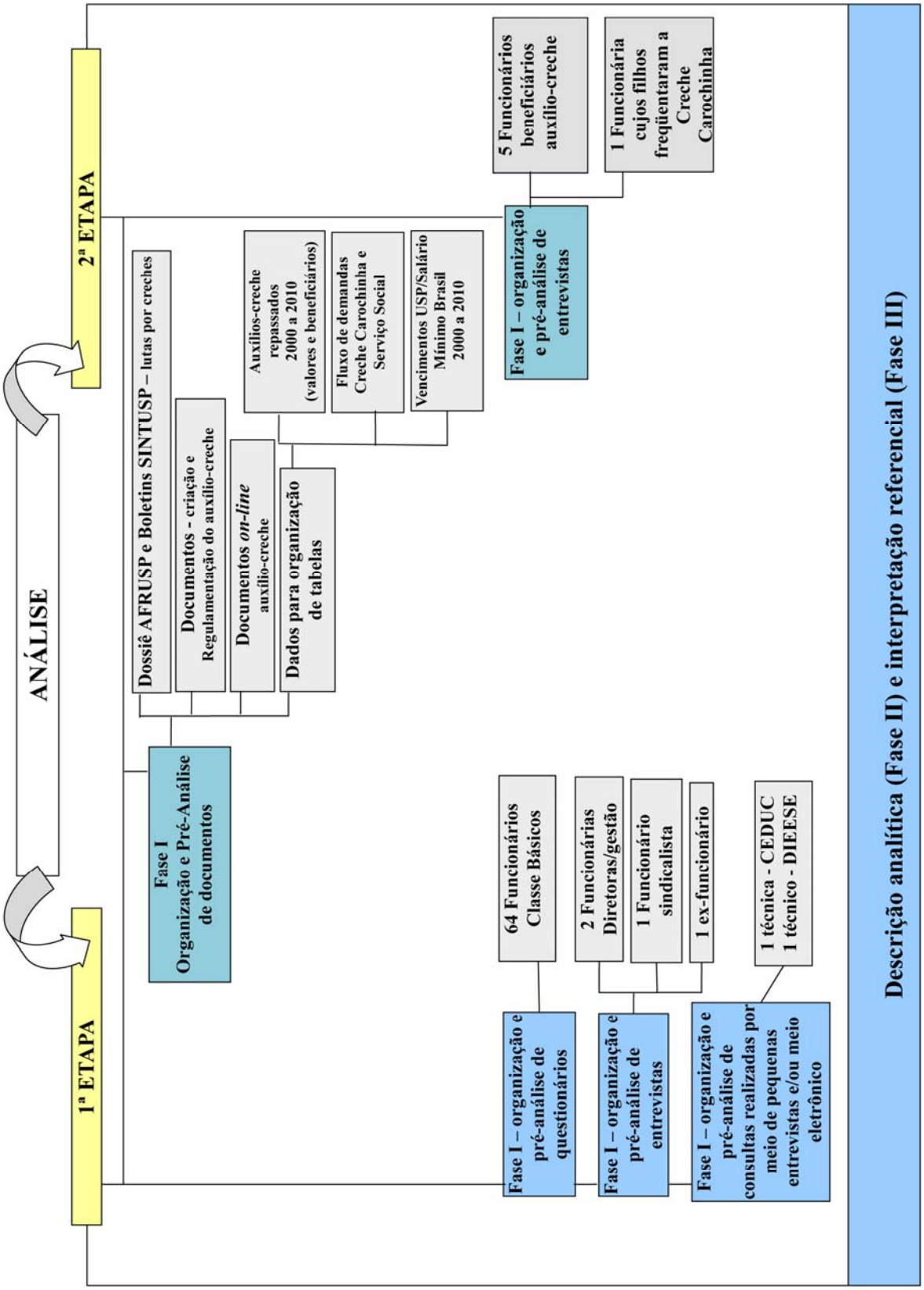
3.3 Procedimentos de análise

Triviños (2006), citando Bardin ao discutir as fases da análise de conteúdo, sugere que há três fases básicas no trabalho: "[…] a pré-análise, a descrição analítica e interpretação referencial" (TRIVIÑOS, 2006, p. 161). Afirma que a *pré-análise* é a organização do material e que a *descrição analítica* é a organização das informações coletadas. Na fase de *interpretação referencial,* ocorre o diálogo entre a análise documental, os questionários, as entrevistas e as observações com a bibliografia.

Assim, com o material analisado do auxílio-creche e com aquele construído a partir dos questionários e das entrevistas com os segmentos dos funcionários, diretores, técnicos e sindicalista, foram classificados e categorizados os diferentes pontos de vista provenientes da descrição analítica, em busca de sínteses coincidentes e divergentes. Todas as anotações e observações foram analisadas e confrontadas com os referenciais teóricos da temática da pesquisa e com a interpretação da pesquisadora.

Para organizar o fluxo de análise do material, fez-se necessário construir um quadro panorâmico (**Quadro 3.1**), que apresenta as duas etapas desenvolvidas nessa pesquisa para organização da pré-análise (Fase I). O quadro descreve ainda uma estrutura para a construção dos dados, bem como a integração da descrição analítica (Fase II) de cada etapa trabalhada. Finalmente, a interpretação referencial (Fase III), esquematizada aqui, busca construir o diálogo entre a análise documental e a bibliografia estudada.

Quadro 3.1 – Panorama Metodológico



3.4 Considerações éticas

As orientações contidas na Resolução CNS nº 196/1996 e na Resolução CNS nº 251/1997, que descrevem as pesquisas com seres humanos, foram estritamente respeitadas e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entregue em 08/10/2007, foi analisado e aprovado, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP Nº 352/2007 – 2007.1.2059.0, em 29/11/2007, e finalmente assinado pela coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FFCLRP-USP, profa. dra. Adelaide de Almeida.

Desde o primeiro contato e durante todo desenvolvimento deste trabalho, discutiu-se com os participantes de que forma os dados dos questionários seriam coletados, em que prazo, em que local e quando seria a devolutiva para aqueles que não responderam no primeiro contato. Foram incluídas na pesquisa pessoas que concordaram com essa participação e todos assinaram um Termo de consentimento. Não ocorreu desistência alguma e apenas um servidor não aceitou participar da consulta e responder ao questionário. Alguns estavam, entretanto, em licença saúde, o que restringiu o contato.

Os entrevistados da primeira etapa autorizaram a divulgação de sua identidade, já que nos cargos e nos documentos públicos aparecem seus nomes. Foi mantido sigilo sobre os depoentes que haviam respondido aos questionários e às entrevistas da segunda etapa. Foram respeitadas normas e regimentos para coletas de dados e desenvolvimento de pesquisa de cada instituição envolvida.

4. A IMPLANTAÇÃO DO AUXÍLIO-CRECHE NA USP

Dos documentos referidos neste capítulo, uma parte foi reunida pela antiga Associação dos Funcionários da Reitoria (Arfusp) no chamado "Dossiê da Criação da creche-berçário na Reitoria da USP". Também foram analisados ofícios e boletins da antiga Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas) e do atual Sindicato dos funcionários da USP (Sintusp).

Foram, ainda, utilizadas informações colhidas durante as entrevistas com os psicólogos Elias Mallet da Rocha Barros e Maria Clotilde Magaldi[1], técnicos contratados em 1975 para implantar a primeira unidade de creche no *campus* de São Paulo, e com um antigo dirigente do Sintusp, o sr. Magno de Carvalho Costa, que participou do movimento de luta por creches na USP e das negociações para a implantação e ampliação do auxílio-creche.

4.1 História da luta por creches na USP

A primeira creche ligada à administração pública do Estado de São Paulo, fundada em 1942, foi destinada aos filhos dos funcionários do Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha, apontada como pioneira na estrutura governamental (ROSEMBERG, 1992). É na década seguinte que ocorre a implantação de creches em *campi* universitários.

Na Universidade de São Paulo, entre o período de 1950 e 1960, diferentes grupos viam com simpatia a construção de creches em *campi* universitários. Algumas histórias sobre o papel do homem e da mulher começam a surgir entre pesquisadores, estudantes e trabalhadores da saúde e da educação. Também, desde seu início, incide na instituição creche o dia a dia da relação dos trabalhadores com seu ambiente de trabalho, no contexto social de lutas brasileiras, bem como na organização da vida privada de mulheres e homens. Sobre esse período, há um relato emblemático, fornecido pelo prof. dr. Thomas Maack à *Revista da USP*, ao rememorar o episódio de seu afastamento da Faculdade de Medicina após o golpe de 1964.

---

[1] E. R. Barros, psicólogo, psicanalista e membro efetivo da SBPSP, trabalhou na Coseas durante quase 2 anos. M. C. Magaldi é psicóloga, atual diretora de Divisão das Creches da USP e vice-coordenadora da Coseas. Trabalha na Coseas desde 1975.

> A Cesta Vermelha
>
> Na divisão do trabalho de casa, cabia-me levar nossa filha Marisa de seis meses de idade todas as manhãs para a creche do Hospital das Clínicas, onde ela ficava até o início da tarde, quando Isa ia buscá-la na volta de seu trabalho. Para tanto eu tomava o bonde Pinheiros na esquina da Rua da Consolação com Rua Maria Antonia – Marisa no braço direito, sacola com fraldas, mamadeiras, e meus materiais de trabalho na mão esquerda. Para os curiosos sobre os costumes da época devo ressalvar que homens sentados competiam para oferecer seus lugares para mulheres, mas, homem com nenê no braço era tão incomum que não havia norma social estabelecida. Em geral os homens sentados ficavam constrangidos, mergulhavam-se na leitura do jornal ou olhavam a paisagem pela janela. Por regra social, as mulheres sentadas não podiam oferecer o seu lugar para um homem, mas muitas vezes ofereciam-se para pegar o nenê em seu colo. Meu prazer diário foi seriamente ameaçado por uma amiga que perante Isa acusou-me de carregar Marisa "como se fosse um saco de batatas". Em 1964 essa foi a única delação bem intencionada na cidade de São Paulo. Ofendido, defendi-me o melhor que pude, mas por fim tive que aceitar o compromisso de levá-la numa cesta, onde deitada certamente seria transportada de forma mais condigna. Essa introdução não teria sentido se a simples atividade diária de levar a Marisa para a creche não tivesse figurado com alguma proeminência nos dois inquéritos a que fui submetido depois do golpe militar de 1964, na minha demissão da FMUSP e finalmente na expulsão da Marisa da creche do Hospital das Clínicas. Acontece que a cesta da Marisa era de cor vermelha, o que se transformou em prova irrefutável da ideologia subversiva do pai e, por reflexo – talvez mesmo por osmose pigmentar –, no que certamente seria a ideologia da filha assim que ela começasse a usar a palavra falada para subverter os seus companheiros de creche. (MAACK, 1991, p. 131)

Aqui, tanto os costumes da época quanto a presença da filha de professores em uma creche no *campus* de São Paulo (USP Clínicas), assim como a expulsão de um nenê de menos de um ano de vida, que desfilava com seus pais em uma cesta vermelha, ilustram o que foi o período da ditadura nas poucas creches existentes nos *campi* universitários.

Nesse cenário, foram dois os períodos de organização e reivindicação dos grupos que participaram da luta por creches na USP. Um primeiro, entre 1965 e 1973, e um segundo a partir de 1975. É sabido que diferentes unidades da USP se organizaram de forma isolada, reivindicando, junto à Reitoria, a construção de creches, muitas vezes sem que uma comissão soubesse da intenção da outra.

Sabe-se que, em 1974, foi inaugurada a primeira pré-escola na USP de Piracicaba, denominada Emelina Ottoni de Souza Queiroz e ligada ao Laboratório do

Desenvolvimento Humano, no Departamento de Economia Doméstica da Esalq[2]. A pré-escola atendia apenas filhos de funcionárias, professoras e alunas em período parcial. Contudo, foram necessários 17 anos de lutas, trocas de ofícios e pareceres para inaugurar a primeira creche da USP em tempo integral para crianças abaixo de três anos. Assim, as primeiras reivindicações no *campus* da USP – São Paulo, ligadas à Coseas, iniciam-se em 1965, sendo que a primeira creche a funcionar em período integral / parcial, a Creche e Pré-escola Central, foi inaugurada apenas em 1982.

4.1.1 O primeiro período de luta por creches (1965-1973)

Conforme apresenta Palmen (2005)**,** ocorre uma justaposição entre o primeiro período de luta por creches na USP e os primeiros anos da ditadura militar no Brasil – 1965 a 1973. Nesse momento, a Arfusp solicita à Reitoria a instalação da creche provisoriamente no espaço da Arfusp, reivindicando:

> [...] uma pequena faixa de terreno, mais ou menos 8x8 metros, onde construiríamos um pequeno playground, com areia, escorregador, balanças e outros brinquedos necessários à distração das crianças durante as horas que aqui permanecerem (Dossiê Arfusp, 26/4/1965, p. 1).

O consultor jurídico, dr. Boris Fausto, dá parecer em 30 de outubro de 1965 afirmando que o pedido é "simpático", mas sugere incluir o projeto de construção de uma creche quando for constituído o Centro de Saúde e Serviço Social, já que não é atribuição do Serviço de Inspeção e Saúde da USP (Issu – Decreto nº 23.863-A/1954) o cuidado de crianças. O diretor do Issu, Raphael de Paula Souza, por sua vez, dá um Parecer (nº 40/1966) sugerindo a ampliação da competência do Instituto e maior dotação de recursos. O referido professor também via com simpatia o pedido feito pela Associação, mas despacha para providências ao reitor Luís Antônio da Gama e Silva (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 34).

Durante oito anos foram trocados, sem nenhum sucesso, ofícios, pareceres e planilhas em resposta às reivindicações das mulheres trabalhadoras uspianas. As servidoras tinham pretensões de "fazer valer" o que determinava a Consolidação das

[2] Esse curso iniciou-se na USP no *campus* Piracicaba em 1967 e foi desativado em 1991. O profissional formado em Economia Doméstica desenvolve atividades ligadas ao "bem-estar físico e social do indivíduo, família e comunidade, no que diz respeito à alimentação e nutrição, à economia e administração familiar, à família e desenvolvimento humano, à habitação e planejamento de interiores, e ao vestuário e têxteis". Fonte: Portal da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=apresentacao>. Acesso em: 2 out. 2010.

Leis do Trabalho (CLT, Decreto nº 5.452/1943), referentes aos dispositivos normativos que especificam os direitos trabalhistas da mulher.

Nesse primeiro período de luta, as servidoras não tiveram seus direitos trabalhistas respeitados. Muitas delas se envolveram em comissões pró-creches, em grupos de trabalhos e não usufruíram o direito à creche. Rosemberg (2001) relata, no artigo denominado "Roteiro histórico-sentimental pelas creches da cidade de São Paulo", uma passagem pela USP e lembra-se de uma entrevista feita pela profa. Maria Malta Campos com a profa. Amélia Hamburger. A professora Amélia, aposentada do Instituto de Física (IF), lembra que lutou por creches, mas que seus filhos não puderam frequentá-las:

> Na Cidade Universitária, apenas alguns poucos prédios cortavam o matagal. Tempo difícil para algumas mulheres. Entre elas, a física Amélia Hamburger: "Eu fiquei grávida da minha primeira filha em 59; a minha primeira filha é de 60, e logo depois eu fiquei grávida da Sônia, em 61. Eu trabalhava na Cidade Universitária já, porque o Instituto de Física logo se mudou. Então, tinha muito pouca gente trabalhando na Cidade Universitária. E tinha um arquiteto que participou do plano de construção [...]. Então, fui falar com ele das possibilidades da creche sair logo, a tempo de eu poder usar. E ele falou que estava no campus da Cidade Universitária e que o projeto era tal que a criança podia entrar aos zero anos de idade e sair formado na universidade. Daí eu falei que assim só para os meus netos, e perguntei se não era possível fazer uma coisa provisória. E ele ficou muito zangado comigo, porque ele disse que, na Cidade Universitária, não haveria nem um prédio provisório: ele disse que aqui, no Brasil, se fizesse uma coisa provisória, ficaria para sempre em condições precárias. E eu falei: escuta e se o Instituto de Física tivesse a iniciativa e fizesse a construção de uma creche, o senhor nos daria apoio? Ele respondeu: se o Instituto de Física fizesse isso, eu mandaria fechar e demolir. Mas ele me explicou que faria isso porque ele achava que uma creche, e principalmente uma creche na USP, teria que ter as melhores condições possíveis. Que não poderia ser uma coisa precária. Esse argumento a gente ouvia muitas vezes das autoridades da Cidade Universitária, inclusive nessa retomada nos anos 70. (Entrevista com Amélia Hamburger apud Campos et al, 1988).

4.1.2 O segundo período de luta por creches

Embora a CLT date de 1943, a universidade, em 1975, não oferecia creches ou salário-família para as mais de 30 mulheres que frequentavam o *campus* da Cidade Universitária. Em relação ao não cumprimento da lei, a psicóloga Maria Clotilde Magaldi, em entrevista, disse acreditar que essas articulações e reivindicações não

vingaram, em nenhum dos períodos de luta por creches, pelo fato de ter:

> [...] uma veleidade intelectual em relação à creche que era da modernidade de você ter equipamento da educação infantil. As nossas discussões eram focadas muito mais por isso, da importância de você atender criança pequena, da importância de você ter para isso tais, tais e tais requisitos, muito mais do que a legislação. A questão da legislação nas nossas descrições não aparecia, aparecia às vezes nas tinturas das discussões com o [coordenador da Coseas] prof. dr. Cruz quando ele dizia: Não, eu só tenho que atender as mulheres [referência à CLT]. E aí a gente muda isso menos de um ano depois por uma circunstância, porque um pai entra com um pedido pra atender o filho dele, ele era um funcionário que a mulher não trabalhava aqui e ele entra com uma questão anticonstitucional [...].

Ela complementa:

> [...] Acho eu por isso que a legislação [CLT] não nos comovia, absolutamente, porque a gente brigava com a legislação. Para nós a gente não estava aqui pra fazer a creche para as mães. Circunstancialmente as mães seriam atendidas também, claro, porque é indissociável a criança e a mãe, mas a motivação primeira era a criança, e isso a gente tem já desde o início [...] (informação verbal).[3]

Já o entrevistado Magno de Carvalho Costa, do Sintusp, acredita que foi a CLT que motivou o movimento social a reivindicar ao longo de tantos anos por creches no local de trabalho.

> No movimento de creche, a gente tinha como principal argumento a própria constituição, ou melhor, a CLT, que prevê que uma empresa com mais de 30 mulheres tem que ter creche, e baseado nessa informação, nós começamos a lutar pela creche, teve esse movimento dos bebês, e a coisa foi no Brasil até que a Reitoria se comprometeu (informação verbal).[4]

O próprio texto do abaixo-assinado (**Anexo G**) organizado pelo Movimento de Luta por Creches, em 1975, traz considerações, entre outras, sobre a motivação dada pela legislação:

> 1. O parágrafo 1º do artigo nº 389 da CLT que reza a obrigatoriedade de todo local de trabalho, que conte no quadro de seus funcionários com mais de 30 mulheres de idade superior a 16 anos, ter um local apropriado ou um convênio com creche. 2. A necessidade de

[3] Entrevista realizada em julho de 2009.
[4] Entrevista realizada em junho de 2008.

> interrupção do curso por parte de estudantes impossibilitadas de conciliar o cuidado dos filhos e os seus estudos. 3. O prejuízo que tal interrupção acarreta, não só para a continuidade dos estudos, como também o ônus extra para o Estado que tal afastamento implica; ou o menor rendimento escolar, ante a preocupação com as crianças deixadas em casa, em condições não ideais. 4. O interesse dos alunos dos diversos cursos, tais como psicologia, enfermagem etc. disporem de mais um local que propicie estágios supervisionados. 5. A possibilidade de utilização de recursos mais atualizados de conhecimento e tecnologia, para que esta seja uma creche modelo, que possa também servir de projeto piloto para futuras instalações na comunidade. 6. A necessidade de dar melhores condições ao estudo e trabalho femininos, evitando discriminar por sexo. 7. As vantagens que uma creche com cuidados adequados e socializados acarretam para a formação das crianças.
> Os abaixo assinados, por meio desta, reivindicam o início imediato da construção de uma creche para filhos (de 0 a 6 anos) de alunos, professores e funcionários, bem como a participação destes no planejamento da referida creche.

A polêmica da obrigatoriedade da creche em ambiente de trabalho será rediscutida também na segunda fase de reivindicações, que se inicia em 1973, quando a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas) assume o comando das negociações. Nessa oportunidade, a Arfusp enviou o Ofício 136/1973 (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 39) para a Coordenadoria, pedindo notícias e informações, já que os funcionários haviam sido informados pela imprensa da suposta implantação de uma creche. O fato curioso foi que o coordenador da Coseas, prof. dr. Irineu Strenger, havia ignorado as articulações anteriores e iniciado um "novo" percurso de contatos para implantação de uma creche.

Vale destacar que o referido professor entrou em contato com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), pedindo ajuda técnica e financeira. O seu pedido à LBA sugeria como contrapartida que as futuras creches da USP fossem creches modelos, ligadas à LBA. Tais creches foram "desenhadas, preconizadas e desejadas" pela Delegacia Estadual de São Paulo da LBA, conforme informa o Ofício 1213/1975 (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 110).

Naquela oportunidade, por meio dos seus técnicos Rosana Washington Vita e Reimei Yoshioka (Divisão de Promoção Social), a Coseas formulou (via esse mesmo Oficio 1213/1975) um pedido "no sentido de que a USP, venha a receber o apoio técnico e financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA)" (p. 1). O delegado estadual da LBA, dr. Péricles Sampaio, responde com simpatia e, assim, o prof. dr. Irineu Strenger, continua a trocar informações com o dr. Péricles, sugerindo que

inicialmente se construa "uma creche modelar, com capacidade para 200 crianças" (13/8/1975). É bem verdade que não foi localizada no Dossiê a continuação dessa relação USP-LBA, que por algum motivo desconhecido não prosperou.

Em entrevista, os psicólogos Elias da Rocha Barros e Maria Clotilde Magaldi afirmam não saber da relação iniciada com a LBA. Essas tentativas de parceria com órgãos como a LBA foram feitas por iniciativas pessoais do prof. dr. Irineu Strenger.

Mas a história continua durante o agitado agosto de 1975. Enquanto a Arfusp distribuía convocações para debater o tema, o prof. dr. Irineu Strenger encaminhava ao vice-reitor, o prof. dr. Josué Camargo Mendes, informações referentes à instalação da creche piloto na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso), baseadas nas "creches padrões" da Secretaria do Bem Estar Social (Sebes-PMSP)[5]. Nessa oportunidade, o referido professor encaminha ainda um plano de trabalho, elaborado por Elias Barros[6], referente ao planejamento da creche (27/8/1975). Barros, em sua entrevista, lembra em que contexto ele desenvolveu essa tarefa:

> Eu tinha acabado de voltar da França e estava "meio perdido", tinha começado um doutorado em Psicologia do Desenvolvimento em Paris V, depois de ter feito uma especialização no IRFED em Educação e trabalhado junto [politicamente] à delegação chilena na Unesco e acabava de voltar para o Brasil onde pretendia continuar minha pesquisa em desenvolvimento agora já ligado ao Institute of Child Health da Universidade de Londres e financiado pela Fundação Ford. Minha tese era sobre "apego" e tinha como orientadores o professor Nicholas Blurton Jones e a Clotilde Rossetti-Ferreira. Ele [Irineu] me convidou então para participar do planejamento da creche da USP e fui contratado. Aceitei com a condição de que ele me propiciasse tempo para fazer minha tese e que ele contratasse a Maria Clotilde Magaldi, que foi a pessoa que realmente implementou o projeto da creche de forma muito competente e lá está até hoje. Irineu era amigo do meu pai e respeitava muito o dr. Magaldi, pai da Maria Clotilde Magaldi. Mas ele tinha um bom trânsito tanto na direita como na esquerda e sabia dizer a seus interlocutores os que eles queriam ouvir, ou seja, era homem de confiança da direita e tinha acesso à esquerda... (informação verbal)[7]

---

[5] Em 1970, existia **uma** creche ligada à administração direta e **28** conveniadas. No inicio da década de 1980, houve uma primeira expansão, em que se passou para **18** creches em administração direta e **145** conveniadas. Esta pesquisadora dirigiu uma dessas 18 creches. Creches **não** cadastradas, ou seja, clandestinas, existiam em maior número. Não havia tradição alguma de atendimento com qualidade em creches no município de São Paulo que influenciasse debates sobre um "padrão ideal" de atendimento (MELLO, 2002, p. 21).

[6] E.R. Barros era doutorando, trabalhou na Coseas durante quase dois anos organizando comissões pró-creches e desenvolvendo planos de implantação da creche.

[7] Entrevista realizada em março de 2009.

No dia 21/8/1975, a Comissão USP – Creche para todos[8] organizou uma passeata, divulgando um abaixo-assinado com 3 mil assinaturas e um panfleto intitulado "**POR QUE UMA CRECHE NA USP"**:

> Todos os alunos, professores e funcionários que têm filhos sentem como é difícil conciliar o trabalho ou estudo com o cuidado das crianças. Uma boa creche é uma necessidade real. Embora já exista um projeto engavetado há anos, não temos ainda creche na USP. Nossa legislação exige creche gratuita em todos estabelecimentos com mais de 30 mulheres de idade superior a 16 anos em seu corpo de funcionários (art. 389 CLT). Reclamamos o cumprimento dessa lei.
>
> Alunos, professores funcionários da USP unem-se para reivindicar uma creche
>
> Queremos uma creche modelo e gratuita para os filhos de funcionários, alunos e professores. Essa creche servirá também como local de estágio supervisionado.
>
> Participaremos no planejamento e orientação da creche.
>
> PEDIMOS SEU APOIO – ASSINE O ABAIXO-ASSINADO – VENHA CONOSCO ENTREGÁ-LO AO REITOR NA 5º feira, dia 21, às 12hs (doze horas) – encontro em frente à reitoria. Traga seus filhos! (se não tiver filhos, venha apoiar). (Dossiê Arfusp)

Essa articulação resultou na famosa "Passeata dos Bebês na USP", e teve visibilidade em todas as universidades públicas, como também na imprensa (*Folha da Tarde*, 29/8/1975 e rádios do município de São Paulo). Estudantes, professores e funcionários assinaram esse abaixo-assinado. Alguns estudantes na época, como Cenise Vicente, Silvia Helena Cruz, Yves de La Taille e Marta Khol de Oliveira, entre outros, aparecem como signatários (**Anexo G**). Muitos desses integrantes da comunidade uspiana são atualmente especialistas, pesquisadores e docentes da área da educação e desenvolvimento infantil e até hoje participam de movimentos sociais para a conquista de direitos para a infância.

Durante esse período, mesmo antes de ser inaugurada a primeira creche no *campus* de São Paulo, alguns pesquisadores tomavam conhecimento da luta por creches e defendiam como uma das funções dessa instituição ser "local de estágio supervisionado e participação das famílias e comunidade uspiana no planejamento e orientação da creche" (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 130), e também se manifestavam. Assim, em ofício de 3/9/1975, a profa. dra. Carolina Bori defendia que "a creche sirva

[8] A composição dessa comissão não está explícita nos documentos, mas ela foi articulada e composta pelos integrantes da Arfusp.

para estudo e pesquisa de alunos de pós-graduação deste Instituto [IP]" (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 130), e a profa. Dra. Maria Helena Souza Patto, do mesmo instituto, solicitava campo de estágio para quatro alunas da disciplina de Psicologia Escolar, indicando como supervisores os psicólogos Elias Barros e Maria Clotilde Magaldi (Dossiê Arfusp, 1980). As estagiárias foram chamadas e integradas nos estudos para o planejamento, estabelecendo-se dia e horário de trabalho (20/10/1975). Quanto à resposta do prof. Irineu à profa. Carolina Bori, ele lembra que é "Elogiável a proposta, dado pressupor o interesse não apenas científico, como, sobretudo, de participação comunitária de alunos no empreendimento, em tela. [...] tão logo a Creche se transforme numa realidade concreta" (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 218).

Nesse período, portanto, a Coordenadoria se envolveu em diferentes atividades, que iam desde visitas a creches da Secretaria do Bem Estar Social (Sebes)[9] até a realização de pesquisa junto aos servidores, investigando a aceitação da implantação, elaborando projeto da estrutura, organizando bibliografias, contatos com a LBA, contatos com a comissão de pós-graduação do Instituto de Psicologia e o contrato do psicólogo Elias Barros[10]. Passado um mês das providências descritas acima, o prof. dr. Irineu enviou um ofício (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 257) à Secretária da Sebes, Leopoldina Saraiva, solicitando sua colaboração e explicando a construção do processo e sugerindo que o contato junto à Coseas fosse efetuado pelo psicólogo Elias Barros.

Ainda em outubro de 1975, a Comissão USP – Creche para todos, escreve uma carta aberta ao reitor e ao coordenador da Coseas:

> Não é a primeira vez que exigimos uma definição da Reitoria sobre a nossa reivindicação de criação de creches nos locais de estudo e trabalho. Já entregamos um abaixo assinado com mais de 3000 assinaturas de professores, alunos e funcionários, concentramo-nos duas vezes com as crianças em frente à Reitoria, reunimo-nos várias vezes para discutir nossa contribuição para o planejamento da creche (o que continuamos fazendo). Da parte da Reitoria obtivemos como resposta o "desengavetamento" do projeto, e a contratação de dois psicólogos para planejamento e promessas vagas de concretização das creches. Sabemos que o projeto que está sendo desenvolvido prevê o atendimento de apenas 200 crianças. E os "excedentes"? [O Fundusp[11]

[9] Nessa década, a Secretaria do Bem Estar Social teve status também de Coordenadoria (MELLO, 2002).

[10] Paralelamente, ele participava como doutorando de um programa de pesquisa transcultural ligado ao Institute of Child Health de Londres. A ideia era construir parcerias com os programas educacionais adotados pelas creches da Grã-Bretanha e foram assim mantidos contatos com técnicos da Fundusp para discutir um anteprojeto (Dossiê Arfusp, 1980, fls. 220-223).

[11] O Fundo de Construção da Universidade de São Paulo é o órgão que abriga diferentes comissões de trabalho sobre planejamentos ambientais nos *campi* da USP. Algumas dessas comissões têm poder econômico, como a Comissão de Heranças Vacantes. Administram, por exemplo, vendas de imóveis herdados em todo o estado de São Paulo.

> calculou 1500 crianças]. E nossa reivindicação de participação no planejamento? E na gestão? E a quantas anda o planejamento oficial?
>
> Estaremos reunidos na sexta-feira (24/10) às 12 horas na PSICOLOGIA (B4) para discutir a continuidade do nosso movimento. Queremos mais uma vez esclarecer: que a nossa reivindicação É DE CRECHES QUE ATENDEM AOS FILHOS DE TODOS OS ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS, com a nossa ampla participação no planejamento e na gestão. (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 256).

Parece que o trabalho da Comissão USP – Creche para todos não tinha eco junto aos gestores. Nem a Arfusp, nem quaisquer representantes da comunidade uspiana aparecem nas comissões de trabalho. Em nenhum dos documentos analisados esse movimento de luta por creche é citado, seja pelos professores, coordenadores, técnicos ou funcionários da Reitoria, da Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas), da Coordenadoria da Administração Geral (Codage) e / ou do Fundo de Construção da Universidade (Fundusp).[12]

Durante o ano de 1976, alguns ofícios foram trocados entre a Coseas, o Fundusp e a Codage. O psicólogo Elias Barros pediu demissão do seu cargo, e a técnica Maria Clotilde Magaldi foi deslocada para trabalhar como psicóloga, agora vinculada ao Programa de Saúde da Coseas.

Conforme afirma a psicóloga Magaldi em depoimento: "Eram tempos de briga [...] tinha um coronel que trabalhava na promoção social, aqui, aposentado, mas enfim, naquela época tudo era razão pra você dar trinta passos pra trás [...]" (informação verbal).[13]

Em maio de 1977, alunos do *campus* da USP de São Paulo entram em greve após a prisão de três estudantes, acusados de "aliciar trabalhadores para uma Liga dos Operários" (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 130), segundo as palavras do então secretário da Segurança Pública, Erasmo Dias. Pontifícia Universidade Católica (PUC), Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (Unesp), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aderem à paralisação, que dura duas semanas, período marcado por novas prisões de estudantes. Somente em setembro de 1978 foi retomado o tema da creche, quando Maria Clotilde Magaldi recebe um

---

[12] A principal receita da USP advém do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Um percentual desse imposto é repassado mensalmente à USP pelo Governo de Estado. Há uma receita exclusiva para a assistência social (Coseas) destinada aos alunos provenientes de heranças vacantes.
Fonte: Biblioteca Virtual da Fapesp. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/21478/herancas-receita-exclusiva-alunos/>. Acesso em: 2 out. 2010.

[13] Entrevista realizada em 2009.

processo para rever estudos e propor modificações (15/9/1978). Ela recorda os pontos discutidos há quase três anos e conclui afirmando que "os estudos preliminares para a creche não necessitam grandes modificações, podendo perfeitamente servir de estrutura básica para a implantação da creche na CUASO[14]" (Dossiê Arfusp, 1980, s/n).

Em 2/4/1979, alguns técnicos ligados a diferentes unidades organizam uma nova comissão para aprovar o estudo preliminar da creche e fixar seus objetivos. Faziam parte dessa comissão: quatro arquitetos do Fundusp, Vitor Toro, diretor da Promoção Social da Coseas, prof. dr. André Cruz, coordenador da Coseas, e a psicóloga Maria Clotilde Magaldi (Dossiê Arfusp, 1980, fl. 312). Essa comissão de trabalho era coordenada pelo então coordenador da Coseas. Em entrevista, perguntou-se ao psicólogo Elias Barros por que a Associação dos Funcionários da Reitoria e o Movimento de Luta por Creches ficaram fora da Comissão de Trabalho da primeira creche. Ele conclui:

> A Amelinha [Hamburger] era muito amiga da família, meu irmão era físico, mas ela era vista como alguém ligada à esquerda e, portanto "perigosa". Mas Irineu [eles] não queriam saber de criar um clima de confrontação de ser associado aos "comunistas" [era durante o período da ditadura]. Colocar alunos, professores e funcionários junto era visto como algo muito perigoso e o Irineu não estava disposto a arriscar sua reputação numa situação dessas. Tinham medo dos comunistas tomarem o poder. Não queriam de forma alguma colocar juntos professores, alunos e funcionários. Assim Irineu ia aceitando opinião de um e outro, mas ele era populista, oportunista... e enrolava (informação verbal).[15]

Em abril de 1979, professores e funcionários entram em greve por melhores salários e os estudantes aderem. Com paralisação massiva, as aulas voltam após um mês, com ato na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo marcado pela leitura de poemas de Pablo Neruda e do "hino" dos poetas Chico Buarque de Holanda e Pablo Milanés: "*Canción por la unidad de Latino América*".[16]

A Comissão USP – Creche para todos estava lá pautando a mesma reivindicação, que agora completava 14 anos de vida. Enquanto isso, a Comissão de Trabalho coordenada pela Coseas discute planilhas de custo para implantação de creches e é aprovada a construção do primeiro módulo da Creche Central, *campus* São

---

[14] Cuaso: sigla para Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira.
[15] Entrevista realizada em 2008.
[16] "[...] a história é um carro alegre cheia de gente contente que atropela indiferente todos aqueles que a neguem...".

Paulo (Cuaso) para atender 50 crianças, inaugurado apenas em 1982.

Assim, a Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) foi a unidade da USP responsável pela implantação e ampliação das unidades de creches e pré-escolas. Entre as décadas de 1980 e 1990, foram construídas duas unidades projetadas para a infância pequena, enquanto no interior foram adaptados equipamentos já existentes. Alguns deles foram construídos na década de 1940; é o caso do barracão do bicho da seda e do pequeno grupo escolar, transformado na creche de Ribeirão Preto; outros foram construídos na década de 1960, como é o caso dos galpões de São Carlos reformulados para a implantação da creche. Também a creche do *campus* Hospital das Clínicas funcionou durante 20 anos em unidade adaptada. Outros aspectos distintos dessas unidades são o quadro funcional, a manutenção e a conservação; consequentemente, também o custo.

Quanto às duas creches ligadas até esse momento às coordenadorias dos *campi* de Piracicaba e Bauru, construídas entre as décadas de 1970 e 1980, são unidades que foram planejadas para a infância, embora sem a modernidade arquitetônica respeitada nos *campi* de São Paulo. Elas também variam na forma de funcionamento, quadro pessoal e vagas oferecidas (MATTOS e KISHOMOTO, 1998). Vale destacar que todas as creches e pré-escola da USP têm ambientes externos planejados, e que os *campi* possibilitam, em graus diferentes, contato com jardins, praças, mini zoo, museus, bibliotecas e alguns laboratórios educativos.

A **Tabela 4.1** apresenta uma síntese das mobilizações ocorridas, bem como das medidas administrativas realizadas para o cuidado e a educação de crianças abaixo de sete anos na USP.

Tabela 4.1 – Cronologia – Creches da USP

1961-1965	Primeiras reivindicações pela implantação de creche no interior da universidade realizadas pelo movimento de mães da USP junto à Associação dos Funcionários da Reitoria da USP.
1970	Intensificam-se os pedidos de creche no local de trabalho. É a década das reivindicações por creche e sua expansão.
1973	Inaugura-se a primeira pré-escola, Emelina Ottoni de Souza Queiroz, na USP de Piracicaba, ligada ao Laboratório de Desenvolvimento Humano, Departamento de Economia Doméstica – Esalq. A pré-escola atendia filhos de funcionárias, professoras e alunas em período parcial.
1975	Funcionários, alunos e professores da USP fazem uma manifestação em prol da creche no local de trabalho – a famosa "Passeata dos Bebês".
1979	Greve nas três universidades públicas estaduais. Na pauta de reivindicações, a criação de creches.
1982	A criação da primeira instituição em tempo integral da USP, que atende crianças abaixo de três anos de idade – Creche Central, no *campus* São Paulo (Cuaso).
1985	Criação da Creche Carochinha em Ribeirão Preto – USP e do CCI de São Carlos, no *campus* de São Carlos. Ligados à Associação de funcionários da USP, atendem crianças de três meses a sete anos, em tempo integral e / ou parcial. A destinação de vagas tem a seguinte proporção: 70% para os funcionários, 15% para os docentes e 15% para os alunos de graduação e pós-graduação.
1986	Passagem da Creche Carochinha à administração da Coseas USP. Permanência do CCI de São Carlos e Piracicaba nas prefeituras dos *campi*. Criação da Creche de Piracicaba e junção da pré-escola existente desde 1973.
1987	A Coseas assume a Creche da Saúde Pública, que era administrada pela Associação Pueri Custodia desde a década de 1970.
1990	Reinaugura-se a segunda creche da Coseas no *campus* de São Paulo – Creche Oeste.
1994-1995	É encerrado o Laboratório de Desenvolvimento Humano, Departamento de Economia Doméstica – Esalq. O curso é fechado, mas a creche continua vinculada à prefeitura do *campus*. Inaugura-se o Berçário e Maternal Leite & Amor, ligado à prefeitura do *campus* de Bauru em parceria com o Hospital de Reabilitação de Anomalias.
2004-2007	A Creche Carochinha é regulamentada junto à Secretaria do Estado de São Paulo. A Coseas assume o CCI de São Carlos. As creches e pré-escolas de São Carlos e São Paulo são regulamentadas junto à Secretaria do Estado de São Paulo. Reinaugura-se a creche da Coseas na Saúde Publica – *campus* Hospital das Clínicas / Saúde Pública – Creche Saúde.
2007-2010	Ocorre a alteração da faixa etária para o atendimento das creches, que passam a atender crianças entre seis meses e seis anos devido a mudanças da Legislação (Portaria GR nº 4.012/2008 – USP, Lei nº 11.274/2006 e Portaria GR nº 4.706/2010 – USP, artigo 3º). O auxílio é concedido para todos os servidores, com exceção dos aposentados e afastados com prejuízo de vencimento. O Regimento da Divisão de Creches é alterado e as vagas para cada categoria são modificadas, destinando-se mais percentagem para os alunos.

Assim, a Divisão de Creches, vinculada à Coseas, a partir de 2004, dirige cinco das creches existentes na universidade, garantindo seu funcionamento técnico e administrativo. São elas: Carochinha, Central, Oeste, Saúde e São Carlos. Só essa Divisão chegou atender a 550 crianças. Entre 1985 e 2006, as vagas para creches eram divididas proporcionalmente como segue: 70% para filhos de funcionários; 15% para filhos de docentes; 15% para filhos de alunos de graduação e pós-graduação. A partir de 2007, houve alteração em Ribeirão Preto e São Carlos dos índices-vagas, que passaram a ser: 50% para filhos de funcionários, 20% para filhos de docentes e 30% para filhos de alunos, tendo os alunos pós-doutores direito a 10% das vagas dos docentes[17]. No ano seguinte, essa alteração ocorreu em São Paulo, conforme apresenta a **Tabela 4.2**, a seguir.

Tabela 4.2 – Evolução da participação de cada categoria na distribuição das vagas nas creches da USP - 1985-2010[18]

Período	1982-2006	2007(RP/SC)	2008 (SP)
Funcionários	70%	50%	40%
Docentes	15%	20%	20%
Alunos graduação e pós-graduação	15%	30%	40%

Em síntese, a luta por mais vagas nas creches da USP persistiu durante toda a década de 90. Nessa época, a universidade chega a matricular 850 crianças em quatro unidades da Coseas e três unidades ligadas às prefeituras dos *campi*. Após o ano 2000, período considerado para este trabalho, há menos de 500 crianças matriculadas nas unidades de educação infantil da USP.

Quando se inicia o novo século, novas e velhas formas de atendimento à infância (re)surgem. Os auxílios-creche estão inseridos nesse cenário.

4.2 O auxílio-creche na USP

Diferentes benefícios complementam os salários na Universidade de São Paulo.

[17] Em 2003/2004, foi autorizada a destinação, via Divisão de Creches / Coseas, de 10% das vagas para os estudantes pós-doc. A orientação foi feita para subtrair da categoria docente. Vale considerar que é a Pró-Reitoria de Pesquisa quem orienta a categoria Pós-doutor. Em seu *site*, eles os consideram estudantes (http://www.usp.br/prp/novo/?pagina=posdoc).

[18] Fonte: Divisão de Creches / Coseas e Promoção Social / Coseas.

Os servidores recebem o auxílio-alimentação – conforme o salário-base; o auxílio-funeral – no valor correspondente a um mês de salário; o auxílio-transporte; restaurante universitário com preço subsidiado; vale-refeição e acesso aos hospitais universitários. Também têm direito ao auxílio-creche os servidores com filhos abaixo de sete anos quando não querem ou não podem frequentar as creches implantadas nos *campi* da USP. A universidade destina o auxílio-creche apenas aos servidores que não matriculam seus filhos em uma unidade de educação infantil da USP.

Fruto de acordo e convenções de trabalho, o auxílio-creche foi instituído na USP, em 30/11/1991, pelo reitor prof. dr. Roberto Leal Lobo. Nessa oportunidade, a universidade se orientou pela Portaria 3.296/1986, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, conforme apresentado no **capítulo 2**, permitia à empresa adotar o sistema de auxílio. Ele foi a forma encontrada pela universidade para responder à demanda por mais vagas nas creches universitárias (Boletins Sintusp, 2005).

Magno de Carvalho Costa, do Sindicato (Sintusp), lembra que: "[...] a gente foi brigar por creches pra todo mundo; eu me lembro até que eram cerca de 500 crianças atendidas pelas creches e tínhamos uma demanda grande, falava-se que só atendia nas creches da USP 10%" (informação verbal)[19]. Recorda o sindicalista que o reitor prof. dr. José Goldenberg [1986-1990] já anunciava com entusiasmo a defesa feita pelo governador Franco Montoro[20] das políticas de benefícios, como auxílio-alimentação e auxílio-creche. "Ele indicou o vice-reitor, prof. dr. Roberto Leal Lobo para iniciar as negociações conosco" (informação verbal). Segundo o sindicalista, o prof. dr. Lobo era o candidato do reitor prof. dr. Goldenberg. Acredita o funcionário que foi o governador Franco Montoro, quando ministro do Trabalho, que criou o salário-família[21], daí a relação que estabeleceu entre o ex-governador e os benefícios que começaram a surgir nas pautas de negociações salariais.

Oficialmente, o único documento que trata do acordo feito entre o Sintusp e a Reitoria sobre auxílio-creche é o Comunicado **USP Urgente nº 7**, de outubro de 1991,

---

[19] Entrevista realizada em 2008.

[20] O histórico do salário-família antecede o ex-ministro do Trabalho dr. André Franco Montoro, que desde 1961 encaminhou para ser votada a nova legislação para o salário-família, tendo sido autor do Projeto de Lei nº 3.628, de 1961. Esse PL foi convertido mais tarde na lei nº 4.266, de 1963, que instituiu definitivamente o salário-família dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Fonte: Portal Investidura. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/previdenciario/3520-o-salario-familia-e-a-protecao-social-ao-trabalhador.html>. Acesso em: 3 out. 2010.

[21] O salário-família é um benefício previdenciário, devido por filho até 14 anos de idade. O valor varia de acordo com a remuneração bruta mensal do servidor e é definido através de Portaria do Ministério da Previdência Social. A partir de fevereiro de 2009, o valor do benefício corresponde a: R$ 25,66 – para remuneração até R$ 500,40; R$ 18,08 – para remuneração entre R$ 500,41 a R$ 752,12. Na USP não há salário-família, pois o salário mínimo-USP em maio de 2010 era de R$ 1.210,90. Fonte: Portal USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh>. Acesso em: 3 out. 2010.

que anunciava o valor, ainda em cruzeiros, de Cr$ 15.000,00 para esse benefício. A convocação declarava:

> **15.000 NÃO PAGA CRECHE – A LUTA POR CRECHE CONTINUA**. A comissão de Creches reivindica 'mais creches e pagamento de um auxílio-creche que fosse suficiente para o pagamento de creches até a USP construir creches...'. (Sintusp – Boletim – 13/11/1991).

Em dezembro do mesmo ano, a profa. Eunice Laçava Kwasnicka, então diretora do Departamento de Pessoal, expediu o Ofício DP/OC Nº 68/1991 estabelecendo as regras de concessão do auxílio-creche para todos os servidores – funcionários e docentes.

O ofício, basicamente, trata de cadastro:

> 1) deverão ser cadastrados somente filhos ou tutelados ou legalmente adotados, de até 7 anos de idade;
> 2) ficarão fora do cadastro de auxílio-creche os seguintes servidores:
> a) inativos; b) afastados com prejuízos; c) funcionários com salários brutos maior que Cr$ 637.500,00 (nov. 91); d) docentes em RDIDP com salário maior que Cr$637.500,00 (nov. 91); e) docentes em RTC ou RTP (qualquer salário); f) estagiários; g) funcionários em jornada de 20 horas.[22]
> 3) solicitamos, ainda, que, no ato do cadastro o servidor apresente declaração de que não mantém filho na Creche/USP. (Ofício DP/OC Nº 68/1991)

Em 30/9/1994, o reitor Flavio Fava de Moraes converte o valor do beneficio para a nova moeda, calculado em R$ 28,82. Em 1997, uma nova Portaria (GR nº 3.094) dispõe sobre o benefício auxílio-creche aos servidores não docentes e dá outras providências. Nessa oportunidade, o reitor Flavio Fava de Moraes não altera as regras, mas acrescenta critérios para pagamento do auxílio. Seu valor passa a R$ 60,00 mensais por dependente. O valor designado é proporcional à jornada do servidor.

> I. Integralmente, aos servidores regidos pela CLT em jornada superior a 30 horas semanais de trabalho;
> II. 50% do valor do beneficio aos servidores regidos pela CLT em jornada inferior ou igual a 30 horas semanais de trabalho;
> III. integralmente, aos servidores sob vínculo autárquico em jornada completa de trabalho;
> IV. 50% do valor, aos servidores sob vínculo autárquico em jornada parcial ou comum de trabalho. (Portaria GR nº 3.094/1997)

---

[22] A Portaria GR nº 4.706, de 12/2/2010 (artigo 2º), concede o auxílio também para os docentes dos três regimes de trabalho (RDIDP, RTC e RTP)[22]. Aposentados e afastados com prejuízo de vencimentos são os únicos excluídos.

Mesmo com alterações pouco significativas no valor do auxílio-creche, os funcionários aderiram a essa modalidade de benefício, reivindicando durante a gestão do reitor Flavio Fava de Moraes (1997) o aumento do benefício. O reitor seguinte, prof. dr. Jacques Marcovitch, continuou discutindo as reivindicações dos funcionários por mais vagas nas creches da USP sem que ocorresse ampliação efetiva do atendimento. A estratégia adotada era a de efetuar muitos "estudos" sobre o tema, sem atribuir vagas novas. E esse formato ainda predominava quando se iniciou o século XXI.

Após sete anos de congelamento do auxílio-creche no valor de R$ 60,00, em 1/5/2004 o valor do auxílio é reajustado para R$ 138,69. No ano seguinte (2005), outro pequeno ajuste é proporcionado e o benefício passa a valer R$ 152,85, reajustado pelo mesmo índice utilizado para a correção dos salários dos servidores. No segundo semestre de 2005, a única universidade pública paulista que autoriza um aumento do auxílio-creche é a USP. Assim, a partir de 1/8/2005, ainda na gestão do reitor prof. dr. Adolfo Melfi, o auxílio-creche passa a valer R$ 300,00, chegando pela primeira vez a 100% do salário mínimo. A solicitação por mais vagas por creches aparece, agora, pela primeira vez, vinculada às reivindicações para ampliação do auxílio-creche, "beneficiando imediatamente 2858 funcionários, num total de 3470 crianças [...]" naquele ano (Boletim Sintusp, 5/6/2005).[23]

Assim, no ano de 2005, são atribuídos dois aumentos consecutivos ao auxílio-creche, ora para ajustar seu valor ao índice de reajuste dos salários definido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), ora por "liberalidade" da USP[24]. Segundo o Boletim do Sintusp (2005), esses dois reajustes se justificaram pelo fato de o primeiro acompanhar o reajuste salarial de 7,97%, enquanto o segundo resultava de continuadas negociações ocorridas após a assembleia do Sintusp, organizada em maio de 2005. Foi nessa assembleia que se reivindicou 100% de reajuste para o auxílio-creche. Essas negociações foram concluídas em 1/8/2005 e o novo valor passou a ser pago a partir de 6 de setembro do mesmo ano. Esse Boletim anunciou, ainda, a vitória na luta pelo 100% de aumento: "O auxílio-creche passou de R$ 156,00 para R$ 300,00. Segundo o sindicato: 'Mais uma conquista dos trabalhadores da USP e do seu Sindicato que luta e faz a sua opção no processo da luta de classes'" (Boletim do

[23] Os boletins de nº 42 e 43/2004, 46, 52, 53 e 56/2005 tratam das pautas específicas com destaques para o reajuste do auxílio-creche.

[24] Quando as três universidades paulistas negociam reajuste de salário e benefícios o processo se dá via Cruesp. As universidades também podem negociar benefícios separadamente, por "liberalidade", segundo expressão usada pelos representantes dessas instituições.

Sintusp nº 82, 6/9/2005, p. 2).

Em março de 2006, foi organizado o **4º Congresso dos Funcionários da USP**. Nessa oportunidade, aparecem em destaque, na pauta de reivindicações específicas, três pontos sobre o tema creche e auxílio-creche:

> (1) Garantia de vagas nas creches em número suficiente para os (as) filhos(as) de todos(as) funcionários(as), estudantes e docentes; (2) Aumento do valor do auxílio-creche, no valor de R$ 350,00 (um salário mínimo), até que existam vagas para os(as) filhos(as) de todos(as) funcionários(as), estudantes e docentes; (3) Imediata construção da Creche Sudoeste em um Programa de construção de novas creche, bem como a contratação de funcionários(as) necessários para o atendimento de toda demanda (Jornal do Sintusp, abr./maio 2006, p. 9).

A partir de 1/5/2006, foi autorizado pela reitora profa. dra. Suely Vilela reajuste do auxílio para R$ 350,00. Em 2007, na Universidade de São Paulo, 2.817 servidores recebiam auxílio-creche, contemplando 3.349 crianças; destes, 842 eram funcionários vinculados à classe Básico, contemplando um total de 1.017 crianças.

A **Tabela 4.3** apresenta os reajustes do auxílio-creche, com os respectivos períodos de gestão e proporção do salário mínimo em Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE).

Tabela 4.3 – Evolução do valor do auxílio-creche[25]

Gestão	Data de referência[26]	Valor nominal	Valor corrigido para Jan/2010 (INPC)	Evolução pelo valor corrigido 94=100
Flavio Fava de Moraes (1994-1997)	30/9/1994	28,82	94,68	100
	1/5/1995	28,82	81,27	86
	1/5/1996	28,82	68,74	73
	21/11/1997	60,00	130,95	138
Jacques Marcovitch (1998-2001)	1/5/1998	60,00	127,03	134
	1/5/1999	60,00	122,99	130
	1/5/2000	60,00	115,97	122
	1/5/2001	60,00	108,32	114
Adolpho Jose Melfi (2002-2005)	1/5/2002	60,00	98,87	105
	1/5/2003	60,00	82,83	87
	1/5/2004	138,69	181,31	191
	1/5/2005	152,85	187,43	198
	1/8/2005	300,00	361,61	382
Suely Vilela (2006-2009)	1/5/2006	350,00	415,33	439
	1/5/2007	373,80	428,82	453
	1/5/2008	398,13	431,28	455
	1/5/2009	422,22	432,20	456

[25] Dados do DRH – Reitoria USP – 2009. Fontes: Portal da Secretaria Geral da USP e Portal do Guia Trabalhista. Disponível em: <www.usp.br/sg> e <www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htr>. Acesso em: 4 out. 2010.

[26] Quando não havia data de referência, tomou-se 1/5 (data base) para efeito de correção dos valores.

Os valores apresentados na **Tabela 4.3** mostram dados contínuos de 1994 a 2009. O **Gráfico 4.1**, a seguir, permite evidenciar as linhas com marcadores que representam os valores nominais corrigidos em INPC para data de referência. Pode-se verificar uma queda no valor real entre 1997 e 2003, que corresponde a um congelamento do valor do auxílio-creche. Após 2004, as linhas aparecem espaçadas em ascensão, mantendo os valores praticamente uniformes a partir de 2006.

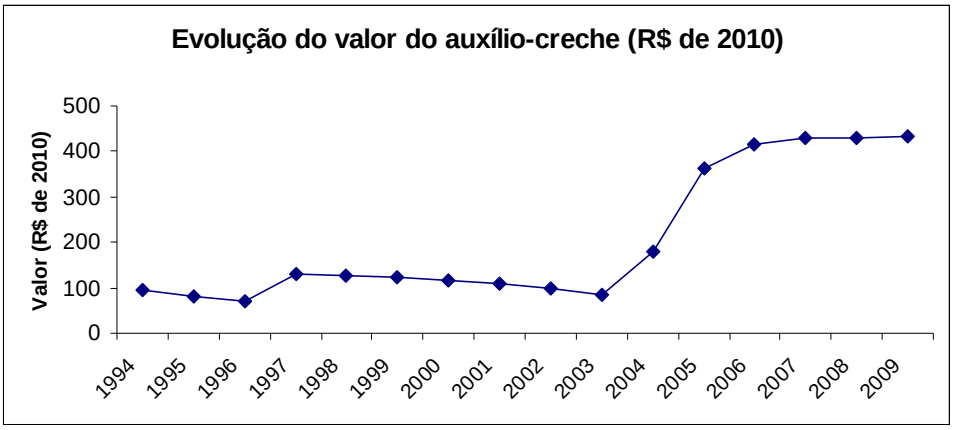


Gráfico 4.1 – Evolução do valor do auxílio-creche

Observa-se, no **Gráfico 4.1**, que o auxílio-creche aumentou 4,5 vezes entre 1994 e 2009. O aumento mais significativo ocorreu em maio de 2004: 2,2 vezes em relação a maio de 2003. Outro aumento significativo se deu em 2005. Isso porque, como já comentado, ocorreram dois reajustes do auxílio, dobrado em relação a maio de 2004 e multiplicado por 4,5 vezes em relação a maio de 2003. Em 2007 o valor passa a R$ 373,80, acompanhando o reajuste dos salários da USP. Também em 2008 esse valor segue a mesma proporcionalidade, passando a R$ 398,13. Finalmente, em 2009 o auxílio-creche passa a R$ 422,22. Nesse mesmo ano, o menor salário da USP era de R$ 1.136,24, o que indica que o auxílio correspondia a 37% deste valor. (**Anexo H** – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos – maio / 2009.)

4.3. Evolução de pessoal da USP e dos beneficiários do auxílio-creche

Na última década, a USP ampliou em 31% as vagas para graduação e em 10,8% as de pós-graduação. Os Indicadores Gerais de Desempenho da Universidade apresentam 81 novos cursos e 17.672 alunos a mais na graduação; 23 novos programas

e 2.766 alunos a mais na pós-graduação[27]. Considerando os diferentes níveis de atividades, esses cursos e programas foram organizados e implantados pelos servidores da universidade, daí haver também alterações no quadro de pessoal.

Na USP há uma carreira para os funcionários organizada segundo um conjunto de funções, de natureza e de trabalho assemelhados hierarquicamente conforme diferentes níveis de complexidade, responsabilidade, competência e escolaridade. Assim, as ocupações são distribuídas em três grupos (Básico, Técnico e Superior). Cada grupo tem três faixas de funções (I, II e III) e cada uma delas está dividida em níveis que foram sendo alterados ao longo da última década. Até 2003, os níveis variavam de "A" a "J"; após 2004, de "D" a "J"; em 2006 estendeu-se o início para a letra "K" e, finalmente, a partir de 2009, ficam entre "G" e "K"[28]. Cada mudança de letra significa um acréscimo de 5% no salário base do funcionário.

Há, ainda, a categoria dos funcionários estatutários, com vínculo autárquico, que não foram incluídos nas classes de funcionários descritas. Neste trabalho, eles aparecem classificados como "outros". [29]

Para os docentes, há três regimes de trabalho: Turno Parcial (RTP), de 12 horas; Turno Completo (RTC), de 24 horas; e Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), com 40 horas de jornada. Para cada regime há cinco escalas (MS-1, MS-2, MS-3, MS-5 e MS-6), e a ascensão ocorre por meio de provas e títulos acadêmicos. Embora haja cinco níveis de titulação (graduado; mestrado; doutorado; livre docente e titular), atualmente a universidade só abre concurso com exigência mínima de titulação em nível de doutorado. (Nos anexos deste trabalho encontram-se os seguintes documentos: **Anexo H** – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos – maio / 2009; **Anexo I** – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos – maio / 2010; **Anexo J** – Tabela de Verbas de Representação – maio / 2009; **Anexo K** – Tabela de Verbas de Representação – maio / 2010; **Anexo L** – Tabela de Vencimentos – Professores Colaboradores – maio / 2010.)

O **Gráfico 4.2** e a **Tabela 4.4** mostram o índice de ampliação dos servidores ativos por categoria entre 2000 e 2010.

---

[27] Fonte: Sistemas USP. Disponível em: <http://sistemas3.usp.br/anuario/info_gerais.htm>. Acesso em: 5 out. 2010.
[28] Fonte: Portal do DRH USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/>. Acesso em: 5 out. 2010.
[29] Nos anos 2004 e 2010, houve processos contra a USP – funcionários enquadrados na Carreira USP que retornaram ao vínculo anterior – autárquico. Esses funcionários entraram na USP submetidos ao regime estatutário, passaram para o regime celetista e retornaram para o regime inicial. No regime estatutário, a relação funcional entre o servidor e o Estado é regida pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990). As condições de prestação de serviço estão, portanto, traçadas na lei. Já o regime celetista é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A relação jurídica entre o Estado e o servidor no regime celetista é de natureza contratual, ou seja, é celebrado um contrato de trabalho. Fonte: Portal de Consultoria Jurídica da USP. Disponível em: <http://www.usp.br/cj/?q=node/13/pessoal>. Acesso em: 5 out. 2010.

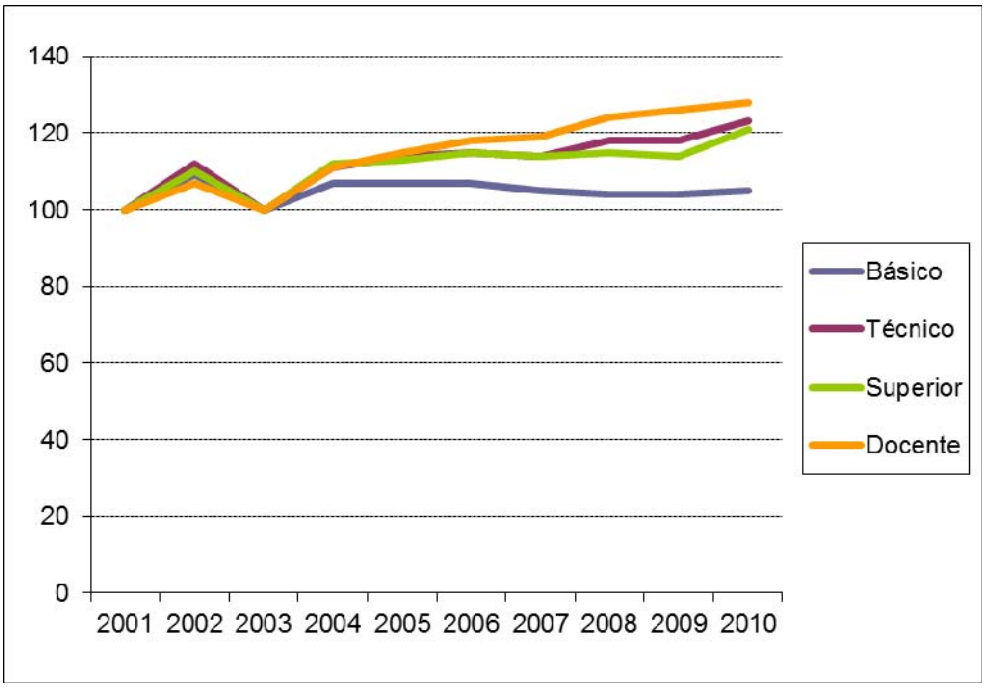


Gráfico 4.2 – Índice da evolução do servidor por classe funcional e docentes (2001=100)[30]

Tabela 4.4 – Evolução do total de servidores por classe funcional e docente (2001= 100)[31]

Ano	Básico	Técnico	Superior	Docente
2001	100	100	100	100
2002	109	112	110	107
2003	100	100	100	100
2004	107	111	112	111
2005	107	114	113	115
2006	107	115	115	118
2007	105	114	114	119
2008	104	118	115	124
2009	104	118	114	126
2010	105	123	121	128

Para os funcionários da classe Básico, constata-se que o seu total ficou praticamente congelado no período, chegando-se em 2010 a um patamar apenas 5%

[30] Dados fornecidos pelo DRH – USP.
[31] Dados fornecidos pelo DRH – USP.

superior ao existente em 2001. Em diferentes oportunidades, o Sindicato (Sintusp) declarou que o número de funcionários terceirizados para as funções de segurança e limpeza foi ampliado. Vale destacar que foi a partir de 1993 que foi iniciada na USP a contratação de empresas para segurança e limpeza, assim como para serviços de manutenção como pedreiros, pintores e mecânicos, entre outros, os quais correspondem exatamente à carreira da Classe Básico[32] (Boletim Sintusp, nº 120,15/12/2005).

Já as classes Técnico e Superior de funcionários foram ampliadas respectivamente em 23% e 21% no período, acompanhando, em parte, a ampliação de cursos da universidade. Para a Categoria Docente, ocorreu a maior ampliação (28%), coincidindo com a ampliação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação.

O **Gráfico 4.3** mostra a evolução dos servidores beneficiários do auxílio-creche, distribuídos nas três classes de funcionários (Básico, Técnico e Superior) e também entre os servidores docentes.

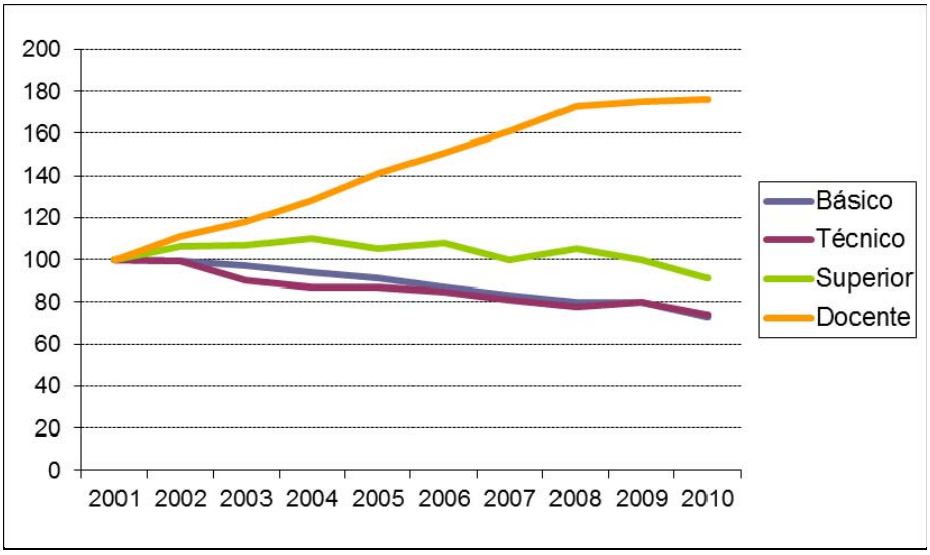


Gráfico 4.3 – Índice de participação de beneficiários por classe funcional e docentes (2001=100)[33]

Os dados do **Gráfico 4.3** indicam uma queda sistemática na participação dos servidores beneficiários em relação ao total de servidores de seu respectivo grupo; a

[32] O Procurador do Ministério Público do Trabalho, Tadeu Henrique Lopes Cunha, lembra que em 1963 foi editado um Decreto Lei (nº 1.034/1969) que permitiu à administração pública contratar serviços considerados periféricos, como manutenção de elevadores, limpeza e segurança de outras empresas. Lembra ainda o Promotor que foi na década de 1990, em plena recessão econômica do Plano Econômico do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que ocorreu expansão das empresas terceirizadas, e que esse fenômeno foi "deletério à classe trabalhadora" Fonte: Agência USP, 26/09/2007. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=6866>. Acesso em: 5 out. 2010.
[33] Dados fornecidos pelo DRH – USP.

única exceção são os servidores docentes. Isso se explica principalmente em função da pequena substituição de funcionários, associada ao envelhecimento dos existentes, que deixam de receber o auxílio em função do aumento da faixa etária de seus filhos. No caso docente, ocorreu exatamente o inverso, em função de uma grande renovação, seja pela contratação de novos docentes para os cursos recém-criados, seja pela substituição de professores aposentados. Assim, houve uma nova leva de docentes, em sua quase totalidade jovens doutores, os quais, naturalmente, estão em fase de constituição de família, ou possuem filhos na faixa correspondente ao auxílio.

Tabela 4.5 – Evolução de participação de beneficiários por classe funcional e docentes (2001=100)[34]

Ano	Básico	Técnicos	Superiores	Docentes
2001	100	100	100	100
2002	99	99	106	111
2003	97	90	107	118
2004	94	87	110	128
2005	91	87	105	141
2006	87	85	108	151
2007	83	81	100	161
2008	80	78	105	173
2009	80	80	100	175
2010	73	74	91	176

Já os dados da **Tabela 4.5**, mostrando a evolução do total de servidores beneficiários do auxílio, indicam uma grande queda no segmento dos funcionários das classes Básico e Técnico, que foram exatamente os segmentos mais afetados pelas políticas de terceirização, com pequeno ingresso de novos servidores. Vale considerar que em 2005, ano do aumento de 100% do auxílio-creche, 3.511 crianças recebiam auxílio-creche na USP, sendo que 924 (31,6%) das cotas eram destinadas a filhos de funcionários básicos e 1.020 (34,9%) aos técnicos. Ao iniciar 2010, 3.132 crianças recebiam esse benefício, sendo que 866 (27,6%) das cotas são destinadas a filhos de funcionários básicos e 998 (31,8%) aos dependentes dos técnicos. Esses são os

[34] Dados fornecidos pelo DRH – USP.

servidores que em 2005 recebiam salários entre R$ 785,60 a R$ 3567,07[35].

O que esses dados mostram, em termos absolutos é que, muito embora a queda seja significativa, há ainda um grande número de servidores que recebem o auxílio. Os filhos desses servidores poderiam estar frequentando as creches da universidade. Curiosamente, apesar desse grande número de crianças, em 2007 / 2008, foi reduzida a oferta de vagas para os filhos de funcionários, que passou de 70% para 50% no interior e de 70% para 40% na capital, conforme apresentado na **Tabela 4.2**.

Ainda conforme analisado acima, os docentes foram a categoria cujo número sofreu a maior alteração em todos os *campi* da USP, devido ao aumento do número de cursos de graduação e dos programas de pós-graduação. Deve-se considerar que, até 1997, apenas os funcionários celetistas (CLT) recebiam benefícios, enquanto que aqueles das classes superiores, com valores de pisos determinados pelo Ofício DP/OC nº 68/1991, assim como os docentes, não tinham direito ao auxílio-creche. A Portaria nº 3.094 de 21/11/1997 concedeu o benefício também aos servidores autárquicos. Outro aspecto a considerar é que em fevereiro de 2010 o auxílio-creche foi ampliado para todos os regimes de trabalho dos docentes.

Ao analisar, neste capítulo, a história da construção da creche e do auxílio-creche na USP, relacionada com a expansão da universidade nos últimos dez anos, faz-se necessário destacar duas questões. A primeira está vinculada à adesão ao auxílio-creche e a segunda ao modelo (flexível) de auxílio-creche adotado pela USP. A vinculação parecer ser mais complexa na medida em que se trata de escolhas e opções de quase 3.000 servidores. Já a segunda está ligada diretamente ao modelo de auxílio negociado entre a universidade e o Sindicato, ou seja, os modelos flexível ou vinculado, conforme apresentamos no capítulo 2, resultam de diferentes formatos para destinação do auxílio-creche que, teoricamente, seria para a pequena infância.

4.3.1 Sobre a adesão e a ampliação do auxílio-creche

A história revela que a luta por mais vagas nas creches da USP acompanhou o desenvolvimento histórico dessa etapa da educação básica brasileira. Partiu-se do princípio do direito da mulher trabalhadora para evoluir para o direito ao cuidado e à educação da criança. O ponto de partida dessa trajetória foi o Decreto-Lei nº 5.452

[35] Fonte: Portal DRH – USP. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/>. Acesso em: 5 out. 2010.

(CLT, 1/5/1943). Com a repressão política a partir da década de 1970, ocorreu pulverização dos diferentes movimentos sociais, com os grupos mais organizados passando a centrar suas lutas em torno de bandeiras ligadas à luta contra carestia, por moradia e creches. Eram temas mais ligados ao cotidiano e sem cunho político explícito; esses movimentos agregavam diferentes tendências políticas e ideológicas expressas nas associações de bairros, nos sindicatos e nos partidos políticos. A década seguinte foi a de implantação e expansão das creches universitárias, acompanhando o ritmo da expansão da educação infantil brasileira. Já nos anos 1990, conforme se analisou anteriormente, as negociações e acordos de convenções trabalhistas parecem indicar uma inflexão nessa tendência de expansão de oferta de creche pelas instituições públicas. Em seu lugar, incrementam-se os auxílios pecuniários. Na USP a tendência foi similar.

O artigo 7º do Decreto Federal nº 977/1993 veda a criação de novas unidades de educação infantil para órgãos federais. No caso da USP, os ofícios destinados a regulamentar e ampliar o auxílio-creche para as diferentes categorias foi sendo alterado nos últimos 20 anos (DP/OC nº 68/1991; GR nº 3.094/1997 e GR nº 4.706/2010). Durante esse período, conforme se destacou, a luta por creches se enfraqueceu e, ainda que a demanda continuasse presente nas pautas específicas do Sintusp, a discussão dos valores desse benefício foi ganhando cada vez mais importância, adquirindo, cada vez mais, status de complementação salarial. Até porque, o maior impacto financeiro do auxílio se dá nas categorias das classes Básico e Técnico, que são também aquelas com maior impacto nas mobilizações, em virtude de seu grande número e de ocuparem funções estratégicas de serviços (restaurante, transporte, segurança, manutenção).

As instituições de educação infantil da USP iniciaram o século XXI com menos de 500 crianças matriculadas. O Regimento da Divisão de Creches foi alterado e as vagas para os funcionários foram reduzidas. Mesmo com essas alterações, existem vagas ociosas nas creches da Universidade de São Paulo. Esse fenômeno está também ligado às alterações das diferentes legislações nacionais, como a Lei nº 9.394/1996, LDB, que desvinculou o direito à creche da questão profissional; a Lei nº 11.274/2006, que expandiu o ensino fundamental para nove anos, incorporando a ele as crianças de seis anos; e, finalmente, a Portaria da USP/GR nº 4.012/2008, de 12/8/2008, que ampliou a licença-gestante das servidoras USP para seis meses.

Os depoimentos a seguir ilustram o percurso histórico e as reflexões sobre a adesão ao auxílio-creche tratadas neste trabalho. A diretora da Divisão de Creches,

Maria Clotilde Magaldi, quando se refere aos dois aumentos do auxílio-creche ocorridos em 2005, afirma:

> Essa foi a primeira vez que fez uma diferença porque a gente teve famílias tirando as crianças das creches. Então nesse momento eu acho que foi o grande impacto. Até então deve ter havido [impactos], sem dúvida deve ter sido cumulativo... (informação verbal[36]).

Maria Clotilde Magaldi aponta, ainda, que há uma desvalorização desse nível de ensino. Declara que "curiosamente muitas das pessoas que escolheram não ficar na creche USP e receberam o auxílio-creche põem as crianças depois [a partir do ensino fundamental] em escola particular" (informação verbal). Perguntada sobre as inscrições e as matrículas das Creches USP, a diretora afirma: "atualmente a Divisão de Creches em São Paulo atende a todos os funcionários registrados na demanda do Serviço Social. Também houve funcionários das creches e de outras Divisões da Coseas que optaram pelo auxílio-creche" (informação verbal).

Para a diretora, essa opção pelo benefício pecuniário e não pela vaga é sintomática, já que os colegas (Coseas) colaboram para a qualidade de atendimento dessas suas unidades.

Declara que também a universidade se desresponsabilizou por esse nível de ensino quando aumentou o auxílio-creche sem discutir o modelo de auxílio (flexível) implantado em 1991 pelo reitor prof. dr. Roberto Leal Lobo. Lamenta que o auxílio-creche tenha servido para "dois senhores" – resolveu o problema da quantidade de crianças que esperam vagas e que não frequentavam nenhuma creche uspiana, e também interrompeu as reivindicações por ampliação de vagas nas creches da USP. Acredita que o Sindicato errou ao aceitar essa bandeira e não pautar com determinação a luta por creches para todos.

Perguntada se benefícios com as características do auxílio-creche da USP podem gerar subordinação de gênero, Magaldi responde não acreditar que em São Paulo haja muitas mulheres de servidores – USP que prefiram ficar em casa recebendo auxílio-creche. Aposta que a subordinação de gênero em cidades grandes como São Paulo "é experimentada de forma distinta daquela do interior do Estado, onde há mais restrições de trabalho" (informação verbal). Finalmente, ela declara que a partir dos

[36] Entrevista realizada em 2009.

aumentos significativos do auxílio-creche houve necessidade "recente [2007/2008] de alterar o Regimento sobre a quantidade de vagas para cada categoria" (informação verbal).

Já o sindicalista Magno Costa acredita ser o auxílio-creche destinado frequentemente a outras despesas da família:

> [...] O auxílio-creche chegou a atingir nossas reivindicações, e o auxílio-alimentação também, agora, um comentário de uma coisa que eu já tinha falado no começo: nós continuamos achando, nós dirigentes sindicais e o pessoal militante, pessoal que tem mais consciência política, sabe que esse negócio do auxílio-creche é uma coisa ruim.
> [...]
> Primeiro que eu acho que não resolve a questão central – que é você ter uma creche de boa qualidade para nossos filhos – você tem hoje um funcionário do nível Básico que ganha R$ 350,00 e que prefere pagar uma pessoa para cuidar do seu filho por menos que isso e transformar uma parte do auxílio-creche em comida [...].
> [...]
> Porque o que aconteceu de lá para cá? Os trabalhadores se acomodaram de certa forma quando se diz que tem essas creches e tem o auxílio, o auxílio cresceu, aí o Sindicato tenta mobilizar pela construção de novas creches, aí quando você chama uma reunião de pais vêm poucos, e aqui não adianta a diretoria do Sindicato forçar...
> [...] são infâncias diferentes. Muito diferente porque com todos os problemas que a gente possa ver na Coseas, na USP como um todo, sem dúvida é superior a qualidade [...] a gente sabe onde a criança está... Ela está aqui no local do trabalho dos pais (informação verbal[37]).

Afirma, ainda, que muitos técnicos de apoio educativo das Creches da USP procuram o Sindicato para debater o tema e confessam que logo irão perder a função [professores] porque as creches tendem a fechar. Para ele, essa é a contradição maior: "por um lado pode desempregar companheiros e por outro centenas de trabalhadores estão complementando salários durante sete anos!" (informação verbal).

Conclui que, historicamente, a universidade não cumpriu a CLT e deu salários indignos, e que nesse momento tem-se como resultado: salário baixo com auxílio-creche alto. Acredita que caberia à universidade dar o exemplo, e que se constituiu uma dívida social enorme. O Sindicalista calcula que o auxílio-creche custa menos que o auxílio-alimentação, já que um é destinado a 3,5 mil funcionários e o outro a 15 mil. Acredita, ainda, que o ideal "era ter bons salários, porque salário tem décimo terceiro, férias,

[37] Entrevista realizada em junho de 2008.

aposentadorias; benefícios podem ser retirados a qualquer momento...” (informação verbal). Deve-se prestar atenção a esse ideal apresentado por Magno Costa, pois, como dissemos anteriormente, em janeiro de 2010, a duração do auxílio-creche diminuiu, passando de sete anos para seis anos (GR nº 4.706/2010). É bem verdade que o objetivo dessa vez foi responder à Lei nº 11.274/2006, que expandiu o ensino fundamental para nove anos.

Há que se considerar ainda que, constantemente, são publicadas no Brasil novas legislações para essa etapa da educação. Como exemplo, no momento em que este trabalho era escrito foi aprovada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 96A/2003, que gerou a EC nº 59/2009) a qual *obriga* as famílias a matricularem seus filhos de quatro anos nas pré-escolas brasileiras[38]. Com isso, é possível prever que haverá um novo esvaziamento nas creches universitárias, já que as famílias tenderão a buscar continuidade de educação das duas etapas da educação básica – pré-escolar e fundamental. Nesse sentido, pode-se conceber outra nomenclatura para o auxílio-**creche**, como auxílio-**educação** ou **infância**, havendo assim a possibilidade de ampliar a faixa etária, reconhecendo-se ainda a necessidade de cuidado e de educação no período do nascimento e ao longo de toda a infância.

Conforme analisamos no primeiro capítulo deste trabalho, deve-se considerar ainda, que a atuação sindical, no que diz respeito aos acordos e convenções coletivas, foi no sentido de reivindicar mais vagas nas creches, aceitando o auxílio-creche como uma conquista parcial, obtida na mesa de negociações enquanto não se conseguisse vagas para todas as crianças. Contudo, ao aceitar esse caminho, o Sindicato acabou caindo numa espécie de armadilha. O ponto nodal aqui se refere à sua capacidade de analisar as consequências desse acordo. Sem travas, esse benefício se transformou imediatamente em complementação salarial, em especial para os servidores de salários mais baixos. Quem perdeu com isso foi a luta por ampliação da educação infantil na USP. O foco deixou de ser o direito dos pais e das crianças e passou a ser a melhoria salarial.

---

[38] Tornou-se obrigatório o ensino para crianças e jovens de quatro a 17 anos. Antes, a obrigatoriedade abrangia a faixa etária de seis a 14 anos. A gora o poder público terá que oferecer o ensino médio público a todos os alunos que estiverem interessados em cursá-lo. A partir de 2016, o poder público e os pais poderão ser responsabilizados civil e criminalmente pelos que estiverem fora da escola – como acontece atualmente dos seis aos 14 anos. A EC também reduz anualmente o percentual da DRU (Desvinculação das Receitas da União) incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. A DRU permite à União retirar da área 20% dos recursos que, pela Constituição, teriam que ser destinados ao setor. Fonte: Portal Ação Educativa. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2052&Itemid=2>. Acesso em: 30 set. 2010.

Em nosso conceito, a *escolha* pelo auxílio-creche *versus* Creche USP não está apenas ligada à tomada de consciência política, ideológica e / ou técnica; essa é uma decisão complexa que envolve também aspectos econômicos, muitas vezes representando em torno de 36% do salário dos funcionários das classes Básico e Técnico.

O próximo capítulo deste trabalho conta com as entrevistas de servidores dessas classes. Estas revelarão as contradições existentes nas *opções* do cuidado e da educação da criança pequena.

Vale reconhecer que o papel dos sindicatos na trajetória dos acordos e convenções trabalhistas é notado pela capacidade de mobilização das lutas sindicais. Conforme apresentado no capítulo 1, embora o Brasil não tenha vivido a real experiência do Estado de Bem-estar Social, incorporaram-se na cultura jurídica valores relacionados à inclusão social. Mas também é possível reconhecer que os servidores não conseguem enfrentar as contradições impostas por modelos excludentes que se pretendem alternativos.

4.3.2 O Modelo Flexível implantado na USP

A segunda questão está relacionada ao modelo de auxílio-creche implantado pela USP. No atual modelo, não há nenhuma garantia de que o valor recebido pelo servidor seja destinado à educação dos filhos, já que tanto o Ofício DP/OC 68/1991 quanto os ofícios posteriores tratam, respectivamente, de cadastros dos servidores beneficiários e de reajustes.

Não ocorreu ainda, desde 1991, segundo o Sindicalista entrevistado, a discussão de outros modelos de auxílio-creche e / ou de construção de novas creches.

> [...] você pode manter o valor nominal mas o valor real vai cair. Isso é inadmissível. Agora sem dúvida a gente fica preocupado em dizer o seguinte, olhe o valor da creche por uma criança aqui [na USP] são R$ 1.000,00 [criança / mês], R$ 350,00 [auxílio-creche] é uma merreca, não é assim. Até por conta desses problemas todos, é uma contradição e nós não vamos abrir mão de reivindicar a coisa agora, o que tá colocado pra nós e essa discussão já veio pro CDB [Conselho Diretor de Base] nós já levamos em assembleia, claro que não deu pra aprofundar, essas assembleias que eu discuti pauta específica tem 40 itens, e é possível discutir pouco cada pauta, mesmo porque você tem que ter pautas variadas, tem direitos não cumpridos aqui de setores

> tem outro que são gerais, então é muito complicado você fazer uma discussão mais profunda, mas é uma coisa que tem que estar na nossa pauta e vai estar na nossa pauta. Uma discussão aprofundada sobre essa questão da creche, não vou dizer do auxílio, mas da creche, porque tem que ir pra cima da USP com a questão da creche, para o cumprimento da Lei que foi feita em 91 (informação verbal).

Portanto, sem necessitar de registros, seleções e matrículas, o Modelo Flexível do auxílio-creche USP se apresenta como um exemplo rápido e eficaz da oferta de serviços destinados aos servidores, imediatamente após o nascimento de seus filhos. Pode-se atribuir a esse modelo mais um exemplo de *administração pública gerencial* apresentada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRESSER-PEREIRA PDRAE, 1995). Segundo essa perspectiva, em nome da desburocratização[39], da eficiência e da autonomia de escolha, transferiu-se, com dinheiro público, a responsabilidade do cuidado e da educação de centenas de crianças aos próprios servidores.

No capítulo seguinte, pretende-se analisar de forma mais aprofundada os efeitos e o uso do auxílio-creche por parte dos servidores do *campus* de Ribeirão Preto da USP.

[39] Theresa Adrião (2006), analisando o Estado moderno, cita três fatores apresentados pelo Plano Diretor da Reforma, sendo que o terceiro refere-se à esfera da gestão do Estado, identificado ali como "superação da forma de administrar o Estado, ou seja, a superação da administração pública burocrática" (ADRIÃO, 2006, p. 39).

5. O AUXÍLIO-CRECHE NO *CAMPUS* DE RIBEIRÃO PRETO

Na última década, no *campus* de Ribeirão Preto, houve ampliação através da criação de novas unidades, de cursos e de períodos (diurno e / ou noturno) que possibilitaram mais vagas para graduação. Há o exemplo mais antigo, da Faculdade de Economia e Administração (FEA), que iniciou suas atividades no período noturno em 1992, ampliando-as para o diurno, em 2002. Há também os cursos mais recentes, vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como os de Pedagogia e Ciência da Informação e Documentação, que iniciaram em períodos noturnos. Já os cursos de Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e a recente licenciatura em Enfermagem oferecem vagas em períodos vespertinos e noturnos. Os demais cursos exigem matrícula integral-diurna. A **Tabela 5.1** apresenta os cursos, suas unidades, ano de fundação e seus respectivos períodos[1].

[1] Todos os dados deste capítulo referem-se ao período de 2001 a 2010.

Tabela 5.1 – Cursos e faculdades no *campus* USP Ribeirão Preto[2]

Curso	Unidade	Fundação	Período
Administração	FEA-RP	1992	Noturno
Administração	FEA-RP	2002	Diurno
Biologia	FFCL-RP	1964	Integral
Ciências da Informação e Documentação	FFCL-RP	2003	Noturno
Contabilidade	FEA-RP	1992	Noturno
Direito	FD-RP	2007	Integral
Economia	FEA-RP	1992	Noturno
Economia Empresarial e Controladoria	FEA-RP	2002	Diurno
Educação Física e Esporte	FEFE-RP	2009	Integral
Enfermagem	EE-RP	1951	Integral
Enfermagem Licenciatura	EE-RP	2005	Vespertino / Noturno
Farmácia	FCF-RP	1924	Integral
Farmácia	FCF-RP	2002	Vespertino / Noturno
Física Médica	FFCL-RP	1974	Noturno
Fisioterapia	FM-RP	2002	Vespertino / Noturno
Fonoaudiologia	FM-RP	2002	Diurno
Informática Biomédica	FFCL/MED	2003	Diurno
Matemática Aplicada a Negócios	FFCL-RP	2004	Diurno
Matemática Aplicada a Negócios	FFCL/FEA	2008	Noturno
Medicina	FM-RP	1951	Integral
Música	ECA	2002	Integral
Nutrição	FM-RP	2002	Diurno
Odontologia	FO-RP	1924	Integral
Pedagogia	FFCL-RP	2002	Noturno
Psicologia	FFCL-RP	1964	Integral
Química Bacharelado	FFCL-RP	1964	Integral
Química Forense	FFCL-RP	2004	Integral
Química Licenciatura	FFCL-RP	1964	Noturno
Química Tecn.Biotec. e Agroindústria	FFCL-RP	2004	Integral
Terapia Ocupacional	FM-RP	2002	Vespertino / Noturno

Em síntese, os indicadores gerais[3] da USP que caracterizam as unidades de Ribeirão Preto apresentam, nos últimos dez anos, a criação de 15 novos cursos, totalizando 28. Novas unidades foram fundadas, como a Faculdade de Direito e a Escola de Educação Física. Também, no mesmo período, foram criados novos cursos na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Faculdade de Administração e Economia. Conforme apresentado na **Tabela 5.1,** os períodos diurno e/ou noturno também foram ampliados, como no caso da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Medicina, da Farmácia e também da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

[2] Fonte: *site* da USP *campus* Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.ribeirao.usp.br>. Acesso em: 3 nov. 2010. Todas as tabelas deste capítulo foram organizadas pela pesquisadora a partir das fontes indicadas.
[3] Indicadores Gerais da USP. Disponível em: <http://sistemas3.usp.br/anuario/info_gerais.htm>. Acesso em: 6 nov. 2010.

Para a pós-graduação, no *campus* de Ribeirão Preto há atualmente 35 programas distribuídos em seis Faculdades (Enfermagem, Farmácia, FEA, FFCL, Medicina e Odontologia), contemplando 40 áreas de concentração.

Há, ainda, nesse *campus* um Centro de Medicina Legal (Cemel), um Serviço de Verificação de óbito do interior (SVOI), um Serviço de Saúde para servidores, seus dependentes e estudantes de graduação e pós-graduação (Sisusp), uma livraria (Edusp), um Centro de Informática (Cirp) e a Creche Carochinha (Coseas). Esses serviços, assim como as escolas e faculdades, são administrados de forma independente, apoiados pela Coordenadoria do Campus (CCRP)[4].

5.1. Evolução de pessoal – *campus* Ribeirão Preto

Dados de 2010 apontam que, em relação a toda a USP, havia no *campus* Ribeirão Preto 11,5% (2.035) de funcionários e 16% (927) de docentes; o *campus* recebe 7,4% (4.012) dos estudantes de graduação distribuídos nos cursos e 9,8% (2.512) dos estudantes de pós-graduação matriculados nos programas. Considerando os diferentes níveis de atividades, a ampliação desses cursos e programas foi organizada e implantada pelos servidores do *campus* Ribeirão Preto; daí haver também alterações no quadro de pessoal[5].

A **Tabela 5.2 e o Gráfico 5.1** apresentam a evolução dos servidores no período de dez anos, mostrando que especialmente a ampliação das categorias docente e técnico acompanhou a ampliação de cursos e programas no *campus* de Ribeirão Preto[6].

---

[4] Antiga Prefeitura Administrativa do *campus* Ribeirão Preto (PCARP), unidade que abriga diferentes seções de manutenção, esporte, restaurantes, moradias, rádio, bancos, editoras, associações de classe, seções administrativas como compras, tesouraria ente outras.

[5] Indicadores Gerais da USP. Disponível em: <http://sistemas3.usp.br/anuario/info_gerais.htm>. Acesso em: 6 nov. 2010.

[6] Categoria *outros*: não foi incluída. São funcionários que não optaram por permanecer com contrato *celestista* da USP, conforme apresentamos no **capítulo 4**. A partir de 2002, em Ribeirão Preto, eles não aparecem mais como beneficiários do auxílio-creche. Isso porque não há, nessa categoria, funcionários que tenham dependentes (filhos / netos) abaixo de sete anos, já que são servidores antigos.

Tabela 5.2 – Evolução do quadro de servidores por classe funcional e docente / *campus* RP (2001=100)[7]

Ano	Básico	Técnico	Superior	Docente
2001	100	100	100	100
2002	104	111	108	120
2003	103	111	107	125
2004	104	114	110	131
2005	103	119	117	137
2006	106	123	119	146
2007	106	123	117	148
2008	107	132	122	162
2009	108	132	123	165
2010	109	143	129	168

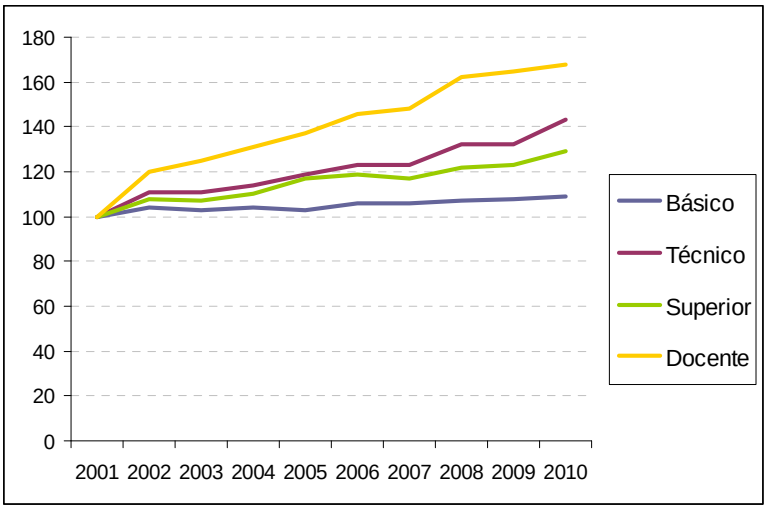


Gráfico 5.1 – Evolução do quadro de servidores por classe funcional e docente / *campus* RP (2001=100)[8]

Os dados, em termos absolutos, revelam que no *campus* de Ribeirão Preto os docentes foram a categoria com maior ampliação. Vale uma atenção especial para o ano de 2002, já que mais de 40% da ampliação dos cursos no *campus* de Ribeirão Preto iniciaram-se nessa data, refletindo-se, portanto, nos anos subsequentes.

Em relação à classe Básico, o Sintusp, desde 2000, denunciou o risco de diminuir ou "congelar" os postos de trabalho para essa classe de servidores. Com a ampliação dos cursos e programas no *campus* de Ribeirão Preto, a partir de 2002, também se verifica a ampliação cada vez maior de setores terceirizados. Lembrando

[7] Fonte: Dados fornecidos pelo DRH – USP.
[8] Fonte: Codage / DRH / Administração salarial. Dados fornecidos pelo DRH – USP.

que, em 2006, o Sindicato organizou e publicou um suplemento especial, "Seminário de Carreira" (dez/2006), para divulgar os dados sobre a política de substituição dessa mão de obra na USP. Nesse suplemento, eles afirmam que nesse *campus* havia uma implantação adiantada dessa política[9].

Embora não seja o objetivo desse trabalho, vale notar também que um estudo detalhado desse fluxo [aposentadoria – contratações – novas vagas] faz-se necessário, já que devemos considerar aqui diferentes aspectos, tais como percentagem de ampliação dos cursos e programas relacionados com a mão de obra para cada categoria, envelhecimento e licenças saúde dos servidores.

A **Tabela 5.3** e o **Gráfico 5.2** mostram a evolução dos servidores beneficiários do auxílio-creche, distribuídos nas três classes de funcionários (Básico, Técnico e Superior) e também entre os servidores docentes no *campus* de Ribeirão Preto.

Tabela 5.3 – Evolução do total de servidores beneficiários por categoria / *campus* RP (2001= 100)[10]

Ano	Básico	Técnico	Superior	Docente
2001	100	100	100	100
2002	96	104	97	155
2003	92	105	100	172
2004	90	92	100	202
2005	90	90	95	232
2006	87	87	95	217
2007	78	90	93	247
2008	75	87	104	305
2009	94	85	100	310
2010	89	79	84	300

[9] Fonte: Portal do Sintusp. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br/jornais.php>. Acesso em: 1º out. 2010.
[10] Fonte: Dados fornecidos pelo DRH – USP.

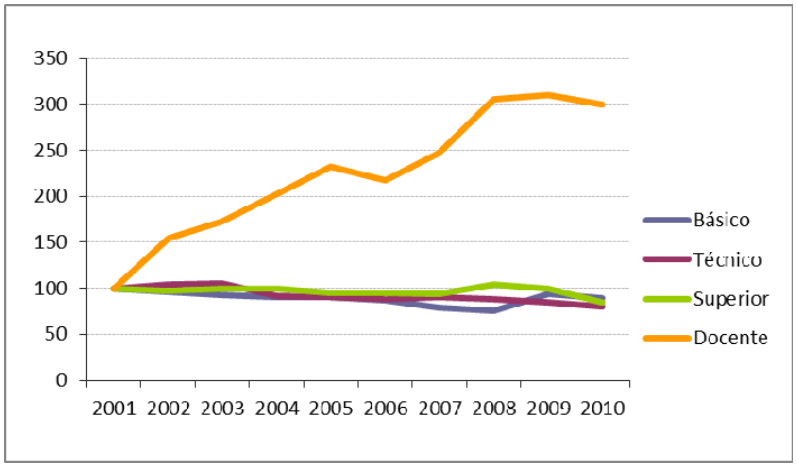


Gráfico 5.2 – Evolução do total de servidores beneficiários por categoria / *campus* RP (2001=100)[11]

Considerando, ainda, o total de destinação de benefícios de toda a universidade, destaca-se que, em 2005, ano do aumento de 100% do auxílio-creche, no *campus* de Ribeirão Preto, 390 crianças (11%), filhas de 332 servidores (11,3%), recebiam o auxílio-creche. Destas, 109 (27,9%) eram filhas de 93 funcionários básicos (28%); 116 (29,7%) eram filhas de 103 técnicos (31%) e 53 (13,6%) eram filhas de 43 funcionários da classe Superior (12,9%). Havia ainda 112 filhas (28,8%) referentes ao benefício de 93 docentes (28,1%).

Ao iniciar 2010, nesse *campus*, 416 crianças (13,2%), filhas de 341 servidores (12,8%), recebem esse benefício, sendo que destas, 107 cotas (25,7%) são destinadas aos filhos de 92 funcionários básicos (26,9%), 104 (25,1%) aos dependentes dos 91 técnicos (26,6%), 45 cotas (10,8%) para 38 superiores (11,2%) e 160 cotas (38,4%) para os filhos de 120 docentes (35,3%).

Quanto ao crescimento do número dos beneficiários, vale lembrar que, até o ano 2000, os docentes não tinham o direito a esse benefício, já que a Portaria GR nº 3.094 de 21/11/1997 destinava o mesmo para os funcionários e, posteriormente, para alguns docentes, conforme o regime do vínculo (RTP, RTC e RDIDP) e a escala (MS1 a MS6) desses servidores, o que foi apresentado no **capítulo 4 (Anexo L** – Tabela de Vencimentos – Professores Colaboradores (maio / 2010). Pode-se sugerir que a baixa adesão dos docentes em início de carreira deve-se ao não conhecimento desse direito, já

[11] Fonte: Dados fornecidos pelo DRH – USP.

que as informações sobre quais escalas poderiam receber cotas de auxílio-creche foram administradas de forma diferente em cada unidade do *campus* da USP. (**Anexo H** – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos – maio / 2009; **Anexo I** – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos – maio / 2010.)

A **Tabela 5.4**, a seguir, destaca o número de servidores classe Básico na universidade e no *campus* de Ribeirão Preto, e os respectivos números de servidores beneficiados pelo auxílio-creche no período de 2000-2010.

Tabela 5.4 – Evolução do total de servidores classe Básico e respectivos dependentes beneficiados pelo auxílio-creche no *campus* Ribeirão Preto e os totais da categoria (2000-2010)[12]

Período	USP – Total			*Campus* de Ribeirão Preto		
	Básico	Beneficiário	Filhos	Básico	Beneficiário	Filhos
2000	4643	1076	1076	529	104	104
2001	4655	737	737	534	103	103
2002	5102	1012	1272	557	99	113
2003	4655	987	1195	552	95	112
2004	4983	954	1168	557	93	113
2005	4997	924	1111	552	93	109
2006	4994	885	1067	566	90	105
2007	4892	842	1017	564	81	92
2008	4873	812	976	571	78	90
2009	4863	811	977	578	97	114
2010	4921	742	866	584	92	107

Ao destacar os dados do *campus* de Ribeirão Preto dos funcionários classe Básico, tem-se o mesmo resultado já descrito para os dados gerais analisados no **capítulo 4**. Assim, em 2000, 23% dos funcionários da classe Básico da USP recebiam auxílio-creche; no caso do *campus* de Ribeirão Preto, para o mesmo ano tinha-se 19% de beneficiários. Já em 2010, essa percentagem para toda a USP cai para 15%, e em Ribeirão Preto, para 15,7%. Essa queda está associada essencialmente, como já discutimos, à terceirização, ao pequeno ingresso de novos funcionários nessa categoria funcional e ao envelhecimento dos que já se encontram na carreira, de tal forma que os filhos passam a ter idade superior à do limite do benefício. Em 2009, parece ter havido uma inflexão no movimento de queda absoluta, o que pode decorrer da contratação de

[12] Fonte: Codage/DRH/Administração Salarial. Dados fornecidos pelo DRH – USP.

novos servidores na categoria a partir de 2006. De qualquer forma, os dados do período indicam que, anualmente, em média uma centena de crianças, filhas de pais servidores da classe Básico, poderia potencialmente demandar vaga na creche do *campus* de Ribeirão Preto. Portanto, a creche Carochinha, cuja existência representa uma medida oposta à política de cotas / auxílio, é um *locus* importante de informações aos propósitos do estudo, o que se apresenta a seguir.

5.2. A Creche Carochinha

A Creche Carochinha iniciou seu funcionamento em 1985, atendendo a 40 crianças de três meses a quatro anos, sob responsabilidade da Associação dos Funcionários da USP de Ribeirão Preto (Arfusp). No ano seguinte, a Arfusp formalizou junto à Reitoria a entrega da creche para administração direta, e a Coseas passou a ser o órgão responsável por sua gestão. Nesse mesmo ano de 1986, sua capacidade foi ampliada para atendimento a 64 crianças e, em 1987, para 75. Em 1991, o espaço físico da creche e o quadro funcional foram ampliados e ela passou a atender a 140 crianças, de quatro meses a seis anos e 11 meses de idade.

Até 2007, as crianças estavam agrupadas por faixa etária em três módulos, com atendimento em período integral e / ou parcial. No setor Creche I**,** dez professores **t**rabalhavam atendendo 22 crianças de quatro a 18 meses em período integral e / ou parcial, divididas em quatro turmas, na proporção de um professor para cada cinco ou seis bebês. No setor Creche II, também trabalhavam dez professores atendendo 38 crianças de 18 meses a três anos, divididas em quatro turmas. A razão adulto/criança era de um professor para cada seis a oito crianças nos grupos I e II e de oito a 12 crianças para as turmas III e IV. Na etapa de pré-escola, eram oferecidas 80 vagas na faixa etária de três a cinco anos e 11 meses, divididas em quatro turmas com quem trabalhavam mais dez professores. A razão adulto/criança era, portanto de um professor para cada 18 a 25 crianças.

Conforme afirma a diretora Regina Teles,

> a partir de 2008, com advento do ensino fundamental de nove anos [Lei nº 11.274/2006] e também com a Portaria [GR nº 4.012/2008] a qual ampliou a licença gestante por mais dois meses, houve necessidade de reestruturar as vagas por turmas etárias, ficando 65 delas para as crianças maiores de três anos. Atualmente a creche necessita de novas adaptações nos ambientes para atender mais

> crianças abaixo dessa faixa etária. Vale lembrar que a relação adulto/criança também se altera para as crianças dessa faixa etária [...] (informação verbal).[13]

Para substituir e auxiliar professores, são utilizados servidores contratados por tempo determinado e estagiários. Todos os professores têm formação mínima em magistério e / ou superior e os estagiários são estudantes de Pedagogia (**Anexo M** – Perfil Mão de Obra Creche Carochinha – 2010). A seleção das crianças para matrícula é realizada uma vez por ano pelas assistentes sociais do *campus*, em novembro / dezembro. As vagas oferecidas são distribuídas por faixa etária e por categoria (funcionários, docentes e estudantes). A capacidade de atendimento da Creche é definida pelo seu espaço físico e quadro de pessoal. O número de vagas oferecidas a cada ano está diretamente relacionado a essa capacidade e à demanda. Participam do processo seletivo todas as crianças inscritas no Serviço Social do *campus* de Ribeirão Preto, e que tenham idades e categorias compatíveis com as vagas oferecidas. Após remanejamento das turmas ao final do ano, estas são destinadas em sua maioria às crianças de quatro a 18 meses, embora sejam oferecidas, aos demais grupos, vagas surgidas por desistência, ou desligamento, ou então por aumento da capacidade desses grupos.

5.2.1. Análise da demanda da Creche Carochinha

Os dados da demanda do *campus* de Ribeirão Preto foram coletados junto ao Serviço Social da Prefeitura desse *campus* e organizados pela pesquisadora. As informações da Creche Carochinha foram organizadas pela pesquisadora tanto em seu trabalho de Mestrado (MELLO, 1999), quanto por meio de consultas junto à diretora Regina Teles. Finalmente, alguns dados foram colhidos da página via internet da própria creche ou do *campus*.[14]

Havendo vagas, geralmente projetadas para o início de cada ano, o critério de seleção para admissão de crianças é sócio-econômico, sendo consideradas: situação de risco à criança[15]; situação de orfandade[16], crianças em fase de amamentação e não

---

[13] Entrevista realizada em 2009 (**Anexo E** – Roteiro de entrevista diretores).
[14] Disponível em: <www.ccrp.usp.br/pages/creche> e <http://www.pcarp.usp.br/>. Acesso em: 7 nov. 2010.
[15] Configuram-se situações de risco pessoal / social na infância e adolescência casos de: abandono e negligência; abuso e maus-tratos na família e nas instituições; exploração e abuso sexual; trabalho abusivo e explorador; tráfico de crianças e adolescentes; uso e tráfico de drogas; conflito com a lei, em razão de cometimento de ato infracional (ECA, 1990).

separação de irmãos, para cada categoria funcional. Finalizado o processo seletivo, é elaborada uma lista classificatória, que prevalece durante o ano vigente até todos os inscritos serem chamados. As crianças selecionadas são então chamadas para matrícula e exame médico admissional[17] e a sua entrada se dá conforme o cronograma de adaptação estabelecido pela creche. Em caso de desistência, nova criança é chamada, de acordo com sua classificação, considerando-se sua faixa etária e a categoria funcional de seus pais. No período analisado nesse trabalho, quando não houve crianças para um determinado grupo etário, a vaga, quando não preenchida por outra categoria, permaneceu ociosa, já que só podem frequentar as creches da USP os servidores vinculados à carreira e estudantes, portanto, providos de número USP.[18]

A **Tabela 5.5** mostra o número de inscrições dos filhos dos servidores no Serviço de Promoção Social para as classes Básico, Técnico, Superior e Docente, bem como as inscrições para os estudantes entre 2000 e 2009. Observa-se que o número total de inscrições em 2000 é de 238 crianças. Já em 2003, ocorre queda de 38%, chegando em 2009 a uma queda de quase 48%, porém com diferentes variações conforme a categoria.

Tabela 5.5 – Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000-2009)[19]

Categorias	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Func. Básico	21	23	23	14	13	5	3	4	3	4
Func. Técnico	72	73	74	43	43	32	24	14	16	20
Func. Superior	30	33	35	20	20	15	6	13	15	26
Doc.	32	28	30	22	26	23	24	27	25	44
Estudantes	83	88	92	49	62	58	56	41	43	30
Total	238	245	254	148	164	133	113	99	102	124

Já a **Tabela 5.6** analisa a mesma demanda com escala 100, ficando mais evidente a queda de inscrições a partir de 2005; refletida nos anos seguintes para todas as categorias, com exceção dos docentes.

[16] Situação de orfandade é definida como indivíduo menor de 18 anos cuja mãe ou cujo pai (ou ambos) morreram.
[17] Toda criança que frequenta espaço de cuidado e educação coletiva deve passar pelo médico antes de ser admitida na unidade (Normas Divisão de Creches Coseas – Apresentando a Creche Carochinha, 2010).
[18] Disponível em: <www.ccrp.usp.br/pages/creche>. Acesso em: 7 nov. 2010.
[19] Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço Social PCARP e Creche Carochinha / Coseas – USP.

Tabela 5.6. – Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000 = 100)[20]

Categorias	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Func. Básico	100	110	110	67	62	24	14	19	14	19
Func. Técnico	100	101	103	60	60	44	33	19	22	28
Func. Superior	100	110	117	67	67	50	20	43	50	87
Docentes	100	88	94	69	81	72	75	84	78	138
Estudantes	100	106	111	59	75	70	67	49	52	36
Total	100	103	107	62	69	56	47	42	43	52

O **Gráfico 5.3**, a seguir, mostra as quedas acentuadas e também um platô, apresentando uma estabilidade para as inscrições dos filhos de funcionários da classe Básico a partir de 2006. No período 2002 / 2003, há grande queda; isso ocorreu porque o Serviço Social atualizou os dados, retirando as crianças com idade igual ou superior a seis anos, assim como as famílias que não tinham mais interesse pela vaga, refazendo o Fluxo de Demanda. Ocorreu, ainda, uma queda nas inscrições para a creche registrada pelo Serviço Social do *campus*, coincidente com o aumento significativo do auxílio-creche entre 2004 e 2005.

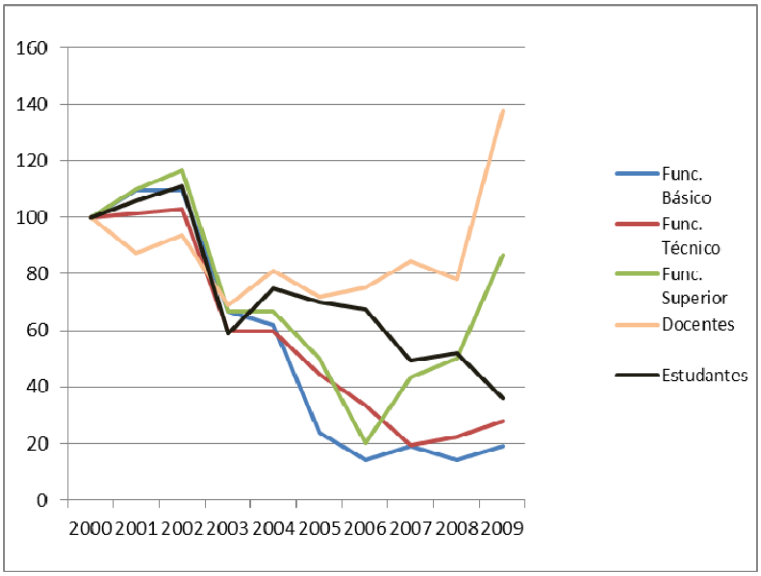


Gráfico 5.3 – Evolução da demanda da Creche Carochinha por categoria (2000 = 100)[21]

[20] Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço Social PCARP e Creche Carochinha / Coseas – USP (2000-2009).
[21] Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço Social PCARP e a Creche Carochinha Coseas – USP (2000-2009).

A partir de 2007, ocorre, ainda, um aumento de todas as demandas, à exceção dos estudantes, e significativo aumento no número de inscrições de filhos de funcionários da classe Superior e de Docentes. Isso pode ser explicado pela contratação de mais servidores dessas categorias, destinados aos novos cursos criados no *campus* de Ribeirão Preto.

O aumento do número de inscrições dos filhos dos funcionários da classe Superior e Docentes em 2009 parece também se relacionar com as novas contratações ocorridas nesse período. Os docentes eram esperados a partir de 2006 devido ao início dos novos cursos indicados acima. Segundo informação do Serviço Social, a procura pela creche por essa categoria em 2008 / 2009 foi devida aos concursos ocorridos a partir da inauguração dessas unidades e da ampliação dos cursos e programas de pós-graduação em faculdades e escolas antigas. Vale destacar que as novas contratações não estão concluídas. A essa ampliação, como já dissemos, soma-se a organização familiar desses servidores recém-ingressados na universidade, que fazem parte de uma geração que planeja constituir família e, portanto, ter filhos.

Com relação aos estudantes, nota-se uma certa estabilidade na procura no período 2000-2002, com uma queda abrupta em 2003, recuperada em parte nos três anos seguintes, em que houve a criação de novos cursos, com uma nova queda já apontada em 2009. Pode-se supor que houve uma alteração de perfil das famílias registradas na demanda se forem consideradas as inscrições destinadas aos servidores e estudantes que atuam em cursos noturnos. Os estudantes convocados pela Fuvest, por exemplo, em 2009, advindos da escola pública e que correspondiam a 8,7%, em 2008, cresceram para um percentual de 30,1% em 2009 (FUVEST, 2010 e PIMENTA, 2009).[22]

Já em Ribeirão Preto, dados da primeira chamada da Fuvest apresentam o perfil de 87% dos calouros. Nesse *campus*, em 2009, as mulheres representavam 54% do total de ingressantes. Na média, o calouro tem 18 anos. Ainda no *campus* de Ribeirão Preto, 23% dos calouros, em 2009, vieram da escola pública. Ocorreu um aumento de três pontos percentuais em relação ao vestibular de 2008, e ainda é possível que esse percentual se altere se for analisada a última chamada da Fuvest. [23]

---

[22] Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/?p=1415> e <http://www.fuvest.br/index.html>. Acesso em: 7 nov. 2010.

[23] Jornal da USP/RP – Perfil do Calouro/2010 - Nº 943, 2/3/2009. Disponível em: <http://www.pcarp.Usp.br/acsi/edicoes/E968.PDF>. Acesso em: 9 out. 2010.

Cabe lembrar que aqueles com filhos abaixo de seis anos contam apenas com as creches universitárias, já que não têm direito ao auxílio-creche. Para essa categoria, observam-se dois movimentos a partir de 2000: maior procura do que oferta de vagas, conforme será apresentado no tópico 5.3 deste capítulo; além disso, quando há vagas ociosas, o Serviço Social as destina aos filhos de estudantes. Posteriormente, em 2007, no *campus* de Ribeirão Preto, mudou a relação oferta / procura, pois dobrou a quantidade de vagas para estudantes, passando de 15% a 30%, o que absorveu toda a demanda de 2009, sendo incluídos os estudantes com matrícula em cursos noturnos. Portanto, a oferta foi maior do que a procura, resultando, no último ano, em queda de inscrição da categoria estudante no Serviço Social, já que todos os dependentes foram atendidos pela Creche Carochinha.

Esse novo perfil de estudantes poderá repercutir também na organização das demandas futuras dos serviços de assistência ao estudante, já que a maioria é de mulheres jovens, vivendo em Ribeirão Preto sem as famílias de origem. Essas alterações, portanto, podem também modificar o fluxo da demanda para creche nas próximas décadas, causando, ainda, aumento dessas inscrições.

Quanto aos servidores da classe Básico, foco deste trabalho, mesmo considerando o fenômeno de substituição dessa categoria pelas empresas terceirizadas e a tendência ao congelamento de novas contratações da mão de obra, vê-se que a queda de inscrições no Serviço Social do *campus* de Ribeirão Preto para concorrer a uma vaga na Creche Carochinha foi muito superior à queda que também ocorreu no que se refere ao recebimento do auxílio-creche.

Foi mostrado, no início deste capítulo (**Tabela 5.4)**, que em 2009 havia 114 filhos de funcionários classe Básico abaixo de seis anos de idade recebendo auxílio-creche. Por outro lado, ocorreram apenas quatro (**Tabela 5.5**) inscrições no Serviço Social do *campus* por vagas na Carochinha, o que indica um baixo grau de interesse por uma vaga na instituição. Conforme se descreveu no **capítulo 2**, essa foi uma creche da USP para a qual houve uma grande procura entre as décadas de 1980 e 1990, chegando a haver demanda de 200 crianças, entre filhos de funcionários básicos e técnicos.

5.2.2. As vagas e as matrículas na Creche Carochinha

Optou-se, nesse item, por analisar os dados de matrícula dos últimos 10 anos considerando a quantidade de crianças matriculadas, e não a quantidade de mães e / ou

pais. Isso significa que uma mãe e / ou um pai poderão ter um ou mais filhos matriculados na Creche Carochinha. A capacidade de vagas em 2010 na Creche Carochinha é de 140 crianças, estando matriculadas 129. Destas, 56 correspondem a filhos de 43 funcionárias e 13 funcionários vinculados à carreira. No caso dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado, a predominância é do sexo feminino, havendo 29 mulheres e oito homens. Já entre os docentes há 16 homens e 14 mulheres. Finalmente, há cinco mulheres e um homem entre os docentes pós-doutorandos. Portanto, 76,7% dessas matrículas são de crianças de vínculo materno.

A **Tabela 5.7** apresenta o perfil das crianças matriculadas em 2010, o qual mostra, ainda, que a proporção entre meninos e meninas está equilibrada, porém a proporção entre as etnias branca, negra e / ou parda é claramente diferenciada.

Tabela 5.7 – Vínculo da criança matriculada / gênero / etnia na Creche Carochinha – 2010[24]

FILHOS	FUNCIONÁRIOS			ESTUDANTES			DOCENTES		
	B	T	S	G	M	D	DOC	P. DOC	TOTAL
Geral das categorias	7	31	19	11	8	18	29	6	129
Vinc. Mãe	6	29	16	11	4	14	14	5	99
Vinc. Pai	1	2	3	0	4	4	15	1	30
Meninas	3	19	8	7	6	7	9	2	61
Meninos	4	12	11	4	2	11	20	4	68
Cç. negra / parda	1	0	0	1	1	0	0	0	3

Dos sete funcionários classe Básico com filhos matriculados nesse ano letivo, seis são mulheres[25]. Conforme se apresentou no **capítulo 4**, a partir de 2007 houve, no *campus* de Ribeirão Preto, alteração da destinação de vagas, ficando 50% para filhos de funcionários, 30% para estudantes e 20% para os docentes. A **Tabela 5.8** e o **Gráfico 5.3** apresentam a evolução de matrículas dos servidores e estudantes durante esses últimos 10 anos.

[24] Fonte: Creche Carochinha (registro de matrícula – 2010).
[25] No item 5.4, analisaremos essa predominância feminina comparando os dados com a *opção* auxílio-creche.

Tabela 5.8 – Evolução de matrículas Creche Carochinha – servidores e estudantes (2000-2010)[26]

ANO	FUNCIONÁRIOS			ESTUDANTES			DOCENTES		
	B	T	S	G	M	D	DOC	P. DOC	TOTAL
2000	31	64	5	5	4	10	18	-	138
2001	31	65	9	6	-	17	21	-	149
2002	29	65	9	5	1	13	16	-	138
2003	33	61	8	4	8	8	19	-	141
2004	26	62	8	4	8	8	20	-	136
2005	21	66	7	2	7	10	21	1	134
2006	18	56	8	4	8	14	25	1	134
2007	18	52	7	5	3	18	24	-	127
2008	13	50	6	10	6	13	26	2	126
2009	9	46	8	9	5	17	24	4	122
2010	7	30	19	12	9	16	30	6	129

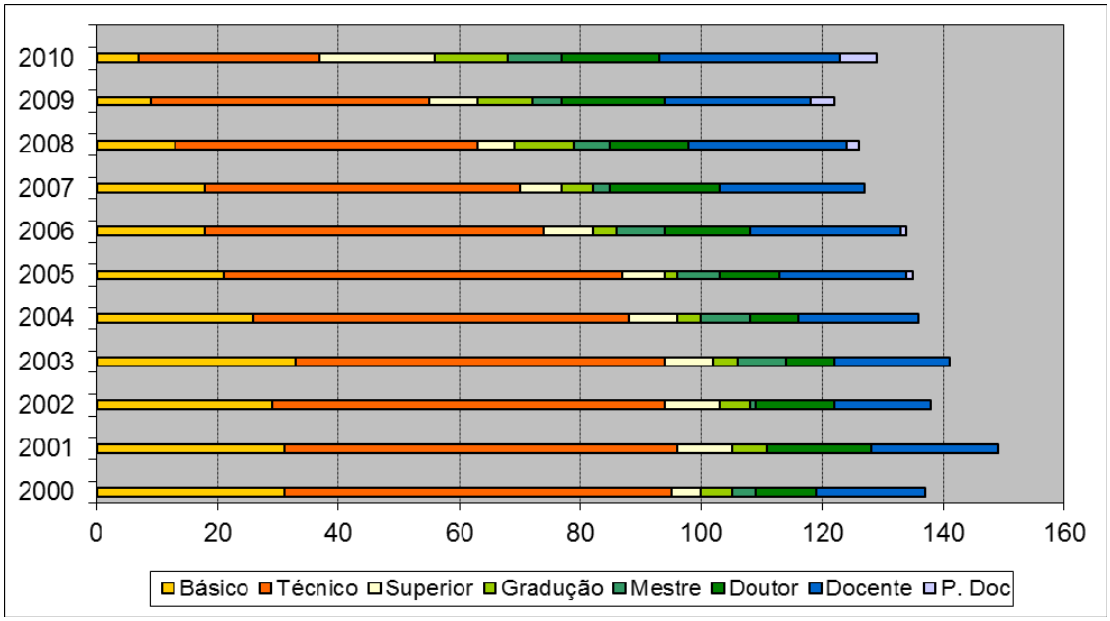


Gráfico 5.4 – Evolução de matrículas Creche Carochinha (2000-2010)[27]

[26] Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço Social PCARP e Creche Carochinha / Coseas – USP (2000-2010).
[27] Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço Social PCARP e Creche Carochinha / Coseas – USP (2000-2010).

O **Gráfico 5.4.** representa as categorias demarcando a queda de matrículas para os funcionários classe Básico, a manutenção com forte queda em 2010 para os técnicos, a ampliação para os de classe Superior e para os estudantes de graduação e pós-graduação. Já os docentes mantêm a média de 24 matrículas no período analisado. Vale lembrar que foram os servidores docentes aqueles que tiveram o maior crescimento em novas adesões ao auxílio-creche; após 2007, também foi ampliada em 5% a oferta de matrícula para esse grupo na Creche Carochinha. Nota-se ainda, em 2010, aumento de 7% comparado às matrículas do ano anterior para os filhos desses servidores.

Nesse **Gráfico 5.4**, as vagas ociosas estão representadas pela distância da linha vertical marcando o limite de 140 matrículas. Se houver as devidas reformas nos ambientes da creche, o esperado a partir de 2010 é que ela volte a atender mais de 135 crianças, já que a faixa etária tem sido ajustada nos últimos cinco anos e o fluxo de estudantes tende a aumentar. Lembrando que o fenômeno de vagas ociosas resultou, também, de dois fatores adicionais que ocorreram nesse mesmo período. O primeiro foi a mudança de faixa etária inicial do ensino fundamental, que passou a durar nove anos, antecipando em um ano o ingresso das crianças (Lei nº 11.274/2006). Embora a creche continuasse a atender crianças acima de cinco anos e 11 meses entre 2006 e 2008, pode-se inferir que o fluxo e a própria demanda da creche foram alterados, com a redução do número de crianças dessa idade inscritas no Serviço Social. O segundo fator foi a alteração da duração do período de licença gestante, em 2008, ampliada de quatro para seis meses. Os servidores em questão recebem auxílio-creche a partir do nascimento ou da adoção legal de seus dependentes (Portaria GR nº 4.012/2008, 12/08/2008), tendo direito a dois benefícios: a licença gestante e o auxílio-creche.

Vale destacar que as vagas ociosas na Creche Carochinha não devem ser atribuídas ao envelhecimento dos servidores, já que, conforme foi apresentado neste capítulo, há 341 servidores no *campus* de Ribeirão Preto recendo auxílio-creche e que são, portanto, potenciais candidatos a vagas.

Deve-se considerar ainda que, para matricular na Creche Carochinha as 107 crianças filhas de 92 funcionários classe Básico beneficiados, em 2010, pelo auxílio-creche, haveria necessidade de se ampliar vagas para essa categoria, ou construir uma nova creche. As vagas ociosas, por exemplo, da Creche Carochinha, em 2010, cobririam em torno de 12% dessa demanda. Conforme se apresentou no **capítulo 4**, as creches universitárias foram criadas com o objetivo de atender filhos da comunidade uspiana,

mas não houve, em nenhum período desde sua criação, capacidade para o atendimento à demanda total.

A **Tabela 5.9** mostra a capacidade de matrículas da Creche Carochinha, o número de matrículas por ano e o número de crianças filhos de funcionários classe Básico matriculadas, com a respectiva percentagem. Enquanto, em 2000, 22% das vagas eram destinadas aos funcionários classe Básico, em 2010 esse percentual passa a ser de 5%.

Tabela 5.9 – Demonstrativo do número de crianças matriculadas na Creche Carochinha 2000-2010 e a participação do filho de servidores da classe Básico[28]

	Crianças Matriculadas	Crianças	Filhos de servidores classe Básico	%
2000	138[29]	140	31	22
2001	150[30]	140	30	20
2002	140	140	29	20
2003	142	140	33	23
2004	136[31]	140	26	19
2005	142	140	23	16
2006	140	140	18	12
2007	123	140	18	14
2008	129	140	13	10
2009	123	140	9	7
2010	125	140	7	5[32]

Para Regina Teles, atual diretora da Creche Carochinha, a

> queda de matrículas para os funcionários básicos na Creche Carochinha significou a mudança de perfil das famílias que frequentam a creche. [...] Tivemos que mudar o Regulamento, pois 70% das vagas eram destinadas aos funcionários, agora temos uma percentagem menor para essa categoria, ou seja, 50% (informação verbal).[33]

Regina Teles declara que a população que frequenta a creche está agora com outras exigências e prioridades. Acredita que "os discursos" mudaram, e que isso é resultado das matrículas para as crianças de filhos dos funcionários de classe Básico,

[28] Fonte: Banco de Dados Creche Carochinha, quadro organizado pela pesquisadora.
[29] Módulo Berçário I – fechado para reforma, não foram atendidos 12 bebês.
[30] Acordo feito para ampliação sem aumento imediato da mão de obra. Como não ocorreu ampliação de mão de obra, o número de vagas voltou aos valores anteriores de 140/142 crianças.
[31] Módulo Berçário II – fechado para reforma, não foram atendidos seis bebês.
[32] A soma das percentagens nas tabelas apresentadas pode não dar 100% em virtude dos arredondamentos.
[33] Entrevista realizada em 2009.

que quase desapareceram. Segundo ela, “a frequência dos filhos de técnicos se manteve e da classe Superior foi ampliada, afora a quantidade de filhos de estudantes que temos atualmente” (informação verbal). Ela acredita que “essa será a tendência para as próximas décadas se o auxílio-creche continuar com reajustes significativos” (informação verbal).

Os dados apresentados até aqui indicam uma nítida alteração, tanto qualitativa como quantitativa, no perfil da demanda, bem como da matrícula na Creche Carochinha. Observou-se que, em relação às inscrições no Serviço Social, houve uma queda percentual após 2005 acompanhando todas as categorias dos servidores. Assim, os destaques feitos pela diretora Regina sobre a transformação das vagas para os servidores nível superior, docentes e estudantes, corroborados pelos dados levantados, parecem indicar que um dos impactos do auxílio-creche foi homogeneizar a classe social melhor favorecida que frequenta a creche, evitando, ou melhor, impedindo as oportunidades de as crianças, suas famílias e seus professores conviverem com diferentes hábitos, etnias e credos, frutos de culturas diferentes, oriundas, entre outros, de posicionamento de classes distintas, tão importantes para a formação da identidade das crianças, como também para o fortalecimento da educação básica pública brasileira. Outro risco que essa mudança sinaliza é que as crianças das famílias mais pobres acabem sendo privadas do direito a uma educação de qualidade. No item seguinte, analisaremos um pouco o tipo de cuidado e educação que é oferecido a essas crianças beneficiadas pelo auxílio-creche e não pela matrícula na creche, segundo o depoimento de seus pais, servidores da classe Básico da USP, *campus* de Ribeirão Preto.

5.3. Análise por unidade

Conforme detalhado no **capítulo 3**, os dados referentes aos questionários foram fruto das respostas fornecidas pelos servidores classe Básico, no *campus* da USP de Ribeirão Preto. Foram convidados 81 desses funcionários, sendo que 64 participaram dessa fase da pesquisa com informações sobre os seus 80 dependentes.

Os dados dos questionários serão apresentados e discutidos nos itens a seguir.

5. 3.1. Diário de observações / reflexões

Alguns comentários gerais dos participantes mereceram atenção. Durante a aplicação dos questionários, cinco funcionários informaram que pagam pensão alimentícia e que esse dinheiro (da cota / auxílio) ajuda a contrabalançar o desconto na folha. Um deles afirmou que não conta "para ninguém, pois tenho medo que minha ex-mulher reivindique também o auxílio". Um funcionário comentou: "você acha que a gente não deveria brigar pelo auxílio-educação ao invés de brigar por aumentar [o valor] do auxílio-creche?".

Durante o preenchimento do questionário, ocorreu uma reação coletiva sobre o trabalho da mulher fora do espaço doméstico. Os 12 servidores (pedreiros, carpinteiros, eletricistas, auxiliares de manutenção) da Prefeitura do Campus (PCARP) sugeriram que preferem a mulher em casa, um deles destacando: "Eu pago o auxílio-creche para ela. Ela cuida melhor do meu filho". Nesse momento ocorreu reação do grupo de funcionários, com comentários do tipo: "claro que eu também prefiro, todos preferem...". Outro funcionário disse: "minha mulher é teimosa e não aceita!". Um deles comentou que a mulher acha que "ela poderia estar ganhando também e desenvolvendo uma profissão".

Eles conversam entre si: "não tem emprego, só de faxina e manicure. Não tenho vontade que ela trabalhe em qualquer lugar; na casa dos outros para ser humilhada, eu prefiro trabalhar na USP e fazer mais bicos nos finais de semana, feriados, assim ganho mais que ela. Meus filhos gostam da mãe em casa, eles aprendem bastante, ajudam a mãe, limpam a casa. Mas é tudo de TV ligada, mas lá em casa todo mundo trabalha, ajuda mesmo".

Alguns discordaram e comentaram que a criança, na creche, "aprende muito". Eles conversaram sobre essa aprendizagem: "aprendem a ser obediente, a comer direito, a prestar atenção nos adultos, a gostar de comer tudo, a conversar, não ficar só na TV, a jogar bola bem, a não brigar com os coleguinhas, a guardar seus objetos". Essas foram as notas registradas.

5.3.2 Questionários

Os dados a seguir resumem as respostas por unidade do *campus* da USP Ribeirão Preto. O número de funcionários que responderam ao questionário variou em

função do tamanho de cada unidade, indo de um (Fearp) a 32 (PCARP). Os servidores do sexo masculino constituem a maioria. Serão apresentados os resultados de cada unidade e, em seguida, a análise geral de todos os dados. (**Anexo A** – Questionário aplicado aos beneficiários do auxílio-creche no *campus* de Ribeirão Preto.)

5.3.2.1 Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCFRP)

De sete solicitações, responderam cinco servidores: três homens e duas mulheres. Suas funções correspondem à classe Básico Nível I e III, sem que apareça a classe Básico Nível II.

Três servidores se encontram na faixa salarial mensal de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00. A renda familiar mensal é inferior a R$ 1.500,00 em um caso, inferior a R$ 2.000,00 em três casos e a R$ 3.500,00 num único caso. Quatro dos cônjuges trabalham fora e em tempo integral e nenhum trabalha na USP.

Dos sete dependentes abaixo de sete anos, duas crianças frequentam pré-escola da Prefeitura Municipal, três frequentam creche ou pré-escola particular, uma permanece em casa com familiares e outra permanece em casa com empregada contratada. Os gastos destinados ao atendimento dessas crianças, segundo informado, variam de R$ 85,00/mês a R$ 180,00/mês e, em um só caso, são de R$ 280,00/mês.

Um servidor não declarou seus gastos. Os demais declararam despesas com transporte escolar de aproximadamente R$ 90,00/mês, um abaixo de R$ 200,00/mês e dois declararam despesas com alimentação em valor inferior a R$ 100,00/mês. Nenhum dos entrevistados afirmou pagar taxa de APM.

5.3.2.2 Escola de Enfermagem (EERP)

Todos os cinco servidores solicitados responderam ao questionário, dois homens e três mulheres. Suas funções correspondem à classe Básico Nível I, II e III. Um servidor não declarou sua classe, embora todos tenham fornecido suas funções.

Um servidor ganha por mês menos de R$ 1.000,00, dois de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00 e dois de R$ 1.500,00 a R$ 2.000,00. A renda familiar mensal está na faixa de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00 num caso, entre R$ 1.500,00 e R$ 2.000,00 em três casos e entre R$ 2.000,00 e R$ 2.500,00 num último caso.

Nenhum cônjuge trabalha na USP, e uma única mantém-se no domicílio;

portanto, quatro trabalham fora e em tempo integral.

Dos nove dependentes abaixo de sete anos, duas crianças frequentam pré-escola da Prefeitura, três frequentam creches ou pré-escolas particulares, três outras permanecem em casa com familiares e uma frequenta creche da Prefeitura. As mensalidades pagas às instituições particulares são inferiores a R$ 100,00/mês em um caso, de R$ 201,00/mês a R$ 250,00/mês em outro e de R$ 500,00/mês e R$ 730,00/mês em dois outros.

Quanto aos gastos com transporte, um servidor declarou menos de R$ 100,00/mês e dois servidores declararam R$ 100,00/mês a R$ 150,00/mês. Nenhum servidor paga taxa de APM. Materiais e uniforme custam menos de R$ 100,00/mês em um caso, de R $ 101,00/mês a R$ 150,00/mês em outro caso, de R$ 251,00/mês a R$ 300,00/mês em um terceiro caso e acima de R$ 350,00/mês em outro.

5.3.2.3 Faculdade de Economia e Administração (FEA-RP)

Respondeu apenas um servidor, do sexo masculino, o único funcionário a se beneficiar do auxílio nessa unidade. Trata-se de um auxiliar administrativo, classe Básico I, que ganha por mês menos de R$ 1.500,00, cuja renda familiar se situa entre R$ 3.000,00 e R$ 3.500,00 reais e cujo cônjuge, contrariamente à maioria dos casos descritos, trabalha na USP, com um salário bruto mensal de R$ 2.200,00. Seu único filho frequenta uma creche / pré-escola particular em tempo parcial, com mensalidade acima de R$ 350,00, e permanece em casa com familiares durante o restante do tempo.

5.3.2.4 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-RP)

Responderam oito servidores, dentre 12 solicitações, todos do sexo masculino, sendo quatro de classe Básico Nível I, dois de Nível II e dois de Nível III. Quanto à dedicação ao trabalho, seis trabalham em tempo integral e dois em tempo parcial.

Quatro servidores ganham por mês de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00, três de R$ 1.501,00 a R$ 2.000,00 reais e um de R$ 2.001,00 a R$ 2.500,00. A renda familiar se situa entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 em dois casos, entre R$ 1.501,00 e R$ 2.000,00 em quatro casos e entre R$ 2.001,00 e R$ 2.500,00 em dois outros.

Nenhum deles possui cônjuge que trabalhe na USP. Cinco cônjuges mantêm-se no domicílio, uma é estudante e duas trabalham em instituição de educação. Quanto à

dedicação ao trabalho, seis trabalham em tempo integral e duas em tempo parcial. O número de filhos com idade inferior a sete anos é de 10, quatro meninos e seis meninas. Uma criança está matriculada em creche da Prefeitura, em tempo integral, duas em pré-escola da Prefeitura em tempo parcial; quatro, em creche ou pré-escola particular; e três permanecem em casa com familiares. Dentro desse universo de dependentes, há duas crianças que frequentam balé e natação no período oposto ao estudo, com gastos superiores a R$ 350,00/mês.

Os gastos de transporte estão entre R$ 50,00 e R$ 150,00/mês. Uma servidora paga R$ 20,00/mês de taxa de APM, e os gastos com materiais escolares, incluindo uniformes, estão abaixo de R$ 100,00/ano.

5.3.2.5 Faculdade de Medicina (FM-RP)

Oito servidores foram solicitados e todos responderam, sendo sete do sexo masculino e um do sexo feminino. Três deles são da classe Básico Nível I, dois do Nível II e três do Nível III.

Sete servidores ganham entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 e um entre R$ 1.501,00 e R$ 2.000,00 reais. A renda familiar mensal está entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 num caso, entre R$ 1.501,00 e R$ 2.000,00 em dois casos, entre R$ 2.001,00 e R$ 2.500,00 em quatro casos, e está acima de R$ 3.500,00, em um caso.

Nenhum dos cônjuges trabalha na USP, mas em serviços; seis trabalham em tempo integral e dois em tempo parcial.

O número de filhos de idade inferior a sete anos é de oito, três meninos e cinco meninas. Uma criança frequenta creche da Prefeitura em tempo parcial, outra uma creche filantrópica, duas estão em creche ou pré-escola particular, três permanecem em casa com familiares e uma com empregada contratada. As mensalidades, à exceção da que frequenta creche da Prefeitura, são de menos de R$ 100,00/mês num caso, de R$ 101,00/mês a R$ 150,00/mês em outro, de R$ 51,00/mês a R$ 300,00/mês em outro e de R$ 301,00/mês a R$ 350,00/mês num outro. Os gastos com transporte vão de R$ 50,00/mês a R$ 150,00/mês. Uma servidora paga R$ 10,00/mês de taxa de APM. Um servidor paga pensão alimentícia de R$ 945,00/mês para dois filhos, subtraído diretamente do seu salário mensal.

5.3.2.6 Faculdade de Odontologia (FO-RP)

Responderam ao questionário sete servidores, dentre oito solicitações, cinco do sexo masculino e dois do sexo feminino. Dois dentre os servidores estão na classe Básico Nível I, três no Nível II e dois no Nível III.

Quatro servidores ganham por mês de R$ 1.000,00 a R$1.500,00, dois de R$ 1.501,00 a R$ 2.000,00 e um de R$ 2.001,00 a R$ 2.500,00. A renda familiar está entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 em cinco casos, entre R$ 1.500,00 e R$ 2.000,00 em um caso e entre R$ 3.000,00 e R$ 3.501,00 em outro.

Nenhum dentre os sete servidores possui cônjuge que trabalhe na USP. Não foi informada a profissão de três desses cônjuges; três são do lar e um trabalha em empresa privada, em tempo integral.

Os casais investigados possuem cada qual um só filho, três de sexo masculino e quatro de sexo feminino.

Duas crianças frequentam creche ou pré-escola particular e cinco permanecem em casa com familiares. Duas servidoras indicaram o custo das mensalidades, uma com R$ 45,00/mês e outra com gastos entre R$ 151,00/mês e R$ 200,00/mês.

As informações sobre gastos de transporte e outros foram limitadas a dois servidores. Nenhum dos beneficiados paga taxa de APM.

5.3.2.7 Prefeitura do Campus (PCARP)

Foram consultados 39 servidores, dos quais 30 entregaram seus questionários, sendo 28 do sexo masculino e dois do sexo feminino. Dezesseis estão classificados na classe Básico Nível I, doze no Nível II e dois na classe Básico Nível III.

Seis servidores ganham por mês menos de R$ 1.000,00, 15 de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00; cinco de R$ 1.501,00 a R$ 2.000,00 e quatro de R$ 2.001,00 a R$ 2.500,00.

A renda familiar mensal está entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 em dez casos; entre R$ 1.501,00 e R$ 2.000,00 em 14 casos; entre R$ 2.001,00 e R$ 2.500,00 em cinco casos e entre R$ 2.501,00 e R$ 3.000,00 num caso.

Um só dentre esses servidores possui cônjuge trabalhando na USP.

Quatorze dos cônjuges mantêm-se nos domicílios; quatro são domésticas e as restantes trabalham em empresas de serviços terceirizados. Vinte e sete servidores

trabalham em tempo integral e três em tempo parcial.

O número de dependentes dos servidores de idade inferior a sete anos é de 35, sendo 21 meninos e 14 meninas. Pertencente a esse mesmo universo, há três netos (crianças sob guarda), sendo dois meninos e uma menina.

Dezenove crianças frequentam creches da Prefeitura Municipal em tempo parcial, nove crianças frequentam creche e / ou pré-escola particular, cinco crianças permanecem em casa – sendo quatro com familiares e uma com empregada contratada – e outras duas crianças ficam em instituições filantrópicas.

Oito crianças, finalmente, participam de programas como balé e natação e / ou frequentam especialistas (fonoaudiólogo). As mensalidades desses programas são de menos de R$ 100,00 em seis casos e de R$ 150,00 a R$ 200,00 em dois casos.

Os gastos com transporte foram apontados para 14 crianças, sendo destinados em nove casos menos de R$ 100,00/mês; em três casos de R$ 101,00/mês a R$ 150,00/mês; em um caso de R$ 151,00/mês a R$ 200,00/mês e em um caso de R$ 251,00/mês a R$ 300,00/mês. Os gastos anuais com uniforme e material informados foram inferiores a R$ 100,00 em quatro casos; entre R$ 101,00 e R$ 200,00 em dois casos; e entre R$ 251,00 e R$ 300,00 em outros dois casos.

5.3.3 Análise do conjunto dos dados

As tabelas que seguem sintetizam os resultados para o conjunto dos respondentes. Os itens do questionário investigavam as seguintes características dos servidores: sexo; função; enquadramento; faixa salarial; renda familiar; local de trabalho do cônjuge; jornada de trabalho do cônjuge; número de filhas ou filhos (ou criança sob guarda) abaixo de sete anos; modalidade de cuidado e de educação que recebe a criança; e, finalmente, quais são os itens destinados aos gastos de cada criança. Analisaremos o perfil dessas famílias para verificar se é possível estabelecer relação entre as variáveis apresentadas aqui com a *opção* de cada família na escolha da destinação do auxílio-creche. A **Tabela 5.10** descreve o local onde a criança passa seu dia, contrapondo esse dado à quantidade de dependentes dos responsáveis que recebem auxílio-creche.

Tabelas 5.10 – Local onde a criança fica x quantidade de dependentes dos responsáveis que recebem o auxílio-creche[34]

	Quantos filhos abaixo de 7 anos possuem os entrevistados beneficiados pelo auxílio-creche?				TOTAL
	1 filho	2 filhos	3 filhos	1 neto	Dependentes
Tipo de instituição					
Instituição pública	13	10	3	1	27
Instituição privada	19	12			31
Fica em casa	15			1	16
Instituição filantrópica	2			1	3
Total dependentes	49	22	3	3	77
Total servidores	49	11	1	3	64

Primeiramente, foi estudada a distribuição dos locais que acolhem as crianças. Verifica-se que 25% da população infantil fica em casa com familiares – pelo menos metade do dia, uma vez que, das 33 crianças, 11 frequentam por 2 a 3 horas academias, clubes ou ONGs. Verifica-se, ainda, que 4% da população infantil declarada como ficando em casa permanece em arranjos domiciliares, como vizinhos, empregadas contratadas e / ou mães crecheiras. São 39,1% as crianças que frequentam creches ou pré-escolas particulares e, somando as creches e pré-escolas públicas, tem-se 32,8% de frequência dessa população, mais de um quarto do total. A soma das instituições filantrópicas (3,1%) às instituições públicas (35,9%) fornece a totalidade das unidades mais econômicas, também consideradas pelos respondentes como uma opção de baixo custo, já que se custeiam as despesas com transporte, alimentação, roupas, lanches, passeios e material didático mesmo quando *se opta* por um serviço público. Deve-se considerar, ainda, que apenas sete crianças frequentam unidades em tempo integral. A **Tabela 5.11** apresenta as opções de educação infantil feitas pelos servidores segundo a renda familiar.

[34] Fonte: Questionários servidores classe Básico – 2008.

Tabela 5.11 – Renda familiar em relação à *opção* de instituição para os dependentes - 2008[35]

	LOCAL QUE O FILHO ABAIXO DE 7 ANOS FREQUENTA				
Renda Familiar	**Instituição de Ensino Pública** Beneficiário (dependente)	**Instituição de Ensino Privada** Beneficiário (dependente)	**Instituição Filantrópica** Beneficiário (dependente)	**Fica em casa** Beneficiário (dependente)	**TOTAL**
Mais de R$ 1.000,00 até R$ 2.000,00	15 (20)	17 (23)	2 (2)	12 (12)	46 (57)
Mais de R$ 2.000,00 até R$ 3.000,00	5 (7)	4 (4)	1 (1)	4 (4)	14 (16)
Mais de R$ 3.000,00 até R$ 4.000,00		4 (4)			4 (4)
TOTAL	20 (27)	25 (31)	3 (3)	16 (16)	64 (77)

Esses modelos de educação e cuidado mais econômicos foram discutidos no **capítulo 2**, e são muitas vezes denominados “programas alternativos”. Esses programas como soluções para a educação infantil se apoiam muitas vezes em membros da família, como irmã mais velha, tia e vizinha, todas elas mulheres, tratadas como substitutas maternas, com poucas condições de promover até mesmo o cuidado. Nesse estudo de caso, 16 crianças ficam em casa e apenas 4% dos servidores declararam arranjos “alternativos”. Por considerar as dificuldades de educar e cuidar de crianças em ambientes sem espaços adequados, com pouca funcionalidade, sem objetos e equipamentos e, principalmente, com possibilidades restritas de interação entre crianças e entre adultos e crianças, Rosemberg (2010) batizou esses modelos de *incompletos.* Pode-se supor que as crianças que frequentam as pré-escolas privadas de baixo custo (em torno de R$ 150,00, em 2008), ou as Escolas Municipais Educação Infantil (EMEIs) por período parcial, utilizam no horário oposto alguns desses modelos de atendimento *incompletos.*

A **Tabela 5.12** apresenta a relação entre a média salarial dos servidores classe Básico, o valor do auxílio-creche e o acréscimo em percentagem em cada faixa salarial, em 2008.

[35] Fonte: Tabela de Vencimento – USP 2008 e questionários aplicados.

Tabela 5.12 – Valor do auxílio em relação ao salário do servidor classe Básico – 2008[36]

Classe/ Nível	Média da Faixa salarial / 2008	Aux. Creche 2008	Total Serv.	1 Cota %	2 Cotas %	3 Cotas %
BI	R$ 1.104,75	+ R$ 398,13	30	25 36%	5 72%	
BII	R$ 1.383,77	+ R$ 398,13	23	14 29%	7 58%	2 86%
BIII	R$ 1.766,09	+ R$ 398,13	11	11 23%		

Dos respondentes, a maioria ganha de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00. A renda familiar dominante não vai além de R$ 2.000,00 e pouquíssimos servidores possuem renda familiar superior a R$ 2.501,00. A renda familiar pode ser um determinante da opção pelo auxílio-creche e sua destinação.

Para 25 servidores ligados à classe BI, uma cota de auxílio-creche significava 36% a mais no salário referência; para os cinco restantes da mesma faixa salarial, que tinham duas cotas, havia um acréscimo de 72% no salário. Para os 23 servidores da classe BII, os que tinham um filho beneficiário (14) recebiam o correspondente a um acréscimo de 29%, sendo que, para os que tinham dois filhos (7), o acréscimo era de 58%, e para quem tinha 3 filhos (dois servidores), o acréscimo era de 86%. Para os 11 servidores BIII, todos com um filho beneficiário, o acréscimo era de 23%.

O fato de a família *optar* ou não por colocar o filho na creche e, particularmente, na pré-escola está ligado à renda familiar; porém, a maioria desses servidores, como aferido no questionário, não destinava o auxílio-creche exclusivamente para a educação do seu filho menor de 7 anos. Dos 16 servidores cujos filhos ficam em casa, 75% das famílias têm renda até R$ 2.000,00; 25% têm renda até R $3.000,00. Entre os que ganham acima de R$ 3.000,00, ninguém deixa o filho em casa. Isso indica que as crianças de famílias mais pobres que recebem auxílio-creche não se beneficiam da educação infantil.

Não são apenas argumentos econômicos que têm levado os governos e as famílias a buscarem educação infantil. Na base dessa questão, conforme se apresentou nos capítulos 1 e 2, está o direito da criança à educação e ao cuidado a partir do

[36] Fonte: Tabela de Vencimento – USP 2008 e questionários aplicados.

nascimento. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) desvinculou o direito à creche da questão profissional dos pais, transformando-a em direito universal da criança à formação integral. Mas o argumento social é o que mais tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento por parte do poder público. Ele deriva das condições limitantes das famílias trabalhadoras, de renda e de escolaridade familiar insuficiente para prover a educação e o cuidado dos cidadãos menores de sete anos. Essas condições, geralmente relacionadas ao grau de escolaridade, muitas vezes impossibilitam a maioria dos pais de adquirir conhecimentos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento de seu filho.

Os efeitos positivos da educação infantil sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças abaixo de sete anos, e as vantagens de se frequentar a educação infantil, também foram consagradas, particularmente após 2000, pelos diferentes Planos Nacionais de Educação Brasileira (PNEs), além de outras publicações. Em nosso conceito, a educação e o cuidado infantil, se de qualidade, são elementos que favorecem a constituição da pessoa e, portanto, devem estar presentes ao longo da infância, como meio e condição de desenvolvimento. [37]

Conforme se apontou, os arranjos familiares feitos segundo o trabalho do servidor podem ser um dos fatores para as *opções* de educação e cuidado infantil. Neste estudo de caso, as funções exercidas pelos servidores incluem as de técnico de laboratório, auxiliar administrativo, vigia auxiliar de manutenção e jardineiro. Nessas condições, a faixa salarial se estende de R$ 1.000,00 a R$ 2.000,00 e a renda familiar mensal é raramente superior a R$2.500,00. Noventa e sete por cento dos cônjuges não trabalham na USP, exercendo suas atividades em açougues, gráficas, comércios, serviços diversos e / ou serviços domésticos.

Os empregos da maioria dos cônjuges consultados são ligados a serviços temporários (35,4%), sendo o vínculo com o trabalho muitas vezes não considerado uma ocupação produtiva adequadamente remunerada, capaz de garantir vida digna para esses trabalhadores temporários (faxina, colheitas e comércio), em sua maioria de gênero feminino. [38] Sobre esse tema, nas observações feitas pelos servidores

---

[37] Argumentos importantes a favor de a criança frequentar a educação infantil aparecem na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que foi redigida na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990 (Ano Internacional de Alfabetização), em Jomtien (Tailândia). Esse evento contou com a presença de representantes de 155 governos de diferentes países. Disponível em: <www.mp.sp.gov.br/pls/portal/url/ITEM/1995EF1D0A64715CE040A8C027014290>. Acesso em: 7 nov. 2010.

[38] Fonte: Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas – Dieese/OIT, 2009. Disponível em: <www.oit.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2010.

respondentes, um dos operários comentou: "não tem emprego, só de faxina e manicure. Não tenho vontade que ela trabalhe em qualquer lugar; na casa dos outros para ser humilhada, eu prefiro trabalhar na USP e fazer mais bicos nos finais de semana, feriados, assim ganho mais que ela." (Diário de observação, 2008.)

A maioria trabalha em tempo integral, e nas famílias predomina uma só criança abaixo de sete anos (75%). O número de crianças não excede duas por casal (20%) e, diferentemente do que se observa quando só se analisam os dados dos servidores de classe Básico, o cônjuge, na maioria dos casos (86%), trabalha em tempo integral, sendo que as famílias são pouco numerosas. O tamanho da família pode determinar a escolha do casal pelo tipo de cuidado e de educação das crianças, já que no caso da educação infantil famílias pequenas podem se implicar na *opção* de deixar a criança em casa. Nesses casos, os pais, empregadas ou vizinhas é que aparecem como responsáveis.

Sobre questão de gênero, nota-se que, dentre os funcionários enquadrados na carreira classe Básico, o sexo masculino é amplamente majoritário, com 54 servidores (84%) e dez servidoras do sexo feminino (16%). Dos declarantes, 54% têm apenas um filho abaixo de sete anos que recebe auxílio-creche. Apenas dois funcionários têm tias, e dois são avós que adotaram os netos e vivem em constelação familiar superior a cinco membros. Pode-se considerar, ainda, que a existência de avós ou tias pode gerar diferença na qualidade dos cuidados e da educação das crianças abaixo de sete anos.

A Tabela **5.13** diz respeito ao gênero dos respondentes em relação à *opção* das famílias quanto aos locais que seus filhos frequentam.

Tabela 5.13 – Gênero de servidor beneficiado x local que o filho abaixo de 7 anos frequenta – 2008[39]

SERVIDORES	LOCAL que o FILHO ABAIXO DE 7 ANOS FREQUENTA N (%)				TOTAL
Gênero	Instituição Pública	Instituição Privada	Instituição Filantrópica	Fica em casa	100(%)
Mulheres	-	8	1	1	10
Homens	21	17	1	15	54

Das 10 servidoras respondentes, 80% *optaram* por instituição privada em tempo parcial, sendo que apenas uma das crianças fica em casa em tempo integral e outra em instituição filantrópica. Já os 54 servidores, somando as opções de instituições

[39] Fonte: Questionários aplicados.

– ficar em casa, instituição pública, privada e filantrópica –, 68,5% deles *optaram* por soluções de menor custo para a família. Como visto no **item 5.2**, com relação aos dados de matrícula na Creche Carochinha, de sete servidores classe Básico que matricularam os filhos em 2010, seis são funcionárias. Para a totalidade das matrículas das 129 crianças no corrente ano, 99 dependem do vínculo materno e 30 do vínculo paterno. Como a tarefa do cuidado e da educação da criança pequena é ainda predominantemente feminina, acaba por reforçar a subordinação naturalizada da mulher ao homem e, no caso dos cônjuges em questão, com dupla imposição. O ônus do cuidado diário fica para as mães, e o valor do auxílio-creche [flexível], conforme analisado no **capítulo 2**, é depositado na conta do salário mensal do pai, podendo ou não ser destinado à criança. Assim, quando é dado à mãe o direito de escolha, como no caso da Carochinha, ela *opta* pela Creche Carochinha, ou, como no caso do auxílio-creche, por instituições privadas.

Ao apontar, **no capítulo 2**, os diferentes arranjos da família neste século XXI, considerou-se a necessidade crescente que a sociedade vem sinalizando sobre a igualdade nas relações entre homens e mulheres. Conforme apresentamos acima, os comentários dos servidores ligados à manutenção são ilustrativos para a análise dos aspectos de gênero: “Eu pago o auxílio-creche para ela. Ela cuida melhor do meu filho”. Um deles acredita que a ex-mulher não deve saber que ele ganha auxílio-creche; ele sugere não contar “para ninguém, pois tenho medo que minha ex-mulher reivindique também o auxílio que é para meu filho”. Lembremos a reação da maioria desses funcionários, “claro que eu também prefiro, todos preferem [elas em casa]...”. Mas há sempre um cônjuge que resista ao fato que parece dado: “minha mulher é teimosa e não aceita!”. Um deles comentou que a mulher acha que “ela poderia estar ganhando também e desenvolvendo uma profissão”. (Diário de observação, 2008.)

Ao trazer as observações de sua companheira, um único servidor duvida do sistema de valores tão naturalizado entre nós, ainda neste século. Vale destacar que, dos 64 servidores sobre as quais foram obtidas informações a respeito de seu cotidiano por meio dos questionários, 16 responderam que seus dependentes ficam em casa, sendo que apenas duas das crianças ficam com a avó e a tia.

No próximo item, analisaremos aspectos da qualidade de educação e cuidado oferecida aos filhos abaixo de sete anos, por cinco famílias entrevistadas, participantes desse grupo que respondeu ao questionário, para um aprofundamento dessas questões.

5.4. O tipo de cuidado e educação: Análise das entrevistas com cinco servidores e um cônjuge

Os nomes dos cinco sujeitos apresentados aqui são fictícios. Conforme nossos propósitos, esses servidores, que recebem auxílio-creche, são todos trabalhadores de serviços ligados à classe Básico. As entrevistas abordaram os seguintes assuntos: no primeiro módulo foram relacionadas questões referentes à vida doméstica, à faixa etária, ao trabalho (na USP e fora dela) e à escolaridade da família (**Anexo A** – Questionário aplicado aos beneficiários do auxílio-creche no *campus* de Ribeirão Preto). Em seguida, buscou-se compreender a *opção* pelo auxílio-creche; suas vantagens e desvantagens, o que essa opção significa como complemento de renda. Nesse momento, indagou-se se a *opção* era do casal ou do servidor, bem como se o filho havia sido registrado no Serviço Social do *campus* para conseguir vaga na Creche Carochinha. Pediu-se, ainda, para o servidor descrever o dia a dia da criança e qual a expectativa que os pais têm da escolaridade dos seus dependentes. No caso de Tarsila, que tirou suas filhas da Creche da USP, indagou-se sobre os motivos dessa decisão. Finalmente, procurou-se informação sobre os critérios de qualidade e concepções construídos sobre a infância, a educação e o cuidado da criança pequena**.**

Foram entrevistados três homens e duas mulheres. Os cinco servidores têm, no mínimo, 12 e no máximo 26 anos de trabalho na USP. Suas idades variam entre 37 e 55 anos. Assim, foi possível acessar concepções de diferentes gerações, que se constituíram a partir de diferentes práticas recebidas em sua própria educação e cuidado na infância. Todos nasceram no interior do estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto. Dos cinco, quatro possuem experiências rurais, de como crescer e / ou trabalhar em sítios ou em casas com grandes quintais. No que diz respeito à situação familiar, número e idade dos filhos e escolhas para a educação e cuidado dos pequenos, as informações obtidas estão sistematizadas na **Tabela 5.14,** a seguir.

Tabela 5.14 – Nome, idade, escolaridade, número de casamentos, número de filhos / netos, cotas auxílio-creche, renda familiar, opção de educação dos entrevistados (2008-2009)[40]

NOME / idade / escolaridade	Nº casamen-tos	Nº Filhos / idade (cota auxílio)	Nº Netos / idade (cota auxílio)	RENDA familiar R$	OPÇÃO – educação e cuidado dos dependentes
ALDEMIR 55 anos / 4 anos de escola	3	4 filhos (acima 20 a.). 1 filha de 4 anos **– 1 cota**	5 netos (acima 7 a.)	4 mil	Ficar em casa até 4 anos / pré-escola privada
ALICE 48 anos / ensino médio incompleto	1	3 filhos (acima 18 a.)	1 neto / 9 a. 1 neto / 2 a. **1 cota**	2 mil	Um neto (tutela) frequenta creche filantrópica sem fins lucrativos / tempo integral
MAURO 42 anos / 2 anos de escola	1	1 filha / 14 a. 1 filho / 5 a. 1filha / 1 a. **2 cotas**		2,5 mil	1 filha – escola estadual / parcial 1 filho – pré-escola / parcial 1 filha – creche / parcial
PABLO 39 anos / superior	1	1 filho / 6 a. 1 filha / 2 a. **2 cotas**		2,5 mil	Creche / pré-escola pública / integral
TARSILA 37 anos / ensino médio incompleto	2	1 filho / 13 a. 2 filhas / 5 a. **(2 cotas)**		2,5 mil	Frequentaram a Creche Carochinha 1 filho – escola estadual / parcial Atualmente as 2 filhas frequentam a pré-escola municipal pública / parcial

A **Tabela 5.14** mostra que há servidores que estão no segundo ou terceiro casamento, como no caso de Tarsila e Aldemir, e um caso de dependente neto, situação de Alice. Um servidor, Mauro, teve uma filha e, depois de alguns anos, outros dois filhos. Pablo teve filhos quando tinha mais de 30 anos, Aldemir tem netos mais velhos que sua filha de quase quatro anos. Aldemir *optou* por deixar a filha em casa com a mulher, Clarisse, que também foi entrevistada, embora não seja servidora. A avó Alice *optou* por período integral em uma creche filantrópica, que seus filhos, quando pequenos, frequentaram. Quanto às suas funções, apenas um servidor, Pablo, que

[40] Fonte: Entrevistas aplicadas.

iniciou na USP como vigia, trabalha atualmente em serviços administrativos; dois são pedreiros e duas auxiliam os serviços gerais de limpeza. Também é somente Pablo que tem nível superior de escolaridade e os outros quatro servidores contam histórias de evasão escolar continuada, embora Alice e Tarsila, apesar de terem abandonado algumas vezes seus cursos, tenham conseguido chegar até o ensino médio, antigo colegial ou segundo grau, sem concluí-lo, contudo.

Dos cinco servidores, quatro acham importante destinar o auxílio-creche para toda a família, utilizando parte do dinheiro para as necessidades das crianças. Pablo tentou a Creche Carochinha para o primeiro filho, porém, não conseguindo vaga imediata, não inscreveu a segunda filha no Serviço Social da Universidade, *optando* por colocar ambos em unidades da Prefeitura Municipal. Tarsila foi a entrevistada que mais resistiu ao auxílio-creche, *optando* pela Creche Carochinha para o seu filho mais velho e posteriormente para suas duas filhas. Contudo, retirou-as quando completaram quatro anos, matriculando-as em pré-escolas públicas que são de turno parcial. Mauro optou por colocar seus dois filhos mais novos em unidades públicas de creche e pré-escola, por meio período. Sua filha adolescente, e também ocasionalmente sua irmã, ajudam a cuidar das crianças no período oposto. Mauro declara que destina 25% do auxílio-creche diretamente para seus filhos e que o restante ele acredita constituir uma destinação indireta, já que quando paga, por exemplo, a prestação de um carro melhor, melhora a qualidade de vida de todos. Apesar de 22 anos de USP, Mauro é o que dispunha de menor renda familiar, já que sua família tem mais dependentes do que os outros entrevistados. Recebia nessa oportunidade duas cotas de auxílio-creche.

Portanto, Pablo e Alice mantêm seus filhos pequenos em atendimento de período integral em creches. Tarsila e Mauro optaram por pré-escola em período parcial. No seu caso, as meninas ficam no período da manhã em casa com a avó e vão à pré-escola durante o período complementar. Finalmente, a filha de Aldemir permanece o dia todo com a mãe em casa.

Questionados a respeito dos critérios de qualidade que uma creche / pré-escola deve assegurar, os seis entrevistados consideram que brincar, ficar longe da TV e fazer amigos são pontos importantes para a educação nessa fase da vida das crianças. Aldemir / Clarisse e Alice tinham um discurso mais disciplinador em relação às suas opções para a filha e o neto. As *opções* de Aldemir / Clarisse e Alice para matricularem seus dependentes se assemelham por se tratar de unidades ligadas a associações religiosas ou sem fins lucrativos.

Para Mauro, os critérios de escolha da creche e pré-escola que os filhos frequentam são: limpeza, boa professora, ter boas festas e a criança brincar muito no parquinho e com brinquedos. Para ele, uma pré-escola serve para arrumar amigos, ficar longe da TV e brincar no parque. Apesar de nenhum filho ter frequentado a Creche Carochinha, ele sabe da "fama de creche boa", trabalhou muitas vezes lá e via as professoras trabalharem. Informa que a esposa é trabalhadora e acredita que os dois devem trabalhar. Afirmou ainda que, "se ganhasse muito dinheiro, colocaria os filhos na Creche Carochinha".

Para Pablo, os critérios de escolha da creche e pré-escola foram: boa professora, proximidade da residência, bom planejamento com música e experiência com coordenação motora. A rotina estruturada deve ser considerada, mas o ponto forte são as regras claras de funcionamento da instituição. Para ele, uma creche / pré-escola serve para arrumar amigos, brincar, aprender a gostar de ler e escrever.

Os desafios de Alice são diferentes dos outros entrevistados: seu filho adolescente morreu tragicamente, sua filha concluiu o ensino médio e engravidou, e seu genro está internado na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa), o que explica sua tutela para com um dos netos. Para ela, os critérios de escolha da creche e pré-escola que os filhos frequentaram e que o neto frequenta foram: limpeza, boa professora e diretora, ter boa associação (APM) de pais. Esse quesito chama a atenção pelo fato de existirem muitos depoimentos em experiências de formação de professores que atribuem pequena participação dos pais no processo educativo de seus filhos. Como no caso de Mauro e de Pablo, para Alice uma pré-escola serve para arrumar amigos, ficar longe da TV e brincar. Nenhum filho ou neto dessa servidora frequentou a Creche Carochinha, portanto Alice não a conhece.

Já Tarsila está na USP há mais de 17 anos e trabalha como auxiliar de serviços gerais. A partir do momento em que as filhas completaram quatro anos de idade, ela o*ptou* por tirá-las da Creche Carochinha e matriculá-las em uma pré-escola pública em tempo parcial. Pelo seu depoimento, pode-se considerar a possibilidade de que, até os 3-4 anos de idade da criança, a creche representa melhor suporte à família do que a cota de auxílio-creche, o que se inverte a partir dessa idade. Tudo indica que, a partir dessa faixa etária das crianças, o acréscimo financeiro resultante do auxílio-creche passou a ser mais valorizado, pois durante os últimos dois anos o auxílio-creche foi destinado a toda a família. Tarsila morava com os pais e resolveu alugar uma casa com o novo marido e os filhos, onde reorganizou a vida da família. Segundo ela, se tivesse bom

salário e não vivesse momentos de dificuldades, deixaria as filhas na Creche Carochinha, pois as oportunidades que essa creche oferece para a criança e a família são maiores. Para ela, os critérios de escolha da creche e pré-escola são: profissionais formados, com treinamentos contínuos, "dando carinho e atenção, pois quando a criança está segura ela aprende... eu não gosto de creche cercada que parece uma cadeia, com corredores compridos, sem brinquedos, sem parque". Segundo ela, é preciso ter planejamento para as famílias e as crianças saberem o que vai acontecer no dia a dia da creche. A educação infantil, na sua visão, serve para ensinar e, ao mesmo tempo, para brincar, deve ser "aquela coisa gostosa que a criança quer contar no final da tarde".

Para Aldemir, uma pré-escola serve para arrumar amigos, ensinar conteúdos religiosos, ficar longe da TV e brincar no parque. Dois de seus filhos frequentaram a Creche Carochinha; ele reconhece que o espaço é privilegiado, mas prefere ter a esposa em casa cuidando da filha e educando-a. Garante que a esposa é excelente professora para a filha e tem convicção de que mulher em casa educa melhor a criança, mas como Mauro, afirma: "Se ganhasse muito dinheiro deixaria a mulher trabalhar na vocação dela e colocaria na Creche Carochinha". Aldemir dá a entender que lhe cabe ser o provedor da família, que só poderia *deixar* a mulher trabalhar fora se pudesse manter um padrão financeiro mais alto. Dessa forma, também, mostra que o trabalho da mulher *na vocação* dela pode contribuir indiretamente com a renda familiar que ele provê. Esta era uma ideia corrente no passado recente brasileiro, porém, e conforme apresentado no **capítulo 2**, várias concepções e arranjos familiares convivem entre nós ainda neste século.

Uma sexta entrevistada foi a mulher de Aldemir, Clarisse, que é professora e durante 15 anos trabalhou em pequenas pré-escolas de bairros. Pretende ela agora voltar a estudar. Para Clarisse, a pré-escola boa é aquela que dá formação religiosa, dá a oportunidade de fazer bons amigos, não deixa a criança tornar-se egoísta. Acredita, ainda, que o equipamento deve ter parque, sala de computação, brinquedoteca e biblioteca. Acha que vale a pena pagar por cursos promovidos pela pré-escola, como balé e natação. Gosta da ideia de balé para meninas e futebol para meninos e acredita que quem faz essa separação são as crianças e não a pré-escola. Defende ainda ser a TV a responsável pela construção de muitas ideias que passam na "cabecinha dos pequenos". Destaca ser sua filha muito inteligente, pois sabe memorizar com rapidez músicas, utilizando repertórios extensos. Sabe não só contar a história como interpretá-la. Brinca de fazer de conta com suas bonecas e com os pais, escolhendo papéis e

enredo para cada personagem. Segundo Clarisse, a filha rejeita a ideia de ela voltar a trabalhar, mesmo sendo como *professora*. A menina afirma: "você é só minha mãe e não uma professora!" Para ela, *o dinheiro do auxílio-creche foi fundamental para mantê-las em casa e agora matricular a menina em um bom local. Acredita que foi importante ter ficado com a filha por que ela nunca tinha sido mãe e foi aprendendo ao longo dos anos.* O que achou negativo foi o desmame, pois atualmente a filha com quase quatro anos irá entrar na pré-escola e pede o seio. Acredita Clarisse que sua filha ficou sabida, mas "mandona".

Portanto, apenas Alice diz não conhecer a Creche da USP, enquanto Aldemir, Mauro, Pablo e Tarsila afirmam que, se tivessem condições financeiras, optariam por deixar as crianças frequentarem a Creche Carochinha. Aldemir e Tarsila tiveram experiências de deixar os filhos nessa creche. Em muitas oportunidades, Mauro trabalhou na creche como auxiliar de pedreiro. Pablo, que recentemente concluiu seu curso de Pedagogia, ouvia referências sobre a qualidade dessa unidade e, como ele, Clarisse ouviu (de seu marido e enteados) a respeito da experiência de frequentarem essa creche universitária.

A imagem pública de unidades educativas foi também construída segundo alguns critérios incluídos pelos entrevistados. Nessa investigação, verificou-se que todos tinham sua própria visão do que seja uma unidade de educação infantil de qualidade: permanecer organizada, estar limpa, ter planejamento, ter professores carinhosos e bem formados, ter parque, passear, visitar jardins, laboratórios, museus e cinemas. Todos os entrevistados acreditam ser importante a criança frequentar creche e pré-escola; apenas Aldemir e Clarisse acham que a criança muito "novinha" não aproveita nada, e que Clarisse, como professora, ensinou a filha e organizava diariamente atividades educativas. Além disso, Clarisse e Aldemir foram os únicos a expressar valores relacionados à educação religiosa, diferenças no tratamento de gêneros e uma organização mais fragmentada de experiências da criança com a computação, o balé e o judô como critérios de escolha para uma educação coletiva de qualidade. É bom lembrar que Alice também mencionou a importância da disciplina na educação, questionando a ausência da educação religiosa nas escolas.

Para Mauro e Alice, servidores de menor salário, a importância da educação infantil desde o bebê envolve: um local limpo, boa alimentação e saúde, características apresentadas como suficientes para um bom desenvolvimento da criança. Mas Mauro

também acredita que são necessários professores de boa qualidade. Quando indagado sobre o que "é ser bom professor", Mauro destaca que é "ser paciente".

Pablo e Tarsila, como já sinalizado, com maior formação, defendem aspectos educativos na relação com o ambiente, nos momentos das refeições, da higiene pessoal, da limpeza; acreditam eles que dormir / acordar, comer, se lavar, se vestir, passear, brincar, escrever, ouvir / ler histórias devem fazer parte do dia a dia da criança nas unidades de educação infantil desde bebê. Afirmam ainda que, para a construção de bons projetos educativos, é preciso haver regras claras, rotina estruturada e bom planejamento, e que sabem identificar quando isso ocorre. Para Mauro, a escola bem pintada, com jardins, com manutenção, é do que a criança precisa; ele valoriza morar bem confortavelmente e ter creches, pré-escolas e escolas bem construídas; afinal Mauro é operário de construção civil desde muito jovem.

Apenas Alice reconheceu claramente que a associação de pais e mestres constitui um diferencial para a qualidade da educação e do cuidado da unidade educativa. Tarsila e Pablo também acreditam que a educação infantil bem feita inclui a família. Defendem que aprenderam muito nas creches e pré-escolas dos filhos, mas não se referem a uma participação direta em associações e colegiados, mas sim um contato no dia a dia com a programação, os professores e a direção.

Já Aldemir, que também teve filhos há 15 anos na Creche Carochinha, afirma não se lembrar, mas reafirma, como aliás também o faz sua esposa atual, que uma educação é boa quando assegura ensino de religião e disciplina, expressa no uniforme, nas filas, no respeito ao adulto.

Como aparece também nas análises dos questionários, todos os entrevistados manifestam preocupação com o uso excessivo da televisão pelas crianças. Esse fenômeno geralmente é reconhecido como um agente nocivo à educação pelos atores sociais, embora apenas disponham do senso comum na avaliação da educação infantil. A exposição diária à televisão, sem controle por parte dos adultos, pode dificultar a capacidade da criança de (re)significar as informações e estímulos aos quais está submetida. Indagados sobre se gostam de televisão e se a ligam diariamente, todos *optavam* pela televisão diária como lazer, com exceção de Pablo, que até seis meses atrás fazia curso universitário todas as noites, e aos finais de semanas trabalhava no Programa Escola da Família (FDE/SP). Apenas Aldemir e Clarisse relataram não deixar a filha assistir a canais abertos para adultos. Escolhem desenhos animados e vídeos digitais (DVDs) infantis.

A avó Alice diz que diariamente aconselha o neto a ser bom menino, a não brigar na escola e a estudar muito para ter muitos amigos. Ela diz temer pelo futuro do neto, pois "por mais que tenha professora boa, a escola está ruim". Indagada sobre o que está ruim na escola, responde com a experiência da vida escolar dos filhos, e afirma que "as escolas não funcionam, os professores faltam e poucos gostam de ensinar". Os estudos de Piotto (2007), pontuados no capítulo 2, discutem as condições das escolas brasileiras, apresentando os processos e práticas dos professores que dificultam o acesso, a permanência e / ou a aprendizagem das crianças, o que aparece também no discurso de Aldemir e Clarisse quando dizem que os professores são ausentes e a escola não ensina. No capítulo 2, apontou-se que a oferta de vagas diretas à creche de qualidade discrimina as crianças mais pobres e que, quanto maiores o rendimento e a escolaridade da família, maiores serão as oportunidades de vagas de qualidade na educação infantil.

Os seis entrevistados acreditam que uma boa instituição educacional inicial leva a criança a gostar de estudar. Mauro, Pablo e Tarsila têm renda familiar em torno de R$ 2.500,00 e recebem duas cotas de auxílio-creche que, conforme analisado no item 5.3.3 deste capítulo, representam 58% do salário base. Acreditam que seus filhos usufruem de boa infância, muito melhor do que aquela que eles tiveram, e que seus filhos não precisarão abandonar seus estudos. Indagados se a evasão escolar interferiu nos resultados dos seus próprios estudos, Mauro afirma que estudou apenas três anos e desanimou porque ninguém o estimulou a retornar, mas acredita que seus filhos irão estudar muito mais, já que atualmente são bons alunos. Pablo e Tarsila, que têm maior grau de escolaridade, afirmam que certamente os filhos irão estudar até a universidade. Aldemir e Clarisse, que têm renda familiar em torno de R$ 4.000,00, acreditam que sua filha, mesmo não tendo frequentado escola nos primeiros anos, é tão inteligente que estudará toda a vida. Já Alice, que conta com R$ 2.000,00, acha impossível o neto conseguir estudar durante tanto tempo, pois também é preciso trabalhar.

Conforme exposto nas entrevistas, todos os servidores são capazes de formular critérios básicos de qualidade para a educação e o cuidado de seus filhos pequenos, relacionados a aspectos mais visíveis desse trabalho. Entretanto, pelas entrevistas efetuadas, apenas Pablo e Tarsila, que têm mais anos de escolaridade, foram capazes de compreender os aspectos menos visíveis envolvidos na questão da qualidade, que envolve políticas públicas, a participação da família no cotidiano da creche e a formação de seus profissionais.

Uma família que procura uma instituição de educação infantil precisa saber que a instituição regulamentada deve ter, no mínimo, profissionais formados prévia e continuadamente, equipamentos com manutenção permanente (ou seja, limpos e organizados), brinquedos e material didático e livros suficientes para todas as crianças, tamanho adequado de grupos para cada faixa etária, bem como regimento e proposta pedagógica explicitada, na qual estejam apresentados os veículos de participação das famílias. Muitos pais podem ainda estar desatentos aos efeitos, sobre a qualidade, do número de crianças por professor, da existência ou não de carreira, do conteúdo do regimento e da proposta pedagógica da instituição.

Esses critérios, se amplamente divulgados, poderão induzir nos cidadãos, como os servidores entrevistados, o reconhecimento do direito ao acesso com qualidade a uma instituição de educação infantil, seja ela privada ou pública, no momento da matrícula de seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Existem novas e não tão novas formas de exclusão sociais e educativas vividas hoje na América Latina.
>
> **Gentili**, 2001.

O reconhecimento dos direitos da criança no que se refere à educação e ao cuidado infantil vem, ao longo dos anos, sofrendo modificações. Conforme analisamos nesta pesquisa, da inauguração da primeira creche em empresa no Brasil (Fiação e Tecidos Corcovado, 1899), passando pela determinação de guarda para amamentação (CLT, nº 5.452/43, 1943) e, posteriormente, pela adoção do reembolso-creche (Portaria nº 3.296, 1986) até hoje, passaram-se 97 anos de lutas vinculadas às conquistas de direitos trabalhistas. Legalmente, o atendimento em creches e pré-escolas passou a ser garantido enquanto *direito da criança, opção da família e dever do Estado* (artigo 208, inciso IV) a partir da promulgação da Constituição de 1988, mas há apenas 14 anos desvinculou-se o direito à creche da questão profissional de seus familiares responsáveis, transformando-se a formação integral em direito universal da criança (LDB, 1996).

Neste estudo, vimos que o crescimento das creches durante esses quase 100 anos deveu-se muito mais às unidades sem fins lucrativos e privadas do que à rede pública. Na próxima década, novas expansões em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para as crianças abaixo de três anos poderão ocorrer, já que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb, 2007) incluiu financiamento em relação a creches e a educação especial, com repasses de recursos até 2020, ou seja, até o final da vigência do Fundeb. Já em relação à pré-escola, o repasse terminará em 2011.[1] Também haverá impactos contrários advindos da Emenda Constitucional 59/09, que obrigará as matrículas de crianças acima de quatro anos na pré-escola. Já aparece como risco a cisão da faixa etária na educação infantil, priorizando-se investimentos para a idade compreendida entre os quatro e os 17 anos.

Conforme analisamos, nos órgãos públicos, assim como nas empresas privadas, a expansão das creches ficou sempre muito abaixo da demanda e, consequentemente, desenvolveram-se programas de reembolso-creche para atendimento fora das organizações empregadoras, o que acarreta risco de crescimento do número de creches

[1] Art. 8º, §3º da Lei nº 11.494/2007 e Art. 13, §1º e §2º do Decreto nº 6.253/2007. Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option>. Acesso em: 7 nov. 2010.

particulares, como também das filantrópicas, confessionais e comunitárias sem fins lucrativos. Exemplos dos modelos apresentados neste trabalho, utilizados em municípios como Piracicaba e Hortolândia, devem provocar formas de assistência marcadas, conforme analisamos, pela ampliação da rede particular. Pode-se imaginar que esses programas resultarão em perdas de conquistas para a infância reconhecidas pela Constituição brasileira.

No universo de entrevistados desta pesquisa, investigando o tipo de atendimento educacional e de cuidado recebido pelas crianças das famílias beneficiárias, observou-se a marcante influência da política instituída por meio do auxílio-creche, que desvia os pais dos valores relacionados exclusivamente à educação e à formação de seus filhos pequenos, em benefício de valores relacionados às demandas financeiras mais urgentes no contexto em que vivem. O dinheiro aparece como o principal determinante de suas decisões, explicado pela ideia banalizada de que criança abaixo de três anos necessita de menor financiamento, embora seja mais dependente e os pais precisem de mais ajuda em seus cuidados para poderem trabalhar. Os entrevistados Aldemir e Clarisse acreditam que “crianças muito novinhas” não aproveitam quase nada do cuidado e da educação que lhes são oferecidos.

Para uma contextualização mais ampla, apresentamos dados nacionais a respeito do acesso das crianças às creches e pré-escolas, particularmente da rede pública. Apenas 35% das crianças de quatro a seis anos pertencentes às famílias situadas entre os 20% mais pobres estão em pré-escolas. Entre os 20% mais ricos, a porcentagem aumenta para 84%. Para as crianças de zero a três anos, esses índices são de 2% para os mais pobres e de 35% para os mais ricos. As diferenças aumentam quando o nível de escolaridade materna é levado em conta (PNAD e IBGE, 2008). Quase todas as crianças cujas mães têm grau universitário frequentam pré-escolas e estas, em sua maioria, já têm seus filhos matriculados desde os primeiros anos de vida. Em contraste, menos de 50% das crianças cujas mães têm menos de quatro anos de escolaridade frequentam pré-escolas, e essa porcentagem cai para 3% quando a criança tem menos de três anos de idade.

Merecem destaque, neste estudo, as questões relativas às relações de gênero. Pontuamos ainda que, em 2007, 46,7% das mulheres brasileiras trabalhavam fora de casa (IBGE, 2008). Para os três servidores entrevistados neste estudo de caso, e também para as servidoras entrevistadas Tarsila e Alice, o trabalho da mulher é fundamental para melhorar a qualidade de vida do casal e de toda a família, seja pelo aumento da

renda familiar, seja pela ideia da autorrealização. Alice, arrimo de família, acredita que, como ela, muitas mulheres precisam de apoio para cuidar de seus filhos e educá-los. Segundo o IBGE (2008), as famílias hoje chefiadas por mulheres chegam a 25% do total.

Mencionamos os efeitos dos acordos e negociações trabalhistas que tratam do trabalho da mulher. Mais de 60% das mulheres trabalhadoras são responsáveis pelos *acordos trabalhistas* relacionados ao tema da educação e do cuidado de filhos, indicando seu grau de responsabilidade para com a educação e o cuidado infantil. No entanto, a maioria dos beneficiários da classe Básico da USP que recebem auxílio-creche neste estudo é representada por homens. Também verificamos que, nas matrículas da Creche Carochinha em 2010, predomina o vínculo materno, sendo que, dos sete funcionários classe Básico com filhos matriculados, seis são mulheres. Em outras categorias, essa responsabilidade chega a mais de 65%. As mulheres são dominantes em outros aspetos da educação e do cuidado infantil, sendo bom exemplo o quadro funcional dessa creche universitária, na qual trabalham 48 funcionárias e cinco funcionários.

O modelo de auxílio-creche estudado nesta pesquisa sugere que as mulheres são destinadas a permanecer em casa, cuidando de seus filhos ou daqueles de outras mulheres, já que muitos servidores pesquisados declaram que preferem que suas mulheres fiquem em casa, realocando-se assim o valor do auxílio às despesas familiares as mais variadas. Programas desse tipo, então, vêm reforçar a subordinação de gênero e desvalorizar a etapa inicial da educação brasileira, predominantes no senso comum.

Entendemos que a educação infantil estabelece bases para o desenvolvimento e a aprendizagem humana. Ao nascer, um bebê traz consigo sua bagagem genética, mas é dentro de uma cultura concreta que a criança passa a existir e desenvolver suas potencialidades. É na família, na creche, na escola que a criança se constrói como sujeito, a partir de identificações e diferenciações em relações com os outros membros de seu meio. Assim, a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento das pessoas tem sido debatida entre pesquisadores e é considerada em documentos nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 5, de 17/12/2009), ou apontada em documentos universais, como na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990). Também começam a surgir avaliações indicando os efeitos dos primeiros anos de vida, podendo ser mais positivos quando as crianças recebem uma educação de qualidade. Dessa forma, contrapor o cuidado doméstico à

educação infantil mais sistemática e de qualidade é caminhar na contramão das conquistas jurídicas brasileiras e da ciência do desenvolvimento infantil.

Alguns princípios e critérios de qualidade são fundamentais para a discussão das vantagens e desvantagens de a criança abaixo de seis anos se desenvolver coletivamente. A discussão sobre a qualidade da educação infantil tem sido enfrentada pelos movimentos sociais e pelas pesquisas desenvolvidas por aqueles que defendem os benefícios das creches de qualidade para o desenvolvimento infantil. Discutem-se critérios, pressionando-se para a implantação de sistemas e estratégias de financiamento (Fundeb/CAQi). Publicações recentes, como as Diretrizes Nacionais e o Plano Nacional de Educação (DNEI, 1999, 2001, 2005, 2009; PNE, 2001; CONAE, 2010), tratam da ampliação dessa etapa da educação básica, mas com qualidade.

Conforme apontamos neste trabalho, o Plano Nacional de Educação definiu metas de ampliação para a educação infantil com qualidade (MEC, 2006). As metas que envolvem o tema – ampliação de vagas, definidas para serem atingidas até o ano de 2010 – têm sido intensamente debatidas nos diferentes níveis do Estado brasileiro, pois que essa ampliação deveria ser assegurada respeitando-se critérios qualitativos. A Constituição de 1988 preconizou vários direitos sociais, mas os critérios de qualidade não foram implantados para toda a população infantil, apesar dos documentos editados pela Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério de Educação e Cultura para a orientação das políticas públicas regionais.

Em nosso conceito, para ampliar as vagas com qualidade, não é suficiente existirem boa legislação e documentos orientadores. Quando, por um lado, ocorreram restrições das políticas públicas, e, por outro, forte pressão dos movimentos sociais (ou, como no caso do auxílio-creche, o estabelecimento de uma série de acordos trabalhistas), novas vagas foram criadas, especialmente a partir da expansão da iniciativa privada, com frequência sem garantia de qualidade. Os próprios sistemas públicos responsáveis pela regulamentação, pelo acompanhamento e pela inspeção desse trabalho mal conseguem estabelecer uma organização satisfatória para essa função. Leis e documentos oficiais foram elaborados para o aprimoramento do atendimento educacional, mas essas medidas, na prática, não têm sido suficientes.

É preciso difundir continuamente que todo cidadão que procura uma creche e / ou uma pré-escola para seu(s) filho(a)(s), no Brasil, seja ela particular ou pública, pode exigir documentos de regulamentação. Essa exigência deve ser feita junto a secretarias e

conselhos de educação municipal ou estadual, ou mesmo junto ao Ministério Público, dependendo das regras estabelecidas em cada município ou Estado brasileiro.

Novas propostas de políticas para a infância, emendas constitucionais e projetos emergenciais são amplamente divulgados pela mídia.

Um exemplo recente foi a Emenda à Constituição (EC 59/09) que ampliou a educação básica obrigatória para a faixa compreendida entre os quatro e os 17 anos, determinando que as crianças entrem obrigatoriamente na pré-escola. A implantação dessa nova medida ocorrerá progressivamente até 2016 e significará que a família deverá matricular a criança, e o poder público, providenciar a vaga. Os pais e / ou o Estado podem ser penalizados pelo Ministério Público se não cumprirem essa determinação. Podem-se supor os impactos que essa medida terá sobre a qualidade da educação infantil existente e sobre a sua forma de expansão, na qual as cotas de auxílio-creche poderão ganhar mais força enquanto política pública do que as ações de criação de vagas públicas.

Flagrada a fragilidade dessas políticas públicas destinadas à criança abaixo de três anos, que transferem o dinheiro público e a responsabilidade por milhares de crianças pequenas – e, conforme se identificou, sobretudo por aquelas com renda e escolaridade familiar baixa, em nome da universalização do direito a frequentar educação infantil –, os aspectos de qualidade não aparecem definidos. Os modelos para a infância denominados "alternativos", ora em risco de se fortalecerem, já foram considerados, conforme analisamos neste trabalho, como modelos *incompletos*. Nessas condições, a questão da qualidade da educação infantil toma outras dimensões. Dados os considerados "altos custos" envolvidos, um projeto de educação infantil de qualidade para todos entra em choque direto com as reformas implantadas em boa parte do mundo.

No caso estudado, do auxílio-creche no *campus* de Ribeirão Preto da USP em 2010, há 341 servidores que recebem cotas, 30% dos quais são funcionários classe Básico, servidores que recebem mensalmente uma ou duas cotas de auxílio-creche. Outros 91 servidores dividem com 38 estudantes de graduação e pós-graduação as vagas na Creche Carochinha. Aqui, apenas sete servidores da classe Básico "optaram" por matricular seus filhos na Creche da USP, sendo que os cinco servidores entrevistados afirmam que *se tivessem* "muito dinheiro" colocariam na Creche Carochinha. Conforme foi mostrado nesta pesquisa, essa ideia já generalizada no *campus* de Ribeirão Preto foi reconhecida pelas diretoras da Divisão de Creches e da Creche Carochinha, como

também pelo sindicalista entrevistado. Houve uma homogeneização nas matrículas, favorecendo-se os docentes e estudantes com maior renda, o que dificulta ou mesmo bloqueia o convívio com outras classes sociais e, portanto, com diferentes hábitos, etnias e credos.

Dada a fragilidade de programas com o formato de auxílio-creche flexível, o servidor entrevistado Mauro manifestou sua surpresa quando um dos seus dependentes completou seis anos e "perdeu um ano de auxílio-creche". Ele não sabia da expansão do ensino fundamental para nove anos (Lei nº 11274/2006) que, consequentemente, teve alteração de faixa etária determinada para a educação infantil. Assim, quando argumentou ter agora um veículo de transporte melhor para toda a família, acreditou prover uma melhor qualidade de vida para seus dependentes, mas não sabia que a duração do auxílio-creche era bem inferior ao da prestação do empréstimo efetuado. Sentiu-se logrado, portanto. O que seria uma questão educacional tornou-se uma questão mercantil. Esse é o problema subjacente à natureza desse tipo de programa, sendo que, no caso da USP (auxílio-creche flexível), a criança pode não frequentar creches ou estar em locais sem regulamentação, ou seja, de baixa qualidade.

Tarsila, a funcionária que mais resistiu ao auxílio-creche e que recebe hoje duas cotas, tem 58% de acréscimo em seu salário-base. Conforme declarou, ela aprendeu que educação boa tem que representar carinho, atenção, pouca cerca no quintal, poder aprender e ensinar com projetos organizados e, conforme ela mesma afirma, "deve ser aquela coisa gostosa que a criança quer contar no final da tarde". Na oportunidade da entrevista, Tarsila teria mais alguns meses desse acréscimo no seu salário. Adiantou que, com o seu fim, o casal arrumaria "bicos" (faxinas) em finais de semana e lamentou o fato de ficar menos tempo com seus filhos.

Os servidores beneficiários assimilaram as supostas vantagens do modelo flexível do auxílio-creche como acréscimo salarial, por isso mesmo valorizado por eles, apesar de seu valor limitado até os seis anos de idade do dependente e de sua instabilidade não percebida para a educação das crianças. Conforme analisamos, a Constituição preconiza vários direitos sociais; todavia, a cada crise econômica aparecem regulamentações – na realidade, limitações dos direitos – que provocam uma leitura distorcida da realidade socioeconômica.

Nesse contexto, sem garantias sociais, alguns programas como o auxílio-creche, orientados segundo a lógica do Estado mínimo, tendem a levar a uma inclusão perversa, oferecendo algumas migalhas a quem já pouco tem. O conceito que resulta da criação

de benefícios como o auxílio-creche sinaliza, para alguns, uma promessa de equidade. Nosso estudo de caso mostrou, entretanto, que as crianças excluídas da creche / pré-escola da USP, e das atividades culturais em geral, em decorrência desses benefícios são em número reduzido se comparado à exclusão alarmante existente na educação brasileira.

Assim, um projeto de educação infantil para as camadas de baixos salários e escolaridade impõe a discussão e o enfrentamento de aspectos estruturais, que dizem respeito necessária e diretamente à própria dinâmica do trabalho *versus* o capital. Vale destacar que são dois direitos constitucionais distintos – de salário digno e de educação de qualidade para os filhos – que convergem e se confundem na lógica das cotas de auxílio-creche. Mantidas as atuais circunstâncias, analisamos as dificuldades para determinar quais as alterações que asseguram o direito da criança pequena à qualidade educacional. É limitada a possibilidade de os Estados periféricos investirem em políticas sociais que enfrentem a dicotomia quantidade *versus* qualidade. Foi nesse contexto que se estudou o auxílio-creche, modelo flexível, das creches uspianas. São formas de assistência que resultam, conforme já se salientou, de crises estruturais, que delineiam, por sua vez, as reformas do Estado, que tiram direitos e tornam precárias as relações de trabalho.

Ao analisarmos as características do auxílio-creche e a evolução dos valores repassados às famílias, vimos que os modelos de auxílio foram se multiplicando após a década de 1990, responsabilizando cada vez mais a família na administração do dinheiro público e, assim, focalizando-se na renda familiar as decisões a respeito dessas políticas. Como o auxílio-creche brasileiro é um dispositivo legal, fruto de acordos e convenções trabalhistas, foi naturalizado como direito do trabalhador, desarticulando a luta pelos direitos da criança à educação infantil.

O auxílio-creche nos órgãos públicos inibiu a criação de novas unidades diretas a partir da data desse dispositivo legal e, muitas vezes, com o *modelo vinculado*, mantiveram-se contratos ou convênios com instituições particulares sem fins lucrativos ou unidades privadas. Com o *modelo flexível*, como visto, facilitou-se a destinação das cotas do auxílio para responsabilizar os membros da família ou vizinhas pelo atendimento às crianças, retirando-se a responsabilidade do poder público da oferta de creches e pré-escolas. Ao considerarmos esses dois modelos disseminados (vinculado e flexível), podemos imaginar o que seria possível fazer com o valor hoje destinado ao auxílio-creche. Apenas a título de exemplo, a **Tabela 1** apresenta a aplicação do valor

do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) relacionado com o valor do auxílio USP, imaginado para uma creche com 100 crianças abaixo de três anos em tempo integral.

Tabela 1 – Exemplo de aplicação do CAQI para atender a 100 crianças abaixo de três anos, comparado com o valor do auxílio-creche USP (2009)

Valor	Mês/criança	Ano/criança	100 crianças/ano
CAQI	R$ 533,00	R$ 6.400,00	R$ 640.000,00
Aux. USP	R$ 422,00	R$ 5.000,00	R$ 500.000,00
Deficit	R$ 111,00	R$ 1.400,00	R$ 140.000,00

Fonte: Campanha Nacional de Educação e DRH USP.[2]

Conforme apontamos, o Conselho Nacional de Educação publicou, recentemente, parecer (CNE/CEB nº 8, de 8/5/2010, PINTO, 2008) indicando alguns princípios e itens para a implantação dos equipamentos e insumos destinados a cada nível da educação básica. Assim, segundo o indicador do CAQI para uma creche em tempo integral, com 100 crianças de idade abaixo de três anos, deve-se destinar R$ 640 mil, anualmente, custo que, conforme apontado, deve ser revisto continuamente para se construir qualidade; daí o "i" da sigla do CAQI significar *inicial*. O fato de o valor do auxílio-creche da USP ser próximo ao valor do CAQI indica que, se esse valor fosse destinado ao atendimento direto das crianças pelo poder público, poder-se-ia garantir um padrão básico de qualidade de educação. Contudo, como vimos, boa parte dos recursos recebidos pelas famílias acabam sendo dirigidos para outras despesas. Há de se supor também que, no caso das creches universitárias, teremos, como sempre, unidades com padrões de qualidade diferenciados, onde as crianças cujas famílias dispõem de faixa salarial mais elevada terão seu direito garantido, enquanto as de menor renda continuarão migrando para o auxílio-creche. Nesse cenário, e se continuarmos atendendo apenas a comunidade universitária, persistirão as vagas ociosas a um custo que poderia ser complementado para ampliar a população atendida. Lembremos que, no caso estudado, na Creche Carochinha foram destinados, após 2008, 50% das vagas para funcionários, 20% para os docentes e 30% para os estudantes, persistindo no período

[2] Disponível em: <www.usp.br/sg> Acesso em: 4 out. 2010.

estudado em torno de 10 vagas ociosas/ano, entre as 140 oferecidas. Os dados analisados indicam como tendência previsível que, nos próximos anos, ocorram novas transferências de vagas dos servidores para os estudantes. Conforme analisamos nesta pesquisa, esse fato resulta também da desvinculação do direito à creche da questão profissional.

Por princípio (e em nosso entendimento), quando a educação infantil foi transformada em direito universal da criança e primeira etapa da educação básica, a instituição infantil universitária, apesar de sua origem, deveria ser imediatamente orientada para responder ao direito da população abaixo de seis anos do município onde está inserida. Mas o que ocorreu foi um redirecionamento, a partir de 2007/2008, das vagas à assistência para o estudante, permanecendo o auxílio-creche mais concentrado nos servidores de menor salário. A oferta de creches aos estudantes, cujo vínculo com a universidade não é trabalhista, pode ser *naturalmente* inserida na política de assistência estudantil adotada pelas universidades públicas brasileiras, particularmente nos últimos cinco anos. Essa naturalização parece ter-se dado por meio de decisões oficiais, como a alteração da percentagem de vagas e a ampliação das mesmas para servidores e estudantes dos cursos noturnos. Embora o discurso dos dirigentes da Coordenadoria do Serviço Social (Coseas / USP) no que diz respeito ao direito à creche universitária fosse de superação da legislação trabalhista, reforçando o respeito ao direito universal da criança, as vagas ainda são administradas segundo o contrato do servidor, como vínculo na carreira e carga horária de trabalho.

A política universitária de assistência estudantil, da qual fazem parte moradia, restaurante, transporte e bolsa de apoio, tem como finalidade fornecer recursos para ajudar os estudantes a conquistar bons desempenhos acadêmicos. Essa atenção, organizada por um programa especial, ganhou força nos últimos anos, já que, no caso da USP, ocorreram ampliações de cursos noturnos e, para promover o acesso e a permanência do estudante advindo da escola pública, ampliaram-se seus direitos.

Todas essas iniciativas são simpáticas aos olhos da comunidade universitária, mas em nosso entendimento a função das creches universitárias não é de apenas atender a comunidade uspiana, respondendo somente à legislação trabalhista e à necessidade de assistência estudantil. Deveriam responder também aos avanços obtidos na legislação, no que diz respeito à educação infantil para garantir os direitos da criança. Além disso, e

principalmente, tal como requerido no início de sua história, as creches universitárias deveriam poder valorizar a formação e o desenvolvimento infantil no contexto social contemporâneo. Dessa forma, a função dessas unidades deveria abranger processos vinculados à pesquisa, extensão e à própria prática voltada à formação de novos profissionais (estágios, observações) dos estudantes universitários dos cursos de graduação e / ou de programas de pós-graduação, revelando-se ainda, por sua vocação, como *locus* de observação e debate com as demais instituições de educação infantil dos municípios.

Algumas unidades de creches e pré-escolas universitárias (UFMG e UFPE) já orientam parte das vagas a toda a população infantil do município. Há um movimento iniciado a partir de 2007, quando essas unidades firmaram parcerias com as secretarias municipais de educação, modificando o tipo de atendimento e ofertando 50% das vagas para as crianças da rede municipal. Assim, essas instituições atendem tanto à comunidade universitária quanto à população ao seu redor, situação em que se exercita a negociação constante entre os acadêmicos, os quais fazem parte dos colegiados, e o poder público municipal para as decisões relativas ao seu funcionamento. Alterações desse tipo são urgentes para evitar, ainda, a frequência homogeneizada das categorias sociais, promovendo o direito à vaga de qualidade para as crianças de origem mais pobre e resolvendo também a ocorrência de vagas ociosas nessas unidades públicas de educação infantil. Considerando esses diferentes atendimentos à infância pequena é que somos a favor do Parecer do Conselho Nacional de Educação quando afirma que:

> Ao longo dos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas e estudos relacionados com os fatores que mais influenciam a qualidade da Educação Básica no Brasil, procurando, desta forma, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas da educação. Trata-se de um problema complexo e multifacetado. Além disso, sua complexidade torna-se ainda maior em função das questões históricas relacionadas com o tema – o Brasil tem uma dívida social que impacta na qualidade almejada e que se traduz em um claro *apartheid* de oportunidades educacionais, refletido nos diferentes Brasis identificados na ótica dos resultados educacionais. (Parecer CNE/CEB nº 8, 8/5/2010, p. 1)

Parece-nos urgente que todas as crianças tenham acesso ao serviço de maior qualidade, possibilitando-se, aliás, o encontro entre raças, etnias e credos em sua convivência. Essa extensão generalizada do acesso à creche de qualidade possibilitaria

também a construção de polos ligados à pesquisa e à extensão, associados à criação de condições necessárias para atender aos critérios de qualidade idealizados pelo CAQi. É claro que nos interessa construir continuamente um atendimento de qualidade, que promova a carreira do professor, respeite a razão adulto/criança, assegure a manutenção e conservação dos equipamentos e do material didático assim como a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 5 de 17/12/2009) para a construção de projetos pedagógicos e de uma gestão democrática na educação infantil.

Reconhecemos que a expansão dos diferentes modelos de auxílio-creche responde a um direito trabalhista negociado pelos acordos e convenções em todo o Brasil, o qual, por outro lado, restringiu a ampliação do direito à formação integral da criança pequena. Nesse sentido, um último impacto a ser destacado diz respeito às negociações trabalhistas em torno desse benefício. Conforme analisamos durante este estudo, algumas pesquisas (OLIVEIRA-VÉRAS, 2007; PAOLI, 2007) indicam que as orientações subjacentes à política de acordos e convenções coletivas entre sindicatos e patrões foram criadas para produzir consensos sobre reformas trabalhista e sindical. Acreditam os autores que, com o *Welfare State*, vieram também as estruturas sindicais de negociação permanente, que conduzem à formação de burocracias sindicais. Consideram que um dos mecanismos que influencia diretamente o trabalhador, no plano das ideias, da subjetividade, é a introjeção de valores individualistas, que têm por objetivo fragmentar, dividir os trabalhadores que perdem, cada dia mais, sua capacidade de organização e de luta. É o funcionário sindicalista Magno, entrevistado nesta pesquisa, quem lamenta:

> [...] O auxílio-creche chegou a atingir nossas reivindicações, e o auxílio-alimentação também, agora, um comentário de uma coisa que eu já tinha falado no começo: nós continuamos achando, nós dirigentes sindicais e o pessoal militante, pessoal que tem mais consciência política, sabe que esse negócio do auxílio-creche é uma coisa ruim (informação verbal).

A difícil tarefa de colocar um ponto final

Certa vez li uma conferência de José Luís Fiori em que, citando Gramsci, disse: “gostaria de terminar essa conferência sem ser pessimista, mas nem tampouco ufanista.

Hoje o pior inimigo da humanidade é o otimismo porque de fato equivale à recusa de pensar por medo de conclusões a que se poderia chegar". Afirma ainda Fiori: "só chegando realisticamente às conclusões é que se pode voltar a ser otimista no plano próprio" (FIORI, 1997, p. 238).

Para os próximos anos, no plano da vontade política de mudar, devemos considerar que, em linhas gerais, não haverá expansão da educação infantil sem comprometimento de sua qualidade e ao provável custo da cisão, com menos vagas oferecidas às crianças com menos de três anos, especialmente aquelas das camadas mais pobres da população. Apesar e por causa disso, vê-se como importante movimento de resistência às contínuas ações de defesa dos direitos conquistados para as crianças abaixo de seis anos, considerando os aspectos distintos do Estado de Bem-estar Social: o explícito, que consiste em desenvolver a sociedade da forma mais igualitária "possível" nos marcos do capitalismo; e o implícito, que consiste em se opor a quaisquer tendências favoráveis a uma transformação estrutural da sociedade capitalista.

Sendo assim, as considerações feitas neste final de trabalho podem valer para estimular as creches de órgãos públicos, particularmente as universitárias, a retomarem essas discussões, adicionando-lhes os impactos do auxílio-creche USP. Parece haver dois caminhos sugeridos neste trabalho: permanecer ligados aos direitos trabalhistas e estudantis ainda com a herança das práticas assistencialistas, ou avançar no sentido da construção do direito universal da criança à educação infantil pública e de qualidade, tendo nas creches universitárias experiências inovadoras de inclusão social e de resistência às políticas de focalização e de redução do Estado Social em benefício do Estado Capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa. **Educação e produtividade:** a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). OLIVEIRA, Romualdo Portela de, Educação pública e privada na Constituição Federal de 1988. p. 155-166 In: **O público e o privado na educação.** Interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Theresa. **Público e privado na educação.** Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

_____e BORGHI, Raquel. Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? In:ADRIÃO, Theresa. **Público e privado na educação.** Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

_____e PERONI, Vera (Orgs.). OLIVEIRA, Romualdo Portela de, Educação pública e privada na Constituição Federal de 1988. p. 155-166 In: **O público e o privado na educação.** Interfaces entre Estado e a sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

ARAUJO, Angela (Org.). **Do cooperativismo ao neoliberalismo.** Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARCE, Alessandra. **Jardineira, tia e professorinha:** a realidade dos mitos. Dissertação de mestrado. Campo Grande, UFMS, 1997.

_____.O Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário. **Caderno Cedes**, volume 28, vol. 28, nº 76, p.379-403,set./dez.2008.

_____. As pesquisas na área da educação infantil e a história da educação: reconstruindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil. Grupo de Trabalho História da Educação, n. 02, FFCLRP/USP. **Cadernos de Pesquisa**, nº 115, p. 25-63, mar. 2002. São Paulo: FAPESP. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t021.pdf . Acesso em: 27 out. 2010.

ARELARO, Lisete Gomes. A não transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. p. 51-66 In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e privado na educação.** Novos elementos para o debate. São Paulo: Xama, 2008.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de Alvarenga. **O salário família e a proteção social ao trabalhador**. Investidura – Portal Jurídico. Disponível em:

<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/previdenciario/3520-o-salario-familia-e-a-protecao-social-ao-trabalhador.html>. Acesso em: 3 out. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____.Dimensões da precarização do trabalho. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (Orgs.) **Perda da Razão social do trabalho terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentilli, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANUUFEI. VII Encontro Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil: **identidades, dilemas e perspectivas**, COEDI/MEC, Brasília: 28 e 29 set. 2009.

ARAÚJO, Angela (Org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ANCED). **Relatórios sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Brasil: Fórum DCA, 2004.

AZEREDO, Amanda Helena Guedes; MELLO, Roberto Dantas de. **Estado de bem-estar social e trabalho**: evolução, crise, perspectivas. Reflexões acerca do mundo do trabalho frente à atual conjuntura capitalista. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2397, 23 jan. 2010. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14234/estado-de-bem-estar-social-e-trabalho-evolucao-crise-perspectivas>. Acesso em: 05 set. 2010.

AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. 2008, p.265-301. In: AYERBE, Luis Fernando (Orgs.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP. Programa San Thiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

BARRETO, Angela. **Educação infantil em novas perspectivas**. Brasília: MIEIB. Disponível em: <www.mieib.org.br>. Acesso em: 26 out. 2010.

BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia (Orgs.). **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BLUMENAU/SEMED. Creches Domiciliares: na Secretaria de Educação, desde quando? **Cadernos da Educação Infantil** – Retratos da Rede: organização, tempos, espaços, fazeres. Blumenau: SEMED, v. 1, nov. 2002, p. 49-58.

BOLETINS SINTUSP. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 5452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lei nº 5452/1943, seção V, capítulo III, art. 389, parágrafo 1º**. Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

_____. Decreto-lei nº 5452, de 1 de maio de 1943. Inciso I, do artigo primeiro, da Portaria nº 3296/85. Dispõe sobre o reembolso-creche. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1985. Suplemento.

_____. Decreto-lei nº 5452, de 1 de maio de 1943. Art. 389, § 1º, Sec. IV, Cap. III, Tít. III. Dispõe sobre a Proteção do Trabalho da Mulher. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: 31 out. 2010.

_____. Senado Federal. Decreto nº 83.148, de 8 de fevereiro de 1979. Aprova o estatuto da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=211687>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.296, de 03 de setembro de 1986. Autoriza as empresas e empregadoras a adotar o sistema de **Reembolso-Creche,** em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 da CLT. Brasília, DF: MTE, 1986.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1990.

_____. Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993. Dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D0977.htm>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Subsídios para credenciamento e financiamento de estabelecimentos de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

_____. **Censo da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001.

_____. Congresso Nacional. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/COEDI, 2005.

_____. Proinfantil – Programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil. Brasília, DF: SEB/MEC, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 28 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil** - Volume 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação**.** Secretaria de Educação Básica. **Orientações sobre convênios entre secretaria municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta da educação infantil**, Brasília, DF: MEC/SEB, 2009, 96 p.

_____. Ministério de Educação. **Práticas cotidianas na educação infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, DF: MEC/SEB/UFRGS, 2009.

_____. Ministério de Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**, 2009. www.educacenso.inep.gov.br.

_____.Ministério de Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica - MEC/SEB, Brasília:, 64 p., 2009. ISBN 978-85-7783-020-6.

_____.Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB 20/2009, Resolução nº 5, 17 de Dezembro, Brasília, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <www.trabalho.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O segundo consenso de Washington e a quase estagnação da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3 (91), jul./set. 2003. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=976>. Acesso em: 25 de set. 2010.

BRUNO, Catherine. **Guide de la petite enfance du 15éme arrondissement**. Paris: Mairie du 15éme, 2005. Disponível em: <www.mairie15.paris.fr>. Acesso em: 25 set. 2010.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa [online]**, São Paulo, n. 106, p. 117-127, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15741999000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 out. 2010.

_____. Educação infantil: conquistas e desafios. In: **Reescrevendo a educação**: propostas para um Brasil melhor. São Paulo: Ática / Scipione. Disponível em: <http://oei.es/pdfs/reescrevendo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____; CRUZ, Silvia Helena Vieira. **Qualidade de Educação Infantil:** o que pensam e querem os sujeitos de direito. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, Maria Malta. Educação Infantil: o debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, nº 101, p. 113-127, jul. 1997.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação Infantil**. In: Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor. São Paulo, Ação Educativa, disponível em <www.acaoeducativa.org.br> acessado em 13.06.2007, 2006.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Morsoleto. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993.

CAMPOS, Maria Malta; MACHADO, Maria Lúcia. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, MEC, v. 1, 2006. 18 p.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC, SEF, DEP, COEDI, 1985.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino. **Custo aluno qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Fantasia da terceira via. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 dez. 1999. Caderno Mais. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1912199904.htm>. Acesso em: 11 nov. 2010.

CIRANDA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA E DE QUALIDADE PARA TODOS. Disponível em: <http://ciranda-educacao.blogspot.com>. Acesso em: 17 set. 2010.

CONY, Augusto Candido Xavier. **Memória sobre asilos infantis de estudo destas instituições**. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Serafim José Alves, [s.d].

COSEAS. **Apresentando a Creche Carochinha – RP.** São Paulo: Divisão de Creches, USP Ribeirão Preto, 2006.

_____. Ofício. Gc/102787/COSEAS/070787 – 1987. São Paulo: USP.

COSTA, Wanderley Messias da. Sobre Implantação da Divisão de Creches. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 13 ago. 2008. Licença Gestante USP - Portaria GR nº 4.012/2008, assinado em 12.08.2008 pela Reitora Suely Vilela.

COUTINHO, Carlos Nélson. **Contra a Corrente** – Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1990). Disponível em: <www.mp.sp.gov.br/pls/portal/url/ITEM/1995EF1D0A64715CE040A8C027014290>. Acesso em: 7 nov. 2010.

DINIZ, Tatiana. Só 3% oferecem creche, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce1107200401.htm>. Acesso em: 11 nov. 2010.

DOMICIANO, Cássia A.; ADRIÃO, Theresa. Uma análise do programa Bolsa creche no Município de Piracicaba. **Educação**: Teoria e Prática**,** Rio Claro, v. 13, p. 97-110, 2005.

DONZELE, Patrícia Fortes Lopes. 2004. **Uma visão sobre a Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1500/Uma-visao-sobre-a-OIT>. Acesso em: 5 set. 2010.

DOSSIÊ ARFUSP. **Processo 763/73.** Creche/ USP. ARFUSP – Associação dos Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo. **A criação da creche-berçário na Reitoria da USP,** dossiê – Processo n. 1835, 1965-1980.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./-abr./-maio 1993. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1985.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 24, 1991.

_____. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 35, 1995.

EUDE, Michel. Bismarck. In: **Les Essentiels d'Universalis**. Encyclopaedia Universalis France S.A. Nouvelle édition thématique, Paris: Le Monde, v. 1,. 2008, p. 605-611.

EUROFARMA. **Metade da diretoria da Eurofarma é composta por executivas**. Disponível em: <http://www.eurofarma.com.br/ras/noticia/anexo/release_20080305.pdf>. Acesso em: 18 set. 2010.

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho... O trabalho na creche**: um estudo sobre o centro de convivência infantil da Unicamp – trajetória e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FARIA, Ana Lúcia G.; CAMPOS, Maria Malta. Financiamento de Políticas Públicas para crianças de 0 a 6 anos. **Cadernos ANPED** (nova fase), n.1, 1989.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A criança entre o Estado, o Mercado e a Família: o sistema sueco de creches em uma perspectiva comparada. **Dados** [online], 1998. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 283-335, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 31 out. 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade em questão: como resgatar as suas relações fundamentais. In:_____. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 41-53.

FERRAZ, Adriana; TORREZAN, Jéssika. Bolsa-creche para crianças sem vaga avança. **Agora São Paulo**, São Paulo, 6 maio 2009. Disponível em: <http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u561098.shtml>. Acesso em: 25 set. 2010.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e a avaliação de políticas públicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, p. 73-104, 1997.

FIORI, José Luís. Conferência: Controle social e política social: tendência e perspectivas (1997). In:_____. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 201-213.

_____. Conferência: O novo papel do Estado frente à globalização (1996). In:_____. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 229- 239.

_____. **A esquerda e a crise**. Revista Margem a Esquerda – Ensaios Marxistas, nº 13, São Paulo: Boitempo, 2009, p. 29-34.

_____. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>. Acesso em: 28 out. 2010.

FRANCO, Maria Aparecida C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade: 1984. In: ROSEMBERG, Fulvia (Orgs.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 179-216.

FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN, Moysés (Orgs.).**Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 503.

FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes. **O UNICEF e a política de educação infantil no governo Lula**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Disponível em: <www.fiocruz.br>. Acesso em: 26 set. 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR (FUVEST). Disponível em: <http://www.fuvest.br/index.html>. Acesso em: 7 nov. 2010.

GALARDINI, Andrea. **A avaliação da qualidade no atendimento à infância**. Simpósio Latino-Americano de atenção à criança de 0 a 6 anos, IV., 1996, Brasília: MEC/OEA, 1996.

GARMS, Gilza M. Z.; CUNHA, Beatriz B. B. **(Re)significando os centros de convivência infantil da UNESP**. ANPED, 2001. GT 7 – Educação Infantil. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 25 out. 2010.

GENTILI; Pablo. A exclusão e a escola: o apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo –** as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, I-Juca Pirama Camargo. **O mito da descentralização do ensino**: o caso chileno. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOMES, Marineide O. de. **As creches na trajetória de governos democráticos**: a experiência de Diadema - SP (1983-1996). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GUIA TRABALHISTA. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br>. Acesso em: 25 set. 2010.

HAMZE, Amélia. **As legislações do ensino fundamental de nove anos**. Disponível em: <http://www.educador.brasilescola.com/politica-educacional/ensino-fundamental-de-nove-anos>. Acesso em: 28 out. 2010.

HERMANN, Jussara Neptune. **Poder local e educação infantil em Piracicaba, SP**: 1977 a 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A sociedade Global**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**: 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Indicadores Sociais 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais** – SIS 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____. **Retrato das Desigualdades na Escolarização e no Sistema Tributário Nacional, 2009**. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____. **IBGE lança mapa de pobreza e desigualdade 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1>. Acesso em: 5 set. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 17 set. 2010.

_____. Ensino infantil: perfil das famílias com crianças de zero a cinco anos que frequentam a escola. **Na Medida – Boletim de Estudos Educacionais do Inep**, ano 1, n. 4, p. 5-9, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/na_medida/BNMedida-ano1-N4-Dez2009_atualizado.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas sociais – acompanhamento e análise. **Caderno 16**, nov. 2008.

JORNAL DO SINTUSP. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-escola em São Paulo 1877 a 1940**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sonia. Política de financiamento para creches e pré-escolas: razões políticas e razões práticas. In: CAMPOS, Maria Malta; FARIA, A. G. (Orgs.). Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. **Cadernos ANPED**, n. 1, p. 43-56, 1989.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil** – a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, Sonia; ABRAMOVAY, Mirian. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo: Cortez, n. 9, p. 27-38, 1984.

KRAMER, Sonia et al. (Orgs.). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papirus, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Laura. Terceirização é avaliada sob uma abordagem histórica da jurisprudência. Agência USP de notícias, 26 set. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=6866>. Acesso em: 5 out. 2010.

MAACK, Thomas. Casa de Arnaldo, "circa" 1964 – Considerações pessoais sobre a repressão interna na Faculdade de Medicina da USP no ano do Golpe Militar. **Revista USP**, n. 10, p. 121-134, jun./ago. 1991.

MACHADO, Terezinha de Paula. **Creche Universitária**: um sonho que se fez realidade. Londrina, PR: Editora UEL, 1997.

MANIFESTO PELO CECEI. Disponível em: <http://pribezarias.sites.uol.com.br/ManifestoCECEI.index.html>. Acesso em: 18 set. 2010.

MATTOS, Iara Brayer; KISHOMOTO, Tizuko Morchida. Perfil de creches na Universidade de São Paulo. In: **Formação dos profissionais de creches no Estado de São Paulo 1997-1998**. São Paulo: Fundação Orsa – Criança é Vida, 1998, p. 73-102.

MELLO, Ana Maria Araujo. **História da carochinha**: uma experiência para a educação de crianças abaixo de 3 anos em creche. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.

_____. **Políticas Públicas em Educação Infantil**. Rotas de Aprendizagem – ADIMagistério. Secretária Municipal de Educação e Fundação Vanzolini, 2002.

MELLO, Ana Maria Araujo; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. A creche e a pré-escola como campo de desenvolvimento social. In: **A Mente do bebê** – Mente e Cérebro – Especial. Número 2, Duetto Editora, 2006.

MELLO, Ana Maria Araujo et al. (Orgs). **O dia a dia das creches e pré escolas** – crônicas brasileiras. São Paulo: ArtMed, 2009.

MENGEL, Rodolfo. Heranças – Uma receita exclusiva para alunos. Biblioteca Virtual da Fapesp. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/21478/herancas-receita-exclusiva-alunos/>. Acesso em: 2 out. 2010.

MERISSE. Antônio. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A et al. **Lugares da Infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÀROS, Istaván. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social** – ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo / Unicamp, 2002.

_____. **A educação**: Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa desafio do conhecimento**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, R J: Vozes, 2002. 43 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo:oposição ou complementariedade? **Caderno Saúde Pública** 9 (3):239-262, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOSS, Peter. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade. In: CAMPOS, Maria Malta; MACHADO, Maria Lucia (Orgs.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (MIEIB). **Educação infantil construindo o presente**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.

NASCIMENTO, Renata. **Universidade e Infância**: relações (os casos USP e PUC-SP): 1959-1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Senado aprova obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos e o fim da DRU na educação**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2052&Itemid=2>. Acesso em: 30 set. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Marilena Chaui - Entrevista**. Revista Margem a Esquerda – Ensaios Marxistas, nº 13, São Paulo: Boitempo, 2009. p.11-21.

OLIVEIRA, Neusa G. S. de. **Amamentação em creche no local de trabalho da mãe**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo: histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Temas em destaque**: creche. São Paulo: Cortez / Fundação Carlos Chagas, 1989c. p. 28-89.

OLIVEIRA-VÉRAS, Roberto. O Sindicalismo e a questão democrática na história recente no Brasil: O que se pode esperar? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Negociação coletiva de trabalho e equidade de gênero e raça no Brasil**. – Brasília, DF: OIT, 2009, 1 v.. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/negociacaoColetivaEquidadeGenero2009.pdf>. Acesso em: 31 out. 2010.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas:** USP, UNICAMP, UNESP. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. A constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas e os direitos sociais da mulher e da criança pequena. **Pro-Posições**, v. 18, n. 3 (54) - set./dez. 2007.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PENN, Heloisa. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 7-24, mar. 2002.

PERONI, Vera M. Vidal. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

_____; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educacão e Sociedade.**, vol. 30, nº 108. Campinas: Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300007&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A politica recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, nº 100-especial,p.877-897,out.2007.

_____.O custo de uma educação de qualidade. p. 57-80 In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola.** São Paulo: Xama, 2008.

PIMENTA, Selma Garrida. Pró Reitoria de Graduação da USP. **Fuvest 2010**. http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2009/04/17. Acesso em: ago. 2009.

PIOTTO, Débora. O aumento das camadas médias em uma escola pública: melhoria ou exclusão? **Educação, Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 14, 2007.
_____ et al. Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 105, p. 52-77, 1998.

PORTELA DE OLIVEIRA, Romualdo; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xama, 2007.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, em novembro de 1995, sob a coordenação do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Lumen: Sistema de Bibliotecas PUC-SP. Disponível em:<http://biblio.pucsp.br/>. Acesso em: 31 out. 2010. As obras que constam no acervo da PUC/SP encontram-se na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfouri – Campus Monte Alegre: Rua Monte Alegre, 984. Edifício Reitor Bandeira de Mello, térreo CEP 05014-901 Perdizes – São Paulo – SP.

RAUPP, Marilene Dandolini. **Creches universitárias em foco**: análise de suas funções – 1999. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/pmariraup.PDF>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____. Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educacão e Sociedade.**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197-217, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a10.pdf>. Acesso em: 26 out. 2010.

RECEITA FEDERAL. Serviços e informações de pessoa jurídica. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo1/empresa.htm#Legisla>. Acesso em: 11 nov. 2010.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. **Relatório de avaliação da execução orçamentária do Plano Presidente Amigo da Criança**. São Paulo: REDE DE MONITORAMENTO AMIGO DA CRIANÇA, 2006, 18 p.

RIZEK, Cibele Saliba. São Paulo: **Orçamento e participação.** In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil:** trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: CED/NUP, 1999.

RONCHI FILHO, Jair. **A pré-escola Criarte da UFES**: sua trajetória e seus conflitos na tentativa de construção de um projeto pedagógico: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. **Cadernos de Pesquisa**, n. 56, p. 73-81, fev. 1986.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). **Temas em destaque**: Creche. São Paulo: Cortez / Fundação Carlos Chagas, 1989a, p. 90-102.

_____. A educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade. **Cadernos ANPED**, n. 1, 1989b, p. 57-64.

_____. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, p. 21-30, 1992.

_____. **Do fim da infância para a superação da subordinação da infância**. Belo Horizonte: Secretaria da Cultura, 1995.

_____. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 7-41, jul. 1999.

_____. **Um roteiro histórico-sentimental pelas creches e pré-escolas da cidade de São Paulo**. FCC e PUC – SP, 2001.

_____. Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

_____. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Revista Pro-Posições**. v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2003.

_____. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In: OLIVEN, R. G., RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 296-334.

_____. **Educação infantil pós-FUNDEB**: avanços e tensões. Texto apresentado no Seminário Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais. Curitiba, ago. 2007.

_____. La constitución brasileña: outro hito para la infância. **Infancia en Europa**, v.9, p.10-12, Barcelona: 2009.

_____.Tendance et tensions de l'éducation de l apetite enfance brésilienne. **Revue Internationale d'Éducacion Sèvres**, v.53, p.119-129, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989, a. p. 90-102.

ROSSETTI-FERREIRA, Clotilde; RAMON, Fabiola e SILVA, Ana Paula Soares. Política de atendimento a criança pequena nos países em desenvolvimento. Fundação Carlos Chagas. **Caderno de Pesquisa**, nº 115, p. 7-24, São Paulo: mar 2002.

SANDIN, Bengt. **Imagens em conflito**: infâncias em mudança e o Estado de Bem-estar Social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança. Revista Brasileña Historia, septiembre, año/vol.19, nº 37. Associação Nacional de História, São Paulo, Brasil, 1999. www.http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26303702.pdf. Acesso em: 12

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1984.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicosocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIBI. **Lista de siglas de Unidades e Bibliotecas**. Disponível em: <http://www.usp.br/sibi/sobre/siglas_por.htm>. Acesso em: 31 out. 2010.

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA USP (SINTUSP). Jornal do SINTUSP, p. 9, abril/maio, 2006.

_____. Jornais. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br/jornais.php>. Acesso em: 1º out. 2010.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES COLETIVAS – SACC-DIEESE. Dieese/OIT, 2009. Disponível em: <www.oit.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2010.

SOLLER, Angélica. **Auxílio Creche é benefício mais concedido, mas nem todas as empresas o têm como prioridade.** HEWITT, René Bueno-Consultoria de Empresas R. H., 2004. http://www.canalrh/Mundos/beneficios_artigo.asp?o=%7B3DB52448. Acesso em 5 maio 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania** – a saída é pela porta. São Paulo: Cortez / Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELES, Mara Amélia de Almeida, MEDRADO, Maria Aparecida e GRAGNANI, Creche e Berçarios em empresas privadas paulistas - 1986. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989, a.p. 104-134.

TÓFOLI, Daniela. **Prefeituras de São Paulo terceirizam a educação**. Folha de São Paulo, 30/01/2006. Folha.com: www1.folha.uol.com.br/folha/educação. Acesso em 4 nov. 2010.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 1987, 14. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006. p. 142 e p. 161-162.

UNESCO/OCDE. **Policy review report: early childhood care and education in Brazil**. Paris: UNESCO/OCDE, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico.** 1988-2005. São Paulo: USP.

_____. **Anuário** – Tabelas – Informações gerais. Disponível em: <http://sistemas3.usp.br/anuario/info_gerais.htm>. Acesso em: 5 out. 2010.

_____. Campus de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.ribeirao.usp.br>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Campus de Ribeirão Preto. Creche / Pré-Escola Carochinha. Disponível em: <www.ccrp.usp.br/pages/creche>. Acesso em: 7 nov. 2010.

_____. Campus de Ribeirão Preto. Jornal da USP/RP. **Perfil do Calouro** – nº 943, 2 mar. 2009. Disponível em: <http://www.pcarp.usp.br/acsi/edicoes/E943.PDF>. Acesso em: 11 nov. 2010.

_____. Departamento de Recursos Humanos. Disponível em: <http://www.usp.br/drh>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Departamento de Recursos Humanos. **Tabela de Vencimentos** – Funcionários (maio / 2007). Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/carreiras/tabsalfunc05_2007.html>. Acesso em: 25 set. 2010.

_____. **Livro Negro da USP**. São Paulo: ADUSP, 1978.

_____. Procuradoria Geral. Consultivo – Pessoal. Disponível em: <http://www.usp.br/cj/?q=node/13/pessoal>. Acesso em: 5 out. 2010.

_____. Sala de Imprensa. **Reitora apresenta resultados do Programa de Inclusão Social da USP e realiza inaugurações no campus de Ribeirão Preto**. Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/?p=1415>. Acesso em: 7 nov. 2010.

_____. Sistema Integrado de Bibliotecas. **DEDALUS**: banco de dados bibliográficos da USP. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/sibi>. Acesso em: 31 out. 2010.

_____. Sistema **Marte Web** – Sistema de Recursos Humanos da USP. São Paulo, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Administração**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/administracao>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Diretoria Geral de Recursos Humanos. Disponível em: <www.dgrh.unicamp.br>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Diretoria Geral de Recursos Humanos. **Regimento interno – Divisão de educação infantil e complementar**. Disponível em: <http://www.dgrh.unicamp.br/ppp/regimento_ppp_04112008.pdf>. Acesso em: 26 set. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP). Disponível em: <http://www.unesp.br/crh/index_portal.php>. Acesso em: 26 set, 2010.

_____. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.unesp.br/apresentacao/perfil.php>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Coordenadoria de Recursos Humanos. Disponível em: <http://www.unesp.br/crh/index_portal.php>. Acesso em: 26 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Departamento de Economia Doméstica. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=apresentacao>. Acesso em: 2 out. 2010.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, Sept. 2002 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302002008000007&lng=en&nrm=iso>. Acesso 13 Nov. 2009.

VEIGA, Márcia M. **O Movimento de Luta pró-creche e a Política de Educação Infantil em Belo Horizont**e. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VIEIRA, Lívia M. F. – **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências; rumo à construção de um projeto educativo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo; Correia, Rodrigues Alves. Relação entre Política domestica e integração regional: uma interpretação do Brasil no Governo Lula da Silva. p. 83-115. In: AYERBE, Luis Fernando (Orgs.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP. Programa San Thiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

LEGISLAÇÕES CITADAS

Legislação Federal (cont.)			
Disposição Legal	**Data**	**Descrição (Ementa)**	**Situação**
Emenda Constitucional nº 59/2009	11/11/2009	Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da CF; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica; dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI	Em vigor

Legislação Municipal			
Disposição Legal	**Data**	**Descrição (Ementa)**	**Situação**
Lei nº 5.081/2001 da Prefeitura do Município de Piracicaba	19/12/2001	Autoriza o Município de Piracicaba a firmar convênio com Entidades Filantrópicas, ONGs e escolas particulares de Educação Infantil, objetivando o aumento de oferta de vagas, com a concessão de “bolsas creche” a crianças que não obtenham vagas na Rede Municipal, e dá outras providências	Consolidada e revogada pela Lei Municipal nº 5684/2006 de 05/01/2006 da Prefeitura do Município de Piracicaba
Projeto de Lei (PL) nº 108/2009 da Câmara de Vereadores de São Paulo	05/03/2009	Institui o programa de Auxílio-Creche às mães não atendidas na rede pública municipal de creches do município de São Paulo	Em fase de análise e votação na Assembleia Legislativa

Portarias / Resoluções / Atos normativos			
Disposição Legal	**Data**	**Descrição (Ementa)**	**Situação**
Portaria GR nº 89/1986 – Unicamp	12/04/1986	Aprova os critérios para concessão de auxílio-criança pelo Centro de Convivência Infantil	Em vigor
Portaria nº 3.296/1986 – MTE	03/09/1986	Autoriza as empresas e empregadoras a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 da CLT	Em vigor
Resolução CNS nº 196/1996	10/10/1996	Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos	Em vigor
Resolução CNS nº 251/1997	07/07/1997	Aprova normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos	Em vigor
Portaria GR nº 3.094/1997 – USP	21/11/1997	Dispõe sobre o benefício Auxílio-Creche aos servidores não docentes e dá outras providências	Em vigor, com alteração pela Portaria GR-3253/2000, de 21/12/2000
Resolução CNE/CEB nº 2/2001	11/09/2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	Em vigor, com complementação dada pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009
Resolução CNE/CEB nº 1/2002	03/04/2002	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.	Em vigor, com complementação dada pela Resolução CNE/CEB nº 2/2008
Resolução CNE/CEB nº 1/2003	20/08/2003	Dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade Normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do disposto na lei 9394/96, e dá outras providências.	Em vigor

Portarias / Resoluções / Atos normativos (cont.)			
Disposição Legal	**Data**	**Descrição (Ementa)**	**Situação**
Portaria GR nº 4.012/2008 – USP	12/08/2008	Dispõe sobre o beneficio da ampliação do período de licença-maternidade para as servidoras contratadas sob a égide da CLT na Universidade de São Paulo	Em vigor
Ato Normativo nº 567/2009 da PGJ/SP	20/01/2009	Disciplina o recebimento de Auxílio-Creche aos servidores em exercício do Ministério Público do Estado de São Paulo	Em vigor
Resolução CNE/CEB nº 05/2009	17/12/2009	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	Em vigor
Portaria GR nº 4.706/2010 – USP	12/02/2010	Dispõe sobre a concessão do auxílio-creche aos servidores da USP	Em vigor, com alteração pela Portaria GR nº 4.747/2010 de 15/04/2010

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Questionário

Prezado(a) Funcionário(a):

Estamos desenvolvendo uma pesquisa e precisamos que um(a) funcionário(a) participe respondendo algumas questões.

Esse material fará parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida desde janeiro de 2007, pela pesquisadora Ana Maria de Araújo Mello, no Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-USP-RP, sob orientação do prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto.

Esse projeto de pesquisa objetiva investigar o impacto do auxílio-creche da USP sobre o tipo de atendimento educacional e de cuidado recebido pelas crianças das famílias usuárias.

Os dados fornecidos serão tabulados conjuntamente e darão a caracterização geral dos funcionários que têm filhos beneficiados pelo Programa Auxílio-creche. Assim, nenhuma informação será considerada individualmente, garantindo o sigilo absoluto dos dados obtidos.

Você e seus colegas responderão o questionário para a pesquisadora, após o encontro ser agendado, em uma das salas da sua Unidade. Nessa oportunidade, precisaremos de uma hora de seu tempo. Esperando contar com a sua colaboração, agradecemos desde já.

Ana Maria Mello

Eu,_____funcionário da USP, número funcional_____,concordo em participar dessa pesquisa.

Assinatura_____

Data: _____

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista

Prezado(a) Funcionário(a):

Estamos desenvolvendo uma pesquisa e precisamos que um(a) funcionário(a) participe de uma entrevista respondendo algumas questões. Nessa entrevista, iremos conversar sobre a educação do seu filho (ou filhos).

Esse material fará parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida desde janeiro de 2007, pela pesquisadora Ana Maria de Araújo Mello, no Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-USP-RP, sob orientação do prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto.

Esse projeto de pesquisa objetiva investigar o impacto do auxílio-creche da USP sobre o tipo de atendimento educacional e de cuidado recebido pelas crianças das famílias usuárias.

Os dados fornecidos serão tabulados conjuntamente e darão a caracterização geral dos funcionários que têm filhos beneficiados pelo Programa Auxílio-creche. Assim, nenhuma informação será considerada individualmente, garantindo o sigilo absoluto dos dados obtidos.

Você será entrevistado pela pesquisadora, após ser agendado, em uma das salas da sua Unidade. Nessa oportunidade, precisaremos de uma hora a uma hora e meia do seu tempo. Esperando contar com a sua colaboração, agradecemos desde já.

Ana Maria Mello

Eu,_____funcionário da USP, número funcional_____, concordo em participar dessa pesquisa.

Assinatura_____

Data: _____

ANEXO D – Roteiro de entrevista funcionário sindicalista

Dirigente sindical – Primeira Fase

Em sua opinião, quais as relações entre o trabalho dos servidores enquadrados na carreira Básico e os benefícios conquistados para os mesmos?

Que fatores conduziram o sindicato a reivindicar aumento no valor do auxílio-creche? Por que, em sua opinião, naquela oportunidade, não lutamos por ampliação de vagas nas creches existentes da USP?

Do seu ponto de vista, ou do ponto de vista do movimento sindical, o que leva a USP a reduzir ou mudar a forma de seus benefícios?

Como o sindicato tem organizado a pauta sobre os benefícios? Há algum encaminhamento para as próximas negociações?

ANEXO E – Roteiro de entrevista diretores

Diretoras Divisão de Creches e Creche Carochinha (Coseas / USP) – Segunda Fase

Em sua opinião, quais as relações entre o trabalho dos servidores enquadrados na carreira Básico e os benefícios conquistados para os mesmos?

Do seu ponto de vista, ou do ponto de vista da Divisão de Creches, o que leva a USP a ampliar seus benefícios?

Quais os impactos do auxílio-creche para a Divisão de Creches (e para a Creche Carochinha)?

Sobre documentação: É possível obter dados da demanda (Serviço Social PCARP), custos criança/creche/mês e fluxo de matrícula da Creche Carochinha e das Creches da USP?

ANEXO F – Roteiro de entrevista funcionários beneficiários / cônjuge

1. Identificando o entrevistado e sua concepção:

A) Questões relacionadas ao entrevistado:

Quantidade de filhos, faixa etária, se trabalha em outros locais fora da USP (bicos etc.), escolaridade.

Quando você começou a estudar?

Quanto tempo ficou na escola? Por que você saiu da escola?

O que a escola te ensinou? Para que a escola te serviu? Para que a escola serve?

Você aprendeu mais na escola ou mais na vida?

B) Captar Concepções:

Questões relacionadas ao auxílio-creche:

1) Por que o senhor / a senhora "optou" pelo auxílio-creche?
2) Em sua opinião, quais as vantagens do auxílio-creche?
3) O que significou ter o auxílio para o cuidado e a educação de sua filha?
4) Você e sua mulher (ou seu marido) discutiram e tomaram decisão em conjunto sobre colocar ou não na Creche Carochinha ou receber auxílio? Vocês tentaram colocar na Carochinha?
5) Se o senhor / a senhora tivesse um salário maior, colocaria os filhos em creches / pré-escolas? (Para aqueles que não colocaram o filho em creche / pré-escola.)
6) Descreva o dia a dia do seu filho / filha.
7) Quais são os motivos de você não colocar seu filho / filha em creches / pré-escolas?

No caso de quem tirou o(a) filho(a) da Creche Carochinha:

A) Qual foi o motivo de você tirar seu filho / sua filha da Creche Carochinha?

Questões relacionadas à qualidade da educação oferecida:

1) Na sua opinião, para que serve a creche e / ou a pré-escola?
2) O que precisa para uma creche e uma pré-escola serem boas?
3) O que precisamos para cuidar de e educar uma criança abaixo de sete anos?

2. Considerando as respostas anteriores: alguns critérios de qualidade para orientar o diálogo.

Para que serve uma creche?

a) Para a mãe trabalhar fora.
b) Para a criança comer bem.

c) Para aprender coisas boas para o futuro.
d) Para virar um bom cidadão, honesto, solidário.
e) Para se desenvolver, aprender a conversar, ler... alicerce para o futuro.

Como seria uma boa creche e pré-escola?

a) Funciona em tempo integral / parcial.
b) Tem boas professoras e funcionários qualificados.
c) Apresenta limpeza, enfermeiras, organização.
d) Tem infraestrutura: salas, pátios, jardins, biblioteca, o local e o entorno.
e) Tem brinquedos, livros, CDs.
f) Apresenta proposta educativa, projetos pedagógicos, planejamentos anuais, planejamentos de passeios e visitas.
g) Custo para manutenção, custo para o projeto pedagógico / avaliação e acompanhamento.

ANEXO G – Abaixo-assinado organizado pelo Movimento de Luta por Creches em 1975 (Passeata dos Bebês)

Sr. Reitor

Considerando:

1. O parágrafo 1º do artigo nº 389 da CLT, que reza a obrigatoriedade de todo local de trabalho que conte, no quadro de seus funcionários, com mais de 30 mulheres de idade superior a 16 anos, ter um local apropriado ou um convênio com creche.

2. A necessidade de interrupção do curso por parte de estudantes impossibilitadas de conciliar o cuidado dos filhos e os seus estudos.

3. O prejuízo que tal interrupção acarreta, não só para a continuidade dos estudos, como também o ônus extra para o Estado que tal afastamento implica; ou o menor rendimento escolar, ante a preocupação com as crianças deixadas em casa, em condições não-ideais.

4. O interesse dos alunos dos diversos cursos, tais como psicologia, enfermagem etc. disporem de mais um local que propicie estágios supervisionados.

5. A possibilidade de utilização de recursos mais atualizados de conhecimento e tecnologia, para que esta seja uma creche modelo, que possa também servir de projeto piloto para futuras instalações na comunidade.

6. A necessidade de dar melhores condições ao estudo e trabalho femininos, evitando discriminar por sexo.

7. As vantagens que uma creche com cuidados adequados e socializados acarreta para a formação das crianças.

Os abaixo assinados, por meio desta, reivindicam o início imediato da construção de uma creche para filhos (de 0 a 6 anos) de alunos, professores e funcionários, bem como a participação destes no planejamento da referida creche.

Nomes das listas localizadas no Processo.

Alguns nomes estão com o sobrenome abreviado, apenas com a 1ª letra, por estarem ilegíveis, outros não foram listados.

Nomes ilegíveis: 300

Assinam:

A. Alice K. Garcia
A. Fatima da Silva
A. Jordão
A. M. Villaça
Acelino Vieira de Almeida
Adelina Tanobe
Ademir Cavalheiro
Ademir F. Quental
Adilson W. Gandu
Adir Araujo
Adriana Cortellegi
Adriana Gragnomi
Aguinaldo R. Almeida
Aída Costa
Aida R. Hanania
Aily L. Moreira
Ainda Rosa A. Bortolato
Akemé Ida
Alaíde B. Cardillo
Albano Edison S.
Alcyr D. Amorim Blanco
Alda Terezinha Beraldo
Alfredo Bosi
Alice da Silva
Alice H. Imamura
Alice Helena Mendonça Lemos
Alice Hineko Yonamine
Alice Tamie Ogawa
Alice Yuquie Yabiku
Aline Lafeti
Aloisio Rodrigues Ramos
Aloisio Souza
Álvaro H. T. Morais
Alvaro P. Caosta
Alzeres Aluino Alcantara
Amador Ribeiro Netto
Amalia Izildinha Zabotto
Amara Alice Darros
Amélia B. Corrêa
Amélia H. Thaira
Amélia Hachimoto
Amélia Maria Jarmendia
Americo Cardona Martinez
Ana Aparecida De Andrade
Ana Carolina Soares

Ana Cristina Santos Nasser
Ana Edite Ribeiro Montora
Ana Elisabete de Figueiredo
Ana Emilia P. Portugal
Ana Fernandes
Ana Iatorelo
Ana Lucia Nabholz
Ana Lucia Savassori
Ana M. Antezana
Ana Maria
Ana Maria Alarcon Bresser
Ana Maria Antonini
Ana Maria Blanques
Ana Maria Buratto
Ana Maria C. da Silva
Ana Maria C. de Melo
Ana Maria de Souza Buoniconti
Ana Maria Furtado
Ana Maria Luzio
Ana Maria Pinto de Carvalho
Ana Maria Rodrigues Alves
Ana Maria Santana
Ana Maria Tebexreni
Ana Paula Dias Torres
Ana S. Bloise
Ana Silvia Bueno
Anacleto M. de Figueiredo
Anaide Rosa Oliveira Alexandre
Anatércia Ferreira Bonfim
Andy Herta Ewert
Angela Arruda
Angela Maria Jamis
Angela Maria Sagradi
Angela Mattos Marchtsini
Angela Rangel da Rocha
Angela Silva
Angela Silvia Maria Desideri
Anita Ling Chen
Anita Nakaosi
Anna Maria Serpentini
Anne Marie Genevous
Annuziata Franco
Antonia Clara de Mello Marino
Antonia Rosa M. B. Castro
Antonia Tavares Rodrigues
Antonio Ap. Sanga
Antonio Aparecido Silva
Antonio Bruno Rocha Z.
Antonio Carlos Abreu Nunes
Antonio Carlos Cassela
Antonio Carlos Costa Leal de Barros
Antonio Carlos Ribeiro
Antonio Costa do Filho
Antonio de Melo Pereira Vilhena
Antonio Elias Makaron Filho
Antonio F. Borges Filho
Antonio Fernando Moya
Antonio Geraldo Justino
Antonio Lombardi
Antonio M. M. Pereira
Antonio Paschoal R. Agatti
Antonio Roberto P. Garini
Antonio Wilson de Almeida
Aparecida Luzia Colozzo
Aparecida Roseli Monte
Aparecido C. Borges
Aracy Sanches Grijota
Ariana de Souza F.
Ariovaldo da Fonseca
Arlete Dialetechi
Arlete Martine
Arlete Pirutti
Arlete Pogorelski
Arlete Takara
Arminda Lizondo Balderas
Arnaldo Dantas
Asaco Tominaga
Ascânio Játoba de Almeida Soares
Audrey Setton
Aurea C. Câmara
Aurea S. Okuda
Áurea Y.
Aurora Isuru Doiwe
Beatriz Dadalti
Beatriz H. M. Salles
Beatriz Sztutman
Beatriz Tomclistery
Beatriz V. Castilho
Beatriz Waintrub
Benedita Andrade Jesuino
Benedita de Oliveira
Benedito Pereira da Silva
Berenice Menegueti
Bernadete C.A. Gordiano
Bernardina Maranhão Fernandes
Bertha Kermasaka
Breno Raigorosystik
C. A. Miranda
C. Albano
C. Hepner Coin
Caio Luiz Carneiro Magri
Caio Tulio Vieira Costa
Carla Marconi
Carlino Amaral Silveira
Carlos A. Cortelazzo
Carlos A. G. Leibson
Carlos E.R. Alves
Carlos G.J.
Carlos Gonzalo R. Celso
Carlos Pedro da Silva
Carlos R. Focante
Carlos R. Hornstein
Carlos Roberto Salem
Carlos S. Wada
Carlos Straccia
Carmelita Villani
Carmem Sonia Nomelin Matoso
Carmen Lucia Corsi
Carmen C. Romão
Carmen de Souza Campos
Carmen Lidia R. R. Moura
Carmen Silvia Musa Licio
Carmen Toledo
Cecília De Jesus Raimundo
Cecilia Ediko Yamaceda
Cecilia Helena Moreira Pia
Cecília Mantovani
Cecilia Noto
Cecília Rimkus
Cecilia S. Huroda
Cecília S. Watanabe
Cecilia Shiba
Cedomar O. Reius
Celi Okamota
Celia Brandão
Celia Correia Bento
Celia Dahbur
Celia Garcia Leme Silva
Célia J. G. Zamudio
Célia Jablouka
Célia Luiza Figueiredo Costa
Célia Pedrina Rodrigues Alves
Célia Queiroz Correa
Célia Regina Corrêa
Celia Regina Domingues
Celia S. Sakai
Célia Tavares
Celina M.
Celina Maria Rodrigues Pinto
Celina Nagashima
Celina P. Vargas
Celso A. Barbosa
Celso Martins
Celso S. Aoki
Celute Helena Paganelli
Cenise Monte Vicente
Cesari Prezelli
Céu Tristão Martins
Christi Brink
Chu Yuj
Cilmara Escudeiro Waldir
Cinira Silva Guido
Ciro Terencio R. Ricciardi
Cisco Kid Tenório
Clara Camilo
Clara Pusceddu
Clara S. pita
Clarice Peres
Claudemir Alves
Claudia Ap. Ortiz
Claudio Alberto Martins Neto
Claudio Ferreira Lauretti
Claudio Solano Pereira
Claudionor Aparecido Ritondale
Cleide Barros da Silva
Cleide Furlan
Cleide Rubano
Cleirí Porto
Clélia Maria Uchoa Falcão de Castro
Cleusa G. Angelis
Cleusa Gomes da Rocha Bamffaldi
Cleusa M. Romano
Cleusa Rodrigues
Cleusa Ulanin
Cleuza S. Santos
Cleuza Silva
Cleyde S. Okada
Clotilde dos Santos
Clóvis Machado
Clóvis Pereira
Clyunter Hexter
Cristina Feliciano
Cristina Luiza Borcheret
Cristina Ruiz Mendonça
Cybelle Nogueira de Lima
Cynthia Oliveira Lagrotta
Cyro Andrade Queiroz
D. Silva
D.Almeida
Dafne Nascimento Rodrigues
Dagmar Menichetti
Dalva Amaral
Dalva Aparecida da Costa
Daniel Fernandes da Silva
Daniel Vieira Filho
Daniela Kahn
Darcy Ap. Gaiva

Darcy Aparecida Gava
Davi Keiman
David Rajnowicz Neto
David Wai Fei
David Waixen
Dea Santos Oliveira
Deise Martins
Deise Teixeira
Denise M. Carvalho
Denise Maria Santana Cardoso
Denize Palmesi
Denize T. Morone
Deolinda Martins Delgado
Dicea F. Marvn
Dielt Delmonito
Dilca Jesus Gallardo
Diomar Pires de Souza
Dirce Gonçalves
Dirce Maria da Silva
Dirce Mendes
Dirce Valli
Disnei Carneiro
Ditimar Matschulat
Diva B. Gomyde
Diva P. Groly
Diva Pera Eboli
Djair San Martini
Djair San Martini
Dora Beatriz Wild
Dora Rutman
Dora Tognolli
Dora Vergely Fraga
Doris Raimondi
Dorothy Niero
Douglas Bock
Douglas Quinta Reis
Douglas Tufanno
Duílio Colombini
Dulce de R. Scaff
Dulce Maria D. Carvalho
Dulcelina Aparecida Pereira
Dulck Ferreira
Durvalina M. dos Santos
E. G. Ramos
E. Lara Silva Rodrigues
E. Leite
Ecléa Bosi
Eda Rocha de Oliveira
Edenilce Jorce
Eder Gil
Ederzil A. Camargo
Edgard M. Orizzo
Edithe Gomes de Alencar
Edméa Garcia Neiva
Edna Juçara Rodrigues Souza
Edna M. Coelho
Edna Melani
Edna Valente Ferrarini
Edson de Constantino
Edson Marques
Eduardo A. Sposito
Eduardo M. Bittencourt
Eduardo Meksenas
Eduardo P. Rodrigues
Eélia Cebrian Araújo Reis
Elaine Armenio
Elaine Cuencas
Elaine Fernandes
Elaine M. T.
Elcio Lee
Elcy Maria Piacente
Elda M. Rodrigues
Eldrita Menze
Elena Maria Cohen
Eliana Alves
Eliana Borelli
Eliana Brena Araujo
Eliana Fagamello
Eliana Fernandes Marques
Eliana GRanata Valin Franco
Eliana Panko
Eliana Paria Alvares
Eliana S.C. Caligiuri
Eliana Vaz Macia
Eliane Ackel Bollus
Eliane Cinelli
Eliane Guimarães Ferreira
Eliane Kanner
Eliane S. Araujo
Elie L. Waitzberg
Eliete Bindi
Eliete Eça Negreiros
Elisa Conceição da Rocha
Elisabete Antunes
Elisabete Casillo
Elisabete de Massarandela
Elisabete Marquetti
Elisabete Rocha
Elisabeth C. Prado
Elisabeth Guidini
Elisabeth Thomasin
Elisabethe Pouzaber
Eliseo Augusto Vicente
Elizabeta M.B. Sawaya
Elizabete Mansano
Elizabeth Brait Alvim
Elizabeth P. Pozzani
Elizabeth Ponzahr
Elizabeth Silva
Elizete Maria Santos
Elizia H. Martins
Eloá de Fátima Liberati
Eloisa do Amaral
Ely Aparecida Ferrari
Ely Harasawa
Elza Cabral Mesquita
Elza Dainovskas
Elza Leiko Atubo
Elza Maria Camargo
Elza Sonoda
Elza Zaneti
Emiko Ebesui
Emilco Delgado
Emilia Jambriasio
Emilia Oda
Emilia Pires de Araújo
Encarnação M. Trigo
Eneida Fóz Barbieri
Ermione Marino
Ernesto A. Alze
Esmeria Lucia Soares de Melo
Esper A. Cavalheiro
Ester de Camargo Fonseca Moraes
Ester Dolores Braga
Esther A. Dimenstein
Esther Rezzeti
Estrêla Fernanda Mendes Kino
Ettore Quaranta
Etty Attié
Eunice Baraldi
Eunice Scarlato
Eunice Toledo
Eva M. Migliavacca
Eva Ramos Geraldo
Evelyn Borges Doering
Evelyn N. Rilser
Eyro Andrade Queiroz
F. B. Guimarães
F. Cacez Vieira
F. de Figueiredo
F. G. Salgado
F. Quisom
Fabíola R. G. Novais
Fany Kliger
Fátima dos Anjos Pereira
Fatima Regina Pinto de Souza
Fátima Seixas Diniz
Felisbela das neves Gil
Fernanda Campos
Fernando Altemiyer Jr.
Fernando Figueiredo
Flany Cabral Senna
Flávia B. Carone
Flávia Maria C. Lino
Flavio Alarsa
Flávio M. Quintiliano
Fosca T. T. Leite
Francisca Azevedo de Aguiar
Francisco A. P. Lella
Francisco Adriano dos Santos
Francisco Bosy
Francisco Carlos Bastos
Francisco Semião
Fred Wolffang P.
Fred Wolffany
Frida Z. Gil
Frida Zolty
G. Alexandre Shihamota
G. Eitelberg Azevedo
G. Toledo
Gary Gronich
Geny Tomoko Matsumoto
Georgina de Fátima Gallindo
Geraldo Cesar Rocaia
Geraldo Pereira
Gerson Lupatelli
Gilberto A. Oliveira Jr.
Gilberto D’angelo Braz
Gilberto R. Barrios
Gislaine Mayo
Gisleine Freukelis
Gislene Soares
Giulia Polcefrone
Glória Bergier
Glória Maria de Oliveira Sobral
Gloria Nunes luz
Guaraciaba Micheletti
Guiomar Jomischer
H. Cassola
H. Nunes
Hamilton Delgadinho
Hamilton Urbano
Harue Tateish
Haydée A. Fernandes
Haydée de Francischi
Helena Albuquerque
Helena B. Pereira

Helena Canellas Alvarenga
Helena Celia Berciano
Helena Dimov
Helena Maria Cerri
Helena Maria S. Sigaud
Helena Nakayima
Helena Norico Saito
Helena Pacheco
Helena Piva
Helena Rinaldi
Helenice Cristina Borin
Heliete Maria Lellis Leite
Helio Kiya
Heloisa Machado
Heloisa Pimentel
Heloisa Souza Linhares
Henrique P. Jesus
Henriqueta Ferrer
Herminia A. Paciollo
Herval G. Flôres
Hicoko Yakashima
Hilda Dutra
Hilda Fermino
Hilda Judissaker
Hiroko Araci Saka
Hiroshi Hayashi
Hitokasu Litta
Homero Freitas de Andrade
Hsúeh Yn Ran
Hugo C.
Hugo C. Rocha
Humberto Jorge López
I. F. Miranda
I. Gardino
Iara Liberato
Iatinas Suzuki Junior
Ida M. Broclh Alsen
Ignez Marone
Ignez Sorian
Iná Léa Camargo
Inacio M. Arhara
Indiana B. Cardoso
Indiana Delk-Fré Ludviger
Indianara C. Gomes
Inês Abulaila
Inês de Souza Penteado Cordeiro
Inês F. Teixeira
Inês K. Yamada
Ines Novaes
Inês Zonatto
Ingeborg Braren
Iolanda Hungaro da Silva
Iolanda Soares Ramos
Iracema Viegas
Irani do Carmo
Irdes Santina Capelisso
Irene de Araujo
Irene Sabatini
Ires F. Bast
Iria Guimaraes Machado
Irmã Patricia Dieringer
Isa Conceição Gomes
Isabel Cecília Cortesi
Isabel Gueselha
Isabel Jorge Cury
Isabel Maria Frederico Rodrigues Loureiro
Isabel Monique Paul
Isabelle M. Lenard
Isaura Pereira BarrosJoão S. Yonera
Ismael Diniz Filho
Iva Crowberg
Ivani Valêncio Barros
Ivany de Souza Cotomácio
Ivete de Campos
Ivete Honorato
Ivo de Castro Oliveira
Ivone de Assis
Izabel Campanella
Izabel Maria da Silva Ladeira
Izaura Iwatami
Izilda Ap. Flores
Izilda de Fátima G.
Izilda Fátima da Rocha
Izilda M. Alpote
Izildinha Queijo
Izildinha Rodrigues Gonçalves
Izis Augusta Loyolla
Izuneko Maeda
J. A. Gonçalves
J. Antonio França Guimarães
Jaci Maria Longhi Farina
Jacira Maria Torres
Jacira Yokoi
Jacy Marcondes Duarte
Jaime Mnitentag
Jairo Wagner Guzzi
Jandira Santos
Jane A. Vieira
Jane Maria Linden Araujo
Jane Martins Palazzo
Janete Hatsuko Inamini
Janete Martins
Janete Pedroso
Janice de Toledo Tirelli
Janine Costa Felipe
Jeanete P. Murches
Joana Maria Rodrigues Di Santo
Joao Antonio F. dos Santos
João Baptista Camparini
João Bosco Franco
João Farkaes
João Inacio Filho
João Paulo
João Roberto Malheiro Julião
Joaquina dos Santos Pereira
Joel E. Volin
Joel Miranda dos Santos
Joen Kussan
Jonicael Cedraj de Oliveira
Jorantil de Souza Fernandez
Jorge Muto
Jorge Teodoro da Silva
Jorge V. Coelho
José A. A. Aleixo
José Afonso Pontin
Jose Alcides Ribeiro
José Antonio Arantes
Jose Antonio P. Ferreira
José Carlos Ferrigno
José Carlos Meirinhos
José Carlos Pinto Costa
José Etinger
José Fernandes
Jose Fernando Abbud
Jose Gabriel da Silva Netto
José Jacinto F. Araujo
José Jonas Gonçalves Filho
José Leon Crochik
José Lourival Ferraza
José Luis Branco
José Luiz Moura
Jose Luiz P. Cachoeira
Jose M. Paganucci
José Manoel Gatto dos Santos
Jose N. Straben
José Nildo da Silva
José R. P. Lacerda
José Roberto Lafaiete Bastos
José Roberto Morabito
Jose Roberto Rui Peres
José Salvador C.
José Silvestre da Silva
José Tarifa Volpi
Jose Valdecir Batistione
José Vieira de Andrade
José Visone Filho
José Vissoli Neto
José Wilson Bacellar
Josmaly de Oliveira
Jucenir S. Rocha
Judit Nagy
Judite C. de Oliveira
Judymara RauziGozzani
Julia Bruno Fortes
Júlia H. Lamerc
Julia Haruna
Julia Hayoya
Julia Kimie Kubo
Julia T. Tamanele
Julieta E. Quaglio
Julio Cesar Braz
Julio César Bueno
Junara Amoroso Dias
Junior Pakashima
Jurandir de Souza Fernandes
Jurcilei Nunes Frade
Jurema R. Ronchi
Jussara Amoroso Dias
Jussara M. Castro
Jussara Maria Cruz Basso
Juvenal Coronado P.
Karen Antge Genter
Katia de Mello e Silva
Katia G.
Katia Maria Kame
Keiko Abisue
Keiko Yamaguchi
Keiko Yasunari
Kiko T. Mari
Kimiko Moriya
Kimiko Okamura
Klaus Tiedemann
Kuniko Kondo Komatsu
L. A. Marques
L. H. Lacerda
L. Zuccaro Filho
Laerte Pizzocaro
Lais Camargo Anastasiou
Laís Helena Malluta
Lais Luzia P. Passos
Laudelina Rita Tomaz
Laura Akiko Nakao
Laura Cristina F. Rodrigues
Laura Hiromi Abe
Laura M. Prestes Barra Krikorian
Laura Sabato Valverdes

Laura Satoko Tomida
Laura T. Pires
Laura Y. Nakamura
Lazara de Jesus
Lazaro Pedro Billato
Léa Fajuzylher
Leda Biondo
Leda Sueli de Arruda
Leda Tavela
Leila Aparecida Ongaro
Leila Beigler
Leila Giacon
Leila Kalil Sáade
Leila Maria Montans
Leila Salomão De La P Cury
Leila T. Fernandes Vitiello
Leila Valerio Taconelli
Lélia C. S. Costa
Lelia Michie Mori
Lélia Oliveira
Leni de Cassia Hayashida
Leni Hidalgo Nunes
Lenice Bueno da Silva
Lenira M. Salimbra
Lenóra de Barros
Leny Izumida
Leny Kleinlandeir
Lenyr Leia Figueiredo
Leolinda Correia da Cruz
Leon Barral
Leuze Arnoide
Li Yuen Kit
Lia Aparecida Pereira
Lia Bonzeni Barbosa
Lia Chagas Abuassi
Lia Mara Leite
Lia Raquel Siqueira
Libertad M. Sanchez
Licia Haruyo Magao
Lidia Damasceno Palucci
Lidia F. Kavada
Lidia Maria Neves
Lidia Yuri Kubota
Ligia Cruz
Ligia Helena Luz
Ligia Maria Procopio Borba
Ligia Valle Jardim
Ligya Almeida Prado
Liko Kanno
Lilia M. Matuoka
Liliam Lurico Sano
Lilian A. Trapp
Lilian Kunze
Liliana C. Fracalanza
Lincoln Leandro
Lisa E. Uemura
Lisberto Quice Neto
Lisete Barlach
Lisette Laubi Contatore
Livia Terra
Lizette Geny Monti
Lourdes A. F. O. Nascimento
Luba Kignel
Lucia Aparecida m. terra
Lucia Aparecida Veiga
Lúcia Azevedo
Lucia Bueno
Lucia Hamada
Lúcia Helena Cabarin Zabotta
Lúcia Helena Cossi
Lucia Julietta de Lima Paiva
Lucia Lombardi Vargas
Lúcia M.
Lúcia M. Nogueira Andrade
Lucia Margot Pérez Arauz
Lucia Maria de Jesus
Lúcia Pereira
Lúcia Pinheiro Freme
Lucia Regina Rodrigues
Luciana M. N. Costa
Luciana Wilmers
Luciano Yellen Filho
Lucila Freire Medeiros
Lucilla Ribeiro Bernardet
Lucina Lombardi Vargas
Lucy C. Kusaba
Lucy Marques
Lucy Neuziano
Luis Alberto Mancuso
Luis Felipe C. Novaes
Luis Paulo Geraldo
Luisiania J. Servante
Luiz A. Fernandes
Luiz Alberto Almeida Leite
Luiz Alberto G. Marcello Teresa C. Melo Pereira
Luiz Antonio Longanezi
Luiz Antonio Rosati
Luiz Antonio Serrao
Luiz Carlos Alvarez
Luiz Carlos Chamon
Luiz Carlos Firmino
Luiz Dos Santos Luqueta
Luiz G. de Pieri
Luiz Lacerda Ceriz Lacerda
Luiz Mata
Luiz Shintate
Luiza Franco Moreira
Luiza J. Mendramini
Luizete G. Barros
Lurdes F. A. Toledo
Luzia Coelho Lago
Lydia Kazakevic
Lydia Regina Rublialkas
Lyrian Chavez Faria
M. Angela L. Frigeri
M. Augusta de Mattos
M. Battusca
M. C. Gonçalves
M. Cescão
M. Elisabeth Botti
M. Ester Martins
M. Ester Ramos
M. Fatima Moruneusolin
M. Francisca Jeoi
M. Godoy
M. Helena Camilo
M. Heloisa Ribeiro
M. Jorge
M. L. Macedo
M. Ligia C. Carvalhal
M. N. Otani
M. R. Menezes
M. S. Sanchez
M. Santos
M. Tavares
M. Teresa M. Cristófani
M. Teresa S. Rocco
M.Lucia P. de Almeida
Magali Andrade
Magali Gomes Nogueira
Magali Piovesan
Magda F. Ribeiro
Magda Lopes Catapone
Mahezi Lavander
Mahira Aguiar de Castro
Maira Araujo da Silva Dunder
Mania S. Deweik
Manoel Antonio de Campos
Manoel Pessoano
Manoela Teixeira Magliane
Manuel de Souza e Silva
Manuel Porfirio Garcia
Mara de Aguiar Erverdura
Mara Pinheiro
Mara Raimundo
Mara Rosenfeld
Marcella F.F. Oliveira
Marcelo C. Monteiro
Marcelo Cardoso
Marcelo Gonçalves
Marci do Valle Brondi
Marcia Aparecida Sotratti
Marcia Calderoni
Márcia Chami
Marcia Christina Alonso
Márcia Cristina M. Soares
Márcia Guelpa
Marcia Jones
Márcia Lima Desgualdo
Marcia M. Ricardino
Marcia Maria Costa Marion
Marcia Maria Gonçalves Oliveira
Marcia Mendes
Márcia N. dos Reis
Marcia Navarro
Márcia Noffs
Márcia Pedreira
Marcia Piccheti
Marcia Regina dos Santos
Márcia Rosane Hussni
Márcia Silva
Márcia Silveira e Costa
Márcia Teresinha Vinjs
Márcio Guimarães de Araujo
Marcio L.M. Colucci
Marco Antonio Martins
Marco Martins
Marcos A. Sevilla
Marcos Camigayshi
Marcos Romeu de Almeida
Margalt D. Travassos Rosa
Margarete A.
Margarete de Almeida
Margarete do Carmos Machado Ribas
Margareth Franco do Lago
Margareth Martha Axilha
Margareth Ribas
Margarida de Mello Aires
Margarida Ferracioli Leal
Margarida Lúcia Mattos Muci
Margarida Maria Milanez Camillo
Margarida Nascimento
Maria A. Barbirato
Maria A. Cardoso
Maria Adelaide A S Dias
Maria Adelaide C. Joaquim

Maria Alice Jorge Rebello
Maria Alice Schmidt
Maria Amélia Carneiro
Maria Amélia Fava
Maria Amélia Pereira Cardoso
Maria Anety de Souza
Maria Angela Barros
Maria Angela Mesquita
Maria Angela Napolitano
Maria Angela Panzarin
Maria Angela Rizzi
Maria Antonia Conte
Maria Antonieta Langone
Maria Ap. Casagrandi
Maria Ap. P. Marçal
Maria Ap. Pellizzer
Maria Aparecida Baccega
Maria Aparecida Ballach
Maria Aparecida Correa
Maria Aparecida de Oliveira
Maria Aparecida F. de Barcellos
Maria Aparecida Moraes
Maria Aparecida R. Costa
Maria Aparecida Rosa
Maria Arlete Ferreira Breda
Maria Augusta João
Maria Beatriz Assadurion
Maria Bernadete Amêndola
Maria Bernadette Nogueira
Maria Betânia Amoroso
Maria Carmen Arroyo Sánchez
Maria Cecilia Marks
Maria Cecília Zuliane
Maria Celina S. Pinheiro
Maria Christina de Carvalho
Maria Clara Veber
Maria Claudia de Campos Cezar
Maria Conceição Doria
Maria Constantina Peres
Maria Cristina A. Penteado
Maria Cristina C. D'agostino
Maria Cristina f. Fernandez
Maria Cristina Gedeski
Maria Cristina Genesini
Maria Cristina Gonçalves
Maria Cristina M. Soares
Maria Cristina Mantovani
Maria Cristina Niziara
Maria Cristina Pachimotta
Maria Cristina R. Martins
Maria Cristina Ricotta
Maria da C. F. de Azevedo
Maria da Conceição Correia
Maria da Conceição Figueroa
Maria da Glória Cavalheiro
Maria da Glória L. Baptista
Maria da Glória R. Costa
Maria da Graça Clemente
Maria da Graça Ferreira
Maria das Graças Borgatti
Maria das Graças C. S.
Maria de Deus de O. Alves
Maria de Fátima Henriques de Arruda
Maria de Fátima Lerne
Maria de Lourdes
Maria de Lourdes Lima Pena
Maria de Lourdes Pace
Maria de Lourdes Pina de Sá
Maria de Lourdes Ramalho
Maria de Rourotee Vicentini
Maria de Soconi B. Rosa
Maria Dirce Federighi
Maria Divina Silva
Maria do Carmo Devitta
Maria do Carmo Ramos
Maria do Carmos Pereira
Maria do Rosario S. Porto
Maria do S. Couto
Maria do Socorro B. Rosa
Maria Dulcinia C. O. Robalo
Maria Eliana F. Leão
Maria Elisabete Baccarin
Maria Elisabeth Moreno
Maria Elizabeth Santo
Maria Elvira Sunderlich
Maria Elzira Silva
Maria Emilia Bender
Maria Emília Mateus Valente
Maria Eugênia Censoni Obniski
Maria Eugenia de Sá
Maria Fatima Cordeiro
Maria Francesca strano
Maria Gracinda S. Ferreira
Maria Helena B. Lessa
Maria Helena Catelli de Carvalho
Maria Helena E. Cavalcanti Pessoa
Maria Helena Medeiros Rangel de França
Maria Helena Nobre
Maria Helena Rocha Alves
Maria Helena Stort
Maria Helena Wilmers
Maria Herminia da Silva Correia
Maria Hiroko Kameya
Maria Inês
Maria Inês Mangini Boniatti
Maria Inês Nery
Maria Inês P. Sanches
Maria Ines Spinola de Gois
Maria Isabel Gouvêa
Maria Izabel Bastos Cunha
Maria Izabel Simões
Maria Izilda Martins
Maria Jesús G.G.
Maria José Borba Freire
Maria José dos Santos
Maria José Favarão
Maria José Pelege
Maria José Quadros
Maria Julieta P. Rodrigues
Maria Lazara Oliveira Facioli
Maria Lucia da Cunha Victorio
Maria Lúcia da Silveira
Maria Lucia de M Borges
Maria Lúcia de Moraes Borges
Maria Lúcia Egner
Maria Lucia Marchetti
Maria Lucia Orsini
Maria Lucia P. Bighetti
Maria Lucia Pinto de Oliveira
Maria Lucia Ribeiro Starck
Maria Lucinda R. Maltar
Maria Luica Bulbon
Maria Luisa Cevarol Silvestre
Maria Luiza Comenale
Maria Luiza Leite Fernandes
Maria Luiza Lima
Maria Luiza Marini
Maria Luiza Marini
Maria Luiza S.
Maria Luiza S. Caron
Maria Luiza T. Guimarães
Maria Margarida de Andrade
Maria Marguerita De. Luka
Maria Odete Rodrigues
Maria Pereira da Silva
Maria Quitéria da Conceição
Maria Rita Correa Vieira
Maria Rita Loureiro Santos
Maria Salete Legname
Maria Sheila Grandino
Maria Stela Carrari
Maria Suzana Tardivo
Maria Sylvia C. Mello
Maria Telma P. da Silva
Maria Teresa Arrigoni
Maria Teresa Baptista de Oliveira
Maria Tereza Cristina L. de Barros
Maria Tereza Paula Lima
Maria Tereza Secco
Maria Vanda Freires
Maria Vanetti Da. S. Macário
Mariana da Silveira
Mariangela Marino
Mariangela Piccirillo
Mariangela Vassallo
Marica Claderoni
Marica Regina Fernandes
Marice Aidar
Marie Louise d'Albert
Mariete Regina R. de Azevedo
Marilda Mion
Marilda P. Siqueira
Marilena de Oliveira
Marili Nunes de Andrade
Marilia A. M.
Marilia Duran
Marilia Fernandes de Jesus
Marília Morais
Marilia Pontes Sposito
Marilu Assunção de Araujo
Marina A. do Amaral Turrim
Marina C. Magro
Marina de Andrade Raia
Marina Marin Lopez
Marina Yamadera
Marina Zamora Dmingues
Marines Cattel
Marinilda Portella Soares
Mario B. Koff
Mario C. Neto
Mario Celso P. de Almeida
Mario Izemir
Mario Manuel Mendes
Marion R.
Marisa Augusto
Marisa dos Santos
Marisa N. Antonio
Marisa Rabello
Marlene de Jesus Ferreira
Marlene Donata Aquilante
Marli G. Ossuna
Marli M. Rufino
Marli S.
Marli Teixeira Conte de Souza
Marly Fernandes
Marly Lacerda Romano

Marly Marques Ayala
Marlyue G. C.
Marta Ayala
Marta Helena Rodrigues
Marta Kohl de Oliveira
Marta Madelain Fonseca
Marta Maria de Araujo Maua
Martha Suely Lopes
Martin Mouro
Martinho Marcos de Freitas
Mary Black Taschner
Mary de O. Domingos
Mary Domingos
Mary Stella Costa
Massako Suehuro
Massayo Kawamoto
Massimo R.
Massumi Takeishi
Mathilde Desirée Cherub
Matilde C. Alvarez
Matsuko Y. Kucinski
Maura G. Veiga
Maureen Franqueria
Mauricio Iura
Mauro do S. Costa
Mauro Ferraz Borges
Mauro Stavale
Mayra Rodante
Menno Pagliarini
Mercedes Sylvania E. de Moraes
Michele Vital
Michie Omono
Michiko I. Kato
Miguel A. K. Preez
Miguel F. Rocha
Miguel Horacio do Nascimento Filho
Miguel Kovac
Milcéa Cezar
Milton F.
Milton M. Yamashita
Miriam de Oliveira
Miriam de Oliveira leite
Miriam Kanas
Miriam Kawakoka
Miriam Martinelli
Miriam Nakamura
Mirian Hildebrand
Mirian T. Ferreira
Misael Domingues Rodrigues
Mitika Nagao
Mitiko Naknhins
Mitio Hirano
Mitsuni Arai
Mitsuo Nakamura
Mituko Yoshimura
Moira M. de Andrade
Mônica Falcone
Mônica Heine
Mônica Unger
Mutsuko Yano
Myriam Roselly Abi Saber
N. Alvarez
Nade Hirsima
Nadine Vogel
Nadir Alves da Silva
Nadir Helena Coutarelli
Nadya Morelo Reis
Naida Lupetti
Nair Kazuko Ikeda
Nair Teruko Asakava
Nanci de Toffoli Morais
Nanci Lima Freitas
Nancy de Carvalho Facchini
Nancy Ying Nai Chao Sun
Nara Santana
Narico Isiaga
Natalia Henriques
Nei A. Valentim
Neide de Castro Andrade
Neide Dias Santos
Neide Jacób
Neide Maria de Carvalho
Neide S. C. Sakima
Nelly Novaes Coelho
Nelson N. Hayashi
Nelson R.da Silva
Nelson Rodriguez
Nelza Maria Cardoso
Nerlei Guarnieri Soares
Neucy Eri Akagi
Neusa Calderano
Neusa Calixto Abrão
Neusa Val Maia
Neuza Maria Fernandes
Neuza Maria Tuma
Neuza T. Niijaki
Newton Y. Takayanagi
Neyoni Uarto
Nilce Ferreira de Matos
Nilcéa Ap. Ramos
Nilcéa Fátima Stella Almeida
Nilde M. Rotolo
Nilson Yamamoto
Nilza Ap. H. Rigo
Nilza Botiquio
Nilza Cappelasso
Nilza Farinazzo Pagliose
Nilza T. Takai
Nina Angela Resher
Nira dos Santos Passos
Noboro Nozuma
Nobuco Nakamura
Nobuko Isu Tsu
Noemi Taranto Reis
Norma de Carvalho Jucelini
Norma Lorrenberg
Norma Matsuda
Norma Oliveira Leite
Normando Regis da Silva
Odair Chiconelli
Olga Barduk
Olga H.
Olga Rocha Archangelo
Olga Yukiko Miaira
Onilda Regina Marchioni
Ophélia T. de Farias
Oscar Alves de Godoi
Osvaldo Gandin
Osvaldo Luiz Farias
Otaviano Matos Filho
Otto Miguel Pupo de Moraes
Ozéas ribeiro da Silva
Pascoal Marmo
Patricia de Azevedo Arouca
Paula Domingos Fernandes
Paulé
Paulo Cezar
Paulo Daniel Emmel
Paulo Eduardo Bueno
Paulo Eduardo de Pereira Leite
Paulo Eduardo Martins Araujo
Paulo Ernesto Mori
Paulo Gonçalves de Oliveira
Paulo K. Nakamura
Paulo M. Tande
Paulo Roberto Rella
Pedro de Calandra
Pedro de Fudreg
Pedro de O. C.
Pedro L. Cuneo
Pedro Luiz Pereira
Pezi S.
Pinamara Coco
R. Hamassagi
R. Oliveira
Rachel Prado
Radamés A. P. Silva
Raimundo Brito
Ranieri
Raquel Francisca Brandão Cardoso
Raquel Maria Ferreira Leone
Raquel P.
Regina Célia Marques
Regina Célia Rasmussen
Regina Coeli Baldim Saponara
Regina Déborah P. M. Monteiro
Regina do Carmo Rosa
Regina Fatima Ferreira
Regina Ferreira
Regina Ferreira da Silva
Regina l. Tescani
Regina Maria G. Marino
Regina P.
Regina Rebello Polizini
Regina S. R. Schiandner
Regina Stella F. de Morais
Reginaldo Araujo
Reginaldo Moraes
Regine Stellin
Reinaldo D. Lopes
Reinaldo Lobo
Renata Hebra
Renato Linve
Ricardo de Morais Silva
Ricardo Freire da Silva
Ricardo OtoMarisa Guerreiro
Rita de Cassia Alexandrino
Rivaldo Cássio Valadão C.
Roberto Luiz dos Santos
Roberto Mariano
Roberto Ribeiro Fonseca
Roberto Santos Castaneira
Roberto Tadeu Lazzari
Roberto W. Ludovico
Roberto Wilson T. de Meneses
Rodomiro Benedito
Rogério Ramos
Rogério Romanef
Romeu Gobin Jr.
Rosa Aparecida Visconti
Rosa Helena Passos
Rosa Kimie Watanabe
Rosa Kuramotu
Rosa Maria de Freitas Fernandes
Rosa Maria Dechechi
Rosa Maria Lopes
Rosa Maria Prates Drozar

Rosa Maria Prieto
Rosa Satiko Toda
Rosaelena Daniel
Rosália Grecco
Rosaly Costa Ortenzi
Rosane Avari Rodrigues
Rosane Limoli
Rosangela Pelegrino
Rose Mary Mori
Rose S.
Roseli Ap. Eichemberger
Roseli M. F. Lopes
Rosely Aparecida Savoy
Rosely C. Scarillo
Rosely Katz
Rosemary Testa
Rubens José
Rubens Marcelo Volich
Rubens Sant Antorie Filho
Rubia P. Goldone Turbiane
Rui F. O.
Rumi Miyazoni
Rutg T.P. Barbosa Freitas
Ruth Martins dos Santos
Ruth Mayer
Ruth Mitsue Monobe
Ruth Mitzuie Kluska
Ruth Rodrigues Orépice
Ruud Thor
Ruy R. Castro
Ruy T. Silva
Ruy Tadeu Greulet
Ryuba
S. B. Salerno
S. Casquete
S. M. Leão Braga
S. Martins Jr.
Sakae Yagui
Salma M. Namura
Samuel Napolitano
San Roman
Sanae Akira
Sandra Aparecida Nogueira
Sandra Catarina Barbosa
Sandra G. Teixeira Vasconcelos
Sandra Marcondes de Andrade
Sandra Maria de Sylos
Sandra Netto Sampaio
Sandra Paladino
Sandra Regina Abud de Almeida
Sandra Regina Monico
Sandra Regina P.
Sandra Reimão
Santos de Farina
Sara Chammah Lagnado
Sara Machado
Sara Z. Marmelstain
Sarita M. Kaneko
Satiro Okada
Saulo de Almeida
Schizulli
Sebastião Claudino
Seiji Uchida
Selma Bruno
Selma Harumi Mochida
Sérgio Côrrea Love
Sergio Ferreira
Sérgio França Danese
Sérgio Gersósimo
Sergio Kodato
Sérgio Lambiasi Filho
Sérgio Silva Pinto
Sergio Teixeira
Sheila Tortorella
Sigisberto Machado
Silvana Ricci
Silvando J. Sousa
Silvano Alves de Queiroz
Silvano Durelli
Silvia Belk
Silvia C Sondás
Silvia Catunda Marques
Silvia Guimarães
Silvia Helena Cruz
Silvia Helena Stuhr Péchy
Silvia Macedo
Silvia Maria Batista de Sousa
Silvia Maria Gomes Bernardo
Silvia Mary Rodrigues
Silvia Ruiz
Silvia Schuster
Simone Simões Guimarães
Sirlei de Sousa
Sirlei Nunes da Silva
Sirley Aparecida Rocha
Sizue Kamiya
Solange Ramos Peirão
Sonia A. Cidal
Sonia Aparecida Iasi
Sonia Cavalheiro Borgh
Sonia Chiodi
Sonia de Souza
Sonia Helena F. Da C. Sebastiani
Sonia Helena Spada
Sonia Kiyoko Tokashiki
Sonia Malheiros Lopes
Sonia Maria Barres
Sonia Maria Bonfim
Sônia Maria de Lara
Sonia Maria Fiori
Sonia Maria Marques
Sonia Maria Murad
Sonia Maria Xavier Prado
Sonia O. Gonçalves
Sonia Regina de Oliveira
Sonia Regina Duarte
Sonia Regina Paschve
Sonia Regina Watanabe
Sônia Stegun
Sophia Helena. Cavalcante
Sophia M. Visconte
Stela Ida Portnci
Su Chien Hsiang
Sucaseiro
Sueli A. Saito
Sueli Carneiro Leão
Sueli Carvalho do Nascimento
Sueli Cholla
Sueli Maria Bunelli
Sueli P. Fuldonado
Suely Valerio da Costa
Sung Poc Lee
Suzana Anita S.
Suzana Whitaker Costa
Suzel Maria Reis
Sylvia Maria Bergonzoni
Takie Inone
Tamico Tsuda
Tania Maria do Amaral Dintcheussen
Teiko Yamamoto
Telma N. C. de Albuquerque
Telma U. T. Zoni
Teresa BErtasi
Teresa Cristina B. e Silva
Teresa Cristina M. Bilotta
Teresa M. S. Castro
Teresa Maria Novaes Ferreira
Teresa Tieko Ishi
Teresinha Carvalho Santos
Tereza Mieko Osaka
Tereza Pereira Nabu
Tereza Yokoyama
Terezinha Gonçalves Maciel
Terezinha oliveira
Thais Ribeiro Duarte
Therezinha Zilla
Tieko Matufuggi
Tita Norma Miki
Tiyoko Fusihada
Tomais Yoshiro
Tomico Fujimoto
Toshico Matuoka
Toshihiko Ohashi
Toshiyuki Shimoda
Turibio Z. de Barros
U. Fernandes
Ubirajara Favili
Ubiratã P. Barros
Umara Arruda
Umberto Gomes da Silva
Valderez Perez
Valdete da Silva
Valdir Bindilatti
Valéria S. Gertsenchtein
Vania Innocencio
Vania Wey Neves
Vanilza Ribeiro
Vera Brandão
Vera D.F. Rosenthal
Vera Helena Jatobá de Moraes
Vera Joffe
Vera L´cuia Vasques
Vera Lucia Ap. de Castro Dobbeck
Vera Lúcia Blum
Vera Lúcia Bolanhani
Vera Lucia Camara
Vera Lucia Camilo
Vera Lúcia Carreira
Vera Lucia da Silva
Vera Lucia de Almeida
Vera Lúcia de O. Nitsch
Vera Lucia de S. Tango
Vera Lúcia Feijó
Vera Lúcia Ferrari de Lacerda
Vera Lucia Gomes da Silva
Vera Lucia ladeira
Vera Lúcia Lauria
Vera Lucia M. Nakata
Vera Lucia Mantovani
Vera Lucia Marin Neri
Vera Lucia Marinelli
Vera Lucia Marques Netto
Vera Lucia Martinelli
Vera Lucia Oliveira Santos
Vera Lúcia Padula
Vera Lucia Próspero
Vera Maria P. de Carvalho

Véra Regina Alvez Maselli
Vera S.F. Paiva
Vera Santos
Vicente Cechelero
Vicente Giglio Neto
Vilma Ap. Gerolim
Vilma F.
Vital Yuiti Assano
Vito Romano
Viviane Caparróz
Viviane Paulon
Walcir Bertolli
Waldemar S. Fernandes
Waldir L. Gonçalves
Walkiria de Almeida Mendes
Walkiria M. Nomura
Wamberto A. Varanda
Wanda Del'Bianco
Wanderley Z.
Wania Valéria Bayer
Werner R. Schmider
Wilma Maldonado
Wilma Regina M. Gonçalves
Wilma Rigolon
Wilma Rodrigues Alves
Wilma T. Oncken
Wilson Cunha
Y. Araujo Cretella
Yanina Otsuka Stasevskas
Yara Sayão
Yeda Drilssen
Yoka Shimizu
Yoko Wakabara
Yolanda Licio
Yoshio Kogima
Yves De La Taille
Zaíra Aparecida Neves
Zilma Vales dos Santos Coutinho
Zuleika Itri de Castro

ANEXO H – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos (maio/2009)

Tabela de Vencimento - Funcionários

Validade: A partir de Maio/2009

Classe	Nível/ Faixa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
BÁSICO	I							1.136,24	1.193,05	1.252,70	1.315,34	1.381,11
BÁSICO	II	1.136,24	1.193,05	1.252,70	1.315,34	1.381,11	1.450,17	1.522,68	1.598,81	1.678,75	1.762,69	1.850,82
BÁSICO	III	1.450,17	1.522,68	1.598,81	1.678,75	1.762,69	1.850,82	1.943,36	2.040,53	2.142,56	2.249,69	2.362,17
TÉCNICO	I	1.678,75	1.762,69	1.850,82	1.943,36	2.040,53	2.142,56	2.249,69	2.362,17	2.480,28	2.604,29	2.734,50
TÉCNICO	II	2.249,69	2.362,17	2.480,28	2.604,29	2.734,50	2.871,23	3.014,79	3.165,53	3.323,81	3.490,00	3.664,50
TÉCNICO	III	2.871,23	3.014,79	3.165,53	3.323,81	3.490,00	3.664,50	3.847,73	4.040,12	4.242,13	4.454,24	4.676,95
SUPERIOR	I	3.323,81	3.490,00	3.664,50	3.847,73	4.040,12	4.242,13	4.454,24	4.676,95	4.910,80	5.156,34	5.414,16
SUPERIOR	II	4.242,13	4.454,24	4.676,95	4.910,80	5.156,34	5.414,16	5.684,87	5.969,11	6.267,57	6.580,95	6.910,00
SUPERIOR	III	5.156,34	5.414,16	5.684,87	5.969,11	6.267,57	6.580,95	6.910,00	7.255,50	7.618,28	7.999,19	8.399,15

Última atualização 22/06/2009

ANEXO I – Tabela de Vencimentos – Carreira dos Funcionários – Funções e Grupos (maio/2010)

Tabela de Vencimento - Funcionários

Validade: A partir de Maio/2010

Classe	Nível/ Faixa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
BÁSICO	I							1.210,90	1.271,45	1.335,02	1.401,77	1.471,86
BÁSICO	II	1.210,90	1.271,45	1.335,02	1.401,77	1.471,86	1.545,45	1.622,72	1.703,86	1.789,05	1.878,50	1.972,43
BÁSICO	III	1.545,45	1.622,72	1.703,86	1.789,05	1.878,50	1.972,43	2.071,05	2.174,60	2.283,33	2.397,50	2.517,38
TÉCNICO	I	1.789,05	1.878,50	1.972,43	2.071,05	2.174,60	2.283,33	2.397,50	2.517,38	2.643,25	2.775,41	2.914,18
TÉCNICO	II	2.397,50	2.517,38	2.643,25	2.775,41	2.914,18	3.059,89	3.212,88	3.373,52	3.542,20	3.719,31	3.905,28
TÉCNICO	III	3.059,89	3.212,88	3.373,52	3.542,20	3.719,31	3.905,28	4.100,54	4.305,57	4.520,85	4.746,89	4.984,23
SUPERIOR	I	3.542,20	3.719,31	3.905,28	4.100,54	4.305,57	4.520,85	4.746,89	4.984,23	5.233,44	5.495,11	5.769,87
SUPERIOR	II	4.520,85	4.746,89	4.984,23	5.233,44	5.495,11	5.769,87	6.058,36	6.361,28	6.679,34	7.013,31	7.363,98
SUPERIOR	III	5.495,11	5.769,87	6.058,36	6.361,28	6.679,34	7.013,31	7.363,98	7.732,18	8.118,79	8.524,73	8.950,97

Última atualização: 07/07/2010

ANEXO J – Tabela de Verbas de Representação (maio / 2009)

Verba de Representação
Validade: a partir de 01/05/2009

CÓDIGO	CARGOS E FUNÇÕES	% REITOR	VALOR
01	REITOR	100%	4.184,54
02	VICE-REITOR	90%	3.766,09
18	COORDENADOR DA CODAGE	75%	3.138,41
18	DIRETOR ADMINISTRATIVO - GR	75%	3.138,41
18	PRÓ-REITOR	75%	3.138,41
27	CHEFE DE GABINETE	65%	2.719,95
03	COORDENADOR: CCS, COESF, COSEAS, CTI	60%	2.510,72
03	DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO	60%	2.510,72
03	OUVIDOR GERAL	60%	2.510,72
03	PROCURADOR CHEFE	60%	2.510,72
03	SECRETÁRIO GERAL	60%	2.510,72
03	SUPERINTENDENTE DE HOSPITAL	60%	2.510,72
111	COORDENADOR: DE CAMPUS, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	55%	2.301,50
111	DIRETOR CCE	55%	2.301,50
105	COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - ADJUNTO	50%	2.092,27
105	DIRETOR DE INSTITUTO ESPECIALIZADO E DE MUSEU	50%	2.092,27
105	DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO	50%	2.092,27
105	DIRETOR PRESIDENTE DA EDUSP	50%	2.092,27
04	ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE	45%	1.883,04
04	DIRETOR DE CENTRO DE INFORMÁTICA	45%	1.883,04
04	DIRETOR DO CEPEUSP	45%	1.883,04
04	DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO - ADJUNTO	45%	1.883,04
04	DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO	45%	1.883,04
04	PRESIDENTE : CCInt, CERT, Conselho Superior do SISUSP	45%	1.883,04
04	PROCURADOR SUB-CHEFE	45%	1.883,04
04	VICE-DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO	45%	1.883,04
05	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO IV	40%	1.673,82
05	ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE II	40%	1.673,82

05	DIRETOR : SVOC, SVOI	40%	1.673,82
05	VICE-COORDENADOR: DE CAMPUS, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	40%	1.673,82
06	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO	35%	1.464,59
06	COORDENADOR USPInovação	35%	1.464,59
06	DIRETOR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO	35%	1.464,59
06	DIRETOR: CDCC, CHC, HOVET	35%	1.464,59
06	DIRETOR: BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN, CEUMA, CINUSP, CORAL, CPC, EST. CIÊNCIA, MUSEU DE CIÊNCIAS, ORQUESTRA, PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS E TUSP	35%	1.464,59
06	DIRETOR TÉCNICO DE DIVISÃO	35%	1.464,59
06	PRESIDENTE DE COMISSÃO : CESO, SIBI	35%	1.464,59
06	SUPERVISOR ECA - RP	35%	1.464,59
06	VICE-DIRETOR DE INSTITUTO ESPECIALIZADO E DE MUSEU	35%	1.464,59
07	ASSESSOR JURÍDICO	30%	1.255,36
07	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - CCInt	30%	1.255,36
07	DIRETOR DE CENTRO DE SAÚDE	30%	1.255,36
08	AGENTE DE GABINETE SENIOR	25%	1.046,14
08	ASSISTENTE JURÍDICO **	25%	1.046,14
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - ECA/RP	25%	1.046,14
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - USPInovação	25%	1.046,14
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE I	25%	1.046,14
08	COORDENADOR DE CURSO DE GRADUAÇÃO	25%	1.046,14
08	COORDENADOR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	25%	1.046,14
08	DIRETOR DA ESCOLA DE ARTE DRAMÁTICA	25%	1.046,14
08	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	25%	1.046,14
08	PRESIDENTE DE COMISSÃO DE GRADUAÇÃO, DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA, DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES	25%	1.046,14
08	SECRETÁRIO DO REITOR E DO VICE-REITOR	25%	1.046,14
08	SUPERVISOR DE SEÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA	25%	1.046,14
09	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO II	20%	836,91
09	DIRETOR DE DIVISÃO	20%	836,91
09	DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO	20%	836,91
09	MOTORISTA DE REITOR	20%	836,91
09	SECRETÁRIO DE PRÓ-REITOR, DE SECRETARIA GERAL, DE COORDENADOR, DA OUVIDORIA GERAL E DO DIRETOR ADMINISTRATIVO - GR	20%	836,91

09	VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO	20%	836,91
19	CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA	18%	753,22
19	CONTADOR CHEFE	18%	753,22
19	SUPERVISOR TÉCNICO DE SERVIÇO	18%	753,22
20	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO I	16%	669,53
20	CHEFE ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO	16%	669,53
20	CHEFE DE SEÇÃO DE PESSOAL	16%	669,53
20	CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA	16%	669,53
20	COORDENADOR PEDAGÓGICO - ESCOLA DE APLICAÇÃO	16%	669,53
20	DIRETOR DE SERVIÇO	16%	669,53
20	ORIENTADOR EDUCACIONAL - ESCOLA DE APLICAÇÃO	16%	669,53
20	SPALLA PRINCIPAL	16%	669,53
10	ENCARREGADO DE SETOR TÉCNICO	15%	627,68
10	SECRETÁRIO CCE	15%	627,68
10	SECRETÁRIO DA CERT	15%	627,68
10	SECRETÁRIO DE COORDENADOR DE CAMPUS, DE DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO, DE DIRETOR DE MUSEU, DE SUPERINTENDENTE DE HOSPITAL, DE INSTITUTO ESPECIALIZADO, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	15%	627,68
10	SECRETÁRIO SENIOR	15%	627,68
10	SECRETÁRIO USPInovação	15%	627,68
11	CHEFE DE EQUIPE TÉCNICA	10%	418,45
11	CHEFE DE SEÇÃO	10%	418,45
11	MOTORISTA DE VICE-REITOR	10%	418,45
11	OFICIAL DE GABINETE	10%	418,45
11	SECRETÁRIO: CCInt, CDCC, CEPEUSP, EAD, EDUSP, ESCOLA DE APLICAÇÃO, HOVET, SIBI	10%	418,45
11	SECRETÁRIO DE CENTRO DE INFORMÁTICA	10%	418,45
11	SECRETÁRIO DE DEPARTAMENTO DE ENSINO	10%	418,45
21	ENCARREGADO DE SETOR	7,5%	313,84
12	AUXILIAR DE GABINETE	5%	209,23
12	MOTORISTA DE GABINETE	5%	209,23

**** = Valor mantido nos termos do Art. 2o. da Portaria GR 3092/97**

Última atualização 08/06/2009

ANEXO K – Tabela de Verbas de Representação (maio / 2010)

Verba de Representação
Validade: a partir de 01/05/2010

CÓDIGO	CARGOS E FUNÇÕES	% REITOR	VALOR
01	REITOR	100%	4.459,32
02	VICE-REITOR	90%	4.013,38
18	DIRETOR ADMINISTRATIVO - GR	75%	3.344,49
18	PRÓ-REITOR	75%	3.344,49
18	VICE-REITOR EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO	75%	3.344,49
18	VICE-REITOR EXECUTIVO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	75%	3.344,49
27	CHEFE DE GABINETE	65%	2.898,55
03	COORDENADOR: CCS, COESF, COSEAS, CTI, JURÍDICO	60%	2.675,59
03	DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO	60%	2.675,59
03	OUVIDOR GERAL	60%	2.675,59
03	PROCURADOR CHEFE	60%	2.675,59
03	SECRETÁRIO GERAL	60%	2.675,59
03	SUPERINTENDENTE DE HOSPITAL	60%	2.675,59
03	CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE	60%	2.675,59
111	COORDENADOR: DE CAMPUS, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	55%	2.452,62
111	DIRETOR CCE	55%	2.452,62
105	COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - ADJUNTO	50%	2.229,66
105	DIRETOR DE INSTITUTO ESPECIALIZADO E DE MUSEU	50%	2.229,66
105	DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO	50%	2.229,66
105	DIRETOR PRESIDENTE DA EDUSP	50%	2.229,66
105	PRÓ-REITOR ADJUNTO: de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Cultura e de Extensão Universitária	50%	2.229,66
04	ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE	45%	2.006,69
04	DIRETOR DE CENTRO DE INFORMÁTICA	45%	2.006,69
04	DIRETOR DO CEPEUSP	45%	2.006,69
04	DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO - ADJUNTO	45%	2.006,69
04	DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO	45%	2.006,69
04	PRESIDENTE : CERT, Conselho Superior do SISUSP	45%	2.006,69

04	PROCURADOR SUB-CHEFE	45%	2.006,69
04	VICE-DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO	45%	2.006,69
04	ASSESSOR SÊNIOR DO REITOR	45%	2.006,69
05	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO IV	40%	1.783,73
05	ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE II	40%	1.783,73
05	COORDENADOR DE PÓLO DO IEA	40%	1.783,73
05	DIRETOR : SVOC, SVOI	40%	1.783,73
05	VICE-COORDENADOR: DE CAMPUS, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	40%	1.783,73
06	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO	35%	1.560,76
06	COORDENADOR USPInovação	35%	1.560,76
06	DIRETOR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO	35%	1.560,76
06	DIRETOR: CDCC, CHC, HOVET	35%	1.560,76
06	DIRETOR: BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN, CEUMA, CINUSP, CORAL, CPC, EST. CIÊNCIA, MUSEU DE CIÊNCIAS, ORQUESTRA, PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS E TUSP	35%	1.560,76
06	DIRETOR TÉCNICO DE DIVISÃO	35%	1.560,76
06	PRESIDENTE DE COMISSÃO : CESO, SIBI	35%	1.560,76
06	SUPERVISOR ECA - RP	35%	1.560,76
06	VICE-DIRETOR DE INSTITUTO ESPECIALIZADO E DE MUSEU	35%	1.560,76
07	ASSESSOR JURÍDICO	30%	1.337,79
07	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - CCInt	30%	1.337,79
07	DIRETOR DE CENTRO DE SAÚDE	30%	1.337,79
08	AGENTE DE GABINETE SENIOR	25%	1.114,83
08	ASSISTENTE JURÍDICO **	25%	1.114,83
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - ECA/RP	25%	1.114,83
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO - USPInovação	25%	1.114,83
08	ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE I	25%	1.114,83
08	COORDENADOR DE CURSO DE GRADUAÇÃO	25%	1.114,83
08	COORDENADOR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	25%	1.114,83
08	DIRETOR ARTÍSTICO - CORAL	25%	1.114,83

08	DIRETOR DA ESCOLA DE ARTE DRAMÁTICA	25%	1.114,83
08	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	25%	1.114,83
08	PRESIDENTE DE COMISSÃO DE GRADUAÇÃO, DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA, DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES	25%	1.114,83
08	SECRETÁRIO DO REITOR E DO VICE-REITOR	25%	1.114,83
08	SUPERVISOR DE SEÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA	25%	1.114,83
08	VICE-COORDENADOR DE PÓLO DO IEA	25%	1.114,83
09	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO II	20%	891,86
09	DIRETOR DE DIVISÃO	20%	891,86
09	DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO	20%	891,86
09	MOTORISTA DE REITOR	20%	891,86
09	SECRETÁRIO DE PRÓ-REITOR, DE SECRETARIA GERAL, DE COORDENADOR, DA OUVIDORIA GERAL E DO DIRETOR ADMINISTRATIVO - GR	20%	891,86
09	VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO	20%	891,86
19	CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA	18%	802,68
19	CONTADOR CHEFE	18%	802,68
19	SUPERVISOR TÉCNICO DE SERVIÇO	18%	802,68
20	ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO I	16%	713,49
20	CHEFE ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO	16%	713,49
20	CHEFE DE SEÇÃO DE PESSOAL	16%	713,49
20	CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA	16%	713,49
20	COORDENADOR PEDAGÓGICO - ESCOLA DE APLICAÇÃO	16%	713,49
20	DIRETOR DE SERVIÇO	16%	713,49
20	ORIENTADOR EDUCACIONAL - ESCOLA DE APLICAÇÃO	16%	713,49
20	SPALLA PRINCIPAL	16%	713,49
10	ENCARREGADO DE SETOR TÉCNICO	15%	668,90
10	SECRETÁRIO CCE	15%	668,90
10	SECRETÁRIO DA CERT	15%	668,90
10	SECRETÁRIO DE COORDENADOR DE CAMPUS, DE DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO, DE DIRETOR DE MUSEU, DE SUPERINTENDENTE DE HOSPITAL, DE INSTITUTO ESPECIALIZADO, DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO	15%	668,90

10	SECRETÁRIO SENIOR	15%	668,90
10	SECRETÁRIO USPInovação	15%	668,90
10	ASSESSOR DE GABINETE	15%	668,90
11	CHEFE DE EQUIPE TÉCNICA	10%	445,93
11	CHEFE DE SEÇÃO	10%	445,93
11	MOTORISTA DE VICE-REITOR	10%	445,93
11	OFICIAL DE GABINETE	10%	445,93
11	SECRETÁRIO: CCInt, CDCC, CEPEUSP, EAD, EDUSP, ESCOLA DE APLICAÇÃO, HOVET, SIBI	10%	445,93
11	SECRETÁRIO DE CENTRO DE INFORMÁTICA	10%	445,93
11	SECRETÁRIO DE DEPARTAMENTO DE ENSINO	10%	445,93
21	ENCARREGADO DE SETOR	7,5%	334,45
12	AUXILIAR DE GABINETE	5%	222,97
12	MOTORISTA DE GABINETE	5%	222,97

**** = Valor mantido nos termos do Art. 2o. da Portaria GR 3092/97**

Última atualização 07/07/2010

ANEXO L – Tabela de Vencimentos – Professores Colaboradores (maio / 2010)

Tabela de Vencimento – Professores Colaboradores

Validade: A partir de Maio/2010

RTP						
	Sem Título	Mestrado	Doutorado	Livre Docente	Adjunto	Titular
MS-1	634,58					
MS-2	739,10	938,73				
MS-3	816,56	1.037,33	1.313,00			
MS-5	898,21	1.140,94	1.444,15	1.504,78	1.565,36	
MS-6	1.042,86	1.324,27	1.676,20	1.746,58	1.816,97	1.887,35

RTC						
	Sem Título	Mestrado	Doutorado	Livre Docente	Adjunto	Titular
MS-1	1.610,83					
MS-2	1.876,15	2.382,88				
MS-3	2.072,76	2.633,18	3.332,94			
MS-5	2.280,04	2.896,17	3.665,84	3.819,77	3.973,53	
MS-6	2.647,21	3.361,56	4.254,89	4.433,55	4.612,23	4.790,89

RDIDP						
	Sem Título	Mestrado	Doutorado	Livre Docente	Adjunto	Titular
MS-1	3.660,93					
MS-2	4.263,90	5.415,56				
MS-3	4.710,75	5.984,40	7.574,75			
MS-5	5.181,82	6.582,10	8.331,32	8.681,16	9.030,61	
MS-6	6.016,30	7.639,79	9.670,07	10.076,11	10.482,17	10.888,21

Última atualização 07/07/2010

ANEXO M – Perfil Mão de Obra Creche Carochinha – 2010

Servidores USP	Sexo	Negros / pardos	Brancos	Idade 20/30	Idade 31/45	Idade 46/ 65	Ensino Médio	Ensino Superior
Professores e Estagiários	M	11	21*	4	10	18	18	14
Secretários	H	2	0	0	0	2	2	0
Equipe Técnica	M	2	6	1	2	5	1	7
Cozinha	4 M e 1 H	3	2	0	2	3	5	0
Limpeza	M	3*	1*	0	2	2	4	0
Jardim/zelador	2 H	0	2	1	1	0	2	0
Total	47* M e 5 H	21	32	6	17	30	32	21

* 35% da mão de obra de professores trabalha 40 horas semanais; o restante e os estagiários trabalham 30 horas semanais.
*Por determinação de saúde do trabalho, duas funcionárias ligadas à limpeza / cozinha e duas professoras foram adaptadas em outras funções.

Empresa terceirizada	Sexo	Negros / pardos	Brancos	Idade 20/30	Idade 31/45	Idade 46/65	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Limpeza	3 M 1 H	2	2	1	3		4	0

*Ano em que inicia a empresa terceirizada de limpeza na Creche da USP: 1995.